

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

**PROGRAMA OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO
PO CENTRO**

**Relatório de Execução
2004**

Índice

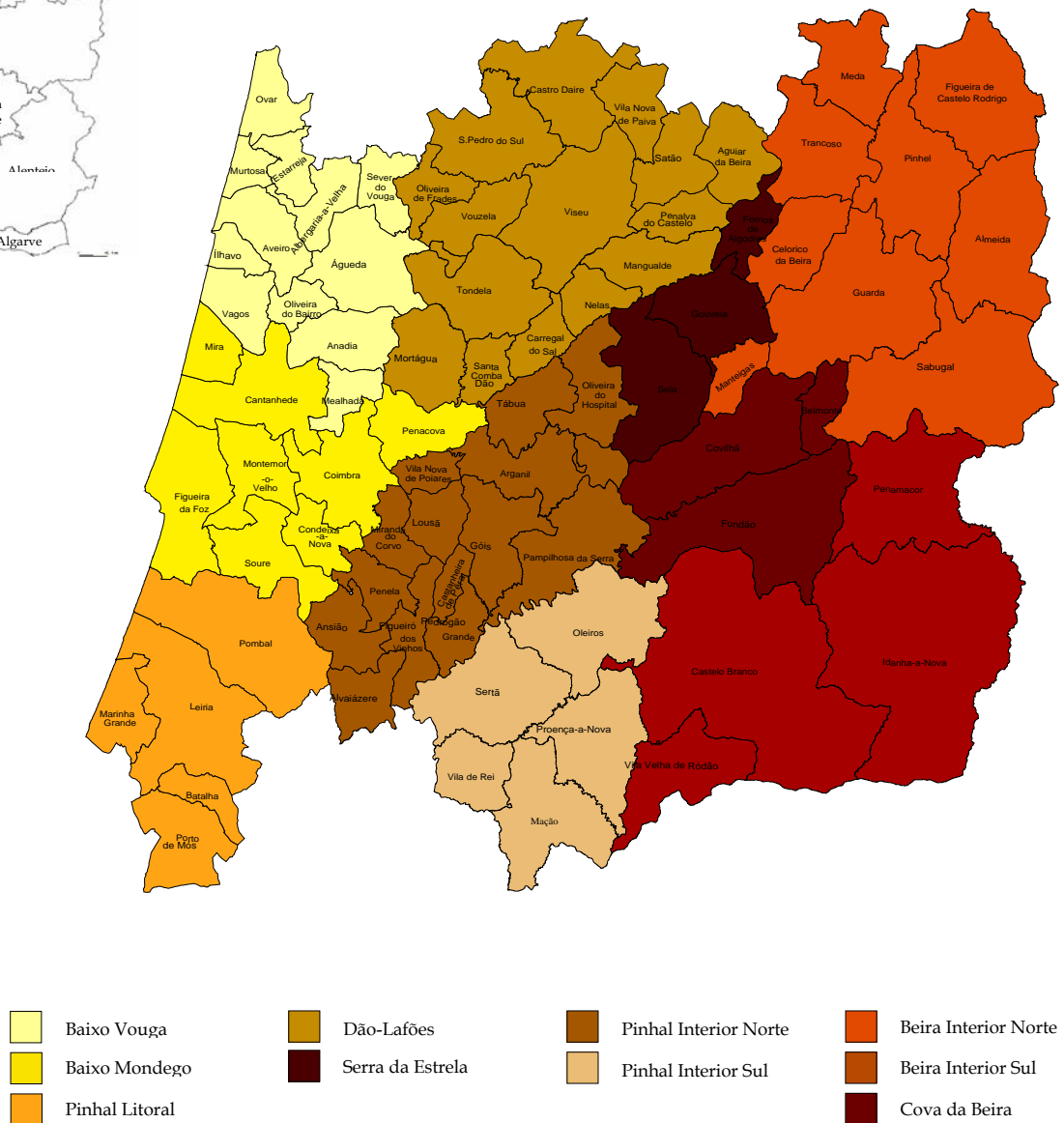
I Região Centro: contexto socio-económico e evolução das condições gerais do PO Regional	7
1. Demografia e povoamento.....	11
2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial	16
3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades	18
4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos	19
5. Ambiente de qualidade	21
II PO Centro: síntese global da execução.....	25
1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução	27
2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários.....	31
3. Domínios de intervenção: aprovações e execução	32
4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução	33
5. Indicadores de realização física e de resultado	35
6. Grandes projectos.....	36
III Eixo Prioritário I Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal	37
1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução	39
2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	48
3. Medida I.2 – Ambiente e recursos naturais	53
4. Medida I.3 – Acessibilidades.....	57
5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento	60
6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas	63
7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	66
8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	69
9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	72
10. Medida I.9 – Saneamento básico	74
IV Eixo Prioritário II Acções Integradas de Base Territorial	75
1. Eixo II – Enquadramento e síntese de execução.....	77
2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER)	89
3. Medida II.2 – Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente empregabilidade (FSE)	94
4. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias	95
5. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”	106
6. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”	110
7. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER	121
8. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	126

9. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social....	132
V Eixo Prioritário III Intervenções da Administração Central Regionalmente	
Desconcentradas	141
1. Eixo III - Enquadramento e síntese da execução	143
2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	152
3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional.....	155
4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local	160
5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local	168
6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	170
7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital.....	172
8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital.....	173
9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS).....	174
10. Medida III.9 - Cultura	177
11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	179
12. Medida III.11 - Economia	182
13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes	186
14. Medida III.13 - Ambiente	189
15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	192
16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos	206
17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação	207
VI Procentro: administração e gestão.....	209
1. Comissão de Acompanhamento	211
2. Reprogramação Intercalar	211
3. Sistema de Informação	213
4. Utilização da Assistência Técnica	214
5. Controlo	215
6. Actualização da avaliação intercalar.....	223
7. Divulgação, Informação e Publicidade	225
8. Respeito pelas políticas comunitárias	226
VII Anexos	233
Anexo 1 Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2004 por Eixo e por Medida	235
Anexo 2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia	237
Anexo 3 Execução por domínios de intervenção.....	239
Anexo 4 Indicadores de realização física e de resultado	241
Anexo 5 Eixo I – Projectos aprovados em 31.12.2004, por medida, localização e nível de execução.....	243
Anexo 6 Eixo II – Projectos aprovados em 31.12.2004, por medida, localização e nível de execução.....	245

Anexo 7 Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2004, por medida, localização e nível de execução **247**

Anexo 8 Medidas 2.7 e 3.14 – Aprovações e execução por linha de acção e domínio. **249**

**Região Centro: contexto socio-económico
e evolução das condições gerais do PO Regional**



No período que compreendeu 2000 a 2004, a Região Centro foi palco de mudanças, de âmbito conjuntural, umas fortemente marcadas por transformações à escala internacional, outras por reorientações de carácter nacional, relacionadas com alterações no quadro político, com os consequentes realinhamentos nas orientações das políticas públicas de nível nacional, regional e local.

Com o intuito de traçar o quadro sócio-económico que constitui o pano de fundo em que decorreu a actuação do Programa, apresentamos as principais dinâmicas verificadas na Região Centro, seguindo cinco vectores, o essencial do que foi apresentado em termos de avaliação intercalar, actualizando sempre que possível essa informação.

1. Demografia e povoamento

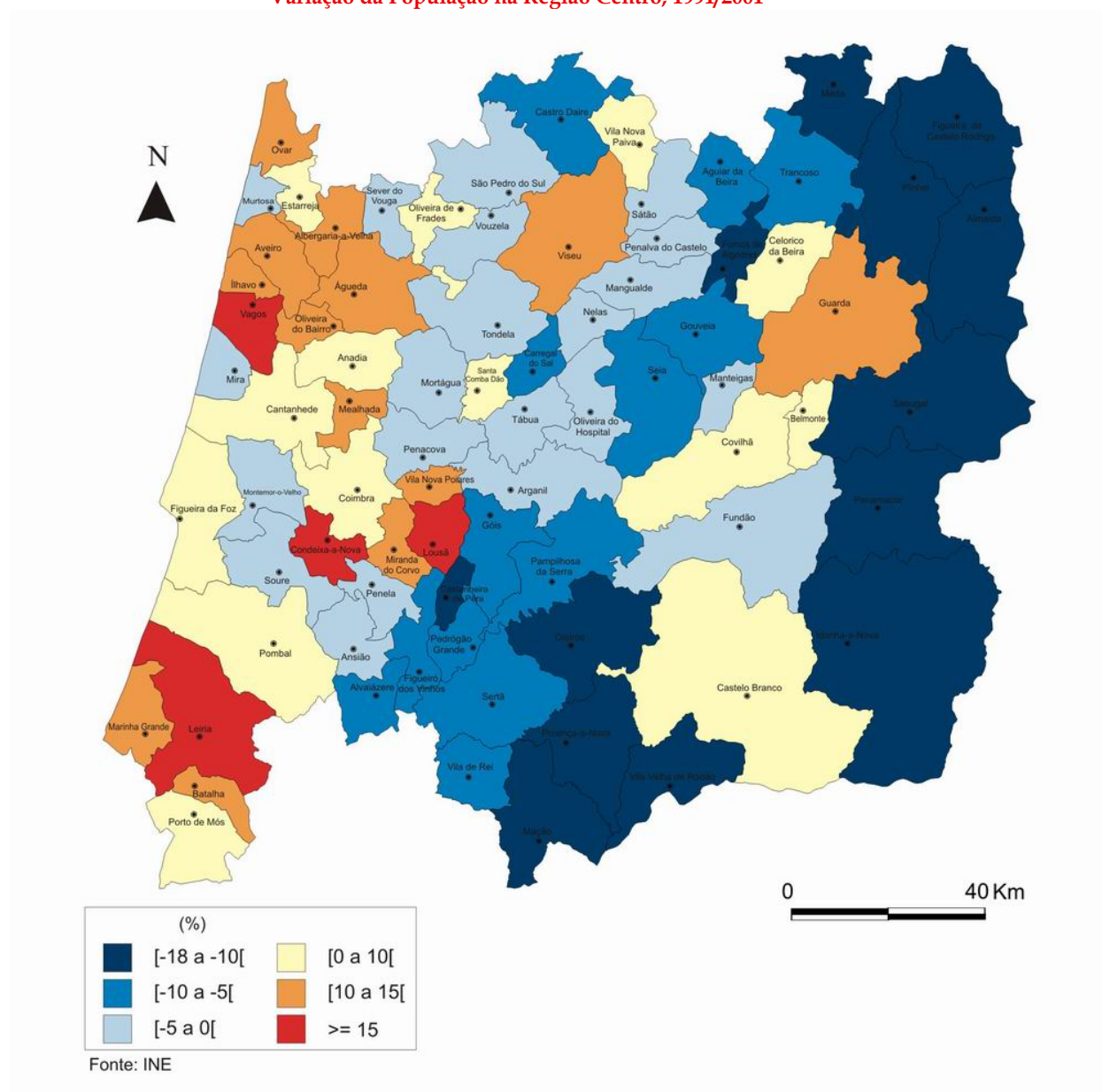
Nos últimos anos, a **evolução demográfica** da Região Centro acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da estrutura demográfica e de declínio dos ritmos de crescimento natural. Estes aspectos são parcialmente compensados pelo forte aumento do fluxo de imigração que assim explica a dinâmica positiva de crescimento populacional que caracterizou, em termos médios, a Região Centro (1991-2001, variação de 3,6%).

No entanto, existem claras diferenças entre os territórios que se alinham de norte para sul ao longo do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e no eixo de penetração para o interior sustentado ao longo do IP5 (do Baixo Vouga a Dão-Lafões), que continuam a registar um crescimento populacional (em particular o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral, cuja variação da população entre 1991 e 2001, ultrapassou os 10%) e o interior, que continuou a perder população. Na última década, acentuaram-se as dificuldades dos territórios geograficamente “intermédios” como o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela, que registaram decréscimos populacionais superiores aos verificados nos territórios raianos alinhados ao longo do eixo urbano Castelo Branco-Fundão-Covilhã-Guarda.

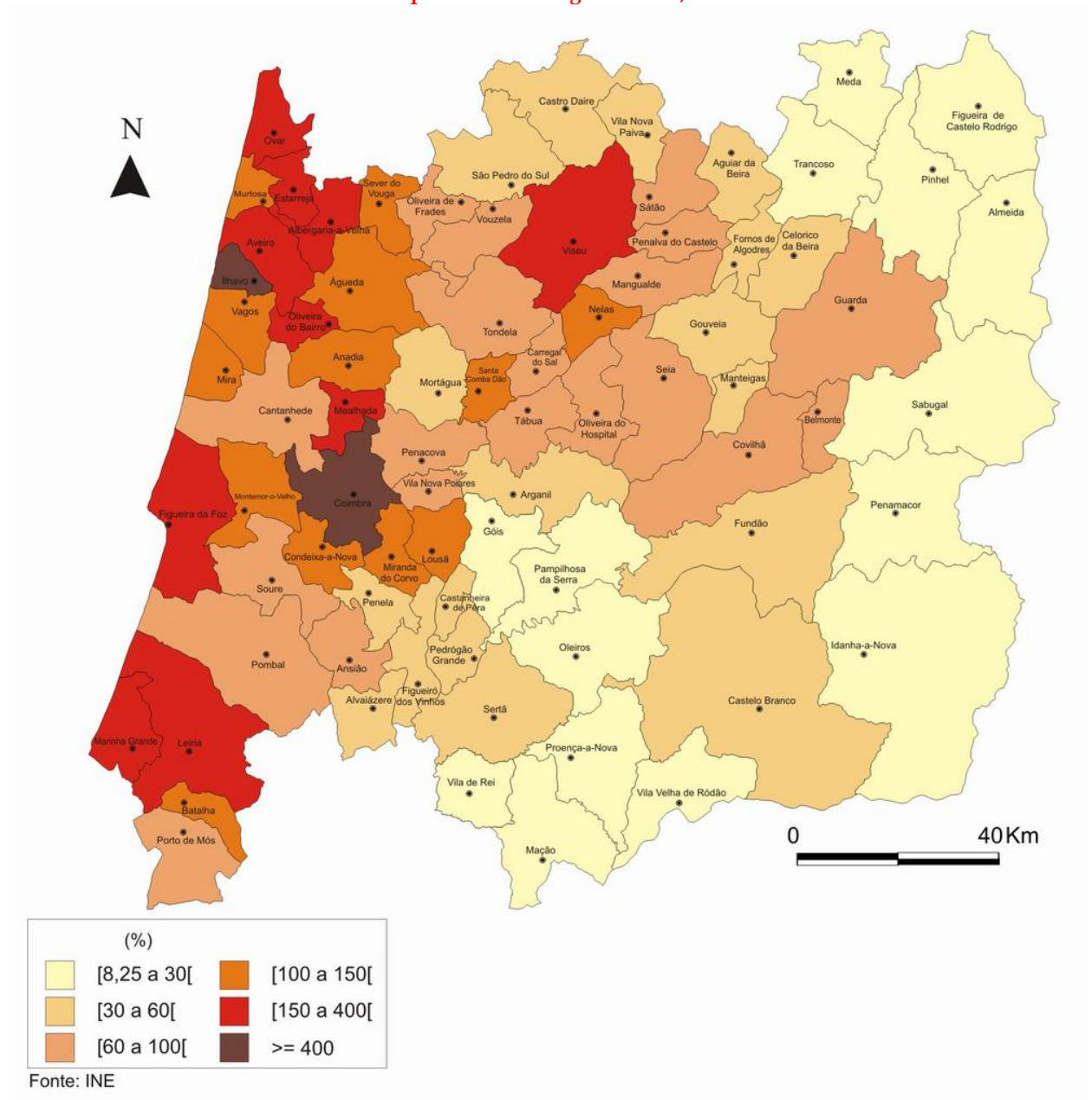
Há contudo que sublinhar, que **qualquer um dos vectores condutores da evolução demográfica da Região** (crescimento natural e saldo migratório), apresenta valores mais desfavoráveis que os nacionais, **prospectivando-se o reforço de algumas das fragilidades e ameaças da Região**, nomeadamente, as directamente relacionadas com a evolução dos activos e do emprego, e outros aspectos relacionados com a viabilidade económica na prestação de serviços públicos e privados, domínios estes que se relacionam com as necessidades estratégicas de promover a equidade e a coesão económica e social na Região.

Relacionadas com as mudanças populacionais estão as alterações verificadas no **sistema urbano**, nomeadamente o reforço das cidades de média dimensão, cuja reorganização e qualificação constitui uma pedra basilar da estratégia de desenvolvimento da Região Centro.

Variação da População na Região Centro, 1991/2001



Densidade Populacional na Região Centro, 2001



Quadro 1 - Alguns Indicadores Demográficos da Região Centro

	Ano	Unidade	Região Centro*	Região Plano	Portugal
População residente	1997	Nº	1.710.390	1.744.170	9.957.270
	2001	N.º	1.783.596	1.817.428	10.356.117
Tx. de variação da população	1991/2001	%	3,6	3,3	5,0
Tx. de variação da população	1997/2001	%	4,3	4,2	4,0
Densidade populacional (hab. por km²)	1997	(Hab/Km²)	72,3	68,2	108
	2001	%	75,4	71,1	112
Índice de envelhecimento	1997	%	113,4	114,5	88,5
	1998		115,9	117,1	90,3
	2001		130,8	132,3	102,0
Índice de dependência total	2001		52,7	52,9	32,0
Saldo migratório	1991/2001	Milhares	88,2	87,9	361,1
Taxa de crescimento natural	2000	‰	-1,4	-1,6	1,4

* Integra os concelhos que à data compunham a NUTE II Centro.

Fonte: INE

As cidades da Região reforçaram a sua posição nos sistemas urbanos regionais, tanto no litoral, como no interior. Aveiro, Leiria ou Marinha Grande, no litoral, Castelo Branco ou Guarda no interior, são exemplos desta situação. Simultaneamente, um conjunto de aglomerações de menor dimensão como Pombal, Águeda, Seia, Ovar, Ílhavo, Estarreja, Cantanhede, Mealhada, Mangualde ou Fundão, registaram um forte dinamismo populacional na última década, contribuindo para a consolidação do sistema urbano da Região Centro.

De facto, em 2001, mais de 50% da população vive em aglomerações (freguesias) com cariz urbano, sendo que no litoral esses valores ultrapassam os 60% (casos do Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e aproximam-se dos 80% no caso do Baixo Vouga.

Quadro 2 - Distribuição da População Residente, em 2001, segundo a Tipologia das Áreas Urbanas

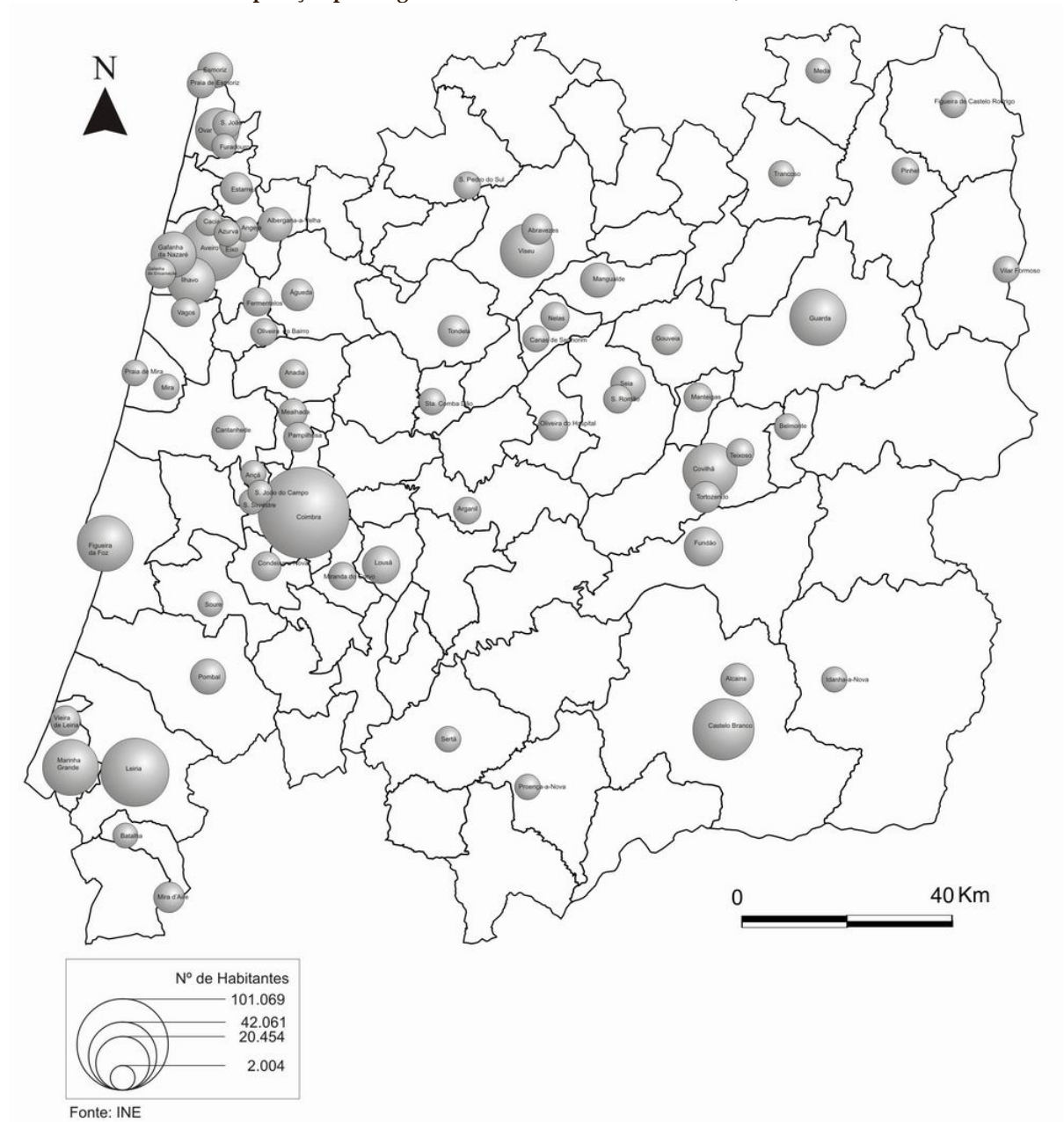
NUTE III	População Total	Áreas Predominantemente Urbanas (%)	Áreas Medianamente Urbanas (%)	Áreas Predominantemente Rurais (%)
Baixo Vouga	385.724	77,3	15,4	7,3
Baixo Mondego	340.309	67,7	17,4	14,9
Pinhal Litoral	250.990	64,2	16,7	19,2
Dão-Lafões	286.313	34,0	25,9	40,2
Serra da Estrela	49.895	13,9	37,9	48,3
Pinhal Interior Norte	138.535	18,2	35,0	46,8
Pinhal Interior Sul	44.803	12,3	26,6	61,1
Beira Interior Norte	115.325	22,4	21,2	56,4
Cova da Beira	93.579	43,0	13,3	43,6
Beira Interior Sul	78.123	40,0	17,6	42,5
Região Centro	1.783.596	51,9	21,7	26,4
Continente	9.869.343	70,4	16,1	13,5

Fonte: INE, Censos 2001; INE, DGOTDU, Deliberação sobre a Tipologia das Áreas Urbanas.

Outra característica da Região é a existência de 5 sub-sistemas urbanos que definem um quadro de complementaridades ao nível do emprego e da base económica. São eles: Coimbra-Figueira da Foz, Aveiro-Ílhavo-Águeda-Ovar, Leiria-Marinha Grande, Dão-Lafões, Guarda-Covilhã-

Fundão-Castelo Branco e ainda, um sexto sub-sistema, Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, este último mais pequeno mas em franco processo de afirmação.

População por Lugares com mais de 2.000 Habitantes, 2001



2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial

Na última década a Região Centro reforçou a sua base industrial e terciária, muito embora sejam claras as diferenças entre os territórios do Litoral Centro e seu prolongamento por Dão-Lafões, e o interior, que se estende desde o Pinhal Interior até à Raia, onde o sector primário persiste como uma actividade que ocupa mais de 30% da população activa.

Nos últimos anos, consolidaram-se especializações produtivas vocacionadas para os mercados nacional e internacional (cerâmicas, metalomecânicas, vestuário, calçado) e reestruturaram-se outros ramos como o vidro e os lanifícios, o que contribuiu para que as taxas de actividade (masculina e feminina) registassem valores superiores à média nacional e para valores de desemprego inferiores aos do País. Entre 1996 e 1999, o valor das exportações da Região Centro cresceu 26%, valor superior ao crescimento de 21,6% registado no País, sendo que no caso dos concelhos do litoral, bem como naqueles que compõem a NUTE Dão-Lafões, o acréscimo foi muito superior.

Quadro 3 - Emprego e VAB por Sector de Actividade (%), 1998-2002

		Emprego									VAB, 1999		
		Agricultura, Silvicultura e Pescas			Indústria, Construção, Energia e Água			Serviços			I	II	III
		1998	2001	2002	1998	2001	2002	1998	2001	2002			
Região Centro	H/M	26,4	27,0	26,7	32,7	35,8	31,1	40,9	41,7	42,2	5,5	38,1	56,4
	M	15,6	15,4	-	9,2	6,7	-	22,1	21,9	-	-	-	-
País	H/M	13,5	12,6	12,5	31,3	31,3	34,0	50,7	53,0	53,5	4,3	30,0	65,7
	M	6,7	6,4	-	9,4	9,4	-	26,8	28,5	-	-	-	-

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*.

Contudo, nos últimos anos, verificaram-se mudanças à escala nacional e internacional que têm vindo a alterar as condições de competitividade da Região Centro. O desaceleramento do Investimento Directo Estrangeiro e do investimento nacional, reforçado pela deslocalização de algumas grandes unidades de produção para outros países (caso dos Países de Leste) e por uma recessão dos mercados externo e interno, tem levado ao aumento do desemprego e a uma contracção da produção, efeitos que se fazem sentir de forma particularmente intensa no encerramento de unidades em concelhos de cariz mais rural da Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Pinhal Interior e no Baixo Vouga. Este comportamento recessivo afecta sobretudo as empresas da fileira têxtil, em particular do ramo do vestuário.

A presença de ramos cuja competitividade assenta no baixo custo do trabalho e na disponibilidade de mão-de-obra feminina (caso das confecções), explicam as crescentes taxas de actividade feminina, mas explicam igualmente os baixos níveis de produtividade e os menores ritmos de crescimento do VAB regional e do PIB *per capita* (em 1996 correspondia a 80% da média nacional, em 1998, decresceu para 78% da média nacional). Acresce ainda o facto da Região Centro permanecer como uma das regiões mais pobres da União Europeia, registando um PIB *per capita* de 54% da média europeia (2000), valor que registou um decréscimo relativamente a 1998 onde o PIB *per capita* da Região correspondia a 59% da média europeia (Relatório da Coesão, 2000).

Estas características menos positivas não são consideradas muito relevantes pelos vários promotores que classificam a “dinâmica do tecido empresarial” da Região, ou o grau de “internacionalização da actividade produtiva” e de “captação de investimento estrangeiro” como sendo de nível médio, não se tendo alterado a situação entre 2000 e 2003.

Excepção para o desemprego que consideram ter aumentado significativamente e para o sector agrícola, cuja percepção dos promotores relativamente à evolução da “produtividade agrícola” nos últimos três anos, é bastante desfavorável. Cerca de 74% dos inquiridos afirma que a situação é de nível 2 (ou seja nível médio-baixo), sendo que 34% refere que a situação piorou nos últimos 3 anos, e 61% afirma não se terem verificado alterações, ou seja, uma larga percentagem considera que o nível é médio-baixo.

No que diz respeito às **infra-estruturas de apoio à actividade produtiva**, tomemos como exemplo as zonas industriais. Não havendo informação estatística disponível que permita caracterizar a situação de partida da Região e a sua evolução, considera-se indicativa a opinião dos promotores que reconhecem ter havido uma melhoria na “valorização e ordenamento das zonas industriais”.

Relativamente ao desenvolvimento das telecomunicações, dados recentes mostram o atraso da Região Centro relativamente à média nacional o que, em parte, se explica pelo maior envelhecimento populacional e pelo acentuado despovoamento das regiões do interior onde estas mudanças têm menor expressão. Em 1997, o número de postos telefónicos por 100 habitantes era de 37, valor inferior aos 43/100 habitantes registados em Portugal, enquanto a percentagem de alojamentos ligados a infra-estruturas de alto débito de informação, é praticamente metade da média nacional, apesar das melhorias verificadas entre 1999 e 2002. Em 1999, 26,1% dos alojamentos tinham ligação e, em 2002, esse valor subiu para 28%, encontrando-se muito distante do valor médio nacional registado em 2002, 65% (ANACOM, 2002).

Outros domínios relacionados com a base económica local e regional são o **turismo** e o **sector das produções locais** fortemente relacionadas com a **valorização e promoção territorial**, nomeadamente dos territórios mais rurais do interior da Região.

Nos últimos anos, o sector do turismo registou algumas modificações que importa salientar: do lado da oferta, diminuiu o número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento, enquanto do lado da procura, houve um aumento do número de dormidas, superior a 20% no caso das estadias em hotéis. Os motivos e os tipos de estadias têm-se alargado, sendo exemplo o turismo de congressos, onde se têm obtido bons níveis de produtividade associados a uma oferta que tem vindo a aumentar em qualidade.

Quadro 4 - Alguns Indicadores de Turismo na Região Centro

	Região Centro	Portugal	Região Centro	Portugal	Região Centro	Portugal
	1997		2002		1997-2002	
Estabelecimentos	277	1.768	259	1.890	-6,5	6,9
Capacidade de alojamento	20.942	211.315	20.294	239.903	-3,1	13,5
Dormidas						
Hotéis	1.081.264	13.704.128	1.297.618	16.612.845	20,0	21,2
Pensões	404.006	3.090.779	397.832	3.389.015	-1,5	9,6
Outros estabelecimentos	268.300	12.555.376	257.869	14.207.108	-3,9	13,2

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*, 1998, 2002.

Ao nível florestal, a alteração do contexto verificada com a devastação total pelo fogo de muitos concelhos do Pinhal interior leva claramente à necessidade de incrementar o tipo de actuação das entidades públicas na floresta, promovendo uma nova forma de ordenamento e exploração florestal

3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades

Uma característica inerente ao perfil competitivo da base económica regional é o **baixo nível de qualificação da mão-de-obra**, associado aos **reduzidos níveis de escolaridade média**. Embora a taxa de analfabetismo tenha decrescido de 14%, em 1991, para 10,9%, em 2001, os valores permanecem superiores à média nacional. Em 2001/2002, cerca de 64,8% da população com idade compreendida entre os 25 e os 29 anos tem 9 ou menos anos de escolaridade (situação muito semelhante à média nacional, 62%) e só 18,1% tem um nível superior.

Este quadro de qualificações reflecte-se na estrutura do desemprego e num desajuste entre a oferta e a procura de emprego, que aponta para um forte défice de mão-de-obra qualificada.

Em contrapartida, tem-se verificado um aumento dos desempregados com um nível de instrução elevado (licenciatura/mestrado ou doutoramento), evidenciando um claro desajustamento entre a oferta e a procura de emprego, mesmo com níveis de qualificação mais elevados. Uma das explicações para este desajuste prende-se com o lote de formações leccionadas pelas instituições de ensino superior universitário e politécnico que, nos últimos anos, têm registado uma forte incidência nas humanidades em detrimento da componente técnica.

Quadro 6 - Nível de Escolaridade da População Activa com Idade Compreendida entre os 25 e os 29 anos, 2001

Nível de Ensino	R. Centro		Portugal		UE15
	N.º	%	N.º	%	
Sem nível de ensino	1.272	0,7	8.272	0,7	
Ensino pré-escolar a frequentar					
Ensino básico	59.903	32,1	359.689	30,6	34,2
- 1º Ciclo	13.599	7,3	91.436	7,8	
- 2º Ciclo	29.256	15,7	168.407	14,3	
- 3º Ciclo	17.048	9,1	99.846	8,5	
Ensino secundário	31.758	17,0	227.684	19,4	43,5
Ensino médio					
Ensino superior	33.888	18,1	219.016	18,6	22,3

Fonte: Inquérito ao Emprego, Relatório da Coesão.

Face às recentes mudanças económicas, o acréscimo de desemprego que se verificou a partir de 2002 (de 2001 para 2004, surgiram 19.807 novos desempregados, o que correspondeu a um aumento de 45%) afigura-se preocupante, uma vez que afecta, para além do segmento feminino (59,5% do total), menos qualificado e instruído, na maioria dos casos, nos escalões etários superiores a 30 anos, um crescente número de activos do sexo masculino.

Quadro 7 - Evolução do N.º de Desempregados na Região Centro, 1999-2004

Anos	Desempregados Inscritos	Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%)
1999	45.526	-
2000	44.999	-1,2
2001	44.161	-1,9
2002	52.410	18,7
2003	62132	18,5
2004	63968	3,0

Fonte: Delegação Regional Centro do IEF

4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos

As **acessibilidades e transportes** constituem outro domínio fundamental para a estratégia de desenvolvimento da Região Centro. Há contudo, que separar os níveis nacional e internacional dos níveis regional e local, e a esta escala, o urbano.

Com uma posição chave na articulação do território nacional, a Região Centro e, em particular o litoral, servidos pelo IP1 (ligação a Lisboa e Porto) e a norte pelo IP5 (eixo que faz a ligação a Espanha), assim como pelos principais eixos ferroviários (Linha do Norte e a Linha da Beira Alta que permite a ligação ao exterior), segundo os promotores e os vários intervenientes nos “*Focus Group* - Conhecedores do Território e Conhecedores do Programa”, conta ainda com grandes carências neste domínio, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos. Em primeiro lugar, refira-se que estão por concluir alguns troços que permitem o “fecho” de algumas redes fundamentais para a estruturação da rede viária da Região (casos do IC8-Pombal à A1, IC8-Proença-a-Nova ao IP2 e IC37-Nelas ao IP5) para além de se terem registado atrasos na construção e na requalificação de troços da rede principal, consequência das alterações na política nacional de acessibilidades (casos do IP5 e IP6, IC1, IC3, IC6 e IC7).

Cabe ainda sublinhar como fundamental para o desenvolvimento e coesão territorial da Região a qualificação do eixo estruturante do Pinhal Interior, que promoveria a ligação entre Proença-a-Nova, Vila Nova de Poiares, passando por Oleiros, Pampilhosa da Serra e Góis.

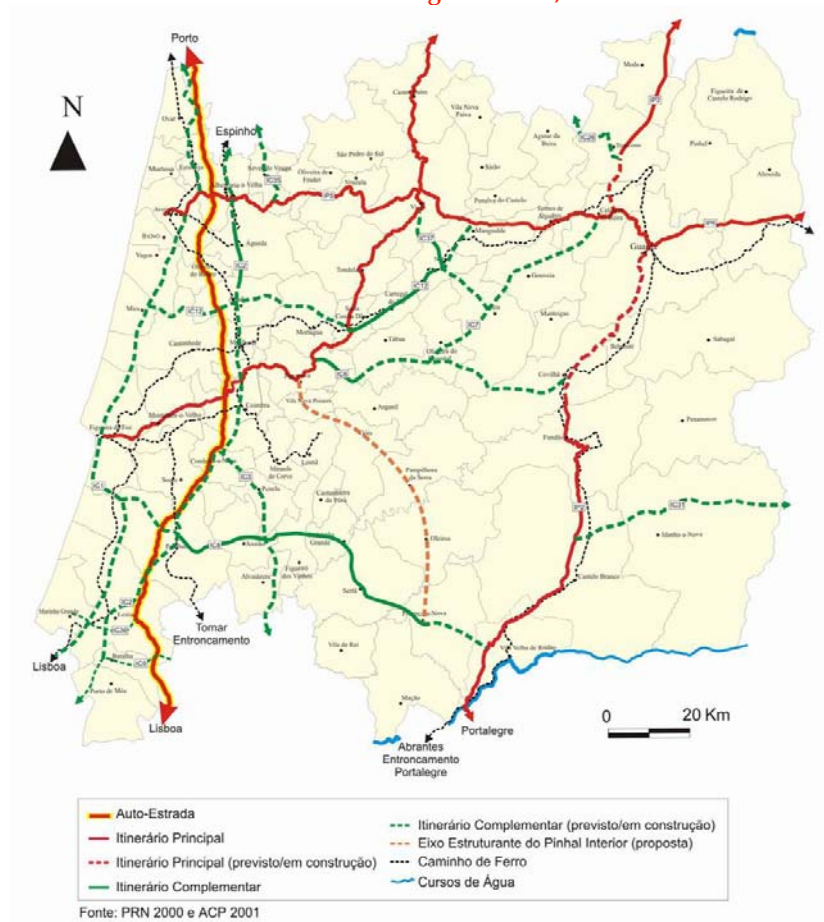
Outro aspecto que merece particular atenção no domínio das acessibilidades e transportes relaciona-se com o desenvolvimento do sistema urbano e da base económica urbana-regional. A melhoria da acessibilidade e o aumento do transporte individual permitiu o reforço da mobilidade das populações das aldeias às sedes de concelho mas, também, entre concelhos ou cidades diferentes, contribuindo para a consolidação dos sistemas e dos eixos urbanos regionais.

Em suma, os investimentos realizados neste domínio nos últimos 10 anos evidenciam um significativo desfasamento, entre uma dinâmica de qualificação da rede local, resultante do esforço financeiro das autarquias, e uma incipiente intervenção na rede regional e nacional, o que limita o potencial competitivo da Região e condiciona de modo evidente as estratégias de coesão social e territorial. Esta situação é, em larga medida, produto do expressivo défice de investimento do Fundo de Coesão, à semelhança do que se verificou no domínio do ambiente.

A outro nível surgem as acessibilidades intra-regionais e de nível municipal, onde tem igualmente havido melhorias. Existem no entanto alguns problemas da maior importância para a melhoria da competitividade regional, bem como para a coesão económica e territorial: os promotores evidenciam as carências ao nível das infra-estruturas, como por exemplo, os centros

coordenadores de transporte rodoviário, as plataformas inter-modais de mercadorias e nos transportes ferroviários e aéreos.

Rede Viária da Região Centro, 2001



No sector da **educação**, o nível pré-escolar registou uma melhoria no número de equipamentos, que foi acompanhada por um reforço dos equipamentos de apoio à infância e juventude. Os níveis básico e secundário viram também melhoradas as condições de muitas das instalações existentes.

No domínio da **saúde**, a situação não se alterou significativamente, registando-se pequenos ganhos na renovação da rede de cuidados de saúde primária. Entre as carências mais evidentes contam-se a falta de instalações que prestem cuidados continuados, área particularmente sensível para os idosos e, como tal, com grande impacto nas áreas mais envelhecidas da Região.

No âmbito do **desporto e lazer** registaram-se progressos positivos expressos pelo incremento generalizado da oferta de equipamentos para a prática desportiva. Este facto, tributário dos Programas Operacionais anteriores e orientado por um objectivo evidente de aumento da coesão interna e de equidade territorial, gerou, no entanto, um evidente desfasamento na captação de áreas desportivas entre as áreas mais densamente povoadas (litoral e cidades médias) e os concelhos periféricos, que apresentam níveis de oferta por habitante significativamente mais elevados.

5. Ambiente de qualidade

O ambiente, pela sua transversabilidade (serviços prestados à população, como património a preservar e valorizar e ainda pela componente urbana), constitui um dos sectores chave do desenvolvimento da Região Centro. Nos últimos anos, globalmente, têm-se verificado certas mudanças positivas, no entanto insuficientes, face às necessidades de colmatar atrasos estruturais, particularmente no domínio do saneamento básico.

No que diz respeito às infra-estruturas de saneamento básico, nos últimos anos:

- **tem aumentado a percentagem de população com abastecimento domiciliário de água** (em 1997, 89% e em 2002, 94.8%), o que representa uma melhoria significativa do grau de cobertura da rede “em baixa”. Contudo, em alguns concelhos persistem situações de atraso, que condicionam fortemente a qualidade de vida da população. Casos de Sever do Vouga, Sertão, Tondela, Vouzela, Viseu, Trancoso e, numa situação ainda mais precária, São Pedro do Sul, Tábua, Estarreja e Vagos, onde os níveis de cobertura registados, em 2002, eram inferiores a 76%.

- **registou-se um acréscimo na percentagem de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais** (1997, 36%, para 54.6% em 2002) **e por redes de drenagem de águas residuais** (1997, 54% para 65.5% em 2002). Apesar dos valores médios serem próximos da média nacional, a situação dos vários concelhos é bastante diferenciada, registando-se valores muito baixos, inferiores a 35% de cobertura, em vários concelhos do Baixo Mondego, Baixo Vouga e Pinhal Interior Sul;

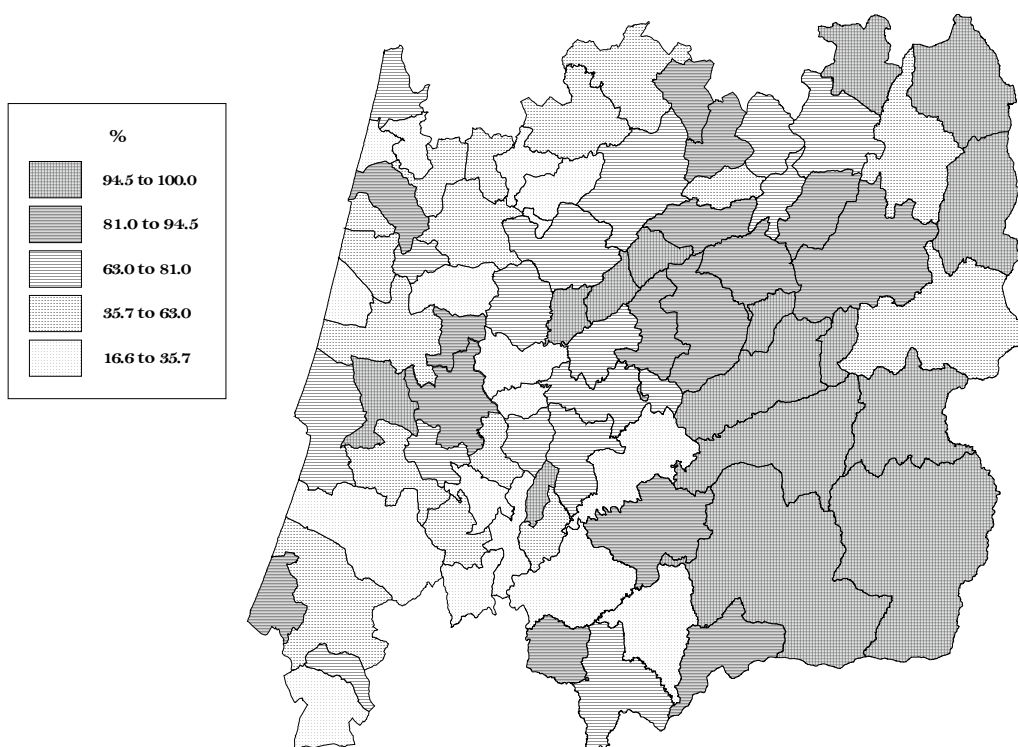
- verificou-se um **salto qualitativo na qualidade do serviço prestado** através da introdução de sistemas de monitorização da qualidade da água fornecida;

- é visível uma **melhoria na percentagem de população servida por sistemas de recolha de resíduos**, após a entrada em funcionamento de um conjunto de infra-estruturas financiadas por Quadros Comunitários anteriores. Os investimentos realizados permitiram o encerramento de várias lixeiras e a entrada em funcionamento de aterros e estações de compostagem.

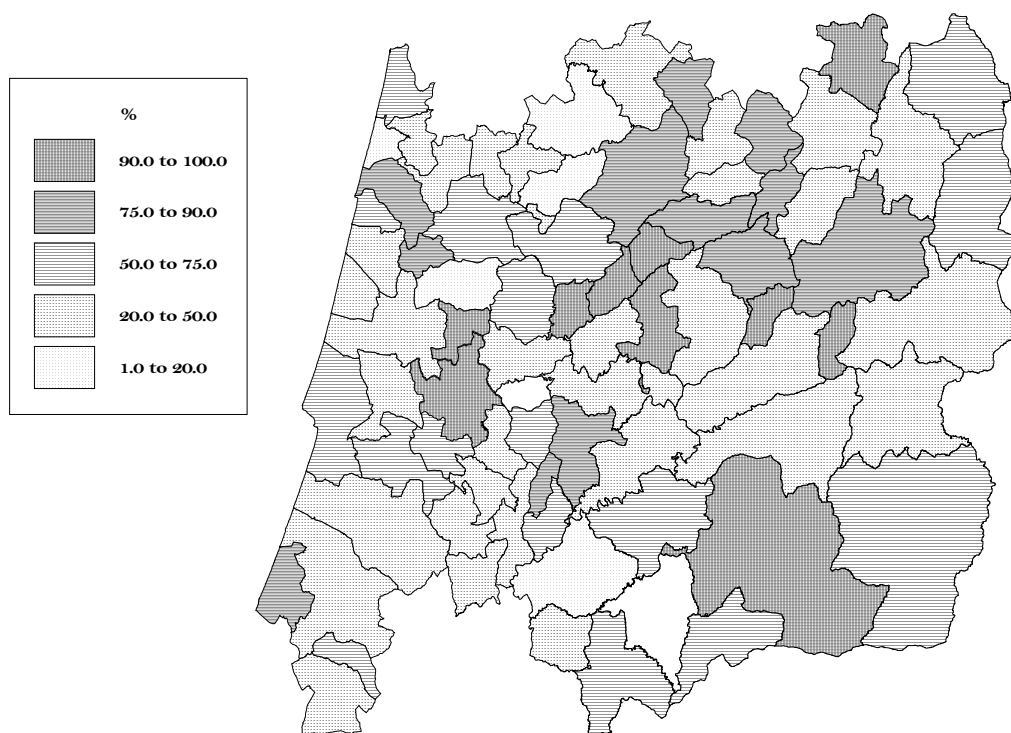
No litoral, alguns troços das bacias hidrográficas do Liz, Mondego e Vouga persistem como áreas críticas de poluição, face à pressão urbana e industrial.

No intuito de reforçar as intervenções no domínio do ambiente vêm sendo desenvolvidos esforços que permitam articular as intervenções das componentes em “alta” e em “baixa” de saneamento básico, sobretudo nos sistemas integrados que se estão a implementar naquelas bacias hidrográficas do litoral.

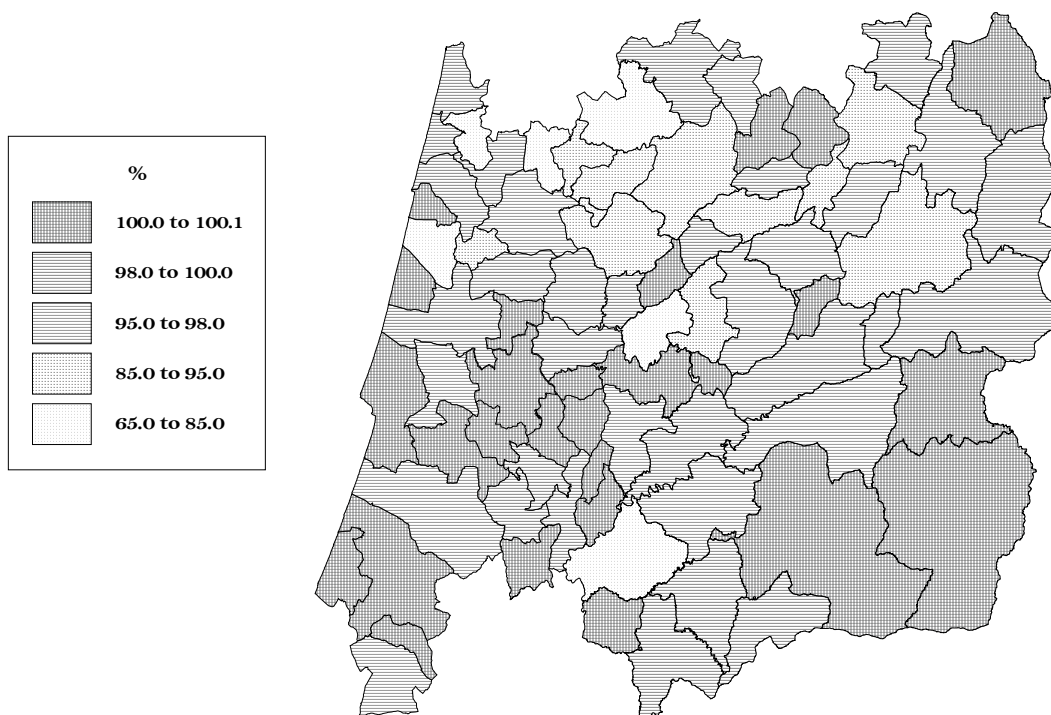
População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2002



População Servida com Sistemas de Tratamento de Águas Residuais, 2002



População Servida com Abastecimento Domiciliário de Água, 2002



II

PO Centro: síntese global da execução

1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução

O quadro que passamos a apresentar sintetiza os valores globais da execução do PO. Centro, em que se evidencia a programação, as aprovações e a execução, enfatizando os quatro primeiros anos de vigência do Programa. É possível constatar o salto quantitativo e qualitativo que ocorreu do primeiro para os seguintes, que tanto se relaciona com o período tardio de início do programa, como com um desempenho mais regular que passou a acontecer a partir de 2001.

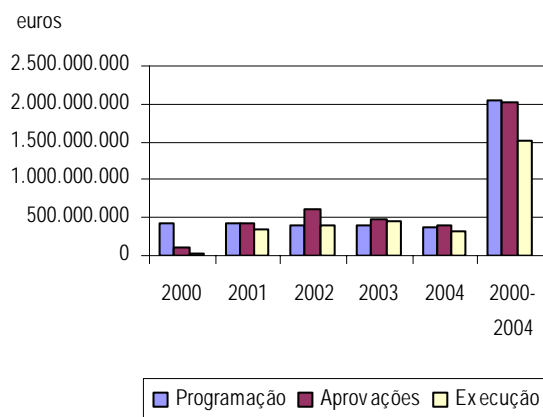
PO Centro: programação, aprovações e execução (2000-2004)

Unidade: Euros

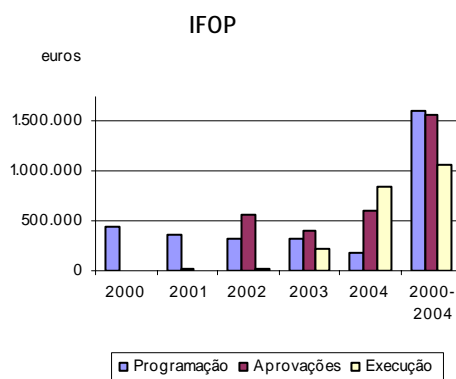
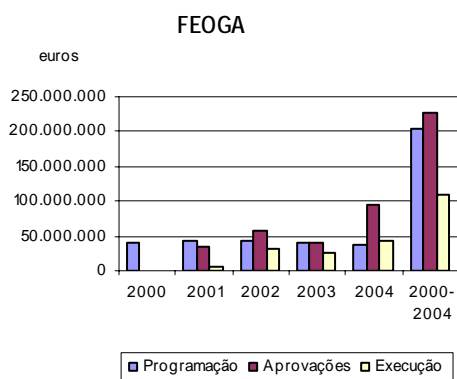
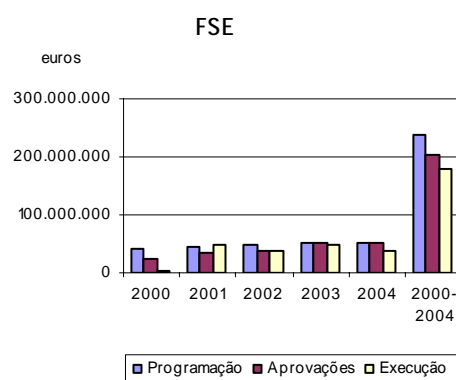
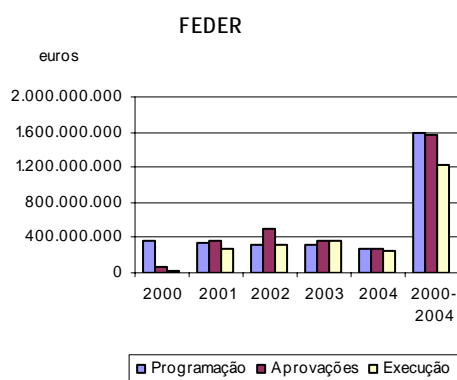
Ano	Fundo	Programação		Aprovação		Execução		Taxas(%)		
		D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E./P	E/A
2000	FEDER	353.917.738	220.153.175	76.310.367	40.350.091	12.862.594	9.389.067	21,6	3,6	16,9
	FSE	41.129.805	27.156.013	25.399.821	15.725.841	3.021.908	1.737.597	61,8	7,3	11,9
	FEOGA	39.037.977	27.982.839	0	0	0	0	0,0	0,0	
	IFOP	432.978	314.978	0	0	0	0	0,0	0,0	
	Total	434.518.498	275.607.005	101.710.188	56.075.932	15.884.502	11.126.664	23,4	3,7	15,6
2001	FEDER	339.704.917	210.309.576	359.384.716	232.073.110	282.202.401	179.378.988	105,8	83,1	78,5
	FSE	45.462.952	29.505.030	35.052.385	21.561.499	49.028.026	30.187.939	77,1	107,8	139,9
	FEOGA	43.215.797	31.020.436	34.670.494	24.644.648	6.643.344	4.787.633	80,2	15,4	19,2
	IFOP	357.977	261.977	16.180	12.135	4.194	3.145	4,5	1,2	25,9
	Total	428.741.643	271.097.019	429.123.775	278.291.392	337.877.964	214.357.705	100,1	78,8	78,7
2002	FEDER	314.701.613	197.160.665	503.620.248	309.735.217	321.072.840	207.651.133	160,0	102,0	63,8
	FSE	46.555.996	29.900.751	39.514.520	24.257.992	37.997.119	23.215.363	84,9	81,6	96,2
	FEOGA	43.664.708	31.356.176	56.750.499	41.350.167	32.516.370	23.669.925	130,0	74,5	57,3
	IFOP	319.977	234.977	554.731	416.048	11.827	8.870	173,4	3,7	2,1
	Total	405.242.294	258.652.569	600.439.998	375.759.424	391.598.156	254.545.291	148,2	96,6	65,2
2003	FEDER	311.970.548	195.568.562	374.957.983	231.720.686	371.766.761	217.918.844	120,2	119,2	99,1
	FSE	52.662.187	32.929.294	53.048.594	32.834.068	49.179.604	30.061.152	100,7	93,4	92,7
	FEOGA	40.472.347	29.005.487	41.539.043	29.543.029	27.075.434	19.320.562	102,6	66,9	65,2
	IFOP	319.977	234.977	404.030	327.200	219.079	175.212	126,3	68,5	54,2
	Total	405.425.059	257.738.320	469.949.650	294.424.983	448.240.877	267.475.770	115,9	110,6	95,4
2004	FEDER	279.386.713	177.407.525	262.998.393	159.312.752	249.775.867	151.054.245	94,1	89,4	95,0
	FSE	51.927.368	31.705.504	51.348.443	32.277.532	38.521.257	23.617.880	98,9	74,2	75,0
	FEOGA	37.213.105	27.674.951	95.396.800	64.599.554	42.736.201	29.835.511	256,4	114,8	44,8
	IFOP	177.637	139.977	595.867	513.474	835.044	659.498	335,4	470,1	140,1
	Total	368.704.823	236.927.957	410.339.502	256.703.312	331.868.369	205.167.133	111,3	90,0	80,9
2000-2004	FEDER	1.599.681.529	1.000.599.503	1.577.271.707	973.191.857	1.237.680.462	765.392.278	98,6	77,4	78,5
	FSE	237.738.308	151.196.592	204.363.763	126.656.932	177.747.913	108.819.930	86,0	74,8	87,0
	FEOGA	203.603.934	147.039.889	228.356.835	160.137.398	108.971.349	77.613.630	112,2	53,5	47,7
	IFOP	1.608.546	1.186.886	1.570.807	1.268.857	1.070.144	846.726	97,7	66,5	68,1
	Total	2.042.632.317	1.300.022.870	2.011.563.113	1.261.255.044	1.525.469.868	952.672.564	98,5	74,7	75,8
Total 2000-2006	FEDER	2.169.289.387	1.369.991.072	1.655.995.451	1.021.619.578	1.237.680.462	765.392.278	76,3	57,1	74,7
	FSE	347.545.472	218.176.000	225.762.303	139.587.483	177.747.913	108.819.930	65,0	51,1	78,7
	FEOGA	282.214.326	205.681.000	245.389.748	170.932.955	108.971.349	77.613.630	87,0	38,6	44,4
	IFOP	2.049.320	1.537.000	1.609.172	1.300.998	1.070.144	846.726	78,5	52,2	66,5
	Total	2.801.098.505	1.795.385.072	2.128.756.674	1.333.441.014	1.525.469.868	952.672.564	76,0	54,5	71,7

No decurso de 2004 o valor das aprovações ultrapassou o valor programado, 111%, ficando a execução na ordem dos 90%.

Daqui se depreende que, apesar da baixa de execução registada em 2004, relativamente a 2003, a taxa de aprovação e de execução até final de 2004 apresenta valores razoáveis: 76% do montante total do programa, encontra-se comprometido, pois já se encontram aprovados 2 129 dos 2 802 milhões de Euros da despesa pública programada; a execução é de 54.5% relativamente ao programado e de 71.7% se tivermos em linha de conta o valor total aprovado. Importa referir que estas duas últimas taxas são consideravelmente distintas consoante os diferentes fundos: 57% e 76% no caso do FEDER, 51% e 65%, no do FSE, 52% e 79% no caso do IFOP e 87% e 39%, no do FEOGA.



Para uma apreciação mais detalhada desta situação, apresentam-se os gráficos que traduzem a evolução total verificada ao nível do Programa e de cada um dos Fundos.



Para os níveis de aprovação e de execução elevados concorrem, em grande parte, as medidas do Eixo I, quer ao nível das aprovações (83% e 111% do valor total programado e do programado até final de 2004, respectivamente) quer ao nível da execução (67% e 92% do total programado e do programado até final de 2004). Numa situação intermédia encontra-se o Eixo III e numa bastante mais desfavorável o Eixo II.

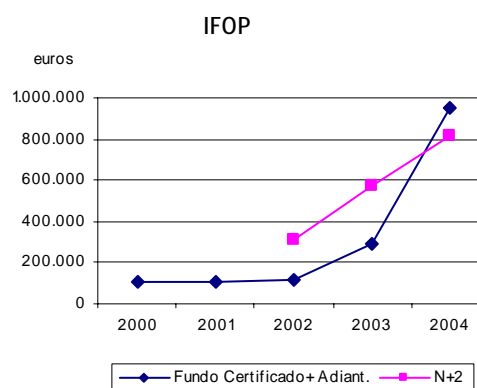
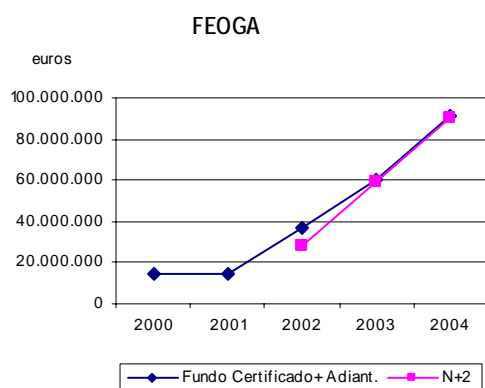
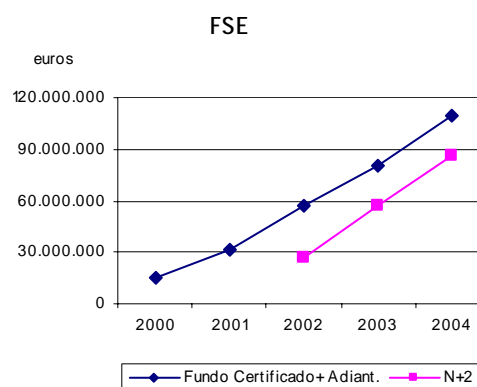
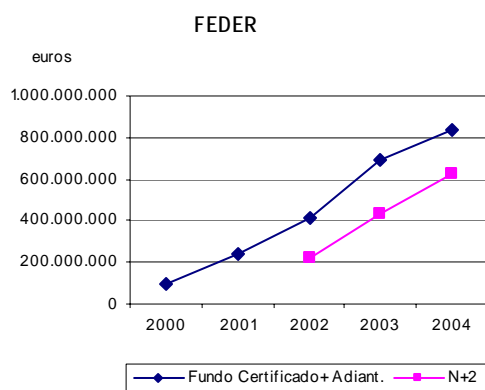
PO Centro: síntese da execução por Medida (31.12.2004)

Unidade: euros

Medidas	Despesa Pública (2000-2004)			% (2000-2004)			% (2000-2006)		
	Programada	Aprovada	Executada	A/P.	E/P.	E/ A .	A/P.	E/P.	E/ A .
PO TOTAL	2.042.632.317	2.011.563.113	1.525.469.868	98,5	74,7	75,8	76,0	54,5	71,7
EIXO 1	616.881.905	687.048.206	567.597.975	111,4	92,0	82,6	83,3	67,0	80,4
1.1- Equipamento e infra-estruturas locais	225.942.181	250.315.022	195.675.311	110,8	86,6	78,2	85,2	64,2	75,3
1.2 - Ambiente e recursos naturais	122.386.457	162.372.777	143.046.752	132,7	116,9	88,1	100,1	88,2	88,1
1.3 - Acessibilidades	88.117.941	112.250.130	97.989.453	127,4	111,2	87,3	97,0	83,9	86,5
1.4 - Qualif. dos a. urb.e das est.de povoamento	43.569.475	52.841.007	45.772.016	121,3	105,1	86,6	78,0	67,6	86,6
1.5 - Apoio às act. ec., act. de des. territorial e apoio à eficácia das p. públicas	34.606.081	26.058.523	17.720.871	75,3	51,2	68,0	67,2	43,2	64,3
1.6 - Desenvolvimento dos recursos humanos	30.642.831	13.031.997	5.432.136	42,5	17,7	41,7	50,8	17,7	34,9
1.7 - A. Específicas de Valorização Territorial	53.284.671	68.257.045	61.123.556	128,1	114,7	89,5	88,6	79,3	89,5
1.8 - Bonif. de Juros em L. de Crédito ao I. A.	4.647.045	1.921.705	837.881	41,4	18,0	43,6	104,2	13,6	13,1
1.9 - Saneamento Básico	13.685.223	0	0	0,0			0,0	0,0	
EIXO 2	216.721.166	185.496.580	98.214.503	85,6	45,3	52,9	69,9	32,7	46,9
2.1 - A. Int. p/ a Qual. e C. das Cidades	61.476.830	66.763.746	17.453.033	108,6	28,4	26,1	75,3	19,7	26,1
2.3 - A. Inovadoras de Dinamização das Aldeias	19.053.200	19.856.676	16.564.251	104,2	86,9	83,4	80,3	65,6	81,7
2.4 - A. Int. "Turismo e Pat.no Vale do Côa"	47.626.523	29.861.387	23.170.987	62,7	48,7	77,6	54,5	36,7	67,3
2.5 - A. Integrada de Base T.da Serra da Estrela	23.813.337	29.610.644	19.972.121	124,3	83,9	67,4	97,7	63,3	64,8
2.6 - A. I. de Base T. do Pinhal Interior (FEDER)	16.652.147	13.770.495	9.165.572	82,7	55,0	66,6	53,8	35,1	65,4
2.7 - A. I. de Base T. do Pinhal Interior (FEOGA)	29.426.192	19.454.563	8.865.174	66,1	30,1	45,6	85,1	21,1	24,8
2.8 - Des. rec. humanos e prom. da coesão social	18.672.937	6.179.068	3.023.364	33,1	16,2	48,9	32,2	13,0	40,2
EIXO 3	1.209.029.246	1.139.018.327	859.657.390	94,2	71,1	75,5	73,4	52,0	70,9
3.1 -Educação- Infr. da e. pré-esc.e dos e. b. e sec.	88.234.308	84.747.747	76.815.703	96,0	87,1	90,6	80,8	70,6	87,4
3.2 - Educação - Ensino profissional	67.182.827	74.298.550	67.566.173	110,6	100,6	90,9	77,8	58,8	75,5
3.3 - Prom. da Empreg. e do Emprego a N.Local	113.905.174	109.008.805	100.223.963	95,7	88,0	91,9	65,8	59,3	90,1
3.4 - Apoio ao Invest. no Desenvolvimento Local	21.387.288	6.768.778	6.720.978	31,6	31,4	99,3	23,1	22,9	99,3
3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação	6.486.000	2.278.900	710.412	35,1	11,0	31,2	38,9	8,9	22,9
3.6 - Sociedade da Informação	29.535.500	12.267.064	5.526.394	41,5	18,7	45,1	29,9	12,4	41,6
3.7 - S. da Inf.: criar comp. p/ o des. de P. D.	3.698.000	0	0	0,0	0,0		0,0	0,0	
3.8 -Saúde: Impl. dos S. Locais de Saúde (SLS)	60.083.394	46.062.818	37.321.402	76,7	62,1	81,0	69,7	45,6	65,4
3.9 - Cultura	7.378.326	7.337.123	3.251.044	99,4	44,1	44,3	78,0	32,9	42,2
3.10 - Desporto: Des. de Equip. Desportivos	63.799.342	86.519.323	71.502.430	135,6	112,1	82,6	90,5	72,0	79,6
3.11 - Economia	199.945.926	189.942.892	156.335.287	95,0	78,2	82,3	86,9	62,1	71,4
3.12 - Acessibilidades e Transportes	308.210.600	253.939.042	194.469.003	82,4	63,1	76,6	64,2	48,4	75,3
3.13 - Ambiente	38.584.618	32.728.457	22.697.770	84,8	58,8	69,4	66,1	42,5	64,3
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	170.694.140	204.788.706	97.217.412	120,0	57,0	47,5	87,3	41,3	47,3
3.15 - Pescas- Infra-estruturas de Portos	9.026.440	11.644.535	7.629.020	129,0	84,5	65,5	96,2	63,0	65,5
3.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação	1.608.546	1.570.807	1.070.144	97,7	66,5	68,1	78,5	52,2	66,5
3.17 - Assistência Técnica FEDER	12.148.676	9.155.871	6.209.217	75,4	51,1	67,8	56,6	38,4	67,8
3.18- Assistência Técnica FSE	3.636.539	1.845.343	1.502.277	50,7	41,3	81,4	37,3	30,3	81,4
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	3.483.602	4.113.567	2.888.762	118,1	82,9	70,2	85,1	59,8	70,2

Como se documenta nas figuras que evidenciam a evolução verificada, o Programa apresenta níveis de aprovação e de execução que o colocam numa situação confortável relativamente à regra n+2, no que respeita ao FEDER, FSE e IFOP. Nestes casos, o valor mínimo a atingir em final de 2004, assinalado em cada um dos respectivos gráficos, foi claramente ultrapassado. No caso do FEDER o valor mínimo a atingir no final de 2005 (823.191.998 euros) já foi ultrapassado e no caso do FSE o valor mínimo do ano 2005 (119.491.088 euros) foi quase atingido com a certificação ocorrida no início de 2005. De realçar a elevada recuperação ocorrida no IFOP, que passou de uma situação de execução muito baixa no final de 2003 para uma situação confortável no final de 2004.

No que respeita ao FEOGA é de realçar o acréscimo de despesa registada no ano de 2004, 115% do programado para esse ano, o que permitiu, ainda que no seu limite, o cumprimento da regra n+2.



2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários

Os fluxos financeiros com a Comissão Europeia, que se encontram expressos no Anexo II, permitem constatar que as transferências para o Estado Membro por via do PO Centro e os créditos por satisfazer eram, no final de 2004, os seguintes:

Unidade: Mil Euros

Fundo	Créditos	Pagamentos CE	Por satisfazer
FEDER	838.820,133	812.714,122	26.106,011
FSE	109.466,369	109.466,369	0,000
FEOGA	91.174,259	75.652,726	15.521,533
IFOP	954,316	739,269	215,047
Total	1.040.415,077	998.572,486	41.842,591

As verbas remetidas para a Autoridade de Gestão foram utilizados no reembolso aos beneficiários finais e na transferência para as entidades pagadoras, cujos montantes totalizaram:

Unidade: Euros

Fundo	Transferências das Autoridades de Pagamento	Pagamentos aos Beneficiários e transferências para as Entidades Pagadoras			
		Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
FEDER	771.262.876	400.624.796	62.734.068	307.900.215	771.259.079
FSE (*)	102.783.141	4.339.152	2.117.819	96.325.439	102.782.410
FEOGA (**)	75.678.467				75.678.467
IFOP	467.675			467.675	467.675
Total	950.192.158	404.963.949	64.851.887	404.693.329	950.187.631

(*) - Inclui juros no valor de 98735,49 euros

(**) - Inclui juros no valor de 25740,51 euros

Os pagamentos, no caso de projectos com comparticipação do FEDER, correspondem a reembolso de despesa efectuada e paga ou a adiantamentos de despesas efectuadas, mas ainda não liquidados pelos beneficiários finais. No caso dos projectos com comparticipação do FSE e do FEOGA, foram efectuados adiantamentos, de acordo com a legislação e contratos celebrados com os beneficiários.

3. Domínios de intervenção: aprovações e execução

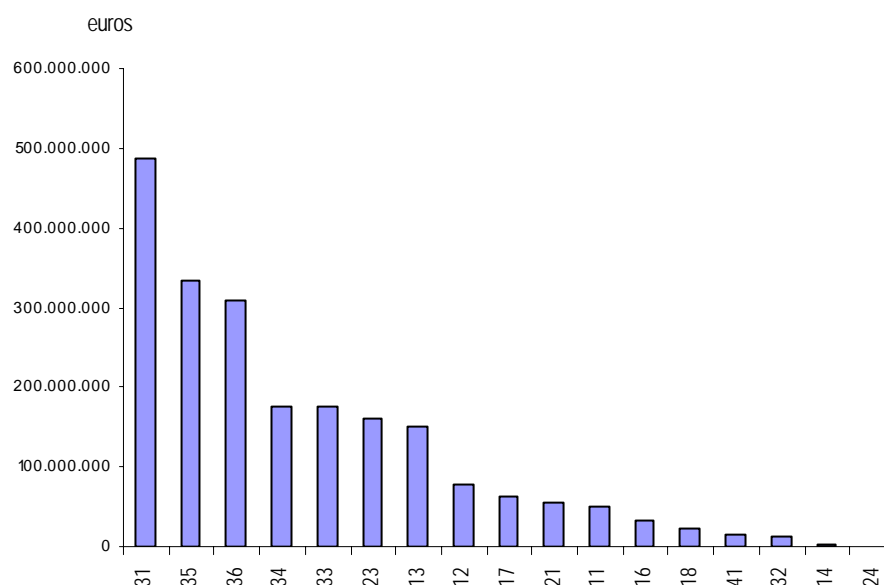
Uma breve análise da ventilação de todos os projectos apoiados até final de 2004 por domínios de intervenção permite-nos concluir que estas se concentram em oito principais sectores, representando 88% do investimento total.

Domínios	Unidade: %			
	Homologações		Execução 2000-2004	
	Despesa Pública	Fundos Estruturais	Despesa Pública	Fundos Estruturais
11- Agricultura	2,4	2,7	2,7	3,0
12- Silvicultura	3,7	3,8	1,1	1,2
13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	7,1	8,1	5,1	5,8
14 - Pescas	0,1	0,1	0,1	0,1
16- Ajudas às PME e ao artesanato	1,5	1,5	1,4	1,4
17- Turismo	3,0	3,2	2,7	3,0
18 - Investg., desenv. e inovação tecn (IDTI)	1,1	1,0	0,1	0,1
21 - Políticas activas do mercado de trabalho	2,6	2,6	3,4	3,4
23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico	7,5	7,3	8,0	7,7
24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.	0,0	0,0	0,0	0,0
31 - Infra-estruturas de transportes	22,8	22,5	25,0	25,0
32- Infraestruturas de telecomunicações e s. da informação	0,6	0,7	0,4	0,4
33 - Infra-estruturas no domínio das energias	8,3	5,2	9,6	6,1
34 - Infra-estruturas ambientais	8,3	9,8	9,9	11,7
35 - Ordenamento e requalificação	15,7	17,0	14,4	15,6
36 - Infraestruturas sociais e da saúde	14,5	13,5	15,7	14,7
41 - Assistência Técnica	0,7	0,8	0,7	0,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

A sua leitura permite-nos destacar:

- que as infra-estruturas básicas, ao nível dos transportes (22.8% do investimento total apoiado pelo programa) e do ambiente (8.3%) predominam, evidenciando os défices estruturais que subsistem nestes domínios na Região Centro;
- os equipamentos sociais, culturais e desportivos, enquadrados no domínio das infra-estruturas sociais e da saúde (14.5%), que, associados às intervenções no domínio do ordenamento e requalificação urbana (15.7%), são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano;
- a importância pesada e estruturante que tem os projectos no domínio das energias (8.3%);
- a importância das políticas activas do mercado de trabalho (2.6%) e da educação e da formação (7.5%);
- o número relativamente importante que têm os projectos de promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais (7.1%) e de apoio à silvicultura (3.7%) .

PO Centro: despesa pública aprovada por domínio de intervenção



31 - Infra-estruturas de transportes

35 - Ordenamento e requalificação

36 - Infra-estruturas sociais e da saúde

34 - Infra-estruturas ambientais

33 - Infra-estruturas no domínio das energias

23 - Des. da educação e da formação

13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais

12- Silvicultura

17- Turismo

21 - Políticas activas do mercado de trabalho

11- Agricultura

16- Ajudas às PME e ao artesanato

18 - Investg., desenv. e inovação tecn. (IDTI)

41 - Assistência Técnica

32- Infraestruturas de telecom. e soc. da informação

14 - Pescas

24 - Adap., espírito de empresa e inovação

4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução

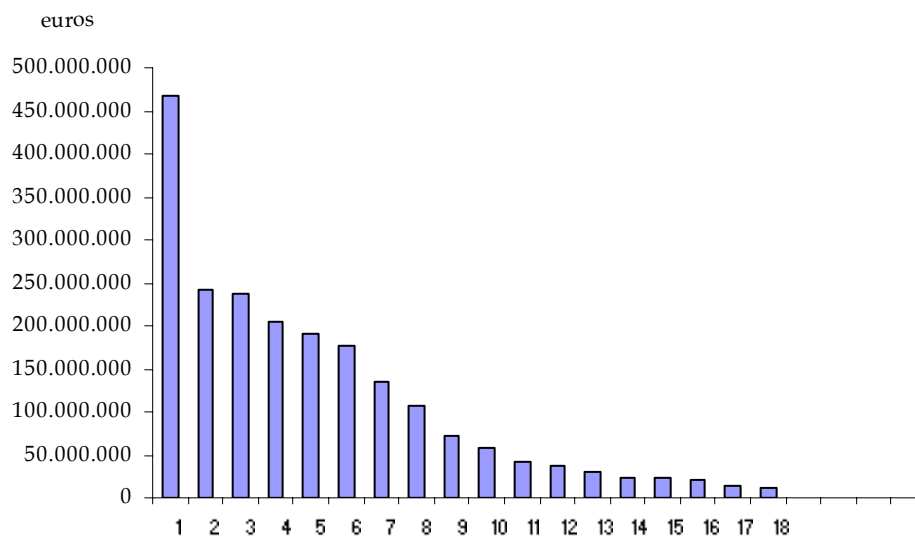
O quadro que passamos a apresentar destaca os projectos que foram apoiados segundo o respectivo sector reproduzindo, de alguma forma, as conclusões do ponto anterior, destacando-se os transportes (22%), o ambiente (9.6%), agricultura (11.4%), formação e o emprego (11.1%). revitalização urbana (9.0%) e a energia (8.3%).

Unidade: euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2004)		
	Nº Proj.	D. Pública	%	Fundo	D. Pública	%	Fundo
AGRICULTURA	9.121	241.904.342	11,4	168.240.750	106.475.200	7,0	75.687.597
AMBIENTE - Abast. de Água	81	36.932.236	1,7	27.474.795	32.106.561	2,1	23.916.907
AMBIENTE- Águas Residuais	194	127.869.067	6,0	94.513.258	107.887.354	7,1	80.084.471
AMBIENTE - Protecção Amb.	135	29.800.375	1,4	22.126.903	16.981.265	1,1	12.686.032
AMBIENTE - Resíduos Sólidos	12	10.608.094	0,5	7.792.298	8.754.340	0,6	6.545.468
AMBIENTE - Outros	1	67.062	0,0	46.943	67.062	0,0	46.943
Total Ambiente	423	205.276.834	9,6	151.954.197	165.796.582	10,9	123.279.821
APOIO AO DES. REGIONAL	110	42.564.867	2,0	28.768.382	37.279.164	2,4	25.218.868
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	41	15.114.780	0,7	11.185.993	10.600.256	0,7	7.811.609
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5	3.127.298	0,1	1.567.521	729.772	0,0	368.758
COMÉRCIO	10	20.920.893	1,0	8.903.345	14.374.407	0,9	6.279.872
CULTURA	96	71.911.908	3,4	48.286.314	58.756.535	3,9	39.866.238
DESPORTO	58	134.937.839	6,3	56.022.319	106.794.154	7,0	43.958.890
RECREIO E LAZER	27	22.752.653	1,1	14.590.038	17.082.746	1,1	11.385.544
EDUCAÇÃO	160	107.486.714	5,0	76.800.074	93.784.484	6,1	67.675.950
INTEGRAÇÃO SOCIAL	4	1.273.517	0,1	837.942	478.182	0,0	320.974
ENERGIA	20	176.814.095	8,3	70.030.053	146.567.585	9,6	58.160.552
F. PROF. E EMPREGO	1.111	236.056.443	11,1	145.414.910	182.966.614	12,0	111.864.392
INDÚSTRIA	34	37.460.987	1,8	20.743.870	11.863.922	0,8	6.877.548
PESCAS	20	13.253.707	0,6	10.034.399	8.699.164	0,6	6.568.491
QUAL. DA AD. PÚBLICA	3	4.640.911	0,2	3.404.268	3.223.697	0,2	2.417.773
REVITALIZAÇÃO URBANA	265	190.804.626	9,0	134.401.587	111.575.731	7,3	79.175.185
SAÚDE	39	57.074.088	2,7	42.648.468	37.321.402	2,4	27.865.983
SOC.DE INFORMAÇÃO	15	12.130.516	0,6	8.234.181	5.195.834	0,3	3.611.938
TRANSPORTES - Ferrov.	1	2.034.522	0,1	854.499	2.034.522	0,1	854.499
TRANSPORTES - Portuários	2	9.476.358	0,4	4.738.179	9.334.547	0,6	4.667.273
TRANSPORTES - rodovia	439	456.215.287	21,4	279.870.099	356.941.080	23,4	222.814.818
TRANSPORTES - outros	1	306.880	0,0	214.816	306.880	0,0	214.816
Total Transportes	443	468.033.047	22,0	285.677.593	368.617.029	24,2	228.551.407
TURISMO	73	29.339.088	1,4	20.453.409	18.022.524	1,2	12.431.908
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL	47	24.300.216	1,1	17.017.737	15.649.979	1,0	10.849.282
OUTROS	172	11.577.306	0,5	8.223.663	3.614.903	0,2	2.443.985
TOTAL	12.297	2.128.756.674	100,0	1.333.441.014	1.525.469.868	100,0	952.672.563

Esta análise evidencia a importância significativa que as infra-estruturas básicas (ambiente, transportes e energia) e os equipamentos educativos, desportivos e culturais ainda têm no esforço de investimento público.

PO Centro: despesa pública aprovada por sector



1	TRANSPORTES	10	SAÚDE
2	AGRICULTURA	11	APOIO AO DES. REGIONAL
3	F. PROF. E EMPREGO	12	INDÚSTRIA
4	AMBIENTE	13	TURISMO
5	REVIT. URBANA	14	PAT.HISTÓRICO/ CULTURAL
6	ENERGIA	15	RECREIO E LAZER
7	DESPORTO	16	COMÉRCIO
8	EDUCAÇÃO	17	PESCAS
9	CULTURA	18	SOC.DE INFORMAÇÃO

5. Indicadores de realização física e de resultado

Nos quadros do anexo IV é apresentada a situação dos principais indicadores de realização física e de resultados, com a indicação da quantidade realizada no final do ano.

Na maioria das medidas as metas previstas foram atingidas (cerca de 85% dos indicadores de execução e de resultado).

Eixo	Nº de Indicadores			
	De realização física		De resultado	
	Total	Execução de acordo com a meta (*)	Total	Execução de acordo com a meta (*)
Eixo I	11	10	4	4
Eixo II	4	2	2	1
Eixo III	6	5	11	10
Total	21	17	17	15

(*) Extrapolação da meta de 2004 tendo por base a progressão linear entre as metas de 2003 e de 2006

6. Grandes projectos

Dos projectos previstos com um investimento elegível superior a 50 milhões de Euros, um na Medida de Acessibilidades e Transportes e outro na Medida Economia, foi aprovado o desta última “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”. Trata-se de um projecto que se integra no projecto global da Rede Portuguesa de Transporte de Gás Natural em alta Pressão e constituirá um pilar de apoio ao sistema, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da segurança de aprovisionamento do mercado.

O projecto localiza-se na Mata do Carriço, no concelho de Pombal, e é constituído por cavernas executadas no “Domus Salino” a profundidades compreendidas entre os 1000 e 1200 m. A capacidade de armazenagem de gás natural é da ordem dos $140 \times 10^6 \text{ m}^3$

De acordo com os artigos 25º e 26º do capítulo V do regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Julho, o seu financiamento é condicionado ao resultado da notificação à Comissão Europeia, notificação essa efectuada no início do ano 2001 e concluída em Julho de 2001, através da Decisão da Comissão C(2001) 2011, de 27 de Julho.

A despesa validada até finais de 2004, no valor de 74.755,8 mil euros representa 87% do seu custo elegível. No entanto a despesa efectuada pelo beneficiário final é superior, da ordem dos 90%. A sua execução segue o seu cronograma financeiro.

Foi concluída, durante o ano de 2004, a lixiviação das cavidades TGC-5 e TGC-3, com um volume geométrico de 951.911 m³, tendo sido antecipado o enchimento com gás da primeira cavidade para o último trimestre de 2004. Foi iniciada a lixiviação do Furo TGC-1S em meados do ano. Importa ainda referir que foi constituída uma Comissão de Acompanhamento Ambiental que integra representantes da Agricultura, do Ambiente e da Transgás. Foram emitidos sete relatórios sobre o acompanhamento ambiental (o último emitido em Novembro de 2004).

Relativamente ao outro grande projecto, incluído na Medida Acessibilidades e Transportes, a situação actual é a que passamos a apresentar.

Foram desenvolvidos diversos estudos necessários à definição final de conceitos e soluções a adoptar para o Metro Ligeiro do Mondego (MLM). Com a conclusão destes estudos e restantes peças concursais (programa de concurso e caderno de encargos) foi possível lançar o concurso da obra em 1 de Março de 2005.

Dado o atraso verificado no lançamento da obra, é previsível que o seu período de execução ultrapasse o período deste QCA. Já em 2005 foi apresentada uma candidatura relativa a expropriações e demolições, trabalhos prévios à realização da obra.

III

Eixo Prioritário I **Apoio ao Investimento de Interesse** **Municipal e Intermunicipal**

1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução

Síntese global da execução

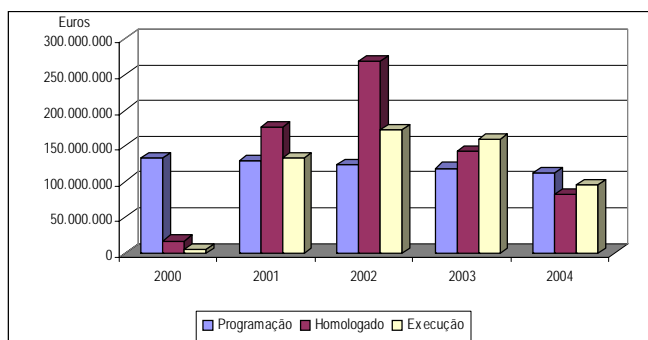
O quadro que sintetiza a execução global do Eixo I ressalta que, até final de 2004, as candidaturas aprovadas totalizam 706,1 Milhões de Euros, predominando as apoiadas nas medidas enquadradas pelo Feder. Os montantes relativos à programação, aprovações e execução, alcançados em final de 2004, permitem concluir que já foram executados 67% do programado até 2006 e 80.4% do aprovado.

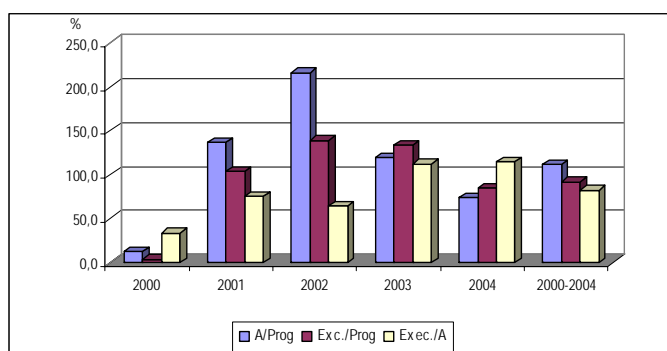
Eixo I – Síntese da programação, aprovações e execução

Unidade: Euros

Ano	Fundo	Programação		Homologado (*)		Execução		Taxas (%)		
		D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc/Prog	Exec/A
2000	FEDER	124.619.521	87.080.288	17.169.410	12.238.982	5.929.495	4.189.243	13,8	4,8	34,5
	FSE	8.625.695	6.469.288	264.064	198.048			3,1		
	Total	133.245.216	93.549.576	17.433.474	12.437.030	5.929.495	4.189.243	13,1	4,5	34,0
2001	FEDER	120.406.782	84.130.204	174.825.238	125.271.024	133.395.753	95.132.791	145,2	110,8	76,3
	FSE	8.335.927	6.251.961	1.689.735	1.261.961	432.339	301.778	20,3	5,2	25,6
	Total	128.742.709	90.382.165	176.514.973	126.532.985	133.828.092	95.434.569	137,1	104,0	75,8
2002	FEDER	116.124.870	81.141.180	266.335.212	186.111.740	171.637.996	120.924.593	229,4	147,8	64,4
	FSE	8.038.678	6.029.023	1.772.366	1.329.274	1.240.923	908.116	22,0	15,4	70,0
	Total	124.163.548	87.170.203	268.107.578	187.441.015	172.878.919	121.832.709	215,9	139,2	64,5
2003	FEDER	113.426.198	79.255.507	138.717.133	95.166.341	158.220.042	109.285.662	122,3	139,5	114,1
	FSE	5.642.531	4.231.912	3.528.015	2.633.900	1.334.650	1.045.495	62,5	23,7	37,8
	Total	119.068.729	83.487.419	142.245.148	97.800.240	159.554.692	110.331.157	119,5	134,0	112,2
2004	FEDER	111.661.703	78.756.703	76.969.215	50.033.707	92.982.554	64.201.888	68,9	83,3	120,8
	FSE			5.777.818	4.333.364	2.424.223	1.818.712			42,0
	Total	111.661.703	78.756.703	82.747.033	54.367.071	95.406.777	66.020.600	74,1	85,4	115,3
2000-2004	FEDER	586.239.074	410.363.882	674.016.209	468.821.794	562.165.839	393.734.176	115,0	95,9	83,4
	FSE	30.642.831	22.982.184	13.031.997	9.756.546	5.432.136	4.074.101	42,7	16,3	38,3
	Total	616.881.905	433.346.066	687.048.206	478.578.340	567.597.975	397.808.277	111,4	92,0	82,6
Total (2000-2006)	FEDER	817.139.118	573.189.667	690.552.079	479.849.098	562.165.839	393.734.178	84,5	68,8	81,4
	FSE	30.642.831	22.982.184	15.577.276	11.677.617	5.432.136	4.074.102	50,8	17,7	34,9
	Total	847.781.949	596.171.851	706.129.355	491.526.715	567.597.975	397.808.279	83,3	67,0	80,4

Eixo I - Programação, aprovações e execução: evolução global da despesa



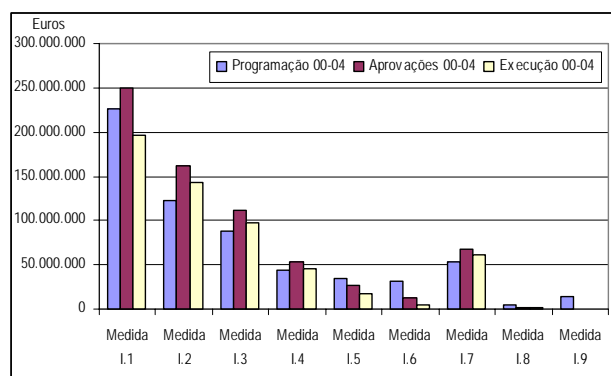
Eixo I - Evolução das taxas de execução

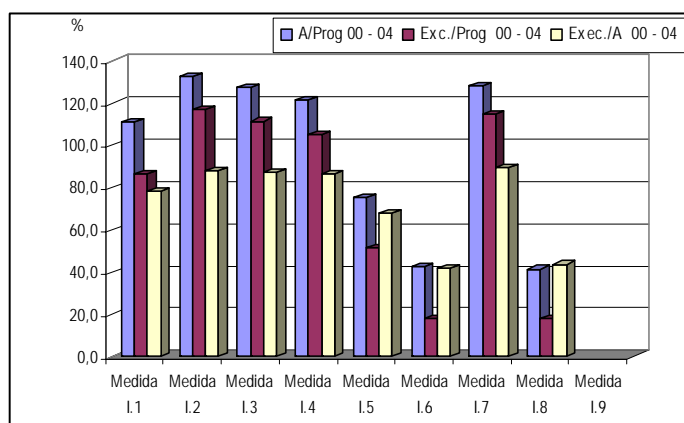
Tendo em consideração a despesa efectivamente registada verificamos que a execução atingiu 92% do montante global programado até 2004, valor que, no caso do Feder, se situa nos 95,9%.

Eixo I - Síntese da execução por Medida

Medida	Nº Proj.	Programação		Aprovações		Execução	Taxas (%) 2000-04			Taxas (%) 2000-06		
		2000-2004	2000-2006	2000-2004	2000-2006		A /Prog	Exc. /Prog	Exec./A	A /Prog	Exc. /Prog	Exec. /A
Medida I.1	443	225.942.181	304.874.821	250.315.022	259.853.533	195.675.311	110,8	86,6	78,2	85,2	64,2	75,3
Medida I.2	266	122.386.457	162.202.254	162.372.777	162.372.777	143.046.752	132,7	116,9	88,1	100,1	88,2	88,1
Medida I.3	108	88.117.941	116.785.215	112.250.130	113.250.130	97.989.453	127,4	111,2	87,3	97,0	83,9	86,5
Medida I.4	65	43.569.475	67.712.293	52.841.007	52.841.007	45.772.016	121,3	105,1	86,6	78,0	67,6	86,6
Medida I.5	96	34.606.081	41.039.033	26.058.523	27.559.794	17.720.871	75,3	51,2	68,0	67,2	43,2	64,3
Medida I.6	236	30.642.831	30.642.831	13.031.997	15.577.276	5.432.136	42,5	17,7	41,7	50,8	17,7	34,9
Medida I.7	23	53.284.671	77.033.309	68.257.045	68.257.045	61.123.556	128,1	114,7	89,5	88,6	79,3	89,5
Medida I.8	164	4.647.045	6.158.859	1.921.705	6.417.793	837.881	41,4	18,0	43,6	104,2	13,6	13,1
Medida I.9		13.685.223	41.333.334									
Total	1.401	616.881.905	847.781.949	687.048.206	706.129.355	567.597.975	111,4	92,0	82,6	83,3	67,0	80,4

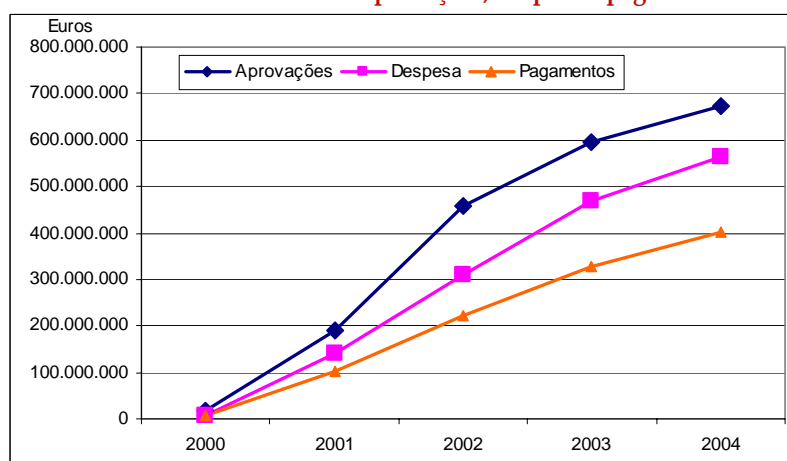
O desempenho é, contudo, relativamente distinto consoante as diferentes medidas, sendo de relevar os níveis alcançados pelas Medidas I.7, I.2, I.4, I.3, onde se atingiram níveis de execução, relativamente ao aprovado, superiores a 80%. Devido ao facto de registarem uma procura mais elevada o comprometimento registado, em final de 2004, foram de 100.1% da programação no caso da Medida I.2 (Ambiente e recursos naturais), 97% no da I.3 (Acessibilidades), 88.6% no da I.7 (Acções específicas de valorização territorial).

Eixo I - Evolução da programação, das aprovações e da execução por Medida (2000-2004)

Eixo I - Níveis de execução das diferentes Medidas em 31.12.2004

A execução global do Eixo I tem registado uma evolução ascendente e contínua, como fica evidenciado na figura que mostra a progressão acumulada dos montantes aprovados, da despesa realizada e dos pagamentos efectuados aos promotores.

**Eixo I: Evolução mensal da execução (2000 - 2004):
montantes acumulados de aprovações, despesa e pagamentos**



Considerando apenas os projectos aprovados no âmbito do Feder, o número dos que se encontravam concluídos, em final de 2004, era particularmente significativo. Já se encontravam nesta situação 414, representando 34.3% do investimento total aprovado. Se a este valor adicionarmos os que apresentam níveis de execução superiores a 90%, concluiremos que os projectos encerrados ou em vias de encerramento representam mais de metade das aprovações.

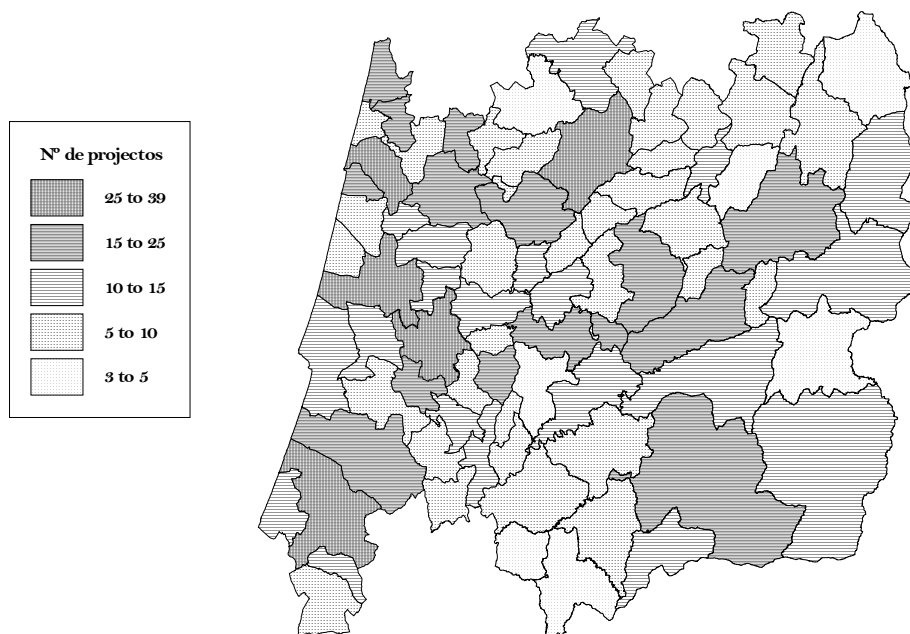
Eixo I - Projectos aprovados nas Medidas Feder segundo o respectivo nível de execução

Unid: Euros

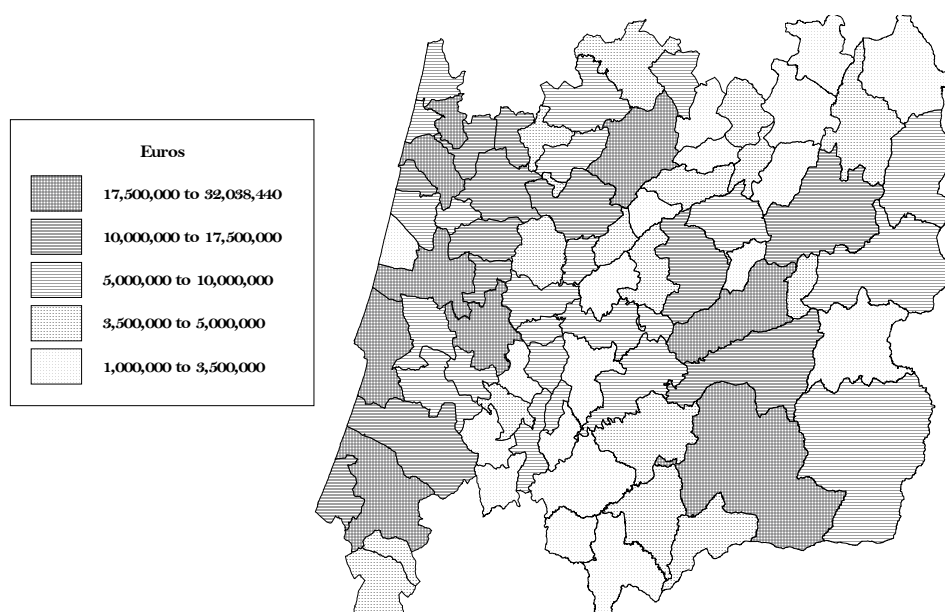
	Aprovações				Execução		Pagamentos
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER	
0%	61	33.754.050	4,9	20.615.498			2.320.245
0-50%	216	59.209.111	8,6	40.630.478	18.079.588	12.440.664	15.029.505
50-90%	259	188.538.896	27,3	131.530.302	143.689.078	100.249.318	103.240.586
90-95%	86	88.947.211	12,9	61.985.278	82.662.897	57.611.538	57.867.822
95-99%	127	83.011.145	12,0	58.426.948	80.643.390	56.772.642	55.802.663
100%	414	237.091.666	34,3	166.660.594	237.090.886	166.660.016	166.363.974
Total	1.163	690.552.079	100,0	479.849.098	562.165.839	393.734.178	400.624.796

Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial
(Secção a do Eixo I - Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7)

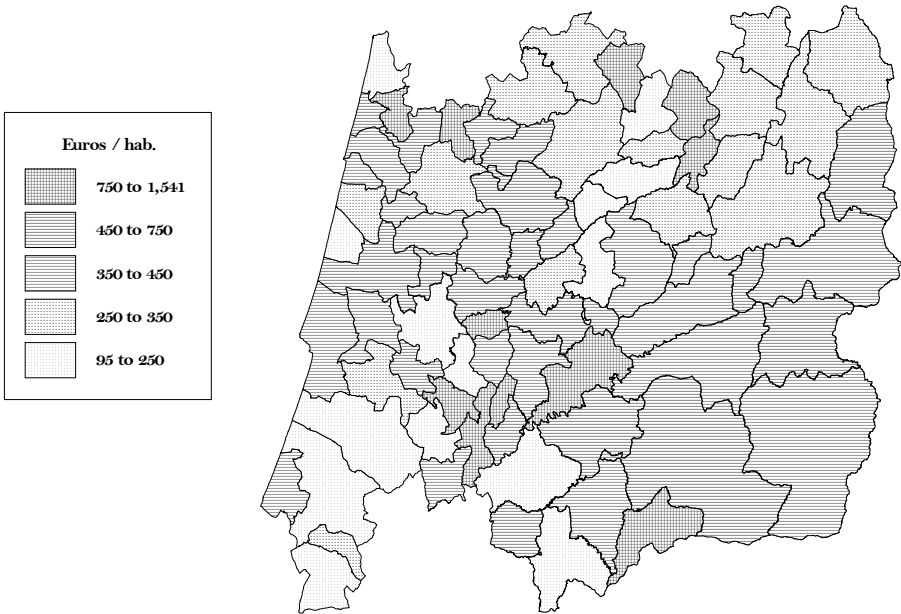
Número de Projectos aprovados por concelho



Investimento total aprovado por concelho



Investimento por habitante



Dimensão média dos projectos



Incidência territorial do investimento aprovado

Os 550 projectos aprovados no Litoral da Região absorvem 47,4% do investimento, onde se destaca o Baixo Vouga e o Baixo Mondego como as áreas que maior volume de investimento concentraram, respectivamente 22,0% e 16,5% do montante total.

Uma análise mais detalhada da incidência do Eixo I do P. O. Centro nos concelhos da Região pode ser observada nos mapas que traduzem o número de projectos aprovados, o investimento total, o investimento por habitante e a dimensão média dos projectos. Se os dois primeiros mapas reflectem uma hierarquia que se ajusta aos concelhos que detêm os lugares de topo da rede urbana regional, os dois restantes, mas sobretudo o relativo ao investimento por habitante reflecte, como seria de esperar, uma imagem relativamente inversa.

Eixo I - Incidência geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. Média
	Nº Proj.	D. Pública	%	Comp.FEDER		
Baixo Vouga	224	155.008.505	22,0	108.222.556	402	692.002
Baixo Mondego	220	116.734.463	16,5	81.772.063	344	530.611
Pinhal Litoral	106	63.092.269	8,9	43.730.683	253	595.210
Pinhal Interior						
Norte	185	66.674.582	9,4	46.582.950	481	360.403
Pinhal Interior						
Sul	65	16.460.900	2,3	10.746.870	367	253.245
Dão Lafões	192	107.320.866	15,2	75.267.614	376	558.963
Beira Interir						
Norte	101	43.477.811	6,2	29.924.176	378	430.473
Beira Interior Sul	73	38.789.017	5,5	26.497.923	496	531.356
Cova da Beira	45	34.895.208	4,9	24.278.123	373	775.449
Serra da Estrela	60	22.260.639	3,2	15.837.469	446	371.011
Não regional.	130	41.415.097	5,9	28.666.287		318.578
Litoral	550	334.835.236	47,4	233.725.301	344	608.791
Interior	721	329.879.022	46,7	229.135.125	409	457.530
Total	1.401	706.129.355	100,0	491.526.715	397	504.018

Eixo I - Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial
(Secção a do Eixo I - Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7)

Unidade: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. Média
	Nº Proj.	D. Pública	%	Comp.FEDER		
Baixo Vouga	172	152.957.676	23,3	106.715.219	397	889.289
Baixo Mondego	148	113.029.040	17,2	79.014.410	333	763.710
Pinhal Litoral	72	62.269.104	9,5	43.156.517	250	864.849
Pinhal Interior Norte	127	64.745.290	9,9	45.139.028	467	509.805
Pinhal Interior Sul	26	13.902.724	2,1	8.828.239	310	534.720
Dão Lafões	153	105.603.235	16,1	73.979.392	370	690.217
Beira Interir Norte	72	41.979.709	6,4	28.800.600	365	583.052
Beira Interior Sul	48	38.085.932	5,8	25.973.510	487	793.457
Cova da Beira	39	34.498.388	5,3	23.984.431	369	884.574
Serra da Estrela	41	21.289.157	3,2	15.108.857	427	519.248
Não regionalizável	7	8.214.237	1,3	6.160.678		1.173.462
Litoral	392	328.255.819	50,0	228.886.146	337	837.387
Interior	506	320.104.435	48,8	221.814.057	397	632.617
Total	905	656.574.491	100,0	456.860.880	369	725.497

Eixo I - Promoção do desenvolvimento regional e local
(Secção b do Eixo I - Medidas I.5, I.6, I.8)

Unidade: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. média
	Nº Proj.	D. Publica	%	Feder		
Baixo Vouga	52	2.050.829	4,1	1.507.337	5,3	39.439
Baixo Mondego	72	3.705.423	7,5	2.757.652	10,9	51.464
Pinhal Litoral	34	823.165	1,7	574.166	3,3	24.211
Pinhal Interior Norte	58	1.929.292	3,9	1.443.922	13,9	33.264
Dão-Lafões	39	2.558.175	5,2	1.918.631	57,1	65.594
Pinhal Interior Sul	39	1.717.631	3,5	1.288.223	6,0	44.042
Serra da Estrela	29	1.498.102	3,0	1.123.576	13,0	51.659
Beira Interior Norte	25	703.085	1,4	524.413	9,0	28.123
Beira Interior Sul	6	396.819	0,8	293.691		
Cova da Beira	19	971.482	2,0	728.612	19,5	51.131
Não Regionalizável	123	33.200.860	67,0	22.505.609		
Litoral	158	6.579.417	13,3	4.839.156	6,8	41.642
Interior	215	9.774.587	19,7	7.321.068	12,1	45.463
Total	496	49.554.864	100,0	34.665.834	27,8	99.909

Sectores de intervenção apoiados no âmbito do Eixo I

As candidaturas aprovadas até ao momento destacam o sector dos transportes, do ambiente e revitalização urbana como os que registaram maior investimento absorvido, correspondendo, respectivamente, a 28,8% 24,8% e 12,9% do total aprovado. Os equipamentos, particularmente os culturais (67,5%), desportivos (6,0%) e de apoio ao desenvolvimento (5,2%) mobilizaram igualmente recursos significativos do Eixo I.

Investimento aprovado e execução segundo os principais sectores de intervenção

Sector Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER
Transportes	307	203.076.033	28,8	142.996.101	169.309.777	120.085.578
Ambiente	284	174.802.098	24,8	129.350.016	148.374.039	110.271.963
<i>Abastecimento de água</i>	75	36.333.132	5,1	27.074.597	31.768.837	23.689.175
<i>Águas residuais</i>	194	127.869.067	18,1	94.513.258	107.887.354	80.084.471
<i>Protecção ambiental</i>	4	499.805	0,1	350.863	457.704	323.497
<i>Resíduos sólidos</i>	11	10.100.094	1,4	7.411.298	8.260.143	6.174.820
Revitalização urbana	127	90.949.498	12,9	63.948.464	73.603.743	52.240.066
Património histórico- cultural	5	4.935.479	0,7	3.114.391	3.877.261	2.463.395
Cultura	48	52.845.494	7,5	34.939.825	44.377.987	29.801.254
Desporto	35	42.366.688	6,0	26.721.553	32.565.256	20.584.151
Educação	46	19.569.967	2,8	12.914.086	16.968.781	11.216.994
Recreio e lazer	12	17.486.005	2,5	10.948.796	12.948.201	8.512.366
Apoio ao desenvolvimento regional	79	36.430.095	5,2	24.493.927	31.250.992	21.016.585
Comercio	7	6.314.348	0,9	3.323.488	5.772.247	3.052.437
Industria	28	17.053.976	2,4	9.807.434	11.863.922	6.877.548
Turismo	6	7.966.097	1,1	5.541.016	4.077.900	2.717.257
Agricultura	3	628.161	0,1	392.970	392.613	240.538
Sociedade da informação	3	3.480.418	0,5	2.437.597	2.893.138	2.031.259
Formação profissional e emprego	236	15.577.276	2,2	11.677.617	5.432.136	4.074.102
Integração social	3	1.070.415	0,2	695.770	275.080	178.802
Outros	172	11.577.306	1,6	8.223.663	3.614.903	2.443.985
TOTAL	1.401	706.129.355	100,0	491.526.715	567.597.975	397.808.280

Unidade: Euros

*Indicadores de realização física***Eixo I – Realização física: indicadores por Medida**

Designação do indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Med I.1				
Equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer	n.º	70	117	98
Infraestruturas de apoio à actividade económica	n.º	5	34	22
Infraestruturas de Transporte	km	670	947	863
Infraestruturas de Saneamento básico(rede abast. água)	km	330	17	17
Reabilitação Urbana	n.º	20	42	29
Med I.2				
Reservatórios construídos/remodelados	n.º	67	73	63
Rede de abastecimento de água construída	km	1.129	1.141	1.077
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais domésticas				
ETAR construídas/remodeladas	n.º	32	33	22
Rede de drenagem de águas residuais	km	1.434	1.436	1.369
Selagem de Lixeiras	n.º	3	3	2
Med I.3				
Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos	km	33	22	21
Estradas	km	200	599	575
Med I.4				
Arranjos urbanísticos	n.º	25	58	49
Recuperação de Edifícios e Monumentos	n.º	10	7	7
Medida I.5				
Acções inovadoras de prom e valorização de recursos	n.º	80	552	278
Reforço das Estr. Organizativas Apoio à activ. Económica	n.º	50	19	19
Dinamização de redes e acções de cooperação interregional	n.º	70	82	53
Reforço da eficácia das políticas públicas	n.º	40	5	2
Med I.7				
Equipamentos Estruturantes (culturais,lazer, apoioà act. Económica)	n.º	8	20	15
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	n.º	10	2	2

2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais

Síntese global da execução

Os 443 projectos aprovados na Medida I.1 até 31.12.2004, envolvem um investimento de 259,853 milhões de Euros, representando 110,8% do valor programado para o período 2000-2004 e 85,2% do previsto até final da Intervenção Operacional.

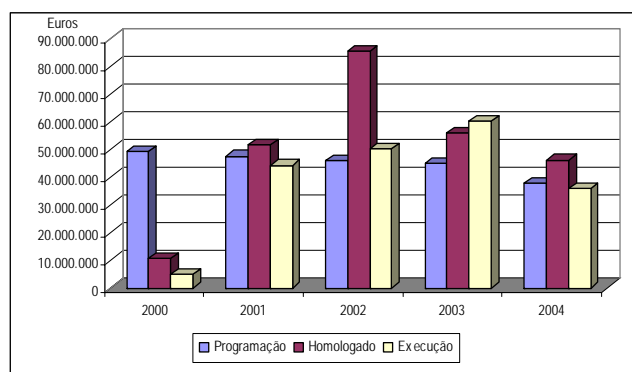
Medida I.1 - Síntese da execução

Unid: Euros

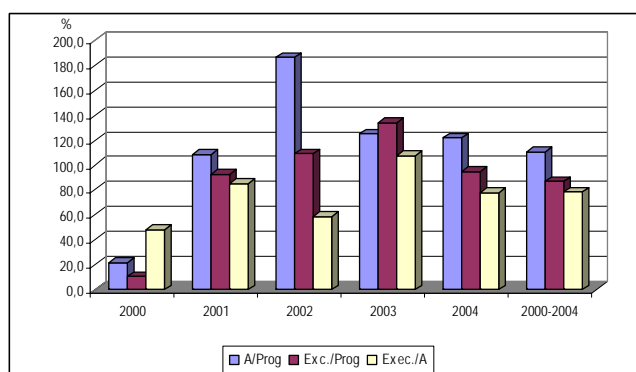
Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2.000	49.349.715	32.077.315	10.608.206	7.367.283	5.117.935	3.580.573	21,5	10,4	48,2
2.001	47.677.858	30.990.608	51.790.008	35.155.175	44.266.855	30.129.878	108,6	92,8	85,5
2.002	45.983.934	29.889.557	85.568.353	54.249.702	50.193.069	32.257.698	186,1	109,2	58,7
2.003	44.915.294	29.194.941	56.076.638	35.420.046	60.179.281	37.956.916	124,8	134,0	107,3
2.004	38.015.380	24.709.997	46.271.817	28.205.976	35.918.170	22.780.506	121,7	94,5	77,6
2000-2004	225.942.181	146.862.418	250.315.022	160.398.182	195.675.311	126.705.571	110,8	86,6	78,2
Total (2000-2006)	304.874.821	198.168.635	259.853.533	166.342.915	195.675.311	126.705.571	85,2	64,2	75,3

Tendo em consideração a programação da Medida I.1, para o período 2000-2004, a execução alcançada foi de 86,6%.

Medida I.1 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.1 - Evolução das taxas de execução



Estamos em presença de uma Medida cujos projectos são desiguais, existindo em final de 2004 um elevado número já concluídos, representando os 193 terminados 37.4% do investimento total aprovado.

Medida I.1 - Projectos aprovados segundo o nível de execução

Unid: Euros

	Aprovações				Execução		Pagamentos
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER	
0%	41	30.205.602	11,6	18.269.372			1.892.799
0-50%	37	25.669.349	9,9	15.820.773	7.824.566	4.791.188	4.831.224
50-90%	91	55.323.017	21,3	35.673.984	41.580.677	26.829.550	27.771.477
90-95%	29	23.499.138	9,0	14.561.331	21.946.747	13.602.340	13.652.908
95-99%	52	27.954.807	10,8	18.128.644	27.121.836	17.593.775	17.337.383
100%	193	97.201.619	37,4	63.888.811	97.201.485	63.888.718	63.741.888
Total	443	259.853.533	100,0	166.342.915	195.675.311	126.705.571	129.227.679

Incidência local do investimento aprovado

Foram aprovados 275 projectos no Interior da Região, o que corresponde a um investimento de 150.7 milhões de Euros, enquanto o Litoral, com 168 projectos, regista um investimento de 109.1 milhões de Euros. O Dão-Lafões, com 76 projectos e 43.7 milhões de Euros aprovados, detem 16.8% do investimento total efectuado no conjunto da Região Centro.

Os 53 municípios do Interior, além do número de candidaturas (275) e do investimento aprovado (58% do total), detêm um investimento por habitante (187 Euros) que supera consideravelmente o do Litoral (112 Euros).

Medida I.1 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. Média
	Nº Proj.	D. Pública	%	Comp.FEDER		
Baixo Vouga	76	42.787.880	16,5	26.612.065	111	562.998
Baixo Mondego	61	41.342.025	15,9	25.931.209	122	677.738
Pinhal Litoral	31	24.986.233	9,6	15.850.952	100	806.008
Pinhal Interior Norte	63	29.659.172	11,4	19.182.006	214	470.781
Pinhal Interior Sul	21	11.150.407	4,3	6.850.905	249	530.972
Dão Lafões	76	43.736.782	16,8	28.684.393	153	575.484
Beira Interir Norte	50	22.852.665	8,8	14.936.794	199	457.053
Beira Interior Sul	32	18.562.565	7,1	12.296.747	237	580.080
Cova da Beira	18	15.225.645	5,9	9.691.752	163	845.869
Serra da Estrela	15	9.550.161	3,7	6.306.093	191	636.677
Litoral	168	109.116.138	42,0	68.394.226	112	649.501
Interior	275	150.737.395	58,0	97.948.690	187	548.136
Total	443	259.853.533	100,0	166.342.915	146	586.577

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

O carácter generalista desta Medida abre-a a um amplo conjunto de sectores, embora os respectivos apoios se concentrem em três domínios fundamentais: os transportes (36.8% do investimento total), os equipamentos desportivos (15.9%) e a revitalização urbana (14,3%), respondendo aos objectivos específicos enunciados para esta medida, onde se referia a necessidade em “densificar e qualificar a rede de infra-estruturas básicas, nomeadamente no domínio das acessibilidades e do saneamento, bem como os equipamentos de uso colectivo”.

A educação (ensino básico) com 7,5% do investimento total, a cultura (7,1%) e a indústria (6,5%) são outros sectores com apoios significativos no âmbito da Medida. O facto das infra-estruturas de saneamento não terem grande expressão (4,6%), relaciona-se com o facto de existir de uma Medida específica (I.2 – Ambiente e Recursos Naturais e, a partir deste ano, da I.9 – Saneamento Básico) com essa finalidade.

Medida I.1 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unide: Euros

Sector Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER
Transportes	200	95.513.190	36,8	63.069.058	77.084.425	51.447.127
Ambiente	13	11.936.793	4,6	7.758.915	4.926.599	3.202.289
<i>AMBIENTE - abastecimento de água</i>	2	1.580.947		1.027.616	1.207.025	784.566
<i>AMBIENTE - águas residuais</i>	10	8.970.737		5.830.979	3.719.574	2.417.723
<i>AMBIENTE - resíduos sólidos</i>	1	1.385.109		900.321	0	0
Revitalização urbana	69	37.141.120	14,3	24.181.481	26.608.487	17.477.406
Património histórico- cultural	2	705.548	0,3	441.658	478.001	294.442
Cultura	24	18.555.230	7,1	11.396.732	13.517.666	8.509.970
Desporto	33	41.432.188	15,9	26.020.678	31.767.728	19.986.005
Educação	46	19.569.967	7,5	12.914.086	16.968.781	11.216.994
Recreio e lazer	10	9.033.753	3,5	5.553.689	5.361.294	3.636.466
Apoio ao desenvolvimento regional	5	2.516.793	1,0	1.635.916	2.011.032	1.307.171
Comercio	6	3.216.577	1,2	1.774.602	2.973.879	1.653.253
Industria	27	16.806.227	6,5	9.621.622	11.620.351	6.694.870
Turismo	3	1.696.694	0,7	921.655	1.422.952	743.722
Integração social	3	1.070.415	0,4	695.770	275.080	178.802
Outros	2	659.036	0,3	357.054	659.036	357.054
Total	443	259.853.533	100,0	166.342.915	195.675.311	126.705.571

Indicadores de realização física

Pelo que se acaba de referir, os indicadores físicos que traduzem o desempenho da Medida I.1 serão necessariamente diversificados. Os projectos apoiados, tanto em número absoluto como relativo, orientam-se para quatro áreas fundamentais: beneficiar e remodelar a rede viária municipal, estando a decorrer intervenções em 947 Km; a construção de equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer, tendo sido aprovados 117 e concluídos 98 dos 70

que se previam realizar até 2006; infra-estruturas de apoio à actividade produtiva; finalmente, a reabilitação de alguns espaços urbanos. Deste modo, o PO Centro está a contribuir para densificar e qualificar a rede de equipamentos de utilização colectiva, condição determinante para melhorar a qualidade de vida dos residente na Região Centro.

Medida I.1 - Indicadores de realização física

Designação do indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer	n.º	70	117	98
Centros escolares do 1º ciclo construídos/adaptados	n.º		2	2
Creches construídas	n.º		9	7
Escolas do ensino básico construídas	n.º		7	6
Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas	n.º		26	23
Escolas profissionais remodeladas/ampliadas	n.º		1	1
Salas de aula do ensino básico remodeladas/ampliadas	n.º		5	5
Salas do ensino pré escolar construídas	n.º		3	3
Centros comunitários construídos	n.º		1	1
Centros de dia construídos	n.º		2	2
Bibliotecas construídas	n.º		4	3
Centros culturais construídos	n.º		6	4
Centros de artes construídos	n.º		1	1
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	n.º		4	4
Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	n.º		1	1
Museus construídos	n.º		2	1
Teatros/cinemas/cine teatros construídos	n.º		1	0
Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados	n.º		1	1
Infraestruturas, equipamentos e serviços instalados nas zonas fluviais/albufeiras	n.º		1	0
Parques de campismo remodelados/ampliados	n.º		1	1
Campos de jogos construídos	n.º		1	1
Campos de jogos remodelados/ampliados	n.º		1	1
Grandes campos de jogos remodelados/ampliados	n.º		4	4
Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos	n.º		2	1
Piscinas cobertas construídas	n.º		12	10
Piscinas cobertas remodeladas /ampliadas	n.º		1	1
Piscinas construídas	n.º		10	7
Piscinas remodeladas/ampliadas	n.º		1	1
Pistas de atletismo construídas	n.º		2	2
Polidesportivos construídos	n.º		4	4
Arquivos construídos/remodelados	n.º		1	0
Área bruta de infraestruturas desportivas construídas	m2		43.842	43.842
Infraestruturas de apoio à actividade económica	n.º	5	34	22
Loteamentos e zonas industriais municipais construídos	n.º		9	6
Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados	n.º		19	11
Centros de apoio à criação de empresas instalados	n.º		1	1
Mercados locais reestruturados	n.º		4	3
Mercados locais construídos	n.º		1	1
Área infraestruturada para acolhimento empresarial	m2		70.697	70.697
Infraestruturas de Transporte	km	670	947	863

Rede viária municipal beneficiada	km		769	705
Rede viária municipal construída	km		47	40
Rede viária urbana beneficiada	km		110	100
Rede viária urbana construída	km		14	12
Acessos rodoviários	km		8	5
Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos	km		1	1
Estradas reparadas	km		6	3
Obras de arte beneficiadas	n.º		2	2
Obras de arte construídas	n.º		5	4
Obras exteriores de abrigo construídas	n.º		3	2
Arruamentos remodelados/ampliados	n.º		4	3
Arruamentos construídos	m2		5.810	800
Arruamentos remodelados/ampliados	m2		26.527	26.527
Infraestruturas de Saneamento básico(rede abast. água)	km	330	17	17
ETAR construídas	n.º		1	0
Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada: distribuição	km		17	17
Rede de drenagem de águas pluviais construída	m		3.035	3.035
Rede de drenagem de águas residuais construída	km		114	64
Reabilitação Urbana	n.º	20	42	29
Zonas urbanas degradadas recuperadas/reconvertidas	n.º		1	1
Intervenções de renovação urbana	n.º		8	8
Intervenções integradas de renovação urbana	n.º		7	6
Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	n.º		1	1
Zonas habitacionais reabilitadas	n.º		1	0
Edifícios construídos	n.º		2	0
Edifícios recuperados	n.º		18	9
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	n.º		4	4
Área de arranjos urbanísticos	m2		510.873	467.292
Área envolvente a imóveis ou sítios históricos reabilitada ou requalificada	m2		5.000	5.000
Área urbana intervencionada	m2		129.718	111.697

3. Medida 1.2 – Ambiente e recursos naturais

Síntese global da execução

Os 266 projectos aprovados representam um investimento de 162,3 milhões de Euros, o que corresponde a 100.1% do montante total programado para esta Medida.

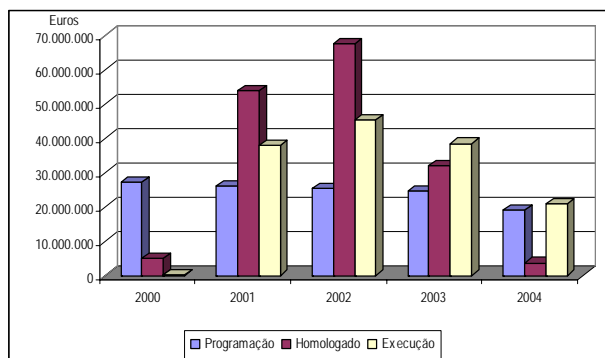
Medida I.2 - Síntese da execução

Unid: Euros

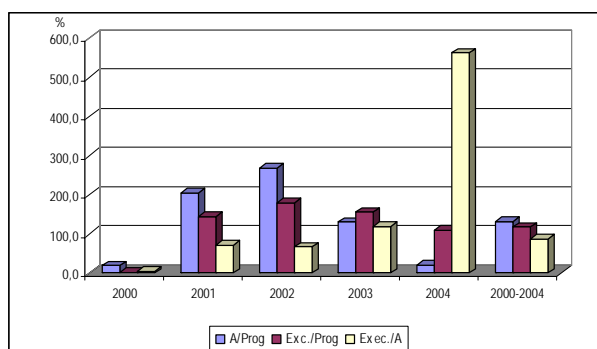
Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	27.115.611	20.336.701	4.990.454	3.715.294	209.617	157.213	18,4	0,8	4,2
2001	26.196.995	19.647.739	53.889.208	40.406.354	37.989.809	28.473.489	205,7	145,0	70,5
2002	25.266.254	18.949.684	67.655.541	50.271.129	45.305.437	33.822.130	267,8	179,3	67,0
2003	24.679.081	18.509.304	32.091.582	24.068.687	38.503.519	28.619.218	130,0	156,0	120,0
2004	19.128.516	14.346.382	3.745.991	2.809.493	21.038.371	15.737.176	19,6	110,0	561,6
2000-2004	122.386.457	91.789.810	162.372.777	121.270.957	143.046.752	106.809.226	132,7	116,9	88,1
Total (2000-2006)	162.202.254	121.651.648	162.372.777	121.270.957	143.046.752	106.809.227	100,1	88,2	88,1

A execução, no final do ano, situava-se em 88,1% do valor total aprovado e de 116,9% relativamente ao programado para o período 2000-2004.

Medida I.2 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.2 - Evolução das taxas de execução



As intervenções realizadas nesta Medida correspondem a redes de águas residuais e de abastecimento de água, complementares dos diferentes sistemas multimunicipais que se estão a desenvolver na Região, e pequenos sistemas de saneamento básico para servirem aglomerados de pequena dimensão. Medida I.2 apresentava um número apreciável de projectos concluídos (110), envolvendo um investimento que ronda os 31,4% do total da Medida.

Medida I.2. - Projectos aprovados segundo o nível de execução

Unid: Euros

	Aprovações				Execução		Pagamentos
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER	
0%							
0-50%	13	6.065.650	3,7	4.549.237	2.260.903	1.695.677	1.852.005
50-90%	77	50.085.123	30,8	37.401.391	37.460.607	27.957.292	28.646.870
90-95%	28	27.681.770	17,0	20.733.781	25.558.446	19.143.373	19.199.637
95-99%	38	27.574.530	17,0	20.377.944	26.801.109	19.804.293	19.456.582
100%	110	50.965.704	31,4	38.208.604	50.965.687	38.208.592	38.181.306
Total	266	162.372.777	100,0	121.270.957	143.046.752	106.809.227	107.336.400

Incidência local do investimento aprovado

Medida I.2 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. Média
	Nº Proj.	D. Pública	%	Comp.FEDER		
Baixo Vouga	63	56.537.042	34,8	41.938.860	147	897.413
Baixo Mondego	55	32.689.271	20,1	24.489.407	96	594.350
Pinhal Litoral	22	19.272.820	11,9	14.438.941	77	876.037
Pinhal Interior Norte	28	6.500.363	4,0	4.875.273	47	232.156
Pinhal Interior Sul	3	593.539	0,4	445.154	13	197.846
Dão Lafões	46	24.467.495	15,1	18.350.621	86	531.902
Beira Interir Norte	11	4.154.570	2,6	3.115.928	36	377.688
Beira Interior Sul	4	606.046	0,4	454.535	8	151.512
Cova da Beira	8	3.649.825	2,2	2.737.369	39	456.228
Serra da Estrela	19	5.687.567	3,5	4.264.192	114	299.346
Não regionalizável	7	8.214.237	5,1	6.160.678		1.173.462
Litoral	140	108.499.134	66,8	80.867.208	111	774.994
Interior	126	53.873.643	33,2	40.403.749	67	427.569
Total	266	162.372.777	100,0	121.270.957	91	610.424

As intervenções realizadas neste âmbito predominam no Litoral da Região, onde foram apoiados 140 projectos que representam 66,8% do investimento. As Nut's do Baixo Vouga e Baixo

Mondego são as que apresentam investimentos mais significativos, destacando-se no Interior a do Dão Lafões onde os 46 projectos aprovados representam 15,1% do investimento total.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Os sectores apoiados nesta medida foram, predominantemente, o abastecimento de água (redes de abastecimento) e as águas residuais (redes de drenagem de águas residuais) e resíduos sólidos urbanos. A maior representação é nas águas residuais, cujo investimento representa 73,2% do investimento total aprovado, seguido do abastecimento de água, que absorve cerca de 21,4%, reflectindo os objectivos específicos da medida que visavam melhorar as necessidades de distribuição de água de qualidade e em quantidade e aumentar a taxa de cobertura da população por redes de abastecimento de água e recolha de águas residuais.

Medida I.2 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER
Ambiente	266	162.372.777	100,0	121.270.957	143.046.752	106.809.227
Abastecimento de água	73	34.752.185	21,4	26.046.982	30.561.812	22.904.609
Águas residuais	184	118.898.330	73,2	88.682.279	104.167.781	77.666.748
Protecção ambiental	1	259.897	0,2	194.923	259.897	194.923
Resíduos sólidos	8	8.462.364	5,2	6.346.773	8.057.263	6.042.947
Total	266	162.372.777	100,0	121.270.957	143.046.752	106.809.227

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que, no caso do Programa Operacional Regional, corresponde à execução de infra-estruturas em “baixa”, fundamentalmente, redes de distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais, sendo as infra-estruturas em “alta” – captações, grandes adutoras, tratamento de água, ETAR’s e Emissários, objecto de apoio do Fundo de Coesão através dos Sistemas multi-municipais.

Medida I.2 - Indicadores de realização física

Designação do indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Abastecimento de Água				
Reservatórios construídos/remodelados	n.º	67	73	63
Reservatórios construídos	n.º		63	53
Reservatórios remodelados/ampliados	n.º		10	10
Rede de abastecimento de água: captação e tratamento	n.º		5	4
ETA construídas	n.º		3	3
ETA remodeladas/ampliadas	n.º		2	1
Rede de abastecimento de água construída	km	1.129	1.141	1.077
Rede de abastecimento de água construída	km		1.141	1.077
Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada: distribuição	km		125	122
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais domésticas				
ETAR construídas/remodeladas	n.º	32	33	22
ETAR construídas	n.º		31	20
ETAR remodeladas/ampliadas	n.º		2	2
Rede de drenagem de águas residuais	km	1.434	1.436	1.369
Rede de drenagem de águas residuais construída	km		1.436	1.369
Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada	km		44	34
Rede de drenagem de águas pluviais construída	m		80.166	79.720
Emissário terrestre construído	m		3	308
Estações elevatórias construídas	n.º		151	138
Selagem de Lixeiras	n.º	3	3	2
Lixeiras seladas	n.º		3	3
Contentores/recipientes (incluindo os dos ecopontos) adquiridos/instalados	n.º		475	475
Ecocentros criados	n.º		4	4
Equipamentos adquiridos para recolha de resíduos	n.º		4	4

4. Medida I.3 – Acessibilidades

Síntese global da execução

Até final de 2004 foram aprovados 108 projectos que envolvem um investimento de 113,2 milhões de Euros, correspondendo a 97% do total programado para a Medida.

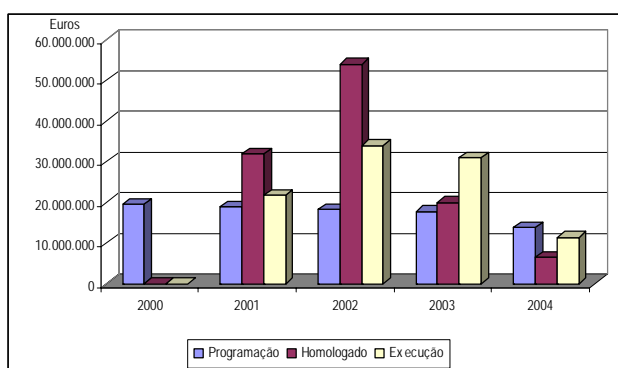
Medida I. 3 - Síntese da execução

Unid: Euros

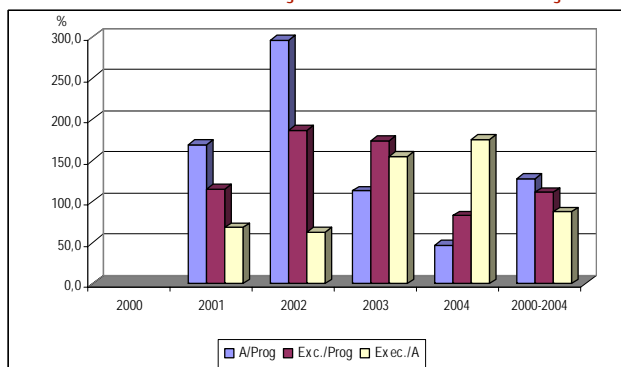
Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	19.523.171	14.642.378							
2001	18.861.771	14.146.328	31.819.337	23.802.483	21.652.619	16.216.226	168,7	114,8	68,0
2002	18.191.639	13.643.729	53.944.703	40.348.172	33.993.208	25.427.462	296,5	186,9	63,0
2003	17.768.876	13.326.657	19.976.860	14.671.440	30.950.242	22.900.674	112,4	174,2	154,9
2004	13.772.484	10.329.363	6.509.230	4.649.900	11.393.383	8.446.650	47,3	82,7	175,0
2000-2004	88.117.941	66.088.455	112.250.130	83.471.994	97.989.453	72.991.013	127,4	111,2	87,3
Total (2000-2006)	116.785.215	87.588.911	113.250.130	84.221.994	97.989.453	72.991.013	97,0	83,9	86,5

A execução representa 87.3% do montante aprovado e de 111.2% do valor programado para o período 2000-2004

Medida I.3 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.3 - Evolução das taxas de execução



Representando as acessibilidades uma das necessidades reais da Região Centro, verificou-se uma grande procura a esta Medida que se traduz, também, nos 42 projectos concluídos que representam 34,4% do investimento aprovado na Medida I.3.

Medida I.3 - Projectos aprovados segundo o nível de execução

Unid: Euros

	Aprovações				Execução		Pagamentos
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER	
0%							
0-50%	3	6.534.595	5,8	4.900.946	1.910.149	1.432.612	2.201.222
50-90%	28	38.962.895	34,4	28.506.569	29.627.497	21.719.546	22.527.123
90-95%	16	14.045.432	12,4	10.534.073	13.032.759	9.774.569	9.846.851
95-99%	19	14.731.267	13,0	11.048.450	14.443.144	10.832.358	10.568.349
100%	42	38.975.941	34,4	29.231.956	38.975.903	29.231.928	29.123.899
Total	108	113.250.130	100,0	84.221.994	97.989.453	72.991.013	74.267.445

Incidência local do investimento aprovado

Medida I.3 - Incidência local do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. Média
	Nº Proj.	D. Pública	%	Comp.FEDER		
Baixo Vouga	15	18.239.405	16,1	13.679.554	47	1.215.960
Baixo Mondego	17	17.215.976	15,2	12.911.982	51	1.012.704
Pinhal Litoral	7	6.672.003	5,9	5.004.003	27	953.143
Pinhal Interior Norte	21	17.302.256	15,3	12.883.107	125	823.917
Pinhal Interior Sul	1	420.677	0,4	315.508	9	420.677
Dão Lafões	16	14.682.153	13,0	10.871.073	51	917.635
Beira Interir Norte	9	13.310.802	11,8	9.501.625	116	1.478.978
Beira Interior Sul	8	9.335.559	8,2	7.001.670	119	1.166.945
Cova da Beira	9	11.021.123	9,7	8.265.842	118	1.224.569
Serra da Estrela	5	5.050.175	4,5	3.787.631	101	1.010.035
Litoral	39	42.127.384	37,2	31.595.538	43	1.080.189
Interior	69	71.122.746	62,8	52.626.456	88	1.030.764
Total	108	113.250.130	100,0	84.221.994	64	1.048.612

Os 69 projectos apoiados no Interior coloca esta sub-região com 62,8% do total de aprovações, embora se registem investimentos assinaláveis no Baixo Vouga e no Baixo Mondego, onde se investiu, respectivamente, cerca de 16% e de 15% do investimento total realizado em acessibilidades ao abrigo desta Medida.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

O volume mais expressivo de projectos aprovados correspondem a intervenções na rede viária regional, contribuindo para melhorar as acessibilidades internas e desencravar os territórios mais remotos da Região, além de se terem apoiado algumas circulares urbanas que concorrem, igualmente, para revitalização dos respectivos tecidos urbanos.

Medida I.3 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER
Transportes	105	106.614.553	94,1	79.245.312	91.353.876	68.014.330
Revitalização urbana	3	6.635.577	5,9	4.976.683	6.635.577	4.976.683
Total	108	113.250.130	100,0	84.221.994	97.989.453	72.991.013

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem os objectivos preconizados para a Medida: construção de circulares aos centros urbanos, construção ou beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva.

Medida I.3 - Indicadores de realização física

Designação do indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos	km	33	22	21
Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos	km		22	21
Estradas	km	200	599	575
Arruamentos remodelados/ampliados	n.º		1	0
Estradas reparadas	km		36	34
Obras de arte construídas	n.º		13	10
Obras de arte beneficiadas	n.º		3	3
Rede viária municipal beneficiada	km		499	482
Rede viária municipal construída	km		20	20
Rede viária urbana beneficiada	km		26	26
Rede viária urbana construída	km		5	4

5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento

Síntese global da execução

Os 65 projectos aprovados nesta Medida colocam-na com um elevado nível de comprometimento (78%), totalizando um volume de investimento superior a 52 milhões de Euros.

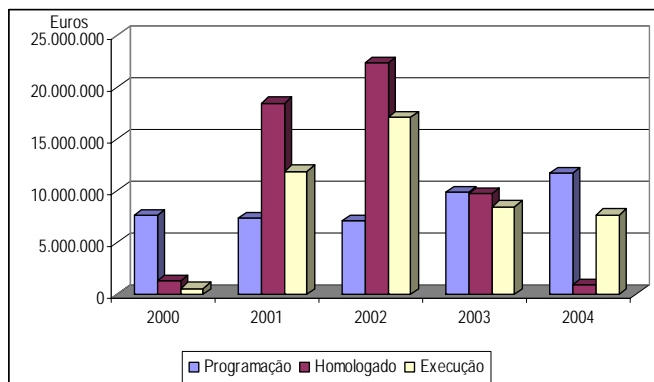
Medida I.4 - Síntese da execução

Unid: Euros

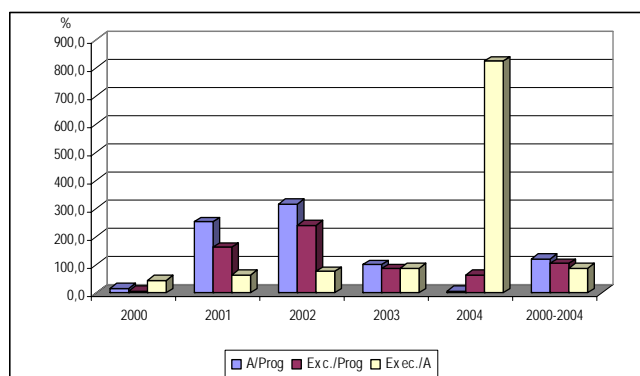
Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	7.592.468	5.694.351	1.354.169	1.015.627	601.943	451.457	17,8	7,9	44,5
2001	7.335.252	5.501.439	18.466.103	12.835.885	11.896.531	8.080.869	251,7	162,2	64,4
2002	7.074.641	5.305.981	22.348.780	16.391.177	17.109.309	12.497.407	315,9	241,8	76,6
2003	9.832.230	7.082.673	9.738.870	7.177.866	8.471.336	6.266.876	99,1	86,2	87,0
2004	11.734.884	8.496.888	933.084	677.896	7.692.898	5.662.174	8,0	65,6	824,5
2000-2004	43.569.475	32.081.332	52.841.007	38.098.450	45.772.016	32.958.783	121,3	105,1	86,6
Total (2000-2006)	67.712.293	49.562.908	52.841.007	38.098.450	45.772.016	32.958.783	78,0	67,6	86,6

A despesa realizada pelos projectos desta medida colocam-na com 67,6% e 86,6% de execução relativamente à programação e às aprovações, respectivamente.

Medida I.4 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.4 - Evolução das taxas de execução



Neste momento, já se encontravam concluídos 32 dos 65 projectos aprovados, envolvendo 36,2% do investimento total aprovado no âmbito desta Medida.

Medida I.4. Projectos aprovados segundo o nível de execução

	Aprovações				Execução		Pagamentos
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER	
0%							
0-50%	3	4.770.789	9,0	3.578.092	2.101.046	1.575.785	1.903.100
50-90%	16	14.125.178	26,7	10.269.214	10.625.367	7.728.768	7.978.411
90-95%	6	10.347.226	19,6	6.985.977	9.575.207	6.481.813	6.558.985
95-99%	8	4.490.102	8,5	3.280.426	4.363.274	3.188.119	3.102.458
100%	32	19.107.712	36,2	13.984.741	19.107.121	13.984.298	13.970.400
Total	65	52.841.007	100,0	38.098.450	45.772.016	32.958.783	33.513.355

Incidência local do investimento aprovado

Medida I.4 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. Média
	Nº Proj.	D. Pública	%	Comp.FEDER		
Baixo Vouga	10	12.200.686	23,1	8.266.734	32	1.220.069
Baixo Mondego	14	10.434.497	19,7	7.738.723	31	745.321
Pinhal Litoral	8	4.730.661	9,0	3.237.451	19	591.333
Pinhal Interior Norte	14	10.430.744	19,7	7.601.715	75	745.053
Pinhal Interior Sul						
Dão Lafões	10	10.321.365	19,5	7.711.537	36	1.032.136
Beira Interir Norte	2	1.661.672	3,1	1.246.254	14	830.836
Beira Interior Sul	2	695.894	1,3	521.920	9	347.947
Cova da Beira	3	1.364.234	2,6	1.023.176	15	454.745
Serra da Estrela	2	1.001.254	1,9	750.941	20	500.627
Não regionalizável						
Litoral	32	27.365.844	51,8	19.242.908	28	855.183
Interior	33	25.475.163	48,2	18.855.542	32	771.975
Total	65	52.841.007	100,0	38.098.450	30	812.939

A distribuição territorial reflecte um certo equilíbrio de aprovações entre Litoral e Interior, tanto em número de projectos (32 no Litoral e 33 no Interior) como no investimento.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

As intervenções de revitalização urbana concentram 82,8% do investimento elegível que foi aprovado. Trata-se, fundamentalmente, de intervenções com vista à qualificação e melhoria da imagem das sedes de concelho e outros aglomerados de dimensão equivalente.

Medida I.4 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER
Transportes	2	948.290	1,8	681.731	871.476	624.121
Revitalização urbana	53	43.743.427	82,8	32.389.739	37.528.673	27.804.273
Património histórico- cultural	1	536.458	1,0	402.343	418.252	313.689
Cultura	4	2.681.724	5,1	1.700.749	2.489.991	1.568.574
Desporto	2	934.500	1,8	700.875	797.528	598.146
Comercio	1	3.097.771	5,9	1.548.886	2.798.368	1.399.184
Industria	1	247.749	0,5	185.812	243.571	182.678
Sociedade da indormação	1	651.088	1,2	488.316	624.157	468.118
TOTAL	65	52.841.007	100,0	38.098.450	45.772.016	32.958.783

Indicadores de realização física

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que são, fundamentalmente, arranjos urbanísticos, com os quais se pretende recuperar e melhorar a imagem de centros históricos e áreas degradadas em espaços urbanos de interesse turístico, e recuperação de edifícios de interesse arquitectónico e patrimonial.

Medida I.4 - Indicadores de realização física

Designação do indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Arranjos urbanísticos	n.º	25	58	49
Área de arranjos urbanísticos	n.º		30	25
Intervenções de renovação urbana	n.º		25	21
Intervenções integradas de renovação urbana	n.º		3	3
Recuperação de Edifícios e Monumentos	n.º	10	7	7
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	n.º		7	7
Estâncias termais apoiadas	n.º		1	1
Parques/pavilhões de exposição construídos	n.º		1	1
Parques de estacionamento construídos	n.º		1	1
Campos de jogos construídos	n.º		1	1
Polidesportivos remodelados/ampliados	n.º		1	1

6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas

Síntese global da execução

Com a reprogramação ocorrida em 2004 e os 94 projectos aprovados, até final de 2004, a Medida I.5 encerra o ano com 67,2% de comprometimento que corresponde a 27,5 milhões de Euros de investimento.

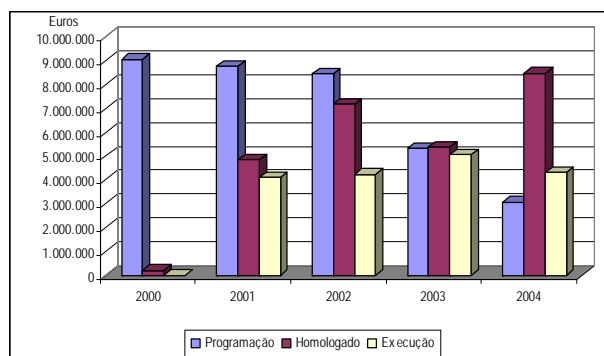
Medida I. 5 - Síntese da execução

Unid: Euros

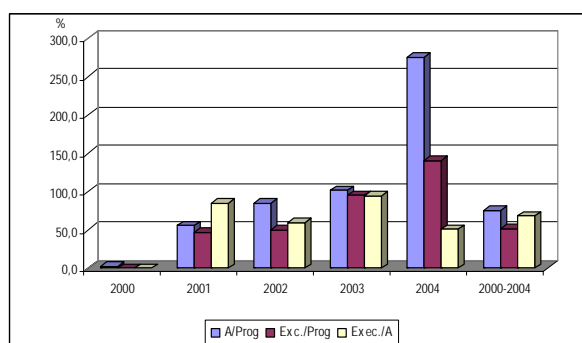
Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	9.041.721	5.880.336	216.581	140.778			2,4		
2001	8.744.495	5.681.123	4.836.841	3.258.784	4.116.558	2.806.424	55,3	47,1	85,1
2002	8.429.784	5.479.281	7.159.756	4.402.352	4.228.339	2.567.276	84,9	50,2	59,1
2003	5.311.882	3.451.946	5.380.932	3.379.008	5.065.118	3.135.175	101,3	95,4	94,1
2004	3.078.199	2.000.969	8.464.413	6.033.900	4.310.856	3.029.300	275,0	140,0	50,9
2000-2004	34.606.081	22.493.655	26.058.523	17.214.822	17.720.871	11.538.175	75,3	51,2	68,0
Total (2000-2006)	41.039.033	26.675.448	27.559.794	18.176.460	17.720.871	11.538.175	67,2	43,2	64,3

A execução da Medida correspondia a 64,3% do montante aprovado.

Medida I.5 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.5 - Evolução das taxas de execução



A especificidade da medida e a natureza imaterial dos projectos aprovados neste âmbito fazem com que estejamos perante candidaturas que, de um modo geral, envolvem pequenos montantes, encontrando-se já encerrados 27 projectos a que corresponde 17,9% do investimento.

Medida I.5 - Projectos aprovados segundo o nível de execução

Unid: Euros

	Aprovações				Execução		Pagamentos
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER	
0%	10	3.137.728	11,4	2.038.085			427.446
0-50%	4	7.049.334	25,6	5.099.088	2.583.270	1.924.007	3.220.557
50-90%	40	8.482.921	30,8	5.423.821	6.466.439	4.130.597	4.328.607
90-95%	5	1.990.947	7,2	1.202.227	1.824.696	1.101.912	1.101.912
95-99%	8	1.967.714	7,1	1.186.577	1.915.315	1.154.998	1.153.227
100%	29	4.931.152	17,9	3.226.662	4.931.151	3.226.661	3.226.661
Total	96	27.559.794	100,0	18.176.460	17.720.871	11.538.175	13.458.412

Incidência local do investimento aprovado

Medida I.5 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação	Projectos
	Nº Proj.	D. Publica	%	Feder	Euros/hab.	Dim. média
Baixo Vouga	2	340.187	1,2	225.335	0,9	170.093
Baixo Mondego	2	214.140	0,8	139.191	0,6	107.070
Pinhal Litoral	3	325.677	1,2	201.050	1,3	108.559
Pinhal Interior Norte	1	19.952	0,1	14.964	0,1	19.952
Beira Interior Sul	1	46.554	0,2	34.916	0,6	46.554
Cova da Beira	2	78.466	0,3	54.926	0,8	39.233
Não Regionalizável	85	26.534.818	96,3	17.506.078		312.174
Litoral	7	880.004	3,2	565.576	0,9	125.715
Interior	4	144.973	0,5	104.806	0,2	36.243
Total	96	27.559.794	100,0	18.176.460	15,5	287.081

Observando a incidência geográfica do investimento verificamos que as NUT III do Baixo Mondego, Baixo Vouga e Beira Interior Sul detêm a maior concentração de investimento, cabendo ao Pinhal Interior Norte e Sul uma participação significativamente reduzida.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

A incidência do investimento por sectores de actividade mostra uma concentração no apoio ao desenvolvimento regional (40,6%), salientando-se ainda os sectores do turismo (22,7%), da cultura (15,4%) e da sociedade da informação (10,3%).

Medida I.5 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER
Ambiente	5	492.529	1,8	320.144	400.687	260.447
<i>Protecção ambiental</i>	3	239.908	0,9	155.940	197.807	128.574
<i>Resíduos sólidos</i>	2	252.621	0,9	164.204	202.880	131.872
Cultura	11	4.247.921	15,4	2.706.769	1.787.185	1.131.365
Apoio ao desenvolvimento regional	68	11.182.830	40,6	6.946.682	9.740.198	6.059.581
Turismo	3	6.269.403	22,7	4.619.362	2.654.948	1.973.535
Agricultura	3	628.161	2,3	392.970	392.613	240.538
Sociedade da indormação	2	2.829.330	10,3	1.949.281	2.268.980	1.563.142
Outros	4	1.909.620	6,9	1.241.253	476.259	309.568
TOTAL	96	27.559.794	100,0	18.176.460	17.720.871	11.538.175

Indicadores de realização física

Na sequência do ponto anterior, não é de estranhar a maior concentração de projectos se situe na linha de acção relativa às “acções inovadoras de promoção e valorização de recursos” e à “dinamização de redes e acções de cooperação interregional”.

Medida I.5 - Indicadores de realização física

Designação do Indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Acções inovadoras de promoção e valorização de recursos	n.º	80	552	278
Acções de sensibilização/divulgação	n.º		1	1
Edição/produção/reprodução de materiais de divulgação e informação (exemplares)	n.º		264	251
Edições audiovisual/multimédia: exemplares	n.º		2	2
Edições audiovisual/multimédia: títulos	n.º		5	5
Iniciativas de animação e promoção turística	n.º		2	1
Iniciativas de promoção/animação cultural	n.º		238	7
Livros/publicações editados : títulos	n.º		25	9
Material promocional/folhetos	n.º		3	2
Exposições realizadas	n.º		12	0
Reforço das Estr. Organizativas Apoio à activ. Económica	n.º	50	19	19
Estruturas prestadoras de serviços de qualificação e promoção regional	n.º		19	19
Dinamização de redes e acções de cooperação interregional	n.º	70	82	53
Acções de sensibilização/divulgação	n.º		1	1
Congressos/seminários/workshops : organização	n.º		2	0
Congressos/seminários/workshops : participação	n.º		1	1
Estudos temáticos realizados	n.º		5	4
Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos	n.º		11	4
Feiras/certames/mostras : organização	n.º		38	34
Feiras/certames/mostras : participação	n.º		24	9
Reforço da eficácia das políticas públicas	n.º	40	5	2
Projectos de instalação e ampliação de infraestruturas de rede informática	n.º		2	2
Sistemas de informação	n.º		2	0
Projectos estruturantes implementados	n.º		1	0

7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Síntese global da execução

Destinada a funcionários e agentes da Administração Local, com níveis de habilitações e de competências profissionais muito diversificados, a Medida 1.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos tem procurado, através da implementação de processos formativos co-financiados pelo FORAL, reforçar as qualificações profissionais daqueles para que possam dar repostas eficientes e com maior qualidade aos novos desafios que se vão colocando.

Esses novos desafios, em áreas como a solidariedade social, a cultura, a educação, o desporto e o ambiente, surgem na sequência da progressiva transferência de atribuições e competências da Administração Central para a Local, que tem sido acompanhada por um reforço de verbas do Orçamento de Estado e por uma cada vez maior diversidade técnico-funcional dos serviços prestados, associados, a novas tecnologias e/ou a novas formas de organização do trabalho.

Nesse sentido, também tem sido feita uma aposta na racionalização de meios e de procedimentos, que visa modernizar as organizações e reforçar as qualificações das pessoas. A formação-acção e a formação a distância, duas novas modalidades formativas lançadas pelo Governo em 2003, são um sinal inequívoco dessa aposta. Contudo, só em 2004, ano em que o Núcleo Coordenador do Programa FORAL também promoveu uma acção de formação conjunta para as cinco CCDRs sobre formação-acção, é que foram aprovadas no seio do POCentro as duas primeiras candidaturas que abraçam aquelas duas novas modalidades.

No que respeita à Medida 1.6 do POCentro, a Estrutura Técnica de Apoio ao Fundo Social Europeu (EAT/FSE) tem continuado a aplicar os procedimentos formais, aprovados em Unidade de Gestão, a divulgar e promover os objectivos da Medida e a participar na elaboração da proposta de divulgação daquela, conjuntamente com os restantes P.O.Regionais.

Até ao final de 2004, ou seja, cinco anos após o arranque do Q.C.A. III, deram entrada na EAT/FSE um total de 288 candidaturas à Medida 1.6 do POCentro. 236 foram aprovadas e homologadas, 43 estavam em análise e houve 10 desistências (uma das quais homologada). Mantendo a tendência do ano anterior, em 2004 registou-se o maior número de candidaturas homologadas (119 – aprovadas nas quatro unidades de gestão).

Medida I.6 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programado		Aprovações		Executado		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	8.625.695	6.469.288	264.064	198.048			3,1	0,0	0,0
2001	8.335.927	6.251.961	1.689.735	1.261.961	432.339	301.778	20,3	5,2	25,6
2002	8.038.678	6.029.023	1.772.366	1.329.274	1.240.923	908.116	22,0	15,4	70,0
2003	5.642.531	4.231.912	3.528.015	2.646.012	1.334.650	1.045.495	62,5	23,7	37,8
2004			5.777.818	4.333.364	2.424.223	1.818.712			42,0
2000-2004	30.642.831	22.982.184	13.031.997	9.768.658	5.432.136	4.074.102	42,5	17,7	41,7
Total (2000-2006)	30.642.831	22.982.184	15.577.276	11.677.617	5.432.136	4.074.102	50,8	17,7	34,9

Quanto aos projectos homologados para o período 2000-2006, foram aprovados 15.577.276 €, dos quais 13.031.997 € são relativos ao período 2000-2004. Os totais da "Despesa Pública" e do "Fundo Comunitário" aprovados para 2004 (respectivamente 5.777.818 € e 4.333.364 €) representam 44% do total aprovado para 2000-2004, o que comprova que o aumento do número de candidaturas aprovadas também teve importantes consequências do ponto de vista financeiro.

A execução registou uma subida significativa em relação a 2003, uma vez que, para além das candidaturas homologadas e executadas em 2004, muitas das candidaturas homologadas em 2003 tiveram execução física e financeira em 2004.

Incidência local do investimento aprovado

Em termos de distribuição das candidaturas por N.U.T. III, das 236 aprovadas, 46 enquadram-se na "Baixo Mondego", 37 na "Dão-Lafões" e 38 não são regionalizáveis. A par daquelas, as NUT III "Baixo Vouga", "Pinhal Litoral" e "Pinhal Interior Norte" revelam, também, uma forte incidência do Programa FORAL.

Pelo segundo ano consecutivo, as candidaturas que não se enquadram em qualquer das dez NUT III da Região Centro, ou seja, as "Não Regionalizáveis" representam a maior fatia ao nível das aprovações (Custo total: 6.672.284 €), seguidas de Dão-Lafões (2.469.291 €) e do Baixo Mondego (1.916.878 €), que também mantêm as posições de 2003.

Uma vez mais a N.U.T. "Baixo Mondego" revelou um enorme dinamismo na apresentação de candidaturas, tendo registado uma grande subida no número de candidaturas aprovadas (21 no final de 2003; 46 no final de 2004), seguida do "Pinhal Litoral" (8 no final de 2003; 25 no final de 2004) e de Dão-Lafões (20 no final de 2003; 37 no final de 2004). O número das candidaturas "Não Regionalizáveis" duplicou, passando de 19 em 2003 para 38 em 2004.

Medida I.6 - Incidência do investimento aprovado

Unid. Euros

NUT III	Aprovações					Capitação Euros/hab.
	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	%	FSE	
Baixo Vouga	29	934.922	934.922	6,0	700.212	2,43
Baixo Mondego	46	1.916.878	1.879.469	12,3	1.409.601	5,64
Pinhal Litoral	25	257.380	257.380	1,6	193.035	1,03
Pinhal Interior Norte	23	1.239.761	1.239.761	7,9	928.362	8,94
Dão-Lafões	37	2.469.291	2.469.291	15,8	1.851.968	8,64
Pinhal Interior Sul	12	746.338	746.338	4,8	559.753	16,65
Serra da Estrela	6	341.891	341.891	2,2	256.418	6,85
Beira Interior Norte	13	283.271	283.271	1,8	209.552	2,47
Beira Interior Sul	4	318.353	318.353	2,0	238.765	4,07
Cova da Beira	3	440.558	440.558	2,8	330.419	4,71
Não Regionalizável	38	6.672.284	6.666.042	42,7	4.999.531	
Litoral	100	3.109.181	3.071.771	19,9	2.302.848	3,19
Interior	98	5.839.463	5.839.463	37,4	4.375.237	7,25
Total	236	15.620.928	15.577.276	100,0	11.677.617	8,78

Indicadores de realização física

Indicador físico		Unidade	Situação de partida	Previsto em CP		Aprovações (quantidade)			Execuções (quantidade)		
				2003	2006	2000/03	2004	TOTAL	2000/03	2004	TOTAL
Formandos	Homens	Unidades	1238	11.085	25.865	18.733	5.360	24.093	7.020	4.738	11.758
	Mulheres		1532	11.085	25.865	17.767	5.524	23.291	8.362	5.360	13.722
	Empregados		(1)	22.170	51.730	36.500	10.884	47.384	15.382	10.098	25.480
	Desempregados		(1)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Domínio do Ambient		(1)	(1)	(1)	405	922	1.327	337	198	535
	Acções TIC		(1)	(1)	(1)	10.523	3.118	13.641	5.770	2.295	8.065
	Acções de I/O		(1)	(1)	(1)	0	0	0	0	0	0
Acções	Total	Unidades	(1)	(1)	(1)	2.913	884	3.797	1.387	942	2.329
	Domínio do Ambient		(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)	35	22	57
	Domínio das TIC		(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)	527	216	743
	Domínio da I/O		(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)	0	0	0
Volume de Formação		horas	(1)	(1)	(1)	1.117.708	537.679	1.655.387	497.373	252.993	750.366
Custo Total		euros	(1)	30.642.831	40.939.157	7.297.831	5.777.818	13.075.649	3.042.118	2.431.019	5.473.137
Despesa Pública		euros	(1)	30.642.831	40.939.157	7.254.179	5.777.818	13.031.997	3.007.912	2.424.223	5.432.136
FSE		euros	(1)	22.982.184	30.704.459	5.435.295	4.333.364	9.768.658	2.255.389	1.818.712	4.074.102

(1) Não previsto em complemento de programação

(2) Informação não disponível

Apesar de o número de homens ser superior em termos de aprovação (24.093 num total de 47.384), são as mulheres que continuam a aderir em maior número à formação (13 722 num total de 25.480 formandos). O número de formandos que frequentou cursos TIC (8.065) continuou a ser muito superior ao do que frequentou cursos de Formação Ambiental (535).

O total de acções executadas ascendeu a 2.329 (942 em 2004), enquanto que as acções TIC (743) continuam a superar as acções em Formação Ambiental (57).

O volume de formação executado em 2004 (252.993) representa cerca de metade do volume de formação executado no período 2000-2003 (497.373), tendência já verificada no ano anterior e que tem a ver, em grande parte, com o facto de muitas candidaturas serem plurianuais e terem transitado de 2003.

A terminar, a crescente adesão dos funcionários e agentes da Administração Local é um sinal da aposta que aqueles fazem na gestão dos seus percursos profissionais, tendo como fim não só assegurar a manutenção do emprego, mas também a preparação para o desempenho de novas funções.

8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial

Síntese global da execução

Os 23 projectos aprovados envolvem um investimento de 68,2 milhões de Euros, valor que corresponde a 88,6% do programado para a Medida até 2006.

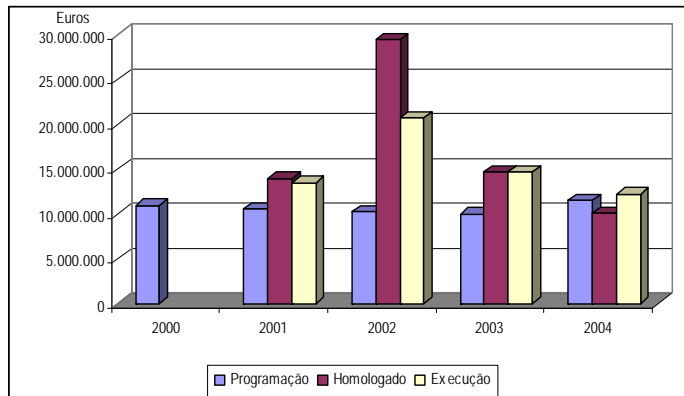
Medida I.7- Síntese da execução

Unid: Euros

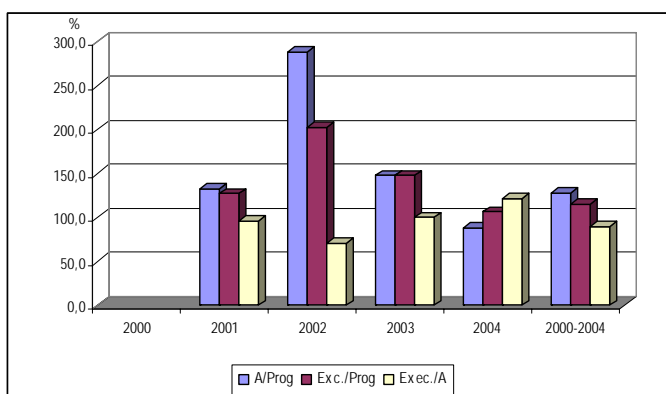
Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	10.967.248	7.677.017							
2001	10.595.704	7.416.937	13.994.850	9.790.675	13.468.249	9.422.055	132,1	127,1	96,2
2002	10.219.253	7.153.424	29.425.300	20.274.625	20.683.975	14.259.126	287,9	202,4	70,3
2003	9.981.764	6.987.183	14.723.929	9.903.204	14.734.452	10.169.797	147,5	147,6	100,1
2004	11.520.702	8.064.451	10.112.967	6.958.060	12.236.880	8.252.278	87,8	106,2	121,0
2000-2004	53.284.671	37.299.012	68.257.045	46.926.564	61.123.556	42.103.255	128,1	114,7	89,5
Total (2000-2006)	77.033.309	53.922.973	68.257.045	46.926.564	61.123.556	42.103.255	88,6	79,3	89,5

A execução global, relativamente ao investimento total aprovado, é de 89,5% e de 79,3% relativamente ao valor programado.

Medida I.7 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.7 - Evolução das taxas de execução



Os projectos aprovados são, fundamentalmente, equipamentos estruturantes para a Região pelo que a respectiva dimensão é relativamente elevada, encontrando quase metade das candidaturas (10) concluídas, o que representa 38% do investimento aprovado nesta Medida.

Medida I.7 - Projectos aprovados segundo o nível de execução

Unid: Euros

	Aprovações				Execução		Pagamentos
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER	
0%							
0-50%	2	3.112.322	4,6	2.178.625	561.774	393.242	393.242
50-90%	7	21.559.762	31,6	14.255.322	17.928.490	11.883.566	11.988.098
90-95%	2	11.382.698	16,7	7.967.889	10.725.042	7.507.529	7.507.529
95-99%	2	6.292.725	9,2	4.404.908	5.998.712	4.199.098	4.184.662
100%	10	25.909.538	38,0	18.119.820	25.909.538	18.119.820	18.119.820
Total	23	68.257.045	100,0	46.926.564	61.123.556	42.103.255	42.193.351

Incidência local do investimento aprovado

Medida I.7 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação	Projectos Dim. Média
	Nº Proj.	D. Pública	%	Comp.FEDER	Euros/hab.	
Baixo Vouga	8	23.192.662	34,0	16.218.007	60	2.899.083
Baixo Mondego	1	11.347.270	16,6	7.943.089	33	11.347.270
Pinhal Litoral	4	6.607.387	9,7	4.625.171	27	1.651.847
Pinhal Interior Norte	1	852.755	1,2	596.928	6	852.755
Pinhal Interior Sul	1	1.738.102	2,5	1.216.671	39	1.738.102
Dão Lafões	5	12.395.441	18,2	8.361.767	43	2.479.088
Beira Interior Norte						
Beira Interior Sul	2	8.885.868	13,0	5.698.638	114	4.442.934
Cova da Beira	1	3.237.561	4,7	2.266.293	35	3.237.561
Serra da Estrela						
Litoral	13	41.147.320	60,3	28.786.267	42	3.165.178
Interior	10	27.109.726	39,7	18.140.297	34	2.710.973
Total	23	68.257.045	100,0	46.926.564	38	2.967.698

Os projectos aprovados tiveram maior incidência no Litoral, tanto em termos absolutos como relativos, permitindo equipar e qualificar os principais aglomerados da Região, sendo de salientar a construção de equipamentos culturais estruturantes.

Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Os montantes mais significativos foram investidos na cultura (27.4 milhões de Euros; 40.1% do investimento total), no apoio ao desenvolvimento regional (22.7 milhões; 33.3%), em equipamentos de recreio e lazer ou intervenções de reabilitação, quer do património local ou do tecido urbano.

Medida I.7 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção

Unid: Euros

Sector Actividade	Aprovações				Execução	
	Nº Proj.	Elegível	%	FEDER	Despesa	FEDER
Revitalização urbana	2	3.429.374	5,0	2.400.562	2.831.007	1.981.705
Património histórico- cultural	2	3.693.473	5,4	2.270.390	2.981.009	1.855.264
Cultura	9	27.360.618	40,1	19.135.576	26.583.145	18.591.344
Recreio e lazer	2	8.452.252	12,4	5.395.107	7.586.906	4.875.900
Apoio ao desenvolvimento regional	6	22.730.471	33,3	15.911.330	19.499.762	13.649.834
Outros	2	2.590.856	3,8	1.813.599	1.641.727	1.149.209
TOTAL	23	68.257.045	100,0	46.926.564	61.123.556	42.103.255

Indicadores de realização física

Tendo presente os sectores de intervenção e o número de intervenções aprovadas, importa destacar tanto a diversidade de equipamentos com que a Região fica dotada, como os edifícios de interesse cultural e patrimonial que foram intervencionados com o apoio desta Medida.

Medida I.7 - Indicadores de realização física

Designação do indicador	Unidade	Previsto 2006	Aprovado	Executado
Equipamentos Estruturantes (culturais, lazer, apoio à act. Económica)	n.º	8	20	15
Centros de ciência viva criados	n.º		1	1
Bibliotecas construídas	n.º		1	1
Centros culturais construídos	n.º		2	2
Museus construídos	n.º		2	2
Teatros/cinemas/cine teatros construídos	n.º		1	1
Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados	n.º		3	3
Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados	n.º		1	0
Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas	n.º		1	0
Infraestruturas de apoio à actividade económica construídas	n.º		1	0
Parques/pavilhões de exposição construídos	n.º		4	4
Parques/pavilhões de exposição remodelados/ampliados	n.º		1	1
Auditórios e centros de conferência/congressos construídos	n.º		1	0
Edifícios construídos	n.º		1	0
Área urbana intervencionada	m2		35.000	28.350
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	n.º	10	2	2
Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados	n.º		2	2

9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico

Síntese global da execução

O valor das aprovações da Medida 1.8 manteve-se inalterado relativamente à situação verificada no ano anterior, tendo sido recebidas até 31.12.2004, 180 candidaturas, das quais 164 foram aprovadas, 11 foram recusadas e 5 canceladas.

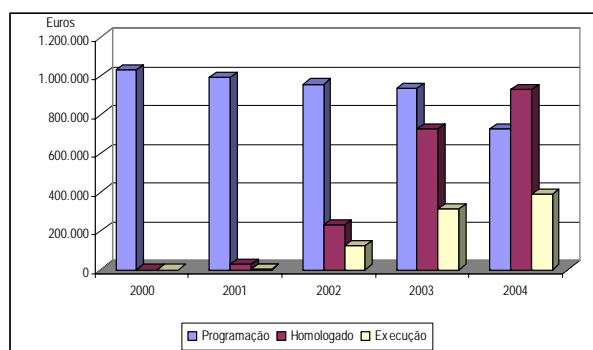
De acordo com o quadro e o gráfico seguintes, as aprovações, no período 2000-2006, ultrapassam em 4,2% o valor da dotação FEDER programada. O baixo grau de execução deve-se ao facto dos projectos serem aprovados com a taxa máxima de bonificação (3%) e o pagamento das respectivas bonificações ser efectuado com base numa taxa de bonificação inferior. Situando-se a taxa de juro contratual (correspondente à soma da taxa euribor a 6 meses com o spread) abaixo dos 4%, a taxa de bonificação é inferior a 3%, uma vez que o beneficiário do empréstimo é obrigado a suportar uma taxa de juro mínima de 1%.

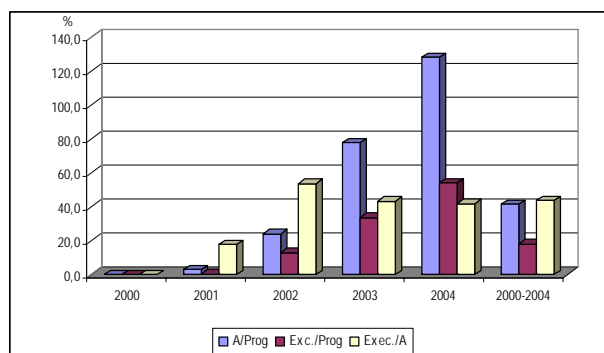
Medida I.8 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	1.029.587	772.190							
2001	994.707	746.030	28.892	21.669	5.133	3.850	2,9	0,5	17,8
2002	959.365	719.524	232.778	174.584	124.659	93.494	24,3	13,0	53,6
2003	937.071	702.803	728.322	546.090	316.093	237.006	77,7	33,7	43,4
2004	726.315	544.736	931.713	698.482	391.996	293.804	128,3	54,0	42,1
2000-2004	4.647.045	3.485.283	1.921.705	1.440.825	837.881	628.154	41,4	18,0	43,6
Total (2000-2006)	6.158.859	4.619.144	6.417.793	4.811.757	837.881	628.154	104,2	13,6	13,1

Medida I.8 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



Medida I.8 - Evolução das taxas de execução

É facto da programação anual da Medida ser decrescente, ao contrário das aprovações, cuja repartição anual é crescente, origina taxas anuais de aprovação face à programação superiores a 100%, como se constata no ano 2004.

Incidência local do investimento aprovado

Os quadros seguintes mostram a distribuição do investimento aprovado por NUT III e por sectores de intervenção.

Medida I.8 - Incidência do investimento aprovado

Unid: Euros

NUT III	Aprovações				Capitação Euros/hab.	Projectos Dim. média
	Nº Proj.	D. Publica	%	Feder		
Baixo Vouga	21	775.720	12,1	581.790	2	36.939
Baixo Mondego	24	1.611.814	25,1	1.208.860	5	67.159
Pinhal Litoral	6	240.108	3,7	180.081	1	40.018
Pinhal Interior Norte	34	669.579	10,4	500.596	5	19.694
Pinhal Interior Sul	2	88.884	1,4	66.663	2	44.442
Dão Lafões	27	971.293	15,1	728.470	3	35.974
Beira Interior Norte	23	1.156.211	18,0	867.158	10	50.270
Beira Interior Sul	11	373.260	5,8	279.945	5	33.933
Cova da Beira						
Serra da Estrela	16	530.924	8,3	398.193	11	33.183
Litoral	51	2.627.642	40,9	1.970.731	3	51.522
Interior	113	3.790.151	59,1	2.841.025	5	33.541
Total	164	6.417.793	100,0	4.811.756	4	39.133

O Pinhal Interior Norte é a sub-região com maior número de aprovações na Medida 1.8 (21%), apesar de ser no Baixo Mondego que se concentra o maior valor de despesa aprovada (25%). As NUT do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral) representam 41% dos empréstimos aprovados, face aos 59% das sub-regiões do interior.

Tendo esta Medida um carácter imaterial, visto tratar-se da atribuição de linhas de crédito com juros bonificados, o indicador existente para o acompanhamento da sua realização física é o número de empréstimos contratados, como mostra o quadro seguinte. Neste caso, o grau de execução física equivale à mesma percentagem da execução financeira, que é de 13,1%.

Medida I.8 - Indicadores de realização física

Designação do indicador	Unidade	Aprovado	Executado
Empréstimo contratados ao abrigo da linha de crédito	n.º	164	13,1

No que respeita à origem dos projectos aos quais se destinam os empréstimos bonificados, conclui-se do quadro seguinte que 97% dos empréstimos contraídos se destinam ao financiamento complementar de projectos aprovados no P.O. Centro, destacando-se o Eixo I com 80% como principal destino desta linha de crédito.

Eixo I - Medida 1.8: Distribuição pelos Programas do QCA III dos projectos aos quais se destinam os empréstimos bonificados

Unid: euros

P.O. / Eixo	N.º empréstimos aprovados na Medida 1.8	% empréstimos aprovados por P.O.	Valor dos empréstimos contratados na Medida 1.8	Valor do capital utilizado	% capital utilizado / capital contratado	% empréstimos com utilização concluída *
P.O. Centro - Eixo I	131	80%	22.454.082,32	19.408.874,78	86%	56%
P.O. Centro - Eixo II	23	14%	3.006.009,27	2.233.699,23	74%	48%
P.O. Centro - Eixo III	5	3%	2.614.286,33	2.566.132,79	98%	100%
P.O. Cultura	1	1%	2.843.966,00	1.767.718,53	62%	0%
P.O. Economia	4	2%	506.187,96	340.262,01	67%	0%
Total	164		31.424.531,88	26.316.687,34	84%	55%

* Utilização de capital concluída a 100% ou numa percentagem inferior.

Do valor total de crédito contratado, 84% já foi efectivamente utilizado, encontrando-se 55% dos empréstimos com a utilização de capital concluída, integralmente ou abaixo do valor aprovado.

10. Medida I.9 – Saneamento básico

Esta Medida apenas foi formalizada nos últimos dias do ano, na sequência da proposta de reprogramação ocorrida no decurso de 2004, o que explica o facto de, até 31 de Dezembro, não ter sido aprovado qualquer projecto.

Medida I.8 - Síntese da execução

Unid: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000									
2001									
2002									
2003									
2004	13.685.223	10.263.917							
2000-2004	13.685.223	10.263.917							
Total (2000-2006)	41.333.334	31.000.000							

IV

Eixo Prioritário II
Acções Integradas de Base Territorial

1. Eixo II – Enquadramento e síntese de execução

Enquadramento

O Eixo Prioritário II – Acções Integradas de Base Territorial do PO Centro pretende promover uma maior concentração do investimento público em domínios estratégicos e em projectos estruturantes, ajustados a determinada especificidade temática e/ou territorial.

As oito medidas que integram este Eixo, distribuídas pelos fundos estruturais Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e Fundo Social Europeu (FSE), intervêm, nomeadamente, na estruturação e competitividade do território regional, no reforço da capacidade de redinamizar as estruturas de povoamento rural para inverter os processos de despovoamento e desertificação humana, na mobilização de recursos e potencialidades de espaços sub-regionais específicos relevantes para o desenvolvimento regional e na valorização dos recursos humanos.

Trata-se de um Eixo Prioritário com alguma complexidade ao nível de gestão, não só por lidar com vários fundos estruturais, com metodologias de funcionamento muito diferentes, como também por congregar medidas com uma grande diversidade de conteúdos e considerável dispersão territorial.

No decurso do ano de 2004, tal como nos anos anteriores, a gestão e acompanhamento dos projectos FEDER aprovados no âmbito do Eixo II foram assegurados pelos Coordenadores das diferentes Acções Integradas de Base Territorial (AIBT's) - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades (Componente Territorial); Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias; Turismo e Património no Vale do Côa; Serra da Estrela e Pinhal Interior. Nas tarefas de preparação de candidaturas, acompanhamento de projectos, tanto em termos físicos como financeiros, os Coordenadores foram apoiados pelas respectivas Estruturas de Apoio Técnico. Os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT's), cuja área de intervenção abrange as áreas territoriais das intervenções, também intervêm no processo, nomeadamente no acompanhamento físico dos projectos. Estas estruturas foram responsáveis pela análise das candidaturas apresentadas pelos promotores, e pelo seu acompanhamento na fase de execução, que no ano de 2004, e para o FEDER, representam 103 projectos num total de 357 aprovados desde o início do QCA III.

A gestão e acompanhamento dos projectos FEOGA-O, aprovados no âmbito da medida 2.7 (AIBT do Pinhal Interior), tem sido assegurada por estrutura de apoio técnico sedeadada na CCDDR e por estruturas de apoio das Direcções Regionais de Agricultura (DRA da Beira Interior e Beira Litoral) e do IFADAP (Beira Litoral e Beira Interior). A Unidade Técnica de Coordenação, específica desta medida, foi responsável pela análise das candidaturas apresentadas pelos promotores às diversas linhas de acção que integram a referida medida. Durante o ano de 2004, a gestão e acompanhamento desta medida foi confrontada com a aplicação da regra “n+2” que, face a uma baixa execução da medida, poderia determinar a perda de montantes financeiros pelo não cumprimento da referida regra. Embora a aplicação da regra considerasse o Fundo no seu conjunto e não as medidas financiadas pelo FEOGA-O de per si, a medida 2.7 apresentava um risco maior, que as medidas do Eixo III, para atingir níveis de execução que satisfizessem o cumprimento da regra “n+2”. Esta situação mereceu, da parte da gestão, um esforço assinalável de envolvimento e empenho de todos os intervenientes no sistema – do promotor à autoridade de pagamento – que permitiu, com base numa monitorização eficaz do sistema, atingir o cumprimento da regra “n+2”. Durante o ano de 2004 foram aprovados, no âmbito do FEOGA-O, 137 projectos dos 315 aprovados desde o início do QCA III.

Relativamente ao FSE, a estrutura e gestão dos projectos aprovados no âmbito da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, é assegurada por EAT

sedeada na CCDR, tendo sido responsável pela análise de 17 candidaturas das 29 aprovadas desde o início do QCA III.

Durante o ano de 2004 realizaram 15 Unidades de Gestão, repartidas pelas diferentes secções, que aprovaram um investimento em despesa pública de 47 626 827€ a que correspondeu uma comparticipação comunitária de 31 494 096€, relativo a 257 projectos. Significa que mais de um terço dos projectos aprovados, ao longo dos 5 anos de execução do III QCA, foram no ano de 2004, com um contributo decisivo no FEOGA. No que diz respeito ao investimento em despesa pública os montantes aprovados em 2004 representam quase $\frac{1}{4}$ do investimento aprovado.

O Eixo Prioritário II viu aprovado, até Dezembro de 2004, um investimento em despesa pública de 209.611.260€, a que correspondeu uma comparticipação comunitária de 144.908.967€, referente a 701 projectos. Se, quanto ao investimento aprovado, a maior parcela cabe ao FEDER, que representa 79.4% das aprovações, contra os 17.1% do FEOGA e 3.6% do FSE, o mesmo não se passa quanto ao número de projectos, uma vez que os valores percentuais entre o FEDER com 50.9% e o FEOGA com 44.9% se aproximam, dizendo este último respeito sobretudo a pequenos projectos agrícolas.

Em termos de aprovações, para além das dificuldades enunciadas para as medidas FSE, todas as medidas apresentam taxas elevadas de aprovações face ao programado, com excepção da Medida 2.4 – AIBT “Turismo e Património no Vale do Côa”. Tal facto está relacionado com o atraso verificado no arranque de um dos projectos “âncora” desta AIBT e que é o Museu do Côa.

Além dos procedimentos inerentes à instrução e apreciação das candidaturas destinadas a cada uma das Medidas que integram o Eixo II, durante o ano de 2004, foram desenvolvidas um conjunto de actividades que permitiram assegurar a gestão e coordenação das medidas e o acompanhamento dos projectos aprovados, das quais se destacam: o apuramento mensal da execução efectuado por projecto, medida e conjunto do Eixo; actualização da informação física e financeira nos sistemas de informação; verificação dos elementos de despesa relativo aos projectos aprovados e processamento dos pagamentos aos beneficiários das diferentes medidas. Além do contributo e apoio à preparação do relatório de execução do PO Centro de 2003, durante o ano de 2004 a gestão do Eixo esteve envolvida no processo de reprogramação do PO e nos consequentes ajustamentos no Complemento de Programação.

A avaliação intercalar do PO Centro bem como o seu desempenho, designadamente em termos financeiros, permitiu que o Programa fosse classificado como muito eficiente e, por esse facto, tivesse acesso à Reserva de Eficiência num montante de 85,29 milhões de euros. O programa contou ainda com um reforço de 4 milhões de euros provenientes da Reserva de Programação. O Eixo II viu reforçado, por essa via, os montantes financeiros disponíveis, nomeadamente a Medida 2.1 – Acção Integrada para a qualificação das Cidades - Componente territorial (FEDER), a Medida 2.6 – Acção Integrada de Base Territorial – Componente FEDER, a Medida 2.7 – Acção Integrada de Base Territorial – Componente FEOGA-O e Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE). O reforço desta última Medida resulta da fusão da Medida II.2 e Medida II.8. Todavia, para o conjunto do Eixo II, o FSE viu reduzido em 1.876.041€ em termos de fundo, muito embora a medida II.8, em resultado da fusão, visse aumentado em 3.286.425€ o fundo disponível. Relativamente aos outros dois fundos, o FEDER viu reforçado em 14 milhões de euros, designadamente nas Medidas 2.1 e 2.6, e o FEOGA foi reforçado com 4 milhões.

Candidaturas apreciadas

Até 31 de Dezembro de 2004 foram e submetidas à apreciação das respectivas Unidades de Gestão um conjunto de 750 candidaturas. Destas 702 obtiveram parecer favorável das respectivas Unidades de Gestão, tendo apenas uma não sido homologada pela tutela e diz respeito à Medida II.1. Por fundo as candidaturas aprovadas são: 357 com financiamento FEDER, 315 FEOGA e 29 FSE.

De referir que a medida II.2 não apresenta qualquer aprovação, por não terem estado reunidas as condições para se proceder à implementação da Medida e, consequentemente, aceitar e analisar eventuais pedidos de financiamento. Esta situação irá, todavia, durante o ano de 2005, ter novos desenvolvimentos em virtude de ter sido aprovada, pela Comissão Europeia em Dezembro de 2004, a proposta de fusão da Medida II.2 e Medida II.8. Para isso será necessário proceder à alteração da regulamentação específica relativa à Medida 2.8, de forma a que esta possa então acolher a tipologia de projectos que eram específicos da Medida II.2.

Do total das candidaturas entradas, 48 obtiveram parecer desfavorável.

O quadro seguinte dá conta da situação reportada a 31/12/2004, para cada medida.

Eixo II – Candidaturas Entradas e Apreciadas – Situação em 31/12/2004

Medida	Nº de Candidaturas				
	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
	Parecer Desfavorável	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
II.1		13		12	
II.3		152		152	
II.4		60		60	
II.5	3	59		59	1
II.6		74		74	
II.7	41	315	3	315	38
II.8	4 (*)	29		29	3
TOTAL	48	702	3	701	42

(*) uma desistência

A quase totalidade dos indeferimentos observaram-se na medida 2.7 (FEOGA-O), registando-se apenas um caso FEDER desfavorável, na medida 2.5, e três no FSE.

Eixo II – Candidaturas Indeferidas – Situação em 31/12/2004

Linha de Acção	Tipo de indeferimento	Motivos de indeferimento	Nº de cand.
Medida II.7	1. Condições de acesso	Ausência de enquadramento legal e por incorrecta formalização e inadequação técnica; ao abrigo do definido na alínea c) do artigo 5º da portaria 533D/2000 bem como contraria o ponto 1 do artigo 17º da mesma portaria. Falta de enquadramento legal, de acordo com a alínea b) do artigo 5º da portaria 488-A/2001 de 3 de Maio.	21
Acção 1			
Acção 2		Incorrecta formalização e inadequação técnica.	3
Acção 9		Inadequação técnica do equipamento proposto às metas produtivas propostas. Falta de documentação para a análise da candidatura.	14
Sub total			38
Medida II.5	2. Critérios de selecção		
LA6		Regulamento Interno UG	1
Medida II.8			
LA1		Regulamentação Específica da Medida	1
LA2		Regulamentação Específica da Medida	2
Sub total			4
Total			42

Execução

Sendo o FEDER o principal responsável pelo financiamento do Eixo II (75% do custo total programado 2000-2006, contra 7.4% do FSE e 17.6% do FEOGA), os três fundos, no seu conjunto, apresentam uma taxa de 69.9% da despesa pública aprovada face ao programado, tendo o ano de 2004 contribuído com um acréscimo de 17%. Contudo, comportamentos diferenciados são possíveis de verificar quando se analisa cada um dos fundos, sendo o FEOGA o que apresenta no final de 2004 maior percentagem de aprovações (85.1) face ao programado e o FSE o que denota maior dificuldade nos níveis de aprovação, com apenas 32.2%. Um dos condicionalismos para este atraso pode ser explicado pelo não arranque da Medida II.2 – Componente empregabilidade das intervenções POLIS, medida que com a Reprogramação do PO Centro foi integrada na medida 2.8 com transferência de parte do orçamento.

A análise da execução financeira e respectivas taxas de cada um dos fundos estruturais assinala, a par de um contributo FEDER inferior face ao programado (36.8%), um relativamente fraco desempenho quer do FSE (13%) quer do FEOGA (21%), ainda que as diferenças se esbatam quando se consideram as taxas de execução face ao aprovado, apresentado o FEDER uma taxa de 51.9%, o FSE 40.2% e o FEOGA 24.8%. No caso do FEDER é a Medida II.1, associada aos POLIS da Região Centro, que mais fraco desempenho apresenta, e que ao representar 37.8% da componente FEDER condiciona o desempenho global deste fundo e do conjunto do Eixo.

Embora apenas com execução na medida II.3 – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, o ano de 2004 surge como o ano de arranque dos Sistemas de Incentivos Específicos para as diferentes AIBT que integram o Eixo II. Estes sistemas aplicam-se a projectos de investimento a desenvolver pela iniciativa privada e que visem as tipologias previamente definidas para cada um das áreas de intervenção.

Na componente FSE, a medida 2.8 apresentou, em 2004, uma dinâmica mais promissora na concretização dos objectivos inicialmente definidos. Saliente-se que tem vindo a verificar-se um

acréscimo de desempenho da medida, nomeadamente com intervenções nas diferentes AIBT, havendo por isso maior dispersão territorial do investimento na promoção do desenvolvimento dos recursos humanos e da coesão social. Contudo, apesar da melhoria no desempenho, os valores em termos de aprovação e execução são considerados insuficientes atendendo aos valores programados para a Medida. Assim, é desejável que a intervenção possa utilizar outras estratégias na promoção da medida, lançando concursos temáticos para a apresentação de projectos, procurando desta forma cobrir áreas temáticas que respondam à procura emergente nos territórios.

O ano de 2004 manteve, para o conjunto das medidas que integram o Eixo II, a tendência manifestada em 2003 para um significativo acréscimo nos montantes aprovados face ao programado, tendência que também se manifesta nos valores executados face ao programado, sendo de realçar que, em termos percentuais, esse valor se situa em 86,5% para o ano de 2004.

No final deste ano encontrava-se aprovado 85,6% face ao programado, para igual período, sendo que o executado face ao programado apresentava uma percentagem mais modesta, situando-se nos 45,3%.

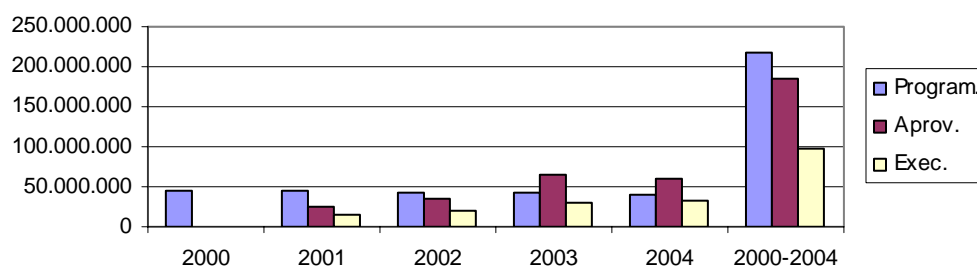
Para que as metas estabelecidas em sede de programação sejam cumpridas, o ano de 2005 tem que ter um forte estímulo na execução. As indicações disponíveis permitem-nos antever que isso mesmo irá acontecer. Um bom exemplo prende-se com a Medida II.1 que como já referimos temos um peso expressivo no conjunto do Eixo II, mas que apresenta níveis de execução bastante abaixo do que seria desejado. No entanto, alguns dos constrangimentos que determinaram essa situação encontram-se superados, ou em vias disso, pelo que é expectável que a medida vá apresentar um dinamismo compatível com a sua real expressão.

Eixo II - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	46.210.573	32.040.045	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	45.142.098	31.259.238	24.273.150	16.903.719	15.881.424	10.869.317	53,8	35,2	65,4
2002	43.716.806	30.258.006	34.021.704	21.885.014	19.051.882	13.362.555	77,8	43,6	56,0
2003	42.872.370	29.659.924	66.110.845	46.199.619	29.736.875	20.719.888	154,2	69,4	45,0
2004	38.779.319	27.719.436	61.090.880	42.299.228	33.544.323	23.382.771	157,5	86,5	54,9
2000-2004	216.721.166	150.936.649	185.496.580	127.287.581	98.214.503	68.334.531	85,6	45,3	52,9
Total (2000-2006)	300.034.797	210.744.238	209.611.260	144.908.867	98.214.503	68.334.531	69,9	32,7	46,9

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Eixo II



Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Medida - Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
Medida 2.1	88.720.556	62.104.647	66.796.054	46.955.659	17.453.033	12.351.150	75,3	19,7	26,1
Medida 2.2									
Medida 2.3	25.251.751	17.675.724	20.267.504	13.996.822	16.564.251	11.444.255	80,3	65,6	81,7
Medida 2.4	63.120.794	44.185.001	34.422.040	24.075.543	23.170.987	16.202.253	54,5	36,7	67,3
Medida 2.5	31.560.497	22.092.600	30.842.421	21.106.312	19.972.121	13.497.102	97,7	63,3	64,8
Medida 2.6	26.078.074	18.254.651	14.019.320	9.586.908	9.165.572	6.264.839	53,8	35,1	65,4
Medida 2.7	41.980.900	28.939.937	35.742.934	23.546.884	8.865.174	6.307.407	85,1	21,1	24,8
Medida 2.8	23.322.225	17.491.678	7.520.986	5.640.739	3.023.364	2.267.523	32,2	13,0	40,2
Total (2000-2006)	300.034.797	210.744.238	209.611.260	144.908.867	98.214.503	68.334.531	69,9	32,7	46,9

Da análise do quadro anterior constata-se que os níveis de execução são relativamente distintos quando comparadas as diferentes medidas que integram o eixo II. De referir que os valores considerados correspondem aos totais 2000-2006, exceção feita, claro está, com a execução.

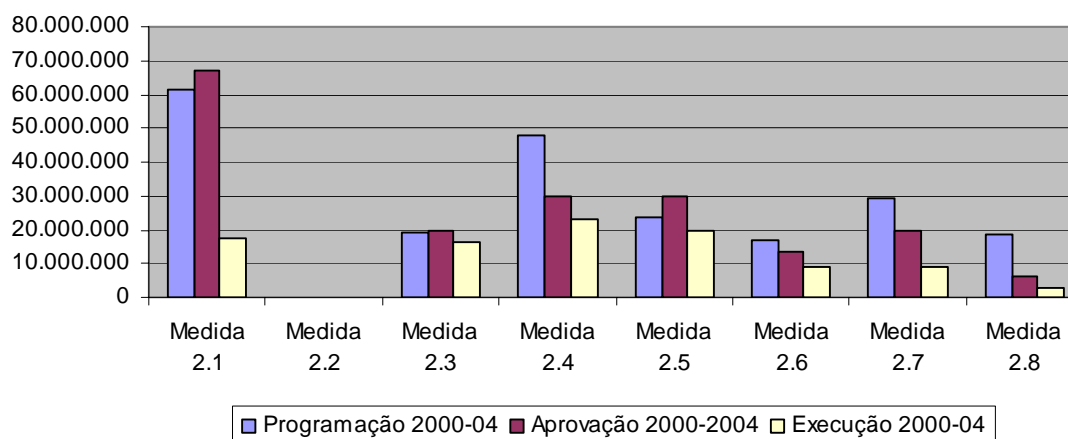
Se considerarmos os valores 2000-2004 é possível, naturalmente, fazer uma outra leitura dos valores apresentados.

Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Medida - Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
Medida 2.1	61.476.830	43.033.975	66.763.746	46.933.044	17.453.033	12.351.150	108,6	28,4	26,1
Medida 2.2									
Medida 2.3	19.053.200	13.336.861	19.856.676	13.709.242	16.564.251	11.444.255	104,2	86,9	83,4
Medida 2.4	47.626.523	33.338.903	29.861.387	20.883.086	23.170.987	16.202.253	62,7	48,7	77,6
Medida 2.5	23.813.337	16.669.527	29.610.644	18.223.877	19.972.121	13.497.102	124,3	83,9	67,4
Medida 2.6	16.652.147	11.656.503	13.770.495	9.414.298	9.165.572	6.264.839	82,7	55,0	66,6
Medida 2.7	29.426.192	18.896.170	19.454.563	13.309.733	8.865.174	6.307.407	66,1	30,1	45,6
Medida 2.8	18.672.937	14.004.710	6.179.068	4.814.301	3.023.364	2.267.523	33,1	16,2	48,9
Total (2000-2004)	216.721.166	150.936.649	185.496.580	127.287.581	98.214.503	68.334.531	85,6	45,3	52,9

Evolução da despesa pública - programação, aprovação e execução por Medida - Eixo II



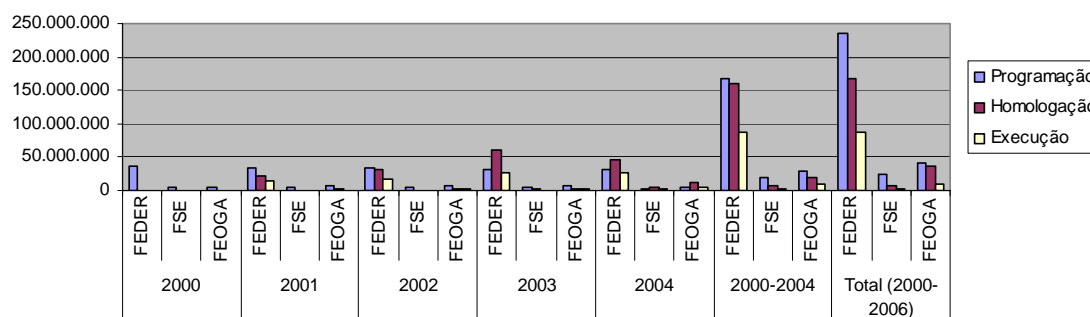
O quadro seguinte apresenta a evolução, para o Eixo II, da despesa pública no que se refere à programação, aprovação e execução desde o início do III QCA até 31 de Dezembro de 2004, por ano e acumulado e considerando os diferentes fundos.

Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Fundo - Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros											
Ano	Fundo	Nº proj	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
			D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	Apr/ Prog	Exc./ Pro g	Exe/ Apr
2000	FEDER		35.896.603	25.127.699							
	FSE		4.316.920	3.237.692							
	FEOGA		5.997.050	3.674.654							
	Total	0	46.210.573	32.040.045							
2001	FEDER	93	34.681.313	24.276.993	21.630.845	14.923.866	15.356.228	10.475.420	62,4	44,3	71,0
	FSE	4	4.170.770	3.128.079	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
	FEOGA	54	6.290.015	3.854.166	2.642.305	1.979.853	525.196	393.897	42,0	8,3	19,9
	Total	151	45.142.098	31.259.238	24.273.150	16.903.719	15.881.424	10.869.317	53,8	35,2	65,4
2002	FEDER	92	33.448.778	23.414.216	31.330.131	19.866.335	17.383.046	12.112.804	93,7	52,0	55,5
	FSE	1	4.022.547	3.016.911	659.681	494.761	323.664	242.748	16,4	8,0	49,1
	FEOGA	76	6.245.481	3.826.879	2.031.892	1.523.919	1.345.172	1.007.004	32,5	21,5	66,2
	Total	169	43.716.806	30.258.006	34.021.704	21.885.014	19.051.882	13.362.555	77,8	43,6	56,0
2003	FEDER	69	32.671.448	22.870.083	61.170.431	42.494.309	26.609.364	18.374.255	187,2	81,4	43,5
	FSE	7	3.929.064	2.946.800	1.794.969	1.346.227	738.858	554.144	45,7	18,8	41,2
	FEOGA	48	6.271.858	3.843.041	3.145.445	2.359.083	2.388.652	1.791.489	50,2	38,1	75,9
	Total	124	42.872.370	29.659.924	66.110.845	46.199.619	29.736.875	20.719.888	154,2	69,4	45,0
2004	FEDER	103	31.923.895	22.346.778	45.731.542	31.879.038	26.977.327	18.797.122	143,3	84,5	59,0
	FSE	17	2.233.636	1.675.228	3.724.417	2.973.313	1.960.842	1.470.631	166,7	87,8	52,6
	FEOGA	137	4.621.788	3.697.430	11.634.922	7.446.878	4.606.154	3.115.018	251,7	99,7	39,6
	Total	257	38.779.319	27.719.436	61.090.880	42.299.228	33.544.323	23.382.771	157,5	86,5	54,9
Total 2000-2004	FEDER	357	168.622.037	118.035.769	159.862.949	109.163.547	86.325.965	59.759.600	94,8	51,2	54,0
	FSE	29	18.672.937	14.004.710	6.179.068	4.814.301	3.023.364	2.267.523	33,1	16,2	48,9
	FEOGA	315	29.426.192	18.896.170	19.454.563	13.309.733	8.865.174	6.307.407	66,1	30,1	45,6
	Total	701	216.721.166	150.936.649	185.496.580	127.287.581	98.214.503	68.334.531	85,6	45,3	52,9
Total 2000-2006	FEDER	357	234.731.672	164.312.623	166.347.340	115.721.244	86.325.965	59.759.600	70,9	36,8	51,9
	FSE	29	23.322.225	17.491.678	7.520.986	5.640.739	3.023.364	2.267.523	32,2	13,0	40,2
	FEOGA	315	41.980.900	28.939.937	35.742.934	23.546.884	8.865.174	6.307.407	85,1	21,1	24,8
	Total	701	300.034.797	210.744.238	209.611.260	144.908.867	98.214.503	68.334.531	69,9	32,7	46,9

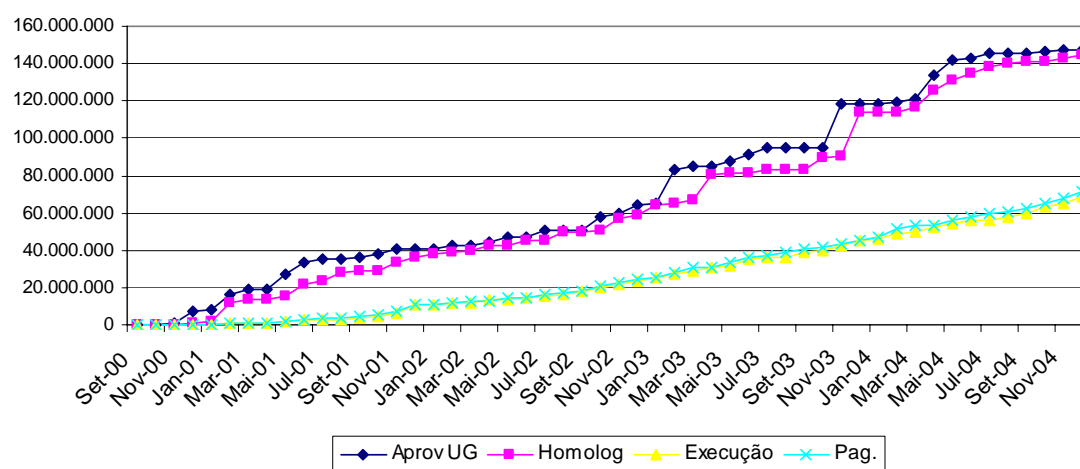
(*) - Programação anual dos projectos homologados até final de 2004

Eixo II - Evolução da despesa pública por ano e Fundo - programação, aprovação e execução



Um outro gráfico dá conta da evolução, por mês e para o conjunto das medidas que integram o Eixo II, das aprovações em Unidade de Gestão, homologações, execução e pagamentos desde o início do QCA III até 31 de Dezembro de 2004.

Eixo II - Evolução da despesa pública por ano e Fundo - programação, aprovação e execução



Incidência territorial do investimento aprovado

A NUT III é a unidade territorial considerada para traduzir a incidência territorial do investimento aprovado. Esta unidade territorial não é a que melhor agrega e dá expressão aos territórios de intervenção das diferentes AIBT uma vez que nenhuma delas corresponde na íntegra a um ou mais territórios que compõem as diferentes NUT.

Importa salientar, ainda, que as áreas territoriais de intervenção das diferentes AIBT se situam, quase em exclusivo, no interior da região Centro e em 4 municípios da região Norte, excepção feita à AIBT das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Medida 2.3) que dispõe de uma linha de acção que integra territórios incluídos nas NUT do litoral – linha de acção dedicada aos Centros Rurais -, e à Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades que incide em 3 cidades situadas nas NUT do litoral – Aveiro, Coimbra e Leiria.

A distribuição dos projectos por NUT traduz isso mesmo, já que apenas 9 dos 701 projectos aprovados e homologados se situam nas NUT que integram o litoral da região centro.

A distribuição geográfica dos projectos é apresentada no quadro seguinte.

Eixo II – Incidência do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT III	Projectos Aprovados				Incidência	
	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo		
					%	por hab.
Região Norte (*)	21	17.689.332	17.689.332	12.382.533		
Baixo Vouga	2	7.006.597,00	7.006.597,00	4.904.617,90	3,24	18
Baixo Mondego	2	1.215.046	1.215.046	907.973	0,56	4
Pinhal Litoral	5	2.067.140	2.067.140	1.533.472	0,96	8
Pinhal Interior Norte	172	36.616.201	34.708.234	22.949.202	16,96	264
Dão-Lafões	34	40.625.063	40.625.063	28.458.167	18,81	142
Pinhal Interior Sul	149	16.817.163	13.596.670	9.372.343	7,79	375
Serra da Estrela	28	10.574.112	10.574.112	7.390.910	4,90	212
Beira Interior Norte	114	35.426.221	34.974.033	23.971.431	16,41	308
Beira Interior Sul	85	25.303.951	24.869.034	17.422.035	11,72	323
Cova da Beira	68	17.139.512	16.828.769	11.701.677	7,94	183
Não Regionalizável	21	5.457.230	5.457.230	3.914.506	2,53	
Litoral	9	10.288.783	10.288.783	7.346.063	4,76	11
Interior	650	182.502.224	176.175.915	121.265.765	84,52	227
Total da Medida	680	198.248.236	191.921.927	132.526.335	91,81	111
Total da Medida c/ Norte	701	215.937.569	209.611.260	144.908.867	100,00	

(*) 4 municípios

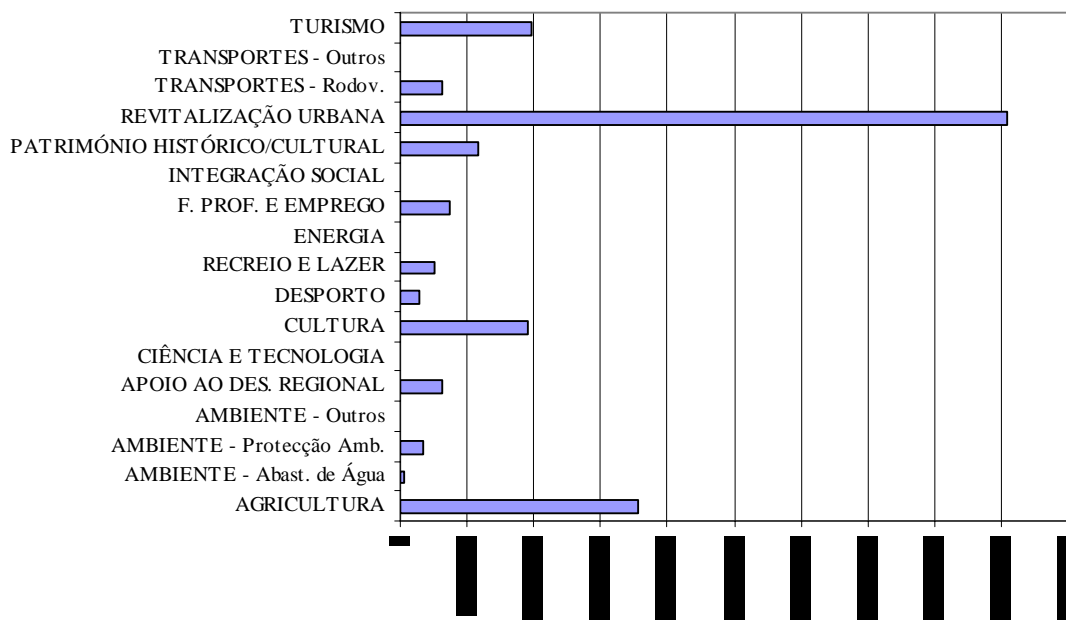
Sectores apoiados: aprovações e execução

A análise do quadro seguinte permite avaliar a coerência dos investimentos face aos objectivos enunciados nas medidas do eixo 2, em que sectores como o turismo, a cultura, o património histórico-cultural, a agricultura, bem como a revitalização urbana, são os que têm maior expressão em termos de número de projectos e valor do investimento, vindo no entanto este último a apresentar um forte destaque, quer em volume de investimento, quer também em número de projectos FEDER, que tenderá a crescer com o desempenho da medida 2.1.

Eixo II - Distribuição das Aprovações e Execução

Unidade: Euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj	D. Pública	Fundo	% (D. Púb.)	D. Pública	Fundo
AGRICULTURA	315	35.742.934	23.546.884	17,1	8.865.174	6.307.407
AMBIENTE - Abast. de Água	6	599.104	400.198	0,3	337.724	227.732
AMBIENTE - Protecção Ambiental	4	3.532.321	2.472.624	1,7	147.299	103.110
AMBIENTE - Outros	1	67.062	46.943	0,0	67.062	46.943
APOIO AO DES. REGIONAL	31	6.134.772	4.274.455	2,9	6.028.172	4.202.283
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1	19.361	13.552	0,0	19.361	13.552
CULTURA	48	19.066.414	13.346.489	9,1	14.378.548	10.064.984
DESPORTO	4	2.726.468	1.425.145	1,3	2.726.468	1.425.145
RECREIO E LAZER	15	5.266.648	3.641.242	2,5	4.134.545	2.873.178
ENERGIA	1	111.735	78.215	0	103.775	72.642
F. PROF. E EMPREGO	29	7.520.986	5.640.739	3,6	3.023.364	2.267.523
INTEGRAÇÃO SOCIAL	1	203.102	142.172	0,1	203.102	142.172
PATRI. HISTÓRICO/CULTURAL	29	11.659.065	8.124.092	5,6	8.521.674	5.947.604
REVITALIZAÇÃO URBANA	130	90.815.177	63.673.160	43,3	32.144.677	22.564.635
TRANSPORTES - Rodovia	27	6.313.453	4.341.155	3,0	4.531.369	3.098.140
TRANSPORTES - Outros	1	306.880	214.816	0,1	306.880	214.816
TURISMO	58	19.525.779	13.526.984	9,3	12.675.308	8.762.664
Total	701	209.611.260	144.908.867	100	98.214.503	68.334.531

Eixo II - Distribuição sectorial do Investimento Aprovado*Domínios de intervenção*

A distribuição por domínio de intervenção relaciona-se com os domínios previstos para cada AIBT, em complemento de programação.

A distribuição por domínios de intervenção é apresentada no quadro seguinte.

Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2004

Med.	Domínio	nº Proj.	Aprovações Total (2000-2006)		Execução 2004		Total (Execução 2000-2004)	
			D. Pública	F. Estrutural	D. Pública	F. Estrutural	D. Pública	F. Estrutural
12- Silvicultura		316	35.948.713	23.701.218	4.627.032	3.130.676	8.955.540	6.375.181
II.7	12-Silvicultura	313	35.710.748	23.522.745	4.606.154	3.115.018	8.865.174	6.307.407
II.8	128 - FP específica da silvicultura	3	237.965	178.474	20.878	15.659	90.365	67.774
13 - Promoção da adapt. e do desenvol. das zonas rurais		182	38.709.239	26.856.132	6.775.274	4.679.185	28.534.090	19.792.723
II.3	1305 - Serviços de base para a economia rural e popul.	13	589.995	412.997	82.108	57.476	585.069	409.548
II.7	1305 - Serviços de base para a economia rural e popul.	2	32.186	24.140	0	0	0	0
II.3	1306 - Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património cultural	101	18.243.868	12.580.277	3.371.176	2.320.121	14.706.208	10.143.625
II.4	1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.	11	12.178.797	8.525.158	1.194.860	836.402	9.794.840	6.856.388
II.5	1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.	8	2.077.227	1.454.059	258.522	180.966	1.054.880	738.416
II.6	1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.	47	5.587.166	3.859.502	1.868.607	1.284.220	2.393.093	1.644.746
161 - Invest. corpóreos (instal. e equip., regimes de ajuda)		9	3.618.258	2.532.780	741.198	518.838	3.279.450	2.295.615
II.3	161 - Investimentos corpóreos	5	266.988	186.891	113.380	79.366	113.380	79.366
II.4	161 - Investimentos corpóreos	4	3.351.270	2.345.889	627.818	439.472	3.166.070	2.216.249
167 - Formação p. específica das PME e do artesanato		13	4.196.090	3.147.067	1.365.628	1.024.221	1.866.017	1.399.512
II.8	167 - FP específica das PME e do artesanato	13	4.196.090	3.147.067	1.365.628	1.024.221	1.866.017	1.399.512
171 - Turismo - Investimentos corpóreos (centros de acolhimento, alojamento, equipamentos, restauração)		59	34.595.796	23.558.572	5.129.713	3.553.048	23.607.196	15.921.012
II.4	171 - Investimentos corpóreos	18	7.491.549	5.244.084	456.713	319.699	5.686.049	3.980.235
II.5	171 - Investimentos corpóreos	20	19.505.652	13.170.574	3.576.346	2.503.442	11.981.672	7.903.787
II.6	171 - Investimentos corpóreos	21	7.598.595	5.143.914	1.096.654	729.907	5.939.474	4.036.990
172 - Turismo - Investimentos incorpóreos (concepção e organização de serviços turísticos, património, actividades desportivas, culturais e de lazer)		48	3.693.867	2.578.325	396.825	277.777	3.273.269	2.286.189
II.3	172 - Invest. Incorpóreos	24	823.502	576.452	164.087	114.861	820.651	574.456
II.4	172 - Invest. Incorpóreos	11	1.991.093	1.386.383	125.596	87.918	1.892.882	1.319.919
II.5	172 - Invest. Incorpóreos	13	879.272	615.490	107.141	74.999	559.735	391.814
173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico (incluindo acções de promoção...)		22	1.762.829	1.221.477	74.036	51.825	1.680.313	1.163.880
II.3	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	9	343.151	240.205	93.429	65.400	338.943	237.260
II.4	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	8	1.022.608	703.323	0	0	1.019.119	701.044
II.5	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	4	386.608	270.626	-22.932	-16.052	311.788	218.252
II.6	173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico	1	10.462	7.324	3.539	2.477	10.462	7.324
174 - Formação p. específica do turismo		11	2.659.368	1.994.526	509.633	382.225	827.041	620.281
II.8	174 - Formação profissional específica do turismo	11	2.659.368	1.994.526	509.633	382.225	827.041	620.281
24 - Adaptação, espírito de empresa e inovação		2	427.563	320.673	64.702	48.526	239.941	179.956
II.8	24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação	2	427.563	320.673	64.702	48.526	239.941	179.956
312 - Estradas		15	5.250.318	3.675.223	455.159	318.611	3.537.330	2.476.131
II.4	3122 - Estradas regionais/locais	3	2.186.242	1.530.369	6.934	4.854	706.294	494.406
II.5	3121- Estradas Nacionais	1	260.753	182.527	0	0	260.753	182.527
II.5	3122- Estradas regionais/locais	6	1.980.226	1.386.158	307.074	214.952	1.747.741	1.223.419
II.6	3122 - Estradas regionais / locais	5	823.097	576.168	141.151	98.806	822.542	575.780
352 - Reabilitação de zonas urbanas		24	78.749.218	55.322.875	13.405.123	9.397.837	22.414.318	15.824.050
II.1	352 - Reabilitação de zonas urbanas	12	66.796.054	46.955.659	11.239.705	7.882.044	17.453.033	12.351.150
II.4	352 - Reabilitação de zonas urbanas	5	6.200.482	4.340.337	905.732	634.013	905.732	634.013
II.5	352- Reabilitação de zonas urbanas	7	5.752.683	4.026.878	1.259.686	881.780	4.055.553	2.838.887
		701	209.611.260	144.908.867	33.544.323	23.382.771	98.214.503	68.334.531

De uma análise sumária do quadro apresentado é possível destacar:

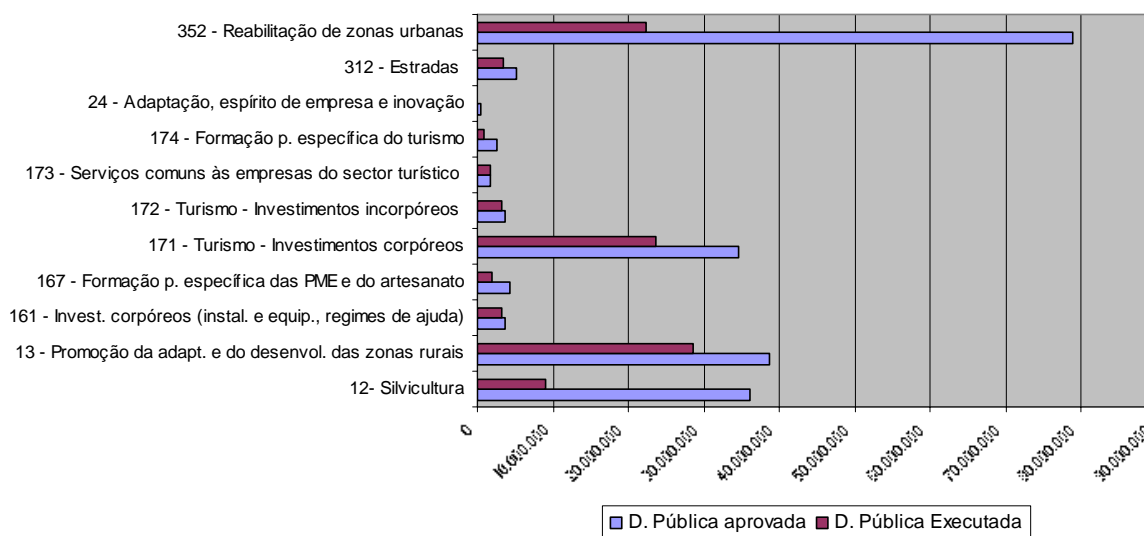
Clara predominância, em número de projectos aprovados, no domínio “Silvicultura”, projectos inseridos na AIBT do Pinhal Interior, logo seguido de projectos enquadrados no domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” com destaque, dentro deste domínio, para o sub-domínio “Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património cultural” onde todas as AIBT financiadas pelo FEDER (excepção feita à medida 2.1) apresentam número considerável de projectos aprovados.

O domínio “Turismo”, quer na vertente corpórea quer na incorpórea apresenta, também, um número apreciável de projectos, o que reforça a especificidade temática das AIBT que integram o Eixo II, especificidade essa que torna o turismo um domínio preferencial de intervenção.

Se considerarmos os montantes executados no ano de 2004, é o domínio “Reabilitação de zonas urbanas” aquele que mostra melhor execução e, dentro deste, a Medida 2.1. O domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” é o segundo a apresentar, em 2004, melhor execução, seguido pelo domínio “Turismo – Investimentos corpóreos e incorpóreos”. Relativamente ao ano de 2003 verifica-se que, em termos de importância dos montantes executados, houve alterações na posição ocupada pelos domínios atrás mencionados. Como fora previsto no relatório anterior o domínio “Reabilitação de zonas urbanas” passou a ocupar o primeiro lugar ao nível da execução, em virtude da medida 2.1, que contribui fortemente para a execução deste domínio, apresentar nessa altura uma taxa de comprometimento de 88% o que permitiu níveis de execução significativos.

Considerando todo o período de execução do QCA III o primeiro lugar em termos de investimento vai para o domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais”, seguido do domínio “Turismo – investimentos corpóreos” e do domínio “Reabilitação de zonas urbanas”.

Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2004



2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER)

Enquadramento

A Medida 2.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER) do PO Centro ao estar totalmente direccionada para o Programa Polis, apresenta características que inevitavelmente servirão de suporte e proporcionam de um modo sustentável a efectivação dos desígnios para que o referido Programa aponta.

Neste sentido, e tendo em consideração que o principal objectivo do Programa Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental melhorando a atractividade e competitividade de polos urbanos com um papel relevante ao nível da estruturação do sistema urbano nacional, é por demais evidente que a medida em apreço é incontestavelmente o meio mais eficaz para dar corpo à necessária revitalização do tecido urbano na Região Centro.

O Programa Polis, ao seleccionar como principais objectivos específico, entre outros, o desenvolvimento de grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental, ao apoiar acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio, bem como apoiando iniciativas que visam aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos, está inequivocamente preocupado com o desenvolvimento de acções que contribuam obviamente para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros.

A este nível o Programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, sustentado ao nível do PO Centro pela medida 2.1, está indissociavelmente relacionado com a revitalização urbana exigida para a Região Centro, e que claramente se encontra bem patente nas intervenções sustentadas pelos projectos apresentados para as NUT em apreciação neste relatório. Na realidade qualquer das intervenções preconizadas para a Região Centro, no âmbito da Medida 2.1, se preocupa com intervenções exemplares, de escala significativa e que marcadamente têm um efeito demonstrativo no país. As intervenções em causa patenteiam alguma preocupação em “ancorar” os projectos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental determinante e específico de cada cidade, que pode ser valorizado e reapropriado por essa cidade. As linhas de água, a revitalização de centros históricos e das suas múltiplas valências de forma a evitar a desertificação e declínio desses centros, a requalificação de zonas industriais deprimidas, a requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade, ou finalmente a valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir polos de desenvolvimento regional, são exemplos de intervenções efectuadas ao nível da Região Centro que procuram objectivamente a revitalização dos respectivos centros urbanos.

Candidaturas apreciadas

Até 31.12.2004, das 13 candidaturas apresentadas pelas Sociedades Polis à Medida 2.1 e que foram objecto de apreciação em sede de Unidade de Gestão, apenas 12 dessas candidaturas obtiveram parecer favorável e a posterior aprovação ministerial, tendo-se registado, por outro lado, a inviabilização de aprovação de uma daquelas candidaturas por parte da tutela face à não emissão de prévio parecer positivo do Gabinete Coordenador do Programa Polis.

Do conjunto de candidaturas aprovadas pela tutela: 4 delas foram apreciadas em Unidade de Gestão e aprovadas durante o ano de 2001, sendo que 2 delas foram objecto de reprogramação já em 2003, tendo uma dessas reprogramações sido apenas aprovada nesse ano; 4 candidaturas foram apreciadas favoravelmente durante o ano de 2002 em sede de Unidade de Gestão, sendo que 3 delas registaram reprogramações/ reformulações em 2003 e/ou 2004, o que originou que a sua apreciação definitiva em Unidade de Gestão ocorresse apenas em 2004, não obstante a aprovação ministerial de todas elas não ter ultrapassado o ano de 2003; durante o ano de 2003 foram apresentadas, apreciadas e aprovadas 4 novas candidaturas. Ao longo do ano de 2004 não houve qualquer apreciação de novas candidaturas em sede de Unidade de Gestão devido à suspensão entretanto determinada superiormente face à indefinição dos montantes a disponibilizar até final das intervenções operadas por cada Sociedade Polis. Tal situação viria todavia a ser estabilizada já no final do ano de 2004, através de reprogramações / reformulações em baixa dos montantes das candidaturas apresentadas e a apresentar pelas Sociedades Polis, reajustando-os aos valores dos investimentos máximos a afectar a cada Sociedade no âmbito da Medida 2.1.

Sobre toda esta problemática não será de modo algum despidendo registar o empenho e a boa vontade demonstrados por todas as partes e responsáveis envolvidos no processo, sendo tal atitude considerada absolutamente indispensável a uma boa e sustentável execução e gestão da Medida em apreço, e cujos resultados, se espera, possam contribuir decisivamente para o normal e desejável desempenho das diversas intervenções Polis, dando desse modo corpo e objectividade aos desígnios com base nos quais foi concebido e construído todo o Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, programa considerado de importância vital e estratégico, em consonância aliás do que é preconizado, e por diversas vezes, no Plano de Desenvolvimento Regional para o período 2000-2006.

Execução

Relativamente à Despesa Pública, verifica-se que no período 2000-2004 o montante das Aprovações das candidaturas superou em 8,6% o valor total Programado para a Medida. Tal situação foi fundamentalmente originada pelas razões anteriormente aduzidas - indefinição, em tempo útil e oportuno, dos investimentos máximos a afectar a cada Sociedade Polis - ,o que desde logo provocou o consequente desfasamento em relação à Despesa inicialmente Programada para a Medida (conforme resulta dos valores constantes em Complemento de Programação do POR Centro) tendo em atenção os montantes associados às necessidades de financiamento preconizadas pelas diversas Sociedades Polis para dar cumprimento integral ao previamente estabelecido e espelhado nos respectivos Planos Estratégicos, documentos estes que continuam a ser a base para a emissão de pareceres vinculativos por parte do Gabinete Coordenador do Polis, e, nesse sentido, absolutamente indispensáveis, para a Apreciação e Aprovação das diferentes candidaturas. Este desfasamento torna-se ainda bem mais evidente quando a análise é centrada apenas nos anos de 2003 e 2004, onde se registam taxas entre o Aprovado e o Programado de 337,5% e 180%, respectivamente.

Se em alternativa, e para o período em análise, compararmos a relação existente, por um lado, entre o Executado e o Aprovado, e, por outro, o Executado e o Programado, então as taxas correspondentes cifrar-se-ão respectivamente, em 26,1% e 28,4%, situação que facilmente se inverterá tendo em atenção a estabilização conseguida em finais de 2004, quando foram definidos os “plafonds” máximos atribuídos aos investimentos a encetar por cada uma das Sociedades Polis envolvidas e enquadráveis na Medida 2.1. Na realidade, a tomada de posição que, sobre esta matéria foi alcançada, permitirá indiscutivelmente assumir o futuro com maior tranquilidade, permitindo, por um lado que o Gabinete Coordenador do Programa Polis possa

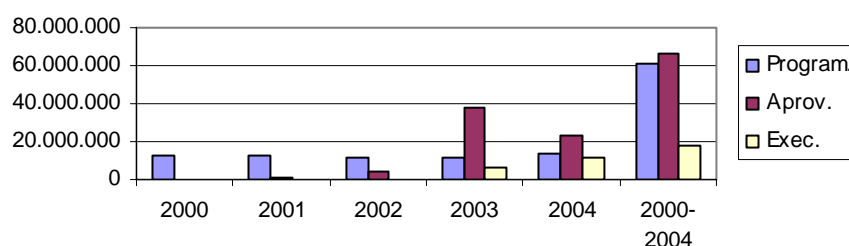
emitir os necessários pareceres em tempo útil, e, dessa forma, contribuir para que as Unidades de Gestão da Medida se possam efectivar igualmente em tempo oportuno, facilitando, por outro lado, a tarefa incumbida a toda a Estrutura de Gestão da CCDR-C, que, em última instância, terá a responsabilidade de efectivar os pagamentos devidos aos promotores e executores das intervenções Polis em tempo e circunstâncias aceitáveis.

Medida II.1 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	12.682.056	8.877.482	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	12.252.700	8.576.932	1.505.502	1.129.126	0	0	12,3	0,0	0,0
2002	11.817.253	8.272.117	3.916.073	2.824.178	419.906	314.930	33,1	3,6	11,2
2003	11.542.627	8.079.878	37.688.838	26.463.728	5.793.422	4.154.177	326,5	50,2	15,7
2004	13.182.194	9.227.566	23.653.333	16.516.012	11.239.705	7.882.044	179,4	85,3	47,7
2000-2004	61.476.830	43.033.975	66.763.746	46.933.044	17.453.033	12.351.150	108,6	28,4	26,3
Total (2000-2006)	88.720.556	62.104.647	66.796.054	46.955.659	17.453.033	12.351.150	75,3	19,7	26,3

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.1



DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS APROVAÇÕES

Unidade: euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
Revitalização Urbana	12	66.796.054	46.955.659	100	17.453.033	12.351.150
Total	12	66.796.054	46.955.659	100	17.453.033	12.351.150

Incidência territorial do investimento aprovado

No que diz respeito à incidência geográfica dos projectos aprovados (homologados) por NUT, poderá referir-se o seguinte:

1º- Dão Lafões foi a NUT que apresentou até 31/12/2004 o índice percentual relativamente ao Custo Total dos projectos aprovados/homologados mais elevado (53,42%), seguida da Beira Interior Sul com 28,04% e do Baixo Vouga com 10,49%, contrastando com as outras NUT onde os

índices percentuais apresentados em referência ao Custo Total foram extremamente baixos e até insignificantes. Na realidade o Baixo Mondego com 1,72%, o Pinhal Litoral com 2,59%, a Beira Interior Norte com 1,99% e a Cova da Beira com 1,75%, foram NUT onde a incidência percentual do investimento dos projectos aprovados/homologados sobre o Custo Total ficou muito abaixo dos valores apresentados pelas NUT acima e em primeiro lugar referidas.

Em termos gerais, e de certo modo em consonância com o atrás referido, as NUT do Interior apresentaram uma incidência sobre o Custo Total dos projectos aprovados / homologados bastante superior (85,20%) às NUT do Litoral (14,80%).

A relação causal existente para o período em análise (2000/2004) não será necessariamente a mesma num futuro imediato, uma vez estarem ainda em fase de implementação e/ou arranque algumas das empreitadas de alguns dos Polis que integram na Região Centro a Medida 2.1.

De qualquer modo podemos afirmar que, não sendo definitivos os valores indicados, tudo leva a crer que, e de harmonia com os investimentos esperados efectivar durante o III QCA (período 2000-2006), as regiões do Litoral e do Interior apresentarão taxas de incidência sobre o Custo Total programado/previsto muito diferentes das descritas anteriormente, prevendo registar-se todavia no final do período em apreciação um desvio significativo, que no caso das NUT Litoral rondará os 35,2% e nas NUT do Interior os 64,8%.

2º- Relativamente ao custo total por habitante a incidência ao nível das várias NUT revela-se de modo diverso, sendo óbvio que esse custo aumenta quando a Despesa Pública por projecto se direcciona para as regiões do Interior, o que é explicável dada a dimensão populacional, bastante mais reduzida nestas regiões, aliada aos montantes dos investimentos a elas associados, e que nos casos em apreço, se assemelham ou mesmo ultrapassam os valores aprovados para o Litoral. Tal relação causal não será tão clara no que ao período em apreciação (2000-2004) diz respeito, dado existirem ainda alguns projectos em fase de lançamento e por aprovar nalguns Polis, o que obviamente irá ter, após a sua efectivação, repercussões imediatas no nível do custo total por habitante e por NUT, repercussões essas mais consentâneas com a realidade existente entre o Litoral e o Interior.

Tal constatação verificar-se-á certamente quando o período a apreciar for o correspondente ao III QCA (2000-2006). Assim, centrando-nos nos valores para os investimentos previstos com os projectos afectos a cada uma das NUT da Região Centro, o Custo Total por habitante, tomando em consideração a população residente em 2001, apresentará sensivelmente os seguintes valores: Baixo Vouga = 32,66 €; Baixo Mondego = 31,28 €; Pinhal Litoral = 32,09 €; Beira Interior Norte = 71,16 €; Dão Lafões = 89,56 €; Beira Interior Sul = 207,62 € e Cova da Beira = 80,40 €.

Distribuição Geográfica das Aprovações

Unidade: euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	% CT	CT/hab
Baixo Vouga	2	7.006.597	7.006.597	4.904.618	10,49	18
Baixo Mondego	1	1.148.816	1.148.816	861.612	1,72	3
Pinhal Litoral	1	1.729.487	1.729.487	1.297.115	2,59	7
Dão-Lafões	2	35.683.025	35.683.025	24.978.192	53,42	125
Beira Interior Norte	1	1.331.791	1.331.791	932.254	1,99	12
Beira Interior Sul	2	18.728.483	18.728.483	13.164.370	28,04	239
Cova da Beira	3	1.167.855	1.167.855	817.498	1,75	12
Litoral	4	9.884.900	9.884.900	7.063.345	14,80	10
Interior	8	56.911.153	56.911.153	39.892.314	85,20	71
Total da Medida	12	66.796.054	66.796.054	46.955.659	100,00	38

Indicadores de acompanhamento

Relativamente aos indicadores de acompanhamento previstos no Complemento de Programação para a Medida 2.1, verifica-se que as candidaturas aprovadas/homologadas até 31/12/2004 (que objectivamente traduzia a mesma situação verificada em 31/12/2003) não contemplam ainda todos os indicadores referenciados, designadamente o Indicador Físico “*extensão de ciclovia a criar/reabilitar*”, dado as respectivas candidaturas aprovadas até final de 2003, abrangerem apenas a fase estudos/projectos e não as empreitadas propriamente ditas. Verifica-se, por outro lado, à data de 31/12/2004, a existência de candidaturas aprovadas que prevêem a “*criação de lugares de estacionamento*” – outro dos indicadores físicos contemplados -, sendo que dos 549 lugares previstos, apenas 25 deles foram efectivamente executados. Contudo, poder-se-á afirmar que esta tendência será invertida num futuro próximo à medida que forem apresentadas as candidaturas relativamente às obras propriamente ditas. No que se refere ao Indicador de Resultado “*população abrangida por intervenções de requalificação urbana*”, apenas se pode referir que a quantificação prevista em Complemento de Programação (80.000 habitantes) se encontra totalmente desfasada da realidade dado os valores aprovados e executados em candidaturas apresentadas para o referido indicador, ultrapassarem já em larga margem o valor estipulado e previsto para a Medida 2.1 do POR Centro. Esse valor está estimado em 427.539 habitantes.

Indicadores de Acompanhamento – Situação a 31/12/2004

Unidade: euros

Indicador Físico	Unidade	1. QUANTIFICAÇÃO			
		Previsto em CP		Resultados (31-12-2004)	
		2003	2006	Proj. aprov.	Execução
Extensão de ciclovia a criar/reabilitação	km		7	0	0
Criação de lugares de estacionamento	n.º		1500	549	25

Indicador Resultado	Unidade	Quantificação			
		Previsto em CP		Resultados (31-12-2004)	
		2003	2006	Proj. aprov.	Execução
População abrangida por intervenções de requalificação urbana	hab		80000	427539	427539

3. Medida II.2 – Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades – Componente empregabilidade (FSE)

Indo ao encontro da recomendação do relatório final da Avaliação Intercalar do PO Centro, que considera haver ganhos de eficácia tanto ao nível da gestão como da execução se existir uma organização mais compacta (não estando disperso por diferentes medidas o financiamento de projectos que se enquadrem em objectivos semelhantes), a que se junta o facto da proposta de regulamento para Medida submetido ao IGFSE não ter sido publicado, foi considerada pela Gestão do PO Centro a conjugação das Medidas II.2 e II.8. Assim, esta última medida passará a integrar os objectivos gerais e específicos da primeira, sem prejuízo da evidência da especificidade de cada uma.

A fusão das Medidas, integrada num pacote de alterações do PO Centro, mereceu parecer favorável em sede de Comissão de Acompanhamento tendo sido ratificada pela Comissão Europeia em Dezembro de 2004.

Só em 2005 estarão reunidas as condições para proceder à regulamentação e implementação dos objectivos inicialmente propostos no âmbito da componente territorial (FSE) da Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades.

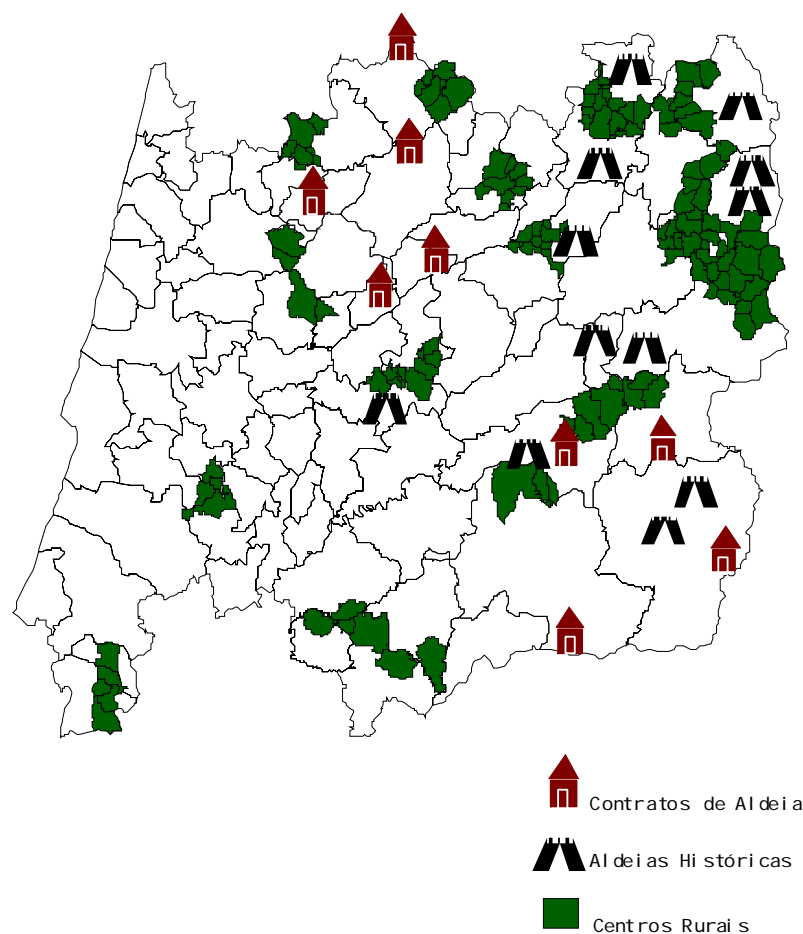
4. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias

Enquadramento

A especificidade subjacente às Acções Integradas de Base Territorial é, no caso das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, materializada através de intervenções de micro escala mas com capacidade de demonstração elevada, que contribuam para a valorização de aglomerados e territórios que encerram potencial a considerar, na promoção e dignificação dos espaços rurais da Região Centro. A natureza temática da intervenção proporcionou uma incidência territorialmente difusa, em áreas de baixa densidade, ora focalizada em aglomerados emblemáticos do Interior da Região, ora em manchas territoriais contíguas em que se destacam produtos certificados ou com imagem de qualidade para a valorização e promoção do mundo rural. A avaliação da progressão territorial da AIBT, que se encontra já estabilizada, deverá ser analisada através da implementação das Linhas de Acção que estabelecem redes complementares, entre si, capazes de conferir coerência territorial e funcional à Acção Integrada. A rede de Aldeias Históricas é a intervenção estruturante desta AIBT, a partir da qual se difundiu a metodologia de actuação e a definição de subsistemas territoriais complementares, com o objectivo de se atingir uma rede coerente de aglomerados de potencialidades diferenciadas. O carácter integrado, em termos territoriais, e a natureza qualitativa dos investimentos, a realizar, pressupôs a concepção de um modelo de intervenção que contribuísse para a afirmação daqueles subsistemas assim como uma compatibilização prévia entre as iniciativas a implementar e os objectivos a atingir.

No cumprimento do estabelecido no Programa Operacional Regional do Centro e respectivo Complemento de Programação encontrava-se estabilizada no final de 2004 a área de intervenção territorial desta AIBT: doze Aldeias Históricas, ancoradas no território da Beira Interior, que definem uma rota histórico-cultural; quinze Centros Rurais, cujos territórios envolvem 125 freguesias com potencial diversificado ao nível da paisagem, dos produtos e actividades rurais da Região; nove Contratos de Aldeia incidindo em aglomerados que mantêm vivas as suas características mais tradicionais, tanto no que respeita à estrutura urbana, à arquitectura e ao património colectivo das comunidades rurais, aliadas à existência de dinâmicas associativas locais no âmbito cultural, social e económico.

Linhas de Acção



A complementaridade de objectivos definidos, naquelas três Linhas de Acção, e a possibilidade da sua articulação territorial permite cobrir as situações mais relevantes da Região, no que respeita ao potencial existente em termos de património histórico e cultural, arquitectura rural e património de utilização colectiva, paisagem e actividades tradicionais, integrando valores e referências, essenciais, para um acréscimo de auto estima das populações e para a promoção, divulgação e desenvolvimento das parcelas mais periféricas da Região Centro.

Candidaturas apreciadas e critérios de selecção

A Medida das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias aprovou 38 projectos no ano de 2004, ascendendo a 152 o número total de candidaturas apreciadas e aprovadas, no período de 2000-2004. A metodologia utilizada na implementação da Medida, de acordo com o estabelecido no Documento Complementar de Programação, implicou a elaboração de Planos de Intervenção que, para além de identificarem os objectivos a atingir, em cada Linha de Acção, enunciam as iniciativas prioritárias e estruturantes, a desenvolver num quadro financeiro predefinido, respeitando a tipologia de projectos e os critérios de selecção, constantes no DCP. Para além dos projectos referidos foram aprovados, em Unidade de Gestão no ano de 2004, os Planos de Aldeia para as Aldeias Históricas de Belmonte e Trancoso bem como os Planos de Acção dos Contratos de Aldeia do Alcaide e Várzea de Calde. A elaboração daqueles documentos decorreu em estreita colaboração técnica entre os promotores e a estrutura de Coordenação da Medida, tendo

em conta uma uniformização global dos documentos com respeito pelas características mais emblemáticas e relevantes das Aldeias seleccionadas.

Execução

Os 152 projectos aprovados/homologados até Dezembro de 2004 representam 80,3% do total programado na Medida (2000-2006), e 104,2% da programação do período 2000-2004.

O total de despesa pública acumulada, no final de 2004, representa 86,9% da programação 2000-2004 encontrando-se totalmente realizado o investimento previsto para o período 2000-2003 e ainda 16% do programado para 2004.

O ritmo dos valores apresentados indicia um equilíbrio razoável das aprovações, face ao programado assegurando sustentabilidade à execução, tanto no que se refere à sua relação com o programado (86,9%), como com o aprovado (83,4%), para o mesmo período temporal.

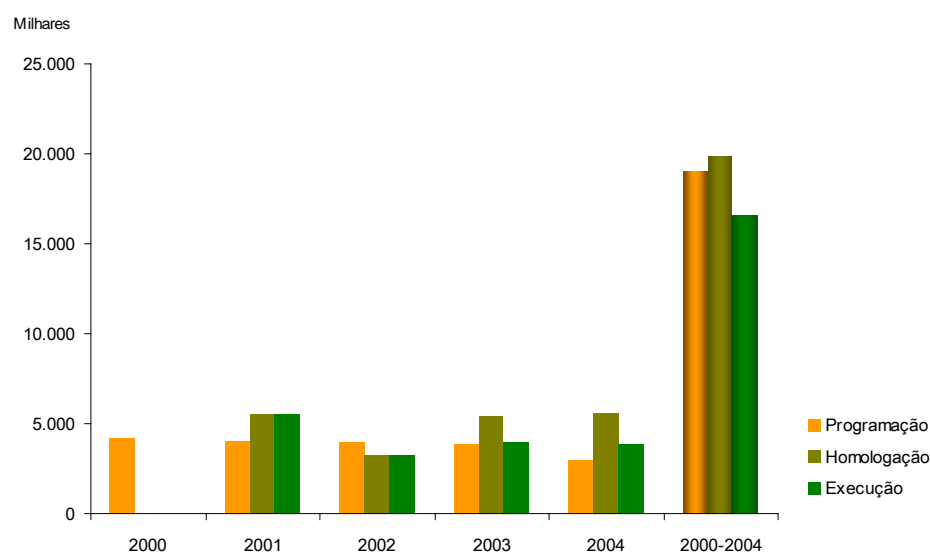
A análise do comprometimento da Medida e respectivas execuções financeiras, face ao período global da programação (2000-2006), evidencia uma boa capacidade de execução encontrando-se, a 31 de Dezembro de 2004, realizado 65,6% do total da programação e 81,7% do total das aprovações.

Medida II.3 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	4 221 324	2 954 843							
2001	4 078 410	2 854 806	5 543 771	3 880 640	5 543 771	3 880 650	135,9	135,9	100,0
2002	3 933 467	2 753 350	3 253 571	2 243 276	3 246 949	2 238 641	82,7	82,5	99,8
2003	3 842 056	2 689 363	5 461 415	3 695 190	3 949 351	2 687 751	142,1	102,8	72,3
2004	2 977.943	2 084 499	5 597 919	3 890 137	3 824 180	2 637 224	188,0	128,4	68,3
2000-2004	19 053 200	13 336 861	19 856 676	13 709 242	16 564 251	11 444 255	104,2	86,9	83,4
Total (2000-2006)	25 251 751	17 675 724	20 267 504	13 996 822	16.564.251	11 444 255	80,3	65,6	81,7

Aprovações e Execução Financeira

*Linha de Acção e Sectores apoiados: aprovações e execução*

Os 69 projectos da Linha de Acção “Aldeias Históricas” representam 63,6%, do total do investimento aprovado e 67,% da despesa executada, evidenciando a capacidade de realização conseguida e a dinâmica instalada na qualificação daqueles aglomerados e do seu património histórico-cultural.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: Euros

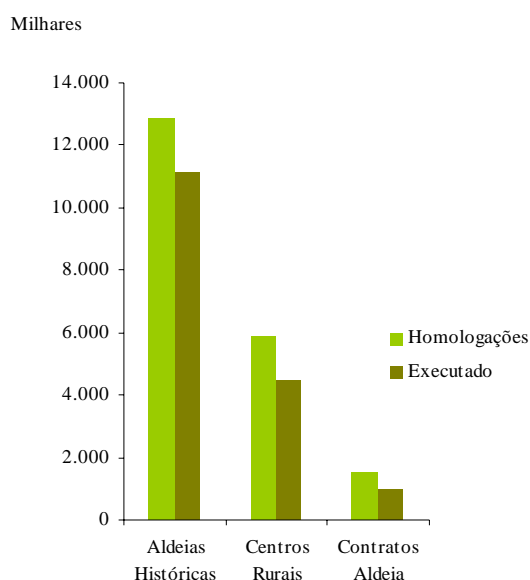
Linha de Acção	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Aldeias Históricas	69	12.892.225	9.024.557	63,6	11.107.098	7.774.969
Centros Rurais	67	5.868.471	3.917.499	29,0	4.474.263	2.981.264
Contratos Aldeia	16	1.506.809	1.054.766	7,4	982.890	688.023
Total	152	20.267.504	13.996.822	100,0	16.564.251	11.444.255

No caso dos Centros Rurais, cujos Planos Globais de Intervenção se encontram praticamente cumpridos no que respeita à formalização de candidaturas, o investimento executado representa já 76,2% do aprovado. Esta Linha de Acção, que absorve 29% dos montantes financeiros aprovados na Medida, está em condições de cumprir, no decurso de 2005, os objectivos enunciados para os quinze Centros Rurais; destes, quatro encontram-se completamente encerrados, cinco apresentam níveis de execução entre 88% e 99% e apenas um, dos de mais recente aprovação, não apresentava realização financeira, à data considerada. Em termos de

despesa pública executada, no âmbito da Medida, o contributo desta forma de intervenção é de 27%, o que revela o equilíbrio conseguido entre as aprovações e respectivas execuções.

Na Linha de Acção “Contratos de Aldeia” encontram-se aprovados/homologados dezasseis projectos relativos a seis, dos nove Planos de Acção estabelecidos, representando 7,4% da despesa pública homologada e 5,9% da execução global verificada. É expectável que durante o ano de 2005 sejam aprovados os projectos já identificados para Alcaide, Campo Benfeito e Várzea de Calde, o que possibilitará o cumprimento das metas financeiras e dos objectivos propostos dentro do período de programação.

Aprovações e Execução Financeira por Linha de Acção



Regista-se um padrão diferenciado na tipologia e dimensão média dos projectos em curso, naquelas Linhas de Acção, o que se relaciona, fundamentalmente, com o papel estruturante que Aldeias Históricas assumem nesta AIBT e consequentemente com o seu efeito de alavancagem na dinamização dos subsistemas complementares - os Centros Rurais e os Contratos de Aldeia. Por outro lado, se no caso das Aldeias Históricas a recuperação do património histórico e cultural, assume significado relevante, quer, em termos simbólicos quer em termos financeiros, o tipo de iniciativas dominantes nos Centros Rurais, envolve valores de investimento, consideravelmente, mais baixos por se prenderem com a valorização e dignificação da paisagem rural e dos espaços públicos dos pequenos aglomerados, com o reforço da sua articulação territorial e com o acréscimo da qualidade de vida das populações residentes. Nos Contratos de Aldeia pretendeu-se, através de intervenções públicas de preservação e valorização dos aglomerados tradicionais e do património colectivo rural, dar visibilidade a dinâmicas locais instaladas no âmbito cultural, associativo e empresarial contribuindo para revitalizar as aldeias e promover valores patrimoniais, culturais e actividades tradicionais, importantes para a respectiva sobrevivência.

A distribuição sectorial das aprovações/homologações encontra-se em consonância com os objectivos específicos enunciados para a Medida. A preservação do património histórico-cultural assume significado relevante nas Aldeias Históricas e representa 36,6% do investimento

aprovado, concretizado através de 16 iniciativas que permitiram a valorização e refuncionalização de monumentos classificados e de edifícios de reconhecido valor arquitectónico.

As intervenções de revitalização urbana (38,7%) tipologia transversal, às três Linhas de Acção, e complementar à recuperação do património, apresentam-se fundamentais para a viabilização, recuperação e divulgação das estruturas tradicionais de ocupação do território, enquanto suporte das comunidades locais e das actividades que se lhes encontram associadas.

Distribuição Sectorial das aprovações

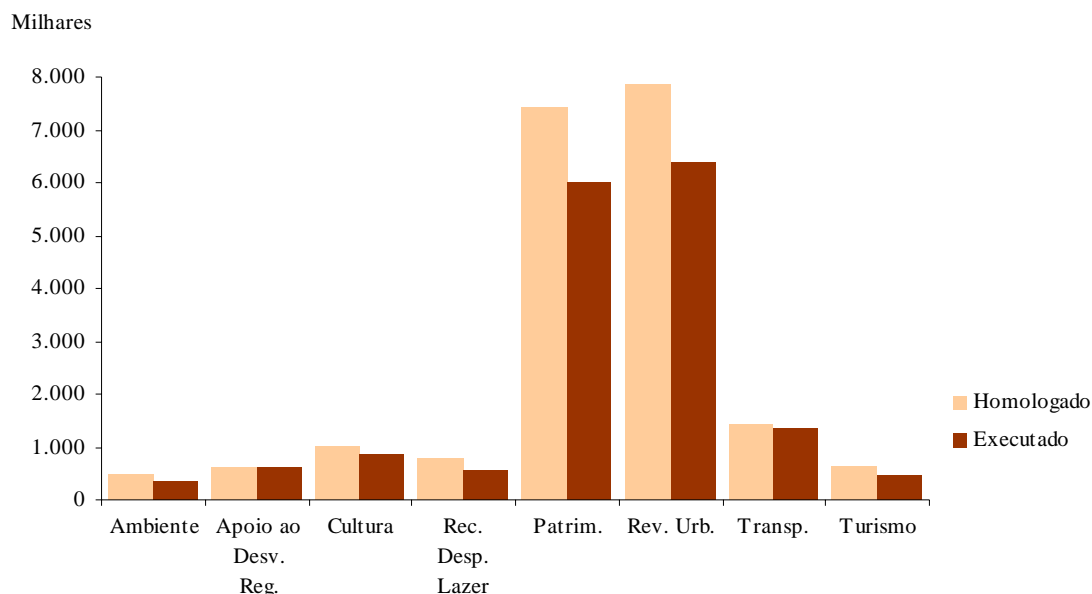
Unidade: Euros

Sector	Aprovações				Execução (2000 -2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Ambiente - Abastecimento de Água	4	501 868	332 133	2,5	337 724	227 732
Apoio ao desenvolvimento regional	13	589 995	412 997	2,9	585 069	409 548
Cultura	26	1 031 088	721 761	5,1	866 794	606 756
Recreio Desporto e Lazer	9	803 281	534 746	4,0	558 241	380 355
Revitalização Urbana	56	7 834 933	5 419 010	38,7	6 389 353	4 414 733
Transportes - Rodovias	14	1 446.344	934 179	7,0	1 377 248	890 255
Turismo	14	640 760	448 532	3,2	457 739	320 417
Património Histórico/Cultural	16	7 419.235	5 193 464	36,6	5 992 084	4 194 459
Total	152	20 267 504	13 996 822	100,00	16 564 251	11 444 255

A melhoria da qualidade de vida das populações residentes inclui domínios como as acessibilidades, que muito têm contribuído para a articulação e estruturação territorial dos espaços de intervenção, o ambiente e os equipamentos de recreio, desporto e lazer que, conjuntamente, representam 13,5% do investimento aprovado.

Projectos ligados a sectores como a cultura, o apoio ao desenvolvimento regional/local e o fomento de actividades turísticas, merecem referência específica pelo facto de se enquadrarem nos domínios do imaterial e do apoio directo à iniciativa privada. Apesar do exíguo valor financeiro que envolvem (11,2% do investimento aprovado) constituem exemplos emblemáticos de intervenção, face às parcerias que proporcionaram entre agentes locais, municípios e associações de desenvolvimento.

Distribuição Sectorial do Investimento Homologado e Executado



Referência específica deve ser feita às micro-iniciativas de natureza empresarial, no sector do turismo, complementando o esforço público realizado e, disponibilizando bens e serviços, tanto, na área do alojamento como na promoção de produtos locais, cujo impacto em termos de emprego assume já algum significado.

No seu conjunto, os domínios referidos têm privilegiado o envolvimento das populações residentes, no processo de dinamização e promoção dos territórios, a disponibilização de competências técnicas, a nível local, e a animação e promoção do mundo rural por forma a afirmar a importância de novos factores de competitividade, a nível local e regional, permitindo em simultâneo divulgar metodologias inovadoras na abordagem ao desenvolvimento das áreas de baixa densidade.

Distribuição territorial do investimento aprovado

A incidência territorialmente difusa, desta Acção Integrada de Base Territorial, resulta do carácter selectivo de cada uma das Linhas de Acção e do todo coerente que se pretende alcançar, nos territórios menos competitivos da Região Centro. Assim, para além da intervenção âncora das Aldeias Históricas foi formalizada uma rede de micro intervenções direccionada a áreas e aglomerados do Interior onde se concentra 98% da despesa pública homologada.

É a Beira Interior Norte que detém o maior número de projectos, a parcela mais significativa de investimento e a capitação mais elevada, relacionando-se com as sete Aldeias Históricas e cinco Centros Rurais, ali localizados, e com uma dinâmica assinalável de intervenção, seja ao nível de apresentação de candidaturas como na respectiva execução física e financeira. De referir, também, a mobilização empresarial que se observa naquela área territorial, onde se localizam

cinco iniciativas de dinamização económica que estão na base dos valores diferenciados entre custo total e despesa pública dos projectos aprovados. Castelo Rodrigo e Marialva são as Aldeias Históricas que demonstraram maior dinâmica no lançamento de micro-iniciativas empresariais que muito contribuirão para o estímulo e diversificação das economias locais.

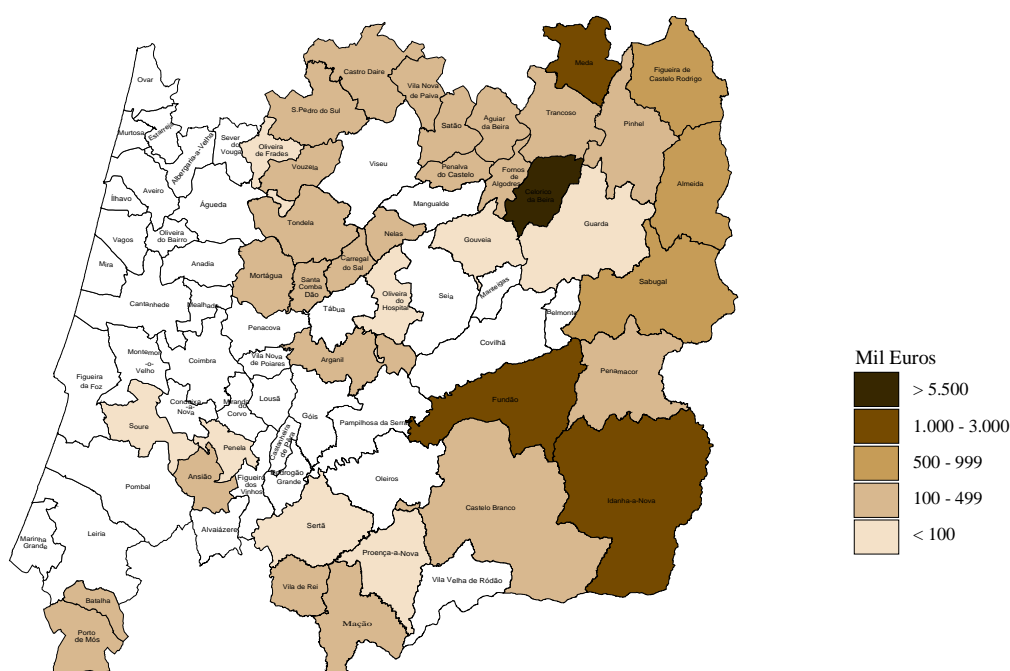
Distribuição geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por habitante
Baixo Mondego	1	66 229	66 229	46 361	0,3	0,2
Pinhal Litoral	4	337 653	337 653	236 357	1,7	1
Pinhal Interior Norte	13	921 390	921 390	603 236	4,6	7
Dão Lafões	26	2.500 550	2 500 550	1 701 862	12,4	9
Pinhal Interior Sul	4	448 525	448 525	299 803	2,2	10
Serra da Estrela	5	289 786	289 786	190 741	1,4	6
Beira Interior Norte	59	10 241 796	9 974 808	6 925 331	50,9	89
Beira Interior Sul	21	3 156 568	3 156 568	2 209 598	15,7	40
Cova da Beira	19	2 571 994	2 571 994	1 783 533	12,8	28
Litoral	5	403 882	403 882	282 718	2,0	0,4
Interior	147	20 130 610	19 863 622	13 714 105	98,0	25
Total da Medida	152	20 534 492	20 267 504	13 996 822	100,00	12

A Beira Interior Sul e a Cova da Beira revelam impacto, a destacar, na incidência relativa da Medida, nomeadamente por deterem intervenções no âmbito das três Linhas de Acção, propiciando a sua interacção e uma leitura integrada do respectivo funcionamento. Aquelas duas NUT e o Dão Lafões, não tendo sido alvo de nenhuma intervenção específica de valorização territorial, têm beneficiado de um estímulo significativo, no âmbito desta AIBT, cujo impacto territorial tem graduação e leituras, relativamente diversas.

Distribuição Geográfica do Investimento Aprovado

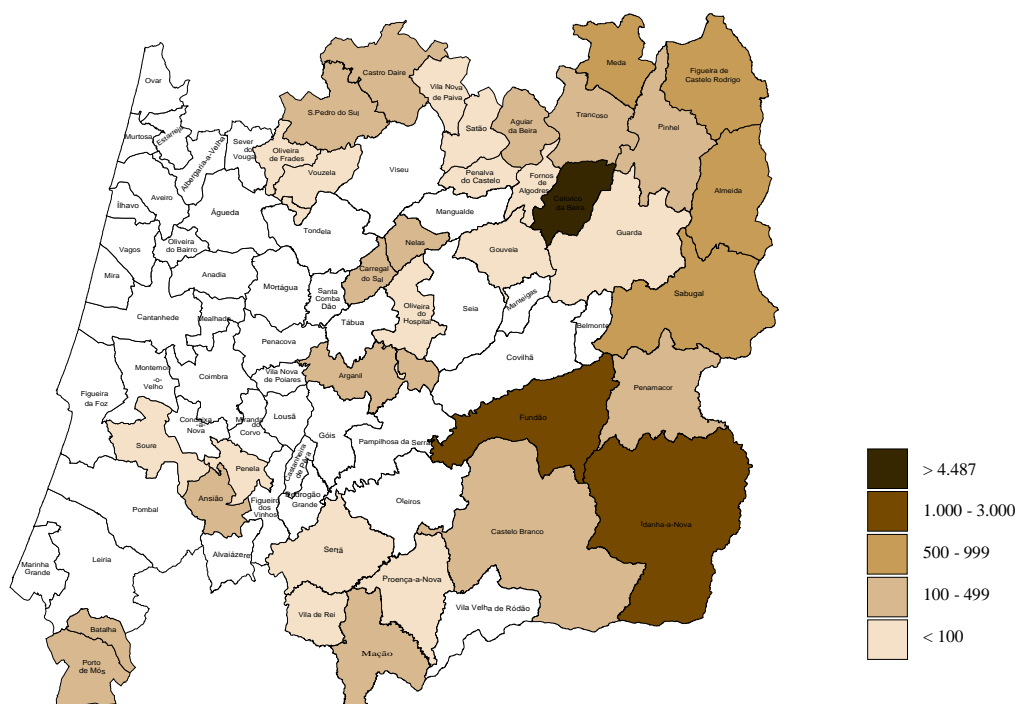


Assim, a intensidade de investimento verificada no Fundão (Cova da Beira) e em Idanha-a-Nova (Beira Interior Sul) prende-se, fundamentalmente, às três Aldeias Históricas ali localizadas, já que os níveis de investimento nos Centros Rurais e Contratos de Aldeia têm idêntica expressão financeira aos localizados no Dão Lafões. Neste último caso foi possível, como se observa na cartografia apresentada, dar um sinal de discriminação positiva a territórios com elevado potencial de mobilização, dentro da temática do desenvolvimento rural e local, mas também com manifesto deficit de desenvolvimento.

As Nut(s) do Pinhal Interior Norte e Sul, onde se localizam três Centros Rurais, embora não evidenciem uma representação relevante em termos de aprovações, são unidades territoriais em que o investimento por habitante apresenta já algum significado, particularmente se se tiver em conta o efeito cumulativo com a AIBT específica deste território.

No que respeita ao ritmo de execução são os concelhos da Beira Interior Norte e Sul e Cova da Beira que mais têm contribuído para a execução, registada, em estreita correlação com os valores aprovados.

Distribuição Geográfica do Investimento Executado



À excepção de três concelhos do Dão Lafões, que integram o Centro Rural de Agueira/Caramulo, a mancha territorial das aprovações e execuções apresenta forte coincidência, revelando que os projectos aprovados se encontram em execução, sendo as variações de intensidade relativas aos diferenciados níveis de progressão.

Indicadores de acompanhamento

Os sete indicadores de acompanhamento definidos, no Complemento de Programação, cobrem as situações que se previam como mais específicas da Medida II.3 e que, face ao desenvolvimento da AIBT, se têm revelado ajustados não apenas aos objectivos enunciados, mas ainda às necessidades de valorização dos aglomerados seleccionados. Registam-se aprovações e

execuções em todos os indicadores inicialmente considerados, tendo sido a sua quantificação ajustada, em sede da reprogramação aprovada no PO-Centro em 2004, face às dinâmicas reais verificadas.

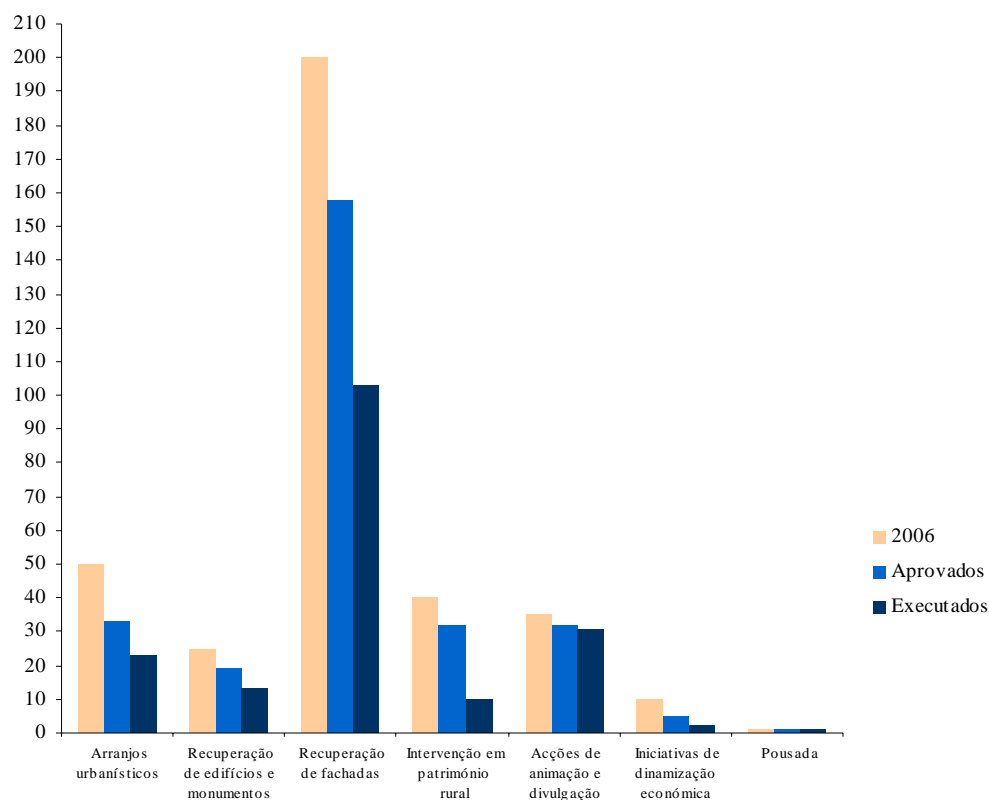
Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2004

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Arranjos urbanísticos	nº	50	33	23
Recuperação de edifícios e monumentos	nº	25	19	13
Recuperação de fachadas	nº	200	158	103
Intervenções em património rural	nº	40	32	10
Acções de animação e divulgação	nº	35	32	31
Iniciativas de dinamização económica	nº	10	5	2
Pousada	nº	1	1	1
Acções de apoio ao desenvolvimento local	nº		13	13
Redes de abastecimento de água remodeladas	ml		8,27	5,23
Rede viária municipal beneficiada	Km		24,90	21,07
Equipamentos de Lazer Desp. e Recreio	Nº		6	5

Foram, também, aprovados e encontram-se em execução projectos que, embora enquadráveis nas tipologias enunciadas nas Linhas de Acção, não foram considerados específicos da Medida: é o caso das acções de apoio ao desenvolvimento local, das redes viária municipal e de abastecimento de água, bem como dos equipamentos de lazer e recreio. São intervenções de qualificação do quadro de vida local cuja expressão financeira não se apresenta relevante mas que, por assegurarem complementaridade a projectos de carácter estruturante, justificaram a respectiva implementação.

Em Dezembro de 2004 encontravam-se física e financeiramente concluídos 94 dos 152 projectos aprovados, registando-se mais 18 situações em que a conclusão física já ocorreu sem que se tenha procedido ao respectivo encerramento financeiro.

Indicadores de Acompanhamento - Situação a 31.12.2004



O salto qualitativo registado em 2004 prende-se com as cinco iniciativas de dinamização económica, em curso, duas das quais relacionadas com a promoção do artesanato e gastronomia tradicional; as restantes, unidades de Turismo em Espaço Rural na modalidade de Casa de Campo, vão proporcionar um acréscimo na capacidade de alojamento das Aldeias Históricas em dez quartos, contribuindo desta forma para a consolidação da sustentabilidade global das intervenções. Encontram-se sistematizados outro tipo de indicadores, que não sendo de acompanhamento físico permitem a monitorização da afirmação desta AIBT, nomeadamente na Linha de Acção - Aldeias Históricas e, que se prendem com o registos de visitas aos respectivos Postos de Turismo. Constata-se que em dois anos consecutivos, 2003 e 2004, a procura registada na Rede das Aldeias Históricas foi superior a 200 mil visitantes. Tratando-se de um destino e produto turístico cuja procura é, ainda, eminentemente nacional (81,6% e 78,1% em cada um dos anos), apresenta, face aos valores referidos, uma abertura de oportunidade a explorar, para a valorização do território da AIBT, bem como para a definição de estratégias complementares.

Indicadores de resultado

Foi seleccionado como indicador de resultado na Medida II.3 a população rural (%), abrangida por intervenções que contribuíssem para a dinamização económica e social das Aldeias e dos Centros Rurais, cuja previsão quantitativa aponta para 12,8%, do total estimado para Região, no final do período de programação (2006).

Indicadores de resultado - Situação 31/12/2004

Indicador Resultado	Unidade	Quantificação			
		Previsto em CP		Resultados (31-12-2004)	
		2003	2006	Proj. aprov.	Execução
%Pop.rural abrangida por interv. Dinam. Econ. e social das aldeias e centros rurais	%	4,0%	12,8%	12,6%	9,4%

Tendo em conta os projectos aprovados e a respectiva localização, verifica-se que em 2004 se encontra beneficiada 12,6% da população rural, estimada para a Região na situação de partida, sendo de 9,4% a que está abrangida por projectos, fisicamente, concluídos em 31 de Dezembro de 2004.

5. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”

Enquadramento

A Medida 2.4 - Acção de Base Territorial “Turismo e Património do Vale do Côa” tem como área de intervenção dez Municípios: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada-à-Cinta, Mêda, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.

É ainda, muito débil, a acessibilidade e algumas infra-estruturas são insuficientes, na área do território em referência.

Com um meio sócio-económico bastante adormecido, quanto a investimento, quer público ou privado, que possa valorizar os produtos naturais nomeadamente o Património e a paisagem.

Sendo o Património um elemento, entre muitos outros, fundamental para o desenvolvimento, o Turismo Cultural é o principal veículo para o tão desejado crescimento sustentado.

Dada esta realidade e com os meios financeiros disponíveis os investimentos feitos na área de intervenção durante o período de 2000/2004 têm sido fundamentalmente em: requalificação urbana, equipamentos na área social/cultural e na dinamização de iniciativas (candidaturas imateriais) acções de animação, divulgação, e promoção

Candidaturas apreciadas

Até 31 de Dezembro de 2004, e considerando todo o período de programação desde o início do QCA III, a Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa” acolheu para financiamento 60 candidaturas. Estas obtiveram parecer favorável da Unidade de Gestão respectiva, tendo sido homologadas durante o período em análise.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2004

Medida II.4 Linha de Acção	Entrad.	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desf.	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa	4		4		4	
LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico	19		19		19	
LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património	16		16		16	
LA4 - Dinamização Económica e Social	21		21		21	
Total da Medida	60		60		60	

Do conjunto da 4 linhas de acção que integram a medida, a linha de acção 4, que está relacionada com a dinamização económica e social, é aquela que mais projectos acolheu e aprovou, o que traduz bem a necessidade que este território apresenta deste tipo de iniciativas. Tratando-se de um território periférico, face aos que apresentam maiores dinamismos económicos e sociais, é caracterizado por uma insuficiente base produtiva, ausência de oferta de emprego que fixem a população, sobretudo a mais jovem e, também, ausência de iniciativas empresariais que valorizem os recursos endógenos que urge potenciar, nomeadamente os relacionados com o património, os espaços e os recursos naturais bem como os produtos agro-alimentares. Esta linha de acção constitui, pelos constrangimentos apontados, um importante contributo para que este território encete um processo de desenvolvimento sustentado que atenua a perifericidade que o caracterize.

Merece também realce a linha de acção 2 – “Promoção do Desenvolvimento Turístico” que, depois da linha de acção 4, é a que mais candidaturas acolheu, o que reforça e confirma a orientação estratégica desta AIBT. Assim, o património assume-se como elemento estratégico de desenvolvimento desta região e o turismo Cultural como o seu principal veículo da sua valorização.

No ano de 2004 foram aceites e aprovados dez projectos, com montante global de Despesa Pública, homologado, de 3.686.227.57 € e fundo 2.580.359.30 €, resultando entre o programado e o aprovado uma taxa de 49.50% e entre o aprovado e o executado 90 %.

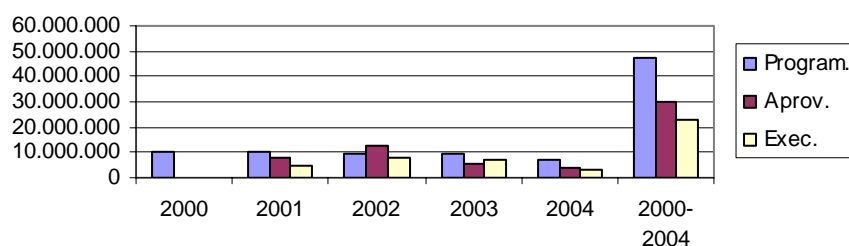
Execução

Medida II.4 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	10.551.876	7.386.388	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	10.194.640	7.136.320	7.580.434	5.291.705	4.720.643	3.304.450	74,4	46,3	62,3
2002	9.832.333	6.882.703	12.863.716	8.999.316	7.941.015	5.552.081	130,8	80,8	61,7
2003	9.603.836	6.722.753	5.731.009	4.011.706	7.191.676	5.023.364	59,7	74,9	125,5
2004	7.443.838	5.210.739	3.686.228	2.580.359	3.317.653	2.322.357	49,5	44,6	90,0
2000-2004	47.626.523	33.338.903	29.861.387	20.883.086	23.170.987	16.202.253	62,7	48,7	77,6
Total (2000-2006)	63.120.794	44.185.001	34.422.040	24.075.543	23.170.987	16.202.253	54,5	36,7	67,3

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.4



O diferencial entre o programado e o aprovado é de 50.5 % durante o ano em análise (2004) resulta de três grandes projectos os pólos termais: Longroiva em Mêda, Fonte Santa em Almeida e Cró em Sabugal, cujos processos administrativos, os proponentes, optaram por concepção/construção e por razões processuais transitaram para o ano 2005. Os valores programados para o conjunto dos três projectos é de cerca de 8.200.000 € que naturalmente se vão reflectir na execução de 2005.

Se estes projectos do termalismo são importantes para atingir os objectivos entre o programado e o executado durante o III QCA (2000/2006) é fundamental que se concretize a construção do Museu Arqueológico do Vale do Côa cujo apoio pela AIBT do Vale do Côa esta programado em Despesa Publica de 15.000.000 € e 10.500.000 € Fundo (70 % de comparticipação) e a concretizar-se a execução até Outubro/Novembro 2007, resultará numa boa taxa de execução da Medida 2.4 para além de atingir o objectivo principal que é com este projecto do Museu contribuir para o desenvolvimento sustentado através do Turismo/ Cultural.

Durante o ano de 2004 várias iniciativas se fizeram para preparar em definitivo a candidatura à AIBT do Vale do Côa da obra e a clarificação do financiamento por parte das entidades envolvidas, através de reuniões dos gestores dos P.O.C. e do P.O. Cultura.

Após concurso público do Projecto de Execução do Museu do Côa neste foi concluído o projecto de arquitectura e de acordo com cronograma temporal estando a decorrer os chamados projectos da especialidades e ainda como o programado está previsto durante o ano 2005 o concurso público internacional com o prazo previsto de execução até o fim do presente quadro comunitário de apoio.

No âmbito do Sistema de Incentivos de Auxílios à Dinamização Económica e Social do Vale do Côa, apesar da publicação em Diário da República em Janeiro de 2003, foram aprovados 3 projectos em Unidade de Gestão, um de Turismo Rural e dois de Restaurantes Regionais, em 2004, a homologação do contrato previsto no regulamento só foi feita em finais do ano 2004, razão porque não permitiu a execução financeira prevista.

*Linhas de Acção e Sectores apoiados – Aprovações e execução***Aprovações e Execução Financeira por Linha de Acção - Situação em 31/12/2004**

Unidade: Euros

Linha de Acção	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa	4	939.534	657.674	2,73	674.533	472.173
LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico	19	20.255.930	14.179.151	58,89	14.448.414	10.113.890
LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património	16	10.480.809	7.336.566	30,47	5.589.146	3.912.402
LA4 - Dinamização Económica e Social	21	2.745.768	1.902.152	7,90	2.458.895	1.703.788
Total	60	34.422.040	24.075.543	100	23.170.987	16.202.253

Distribuição Sectorial das Aprovações/Homologações - Situação em 31/12/2004

Unidade: Euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
AMBIENTE - Protecção Amb.	1	20.926	14.648	0,1	20.926	14.648
APOIO AO DES. REGIONAL	15	5.330.749	3.711.639	15,5	5.229.076	3.642.915
CULTURA	8	8.629.401	6.040.581	25,1	6.417.616	4.492.332
RECREIO E LAZER	3	1.838.369	1.286.858	5,3	1.143.630	800.541
INTEGRAÇÃO SOCIAL	1	203.102	142.172	0,6	203.102	142.172
PATRIMÓNIO						
HISTÓRICO/CULTURAL	6	2.222.907	1.556.035	6,5	1.834.913	1.284.439
REVITALIZAÇÃO URBANA	10	7.247.229	5.073.061	21,1	3.948.113	2.763.679
TRANSPORTES - Rodov.	3	2.186.242	1.530.369	6,4	706.294	494.406
TURISMO	13	6.743.114	4.720.180	19,6	3.667.317	2.567.122
Total	60	34.422.040	24.075.543	100,0	23.170.987	16.202.253

Indicadores de acompanhamento – Situação a 31/12/2004

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto em CP	Resultados (31-12-2004)	
		2006	Proj. aprov.	Execução
Museu arqueológico	nº	1	0	0
Equipamentos culturais, turismo e lazer	nº	6	14	7
Infraestruturas básicas e arranjos urbanísticos	nº	20	9	1
Recuperação de edifícios e monumentos	nº	6	9	4
Iniciativas de dinamização económica	nº	10	5	1
Acções de animação, divulgação e promoção	nº	10	4	3
Encontros científico-culturais	nº	6	1	1
Organização e participação em feiras e amostras	nº	20	12	11
Estradas regionais/locais (*)	km	0	18,15	1,7

Estudos/projectos (*)	nº	0	3	3
-----------------------	----	---	---	---

(*) Não previsto em CP

Incidência territorial do investimento aprovado

A “leitura” da distribuição Geográfica do Investimento aprovado, no caso específico da Medida “Turismo e Património no Vale do Côa, tem que levar em linha de conta que 4 dos 10 concelhos, que integram a AIBT, fazem parte da NUT II - Região Norte e que por sua vez integram duas NUT III - Douro (Freixo de Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) e Trás-os-Montes (Mogadouro). Dos 60 projectos, 36 (47%) incidem sobre o território dos 6 concelhos desta AIBT que integram a Beira Interior Norte; 18 projectos (38,9%) nos três concelhos da NUT III Douro e 3 projectos (12,19%) na NUT Trás-os-Montes.

Distribuição geográfica do investimento aprovado - situação a 31/12/2004

NUT III	Projectos Aprovados				Incidência	
	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo		
					%	por hab.
Beira Interior Norte	36	16.272.971	16.087.771	11.248.937	47,02	142
Douro (*)	18	13.469.256	13.469.256	9.428.479	38,92	
Trás-os-Montes (*)	3	4.220.077	4.220.077	2.954.054	12,19	
Não Regionalizável	3	644.937	644.937	444.074	1,90	
Litoral	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
Interior	60	34.607.241	34.422.040	24.075.543	100,00	
Total da Medida	60	34.607.241	34.422.040	24.075.543	100,00	

(*) Região Norte

6. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”

Enquadramento

A estratégia da coesão territorial da área de intervenção, que assentava na centralidade dos territórios de montanha e apostava no policentrismo, com os núcleos populacionais da Guarda e Covilhã a registarem um acréscimo de concentração populacional de 4,3% e 1,14% respectivamente, foi de alguma forma inflectida com os municípios de Seia, Gouveia, Fornos de Algodres e Aguiar da Beira a optarem pela sua agremiação na GAM - Grande Área Metropolitana de Viseu. O facto de quatro dos seis municípios da área de intervenção, terem optado por uma comunidade urbana, que ao invés de centralizar os seus territórios na Serra da Estrela, os torna periféricos de uma nova área metropolitana, não pode deixar de ser assinalado. Tal opção não traduz no entanto uma menor atenção de tais municípios pelos seus territórios de montanha, mas antes a constatação de que a actual dificuldade de transposição de tais territórios é um forte *handicap* à criação de uma sub região da beira serra que passaria a ter massa crítica para se afirmar e onde poderia surgir uma nova dinâmica económica, alavancada pelo crescimento do Turismo.

Regista-se com apreço, uma forte aceleração ao longo de 2004 dos trabalhos de elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território, pois considera-se que em tempos de dificuldades económicas, um tal Plano se torna ainda mais imperativo, para nele se definirem as estratégias e

as prioridades, que mais rapidamente possam ultrapassar tais dificuldades. Lamenta-se no entanto que a sua proposta final não traduza um forte empenhamento, no que se considera, deveria ser um desígnio nacional de desenvolvimento do interior do País.

Ao longo de 2004, agravaram-se as tendências depressivas da situação económica na área de intervenção, que recorde-se integra os concelhos de Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia, com o consequente aumento do desemprego, tendo concelhos como o da Covilhã atingido índices verdadeiramente preocupantes. Tal situação, agravada com o ciclo de recessão económica que se prolongou, acentuando o abrandamento do consumo interno, conduziu à actual fragilidade financeira de grande parte das empresas, dos sectores tradicionais, muitas das quais não têm resistido. Mesmo que se registre uma evolução favorável no curto prazo, tais sectores não voltarão a ter a importância que tiveram no passado, em particular no emprego que sustentavam, pelo que apenas se perspectiva a sua compensação, com um forte crescimento do turismo. Embora cientes de que o contributo do alojamento e restauração para o VAB regional possa, mesmo no médio prazo, não ir acima dos 3,5%, a aposta no crescimento do turismo, com a valorização da marca Serra da Estrela, deverá ser um imperativo, sem no entanto aceitar com resignação que a indústria transformadora possa perder 5 pontos percentuais e ser apenas responsável por 15% do crescimento económico deste espaço sub regional. Regista-se por isso com apreço o arranque em 2004 dos trabalhos de elaboração pela Universidade da Beira Interior, do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Serra da Estrela. Plano esse que foi gizado, por intermediação da estrutura da AIBT, entre todos os municípios da área de intervenção e cuja oportunidade foi unanimemente reconhecida, face à circunstância de se assistir nos últimos anos a um crescimento significativo da oferta de alojamento turístico e ao facto de a curto prazo entrarem em funcionamento outros equipamentos hoteleiros, bem como equipamentos de animação turística, alguns dos quais apoiados no âmbito desta Medida, o que prospecta um salto quantitativo e qualitativo do destino turístico Serra da Estrela. Regista-se a entrada em funcionamento em 2004, de novas importantes unidades hoteleiras, com destaque para duas na cidade da Guarda, uma das quais, a primeira quatro estrelas da sub região. A entrada em regular funcionamento, da “Estância de Esqui da Serra da Estrela”, equipamento que se revelou capaz de garantir as condições necessárias para a prática de desportos de neve e assim induzir importantes fluxos turísticos, com maior poder de compra, atenuou a expectativa desfavorável de um abrandamento do crescimento turístico, face à diminuição do consumo interno, que não deixou no entanto de se fazer sentir na restauração.

Ao nível de uma ainda maior qualificação da oferta turística, confirmaram-se as expectativas desfavoráveis, com a não adjudicação da reabilitação integral do edifício do Sanatório dos Ferroviários, para a instalação de Pousada, e a não abertura da Pousada de Linhares. Também não arrancou o projecto PITER, para a construção de Balneário Termal e Hotel em Unhais da Serra, que devido a profundas alterações no projecto do Balneário e Hotel, com vista à introdução de melhorias na oferta dos serviços de Turismo de Saúde, só arrancará na Primavera de 2005.

Em contrapartida diversos investimentos de Turismo em Espaço Rural – TER, aprovados no âmbito do SIVETUR, que se mantiveram expectantes quanto à dotação financeira do programa, arrancaram definitivamente em 2004. De assinalar a publicação já no final do ano, do Despacho nº27 015/2004 de 28/12, que veio regulamentar o Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, que permitirá o apoio à dinamização e animação do tecido económico, através de projectos a desenvolver pela iniciativa privada no âmbito de unidades de alojamento e de empresas de animação turística, bem como de estabelecimentos de restauração, e de artesanato, estes dois últimos desde que localizados em Aldeias de Montanha. Esta regulamentação, que sempre se considerou determinante, para o sucesso do arranque do

programa Aldeias de Montanha, criou condições, para viabilizar pelo menos uma intervenção, neste QCA III, que se pretende exemplar, numa das aldeias de montanha consagradas em tal diploma.

Importa explicitar a conclusão e ou arranque de intervenções, com significativo contributo, na evolução da Medida, mas também assinalar outras intervenções com influência no contexto sócio-económico do território da Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela:

Aguiar da Beira – Conclusão da recuperação do Balneário Termal das Termas da Cavaca e início da beneficiação da E.R. 330 entre Aguiar da Beira e Fornos de Algodres.

Belmonte – Conclusão das obras de recuperação dos edifícios, onde serão instalados o Museu Judaico e o Centro de Interpretação do Azeite, importantes equipamentos para afirmação do concelho como destino do turismo religioso e cultural.

Celorico da Beira – Conclusão da estrada de ligação da necrópole de S. Gens à vila e afirmação do centro de gastronomia, instalado no recuperado Lagar Municipal. Apresentação da Plataforma Logística de Celorico da Beira.

Covilhã – Lançamento do Estudo Urbanístico da 2ª Fase de Infraestruturação das Penhas da Saúde, que se acredita ser documento fundamental, para a requalificação ambiental da zona e sua afirmação como Estância de Montanha, a ser eventualmente dotada com zona de jogo, que foi já em 2005 atribuída ao concelho. Arranque das obras de consolidação e iluminação cénica das muralhas das Portas do Sol, indispensável complemento à valorização do Centro Histórico da cidade. Conclusão da recuperação dos edifícios onde brevemente serão instalados o Polo Tecnológico do Museu dos Lanifícios e o respectivo Centro de Documentação.

Fornos de Algodres – Protocolado em 2004, o arranque da construção de equipamento hoteleiro na Serra da Esgalhada, cuja recuperação paisagística foi aprovada no final de 2003.

Gouveia – Arranque da intervenção de Reabilitação Urbana na “Cidade Jardim” e da construção da variante de acesso à Serra da Estrela. Intervenção de repovoamento piscícola no Rio Torto, que constituirá projecto demonstrativo exemplar de como recuperar as diversas linhas de água da Serra da Estrela, para fomento da pesca desportiva.

Guarda – Arranque do projecto da “Requalificação Paisagística da Encosta Norte” das muralhas da cidade, acesso privilegiado ao seu Centro Histórico. Lançamento do concurso para a criação da PLIE – Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial. Criação de um Centro de Bioclimatismo, com base na qualidade do ar da cidade mais alta.

Manteigas – Conclusão da “Valorização de um Circuito Turístico Paisagístico e Ambiental - Via de Acesso ao Poço do Inferno”

Oliveira do Hospital – Inauguração com entrada em funcionamento da Praia Fluvial de Avô, local de rara qualidade paisagística no rio Alva e do Parque da cidade, chamado do Mandanelho.

Seia – Arranque da construção do “Centro de Interpretação da Serra da Estrela”, equipamento fundamental na afirmação do turismo de educação ambiental e de natureza da região. Inauguração e entrada em funcionamento da Praia Fluvial da Senhora do Desterro. Adjudicação da construção da estrada E.R. 338, entre a Portela do Arão e a Lagoa Comprida. Conclusão da ALE – Área de Localização Empresarial da Abrunheira.

Em termos de evolução quantitativa o ano de 2004, foi o ano de consolidação da Medida no território, com um avanço significativo da execução. Com efeito de uma taxa de execução sobre o programado, no período de 2000-2003, de 72,1 %, passou-se para 83,9 % da mesma taxa, no

período de 2000-2004. O crescimento da taxa de execução sobre o aprovado, no mesmo período não foi ainda satisfatório, de 65,2 % para 67,4%, devido ao atraso significativo do arranque da construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, que obrigou a uma reprogramação temporal desta candidatura, que tem um peso significativo no quadro dos projectos aprovados.

O grau de comprometimento atingido, que passou de 88,7 % no final de 2003, para 97,7 % no final de 2004, traduz a aprovação de onze candidaturas em 2004, das quais apenas três com algum peso financeiro. A elevada taxa de aprovações sobre o programado para 2004 (244,1%), resulta não tanto da aprovação de projectos em 2004, mas antes dos projectos aprovados em 2003 e mesmo no final de 2002 que foram objecto de reprogramação temporal, com significativa volumetria e programação financeira prevista para 2004. Idêntica taxa para o período de 2000-2004 (124,3%), já traduz um certo equilíbrio.

Candidaturas apreciadas

Durante o ano de 2004, foram analisadas, no âmbito desta Medida, 14 candidaturas das quais 11, foram aceites e tiveram parecer favorável da Unidade de Gestão. Com as 48 homologadas até 2003, perfaz-se um total de 59 candidaturas homologadas. Não foram aceites por falta de enquadramento financeiro, três candidaturas.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2004

Medida II.5 Linha de Acção	Entr.	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desf.	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
LA1 - Qualif. Valor. Amb. Paisag.	5		5		5	
LA2 - Recup. Povo. Rural Qualif. Agl. Trad	12		12		12	
LA3 - Acessibilidades e Circuitos Turísticos	8	1(*)	7		7	
LA4 - Reforço Potencial Turístico e Ambiental	15		15		15	
LA 5 - Acções de Ordenamento e Planeamento	4	1(*)	3		3	
LA 6 - Valoriz. e Anim. Turística e Ambiental	18	1	17		17	1
S/linha de acção	5					
Total da Medida	67	3	59		59	1

(*) retiradas pelo promotor

Execução

As onze candidaturas aprovadas em 2004 representam pouco menos de dois milhões de euros, de que resultou um acréscimo de 88,7 % para 97,7 % do comprometimento da Medida no final de 2004.

No que respeita à execução, a taxa do executado sobre o programado para o período de 2000-2004, foi ao longo de 2004 consolidada para um nível bastante aceitável de 83,9 %. Apesar de tal taxa, em 2003, ter crescido substancialmente, de menos de 70% em 2002 para 160,3%, foi possível manter na prática o mesmo ritmo de execução, pois em 2004, a mesma atingiu 147,4%.

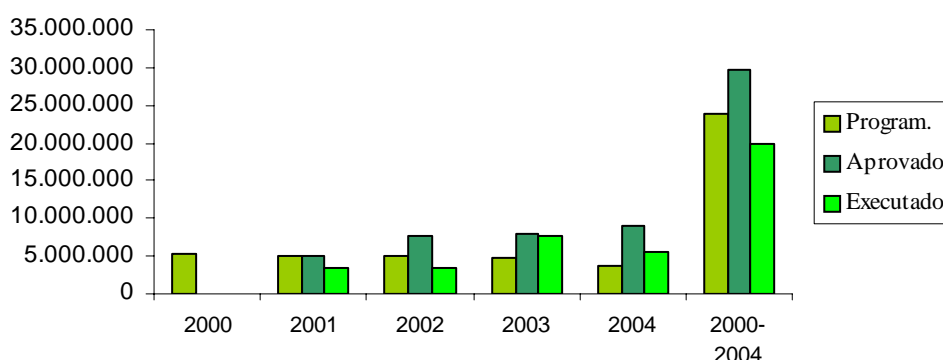
Medida II.5 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	5.275.955	3.693.211							
2001	5.097.336	3.568.176	4.939.658	3.183.821	3.403.085	2.108.219	117,3	66,8	56,9
2002	4.916.183	3.441.367	7.560.118	5.292.083	3.385.556	2.369.889	163,6	68,9	42,1
2003	4.801.933	3.361.392	8.024.940	5.408.014	7.697.643	5.178.907	170,7	160,3	93,9
2004	3.721.930	2.605.381	9.085.929	6.360.150	5.485.837	3.840.086	244,1	147,4	60,4
2000-2004	23.813.337	16.669.527	29.610.644	20.244.068	19.972.121	13.497.102	124,3	83,9	67,4
Total (2000-2006)	31.560.497	22.092.600	30.842.421	21.106.312	19.972.121	13.497.102	97,7	63,3	64,8

No entanto a taxa do executado sobre o aprovado, para o mesmo período, é significativamente inferior, tendo apenas aumentado 2,2 p.p. de 65,2 para 67,4 %. O atraso de projectos como a “Construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela” em Seia, a “Recuperação Paisagística da Serra da Esgalhada” em Fornos de Algodres e a construção do Edifício Cultural de Gonçalo – Guarda, por contingências diversas, que não um menor empenho dos promotores, mas antes a dependência do seu arranque de terceiros, foi o grande responsável por crescimento tão diminuto. Ultrapassadas que foram tais contingências, encara-se com tranquilidade a recuperação para 2005, de uma tal taxa que se desejava no entanto já mais elevada. Foi possível executar o total programado para o período 2000-2002 ultrapassando largamente o exigido pela regra n+2, com cujo excedente foi possível executar praticamente a totalidade do programado para 2003 (97,5%). Encontram-se executados 63,3% do total programado para o período de 2000-2006, o que corresponde a um acréscimo significativo sobre a situação no final de 2003 (45,9%).

Evolução da Despesa Pública, programação, aprovação e execução Medida 2.5



Linhas de Acção: aprovações e execução

A Linha de Acção LA4 “Reforço do Potencial Turístico e Ambiental”, acolheu as candidaturas mais significativas em valores financeiros. Os 15 projectos aprovados nesta Linha de Acção, correspondem a mais de 25% do total de projectos aprovados e representam 67 % da despesa pública aprovada. Face ao objectivo global fixado para esta Medida, “promoção do potencial de desenvolvimento turístico, que se pretende alavanca de um desenvolvimento integrado” é de relevar a consistência entre o programado e o alcançado.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção - Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: Euro

Linha de Acção	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
LA 1	5	2.243.478	1.570.435	7,27%	1.650.904	1.155.633
LA 2	12	3.929.770	2.750.839	12,74%	1.954.462	1.368.123
LA 3	7	2.378.785	1.665.149	7,71%	2.146.299	1.502.409
LA 4	15	20.533.778	13.890.261	66,58%	12.956.291	8.586.020
LA 5	3	353.655	247.559	1,15%	166.843	116.790
LA 6	17	1.402.956	982.069	4,55%	1.097.323	768.126
Total	59	30.842.421	21.106.312	100,%	19.972.121	13.497.102

Em termos de execução e pese embora a maior complexidade dos projectos inseridos em tal Linha de Acção, a sua taxa de execução sobre o aprovado, recuperou de 48% em 2003, para 63,1% ficando ainda assim abaixo da mesma taxa global para a Medida (64,8%).

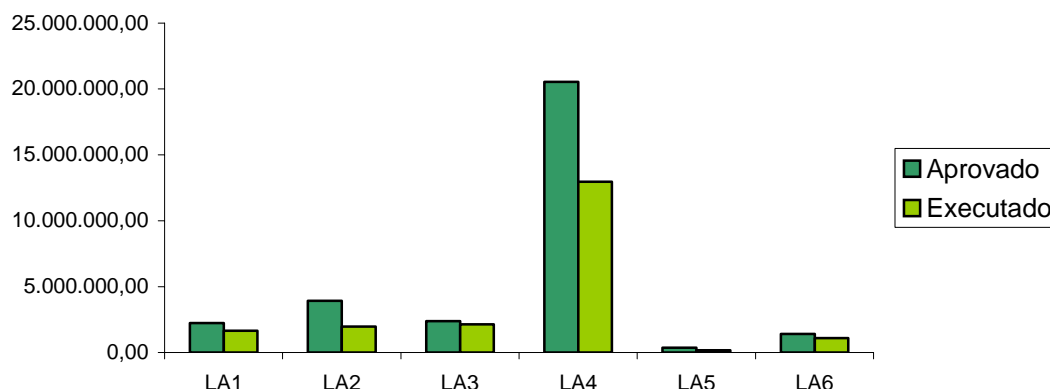
A considerável distância surge a Linha de Acção LA2 “Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais”, que tendo embora um número significativo de candidaturas aprovadas (12), resultante das intervenções de renovação urbana em centros populacionais, tem apenas um peso financeiro de 12,7%. Refira-se que projectos como a Requalificação Paisagística da Encosta Norte - Zona Torreão/Bombeiros, na Guarda, a exemplo do que já havido sucedido com a “Requalificação Urbana dos Arruamentos Intramuralhas da Covilhã”, não foram integrados nesta Linha de Acção, por se considerar que o seu enquadramento na Medida, se ficou a dever mais ao seu contributo para o “Reforço do Potencial Turístico e Ambiental” - LA4, do que à qualificação dos aglomerados.

A baixa taxa de execução sobre o aprovado nesta Linha de Acção (49,7%) fica a dever-se ao atraso no início da candidatura, “Muralhas da Cidade da Covilhã - Portas do Sol- Obras de Consolidação”, por esta ter um peso financeiro significativo nesta LA2 (20%).

Na Linha de Acção LA5 - Acções de Ordenamento e Planeamento, importa assinalar, que foi em 2004 aprovada a candidatura para a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Serra da Estrela, documento de planeamento de fundamental importância para o território desta Medida. Quando se constata que desde 1998 a 2004, praticamente duplicou a capacidade de oferta em alojamento turístico no território, mais se acentua a oportunidade da elaboração de um tal Plano, que visa compatibilizar o crescimento do turismo com a preservação do património natural e a qualidade ambiental da Serra da Estrela.

As restantes Linhas de Acção, apresentem taxas de execução bastante elevadas, mas têm um peso específico bem menor, pelo que pouco contribuíram para a recuperação mais significativa da taxa de execução sobre o aprovado.

Aprovações e Execução Financeira por Linha de Acção



Sectores apoiados: aprovações e execução

A distribuição sectorial dos projectos aprovados, revela percentagens de afectação dos valores aprovados, praticamente idênticas para os sectores do Turismo (24,4%) e da Cultura (24,2%), que só no ano em apreciação trocaram as suas posições relativas, pois até 2004 a Cultura tinha tido posição de liderança. É um facto, que sem o rigor de classificar em Desporto (8,8%) e Recreio e Lazer (5,0%), equipamentos cuja vocação essencial é o Turismo, este sector há muito liderava, pois com estes apresenta um percentagem de afectação de 38,3%, o que se considera em consonância com o objectivo fundamental da Medida. Aliás o enquadramento dos projectos afectos à Cultura, seis dos quais são Museus e representam 78,5%, dos valores aprovados neste sector, ficou a dever-se à atracção turística que constituem como complemento, pois são alternativa à fruição de espaços naturais, o que se revela particularmente importante em dias de condições meteorológicas adversas, ocasiões frequentes na região e que pouco tinha a oferecer a quem a visitava.

Distribuição Sectorial das aprovações

Unidade: Euro

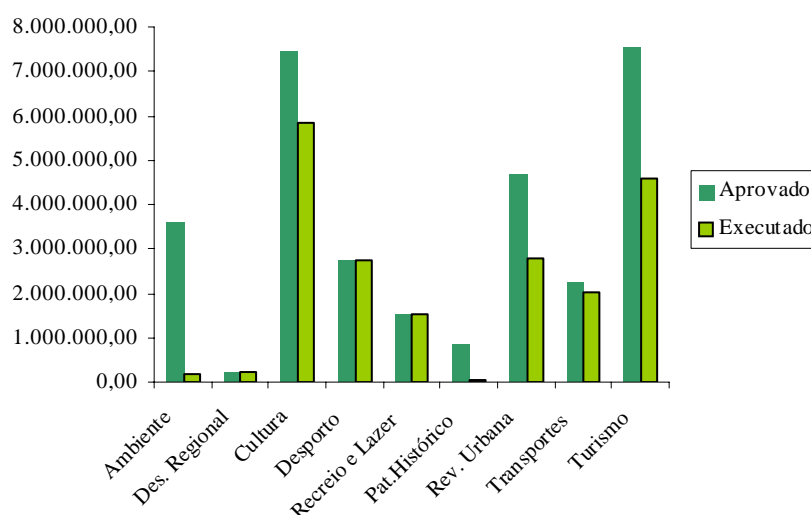
Sector	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº					
	Proj.	D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
Ambiente – Protecção ambiental	4	3.578.456	2.504.919	11,6	193.435	135.405
Apoio ao desenvolvimento regional	3	214.027	149.819	0,7	214.027	149.819
Ciência e Tecnologia	1	19.361	13.552	0,1	19.361	13.552
Cultura	9	7.472.434	5.230.704	24,2	5.849.706	4.094.794
Desporto	4	2.726.468	1.425.145	8,8	2.726.468	1.425.145
Recreio e Lazer	1	1.547.405	1.083.184	5,0	1.547.405	1.083.184
Património Histórico/Cultural	2	851.629	596.140	2,8	54.723	38.306
Revitalização Urbana	10	4.656.370	3.259.459	15,1	2.768.096	1.937.667
Transportes - Rodovias	7	2.240.979	1.568.685	7,3	2.008.494	1.405.946
Turismo	18	7.535.291	5.274.704	24,4	4.590.406	3.213.284
Total	59	30.842.421	21.106.312	100,0	19.972.121	13.497.102

No seu conjunto estes dois sectores representam cerca de metade do total aprovado. Segue-se em importância relativa o sector da Revitalização Urbana (15,1%), que em 2004 destronou do terceiro lugar o Ambiente (11,6%), que suporta outro objectivo específico da Medida, que é o da valorização do património, natural e cultural, garantindo a utilização sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental e paisagística, enquanto condições essenciais à promoção do potencial de desenvolvimento turístico.

O sector dos Transportes representa mesmo assim um valor significativo (7,3%), que foi o esforço possível, dentro da reduzida dotação financeira da Medida, para acorrer a situações de isolamento de povoações e a melhoria de acessibilidades à Serra da Estrela. Em 2004, ficou definitivamente afastada a hipótese de a Medida poder contribuir para a resolução dos constrangimentos do tráfego, que demanda a Torre em dias de grande afluência turística ao local, pois o parceiro IEP – Instituto de Estradas de Portugal, actualmente Estradas de Portugal, entidade com quem havia sido contratualizada a construção de parques de descongestionamento de tráfego, não apresentou qualquer candidatura. O não reforço financeiro da Medida, com a não atribuição da reserva de eficiência, impede a viabilização de eventual futura candidatura.

Ainda no sector da Cultura, são de referir pela volumetria financeira que envolvem, os projectos supramunicipais, que visam perpetuar a memória do sector industrial, que durante séculos foi o principal suporte económico da Região, como são a Recuperação da Real Fábrica de Veiga, para a instalação do Polo Tecnológico do Museu dos Lanifícios e do edifício anexo para o respectivo Centro de Documentação, edifícios cuja recuperação se encontra concluída, decorrendo a sua musealização para em breve virem a complementar o polo arqueológico do actual Museu dos Lanifícios, que assim ficará como um museu têxtil de referência, na Europa.

Distribuição Sectorial do Investimento Aprovado e Executado



Indicadores de Acompanhamento

Os equipamentos museológicos, que se revelaram uma prioridade dos parceiros encontram-se praticamente concluídos. Dos seis apoiados, três encontram-se em funcionamento desde 2002, dois estão na fase final de musealização, para abertura em 2005 e o restante, único a instalar em construção de raiz, destina-se a Centro de Interpretação da Serra da Estrela e viu finalmente no

último trimestre de 2004 o arranque das obras. Foram concluídas em 2004, as recuperações dos edifícios onde serão instalados o Polo Tecnológico do Museu dos Lanifícios e respectivo Centro de Documentação e o Museu Judaico de Belmonte. Encontram-se agora em curso as respectivas musealizações.

A evolução dos restantes indicadores, corresponde ao expectável, com excepção dos Parques de Estacionamento, de que até agora não foi apresentada qualquer candidatura. Tais Parques estavam previstos na zona da Torre, com vista a descongestionar o tráfego dos enormes fluxos de trânsito que ocorrem quando há neve, mas o IEP – Instituto de Estradas de Portugal, voltou em 2004 a não apresentar qualquer candidatura. As Câmaras municipais, para quem responsáveis do IEP, contrariando o que ficou consignado em Contrato Programa de 19-10-2001, anunciaram pretender transferir o encargo da construção desses parques, não estão obviamente interessadas em regular fluxos de tráfego de estradas nacionais, pelo que o impasse se mantém.

Regista-se no entanto a adjudicação pelo IEP em 2004, da construção do troço da ER 338 Portela do Arão / Lagoa Comprida, ligação essa que irá permitir atenuar os congestionamentos de tráfego, que se verificam no Sabugueiro, pois permitirá a divergência do grande volume de tráfego, que em simultâneo parte da Torre no final da tarde dos fins de semana, pontes e feriados. Por outro lado mantém-se a preocupação, quanto à não conclusão no ano de 2004, da estrada municipal de ligação do Covão do Ferro a Unhais da Serra, que constituía também do lado Sul do Maciço Superior da Serra da Estrela, uma alternativa de divergência do mesmo tráfego, que provoca idênticos congestionamentos no centro da Covilhã, que chegam a atingir as Penhas da Saúde. A conclusão de tal ligação ao Covão do Ferro é determinante para a viabilidade do projecto PITER para a construção de Balneário Termal e Hotel em Unhais da Serra, cujo arranque de obras está anunciado para o início da Primavera de 2005. Admite-se que o início de tal PITER contribua para desencadear o processo de conclusão de tal EM e assim ajudar a resolver um dos principais estrangulamentos á criação de uma imagem qualificada do turismo na Serra da Estrela, que são os ainda frequentes, congestionamentos de tráfego, nos referidos dias.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2004

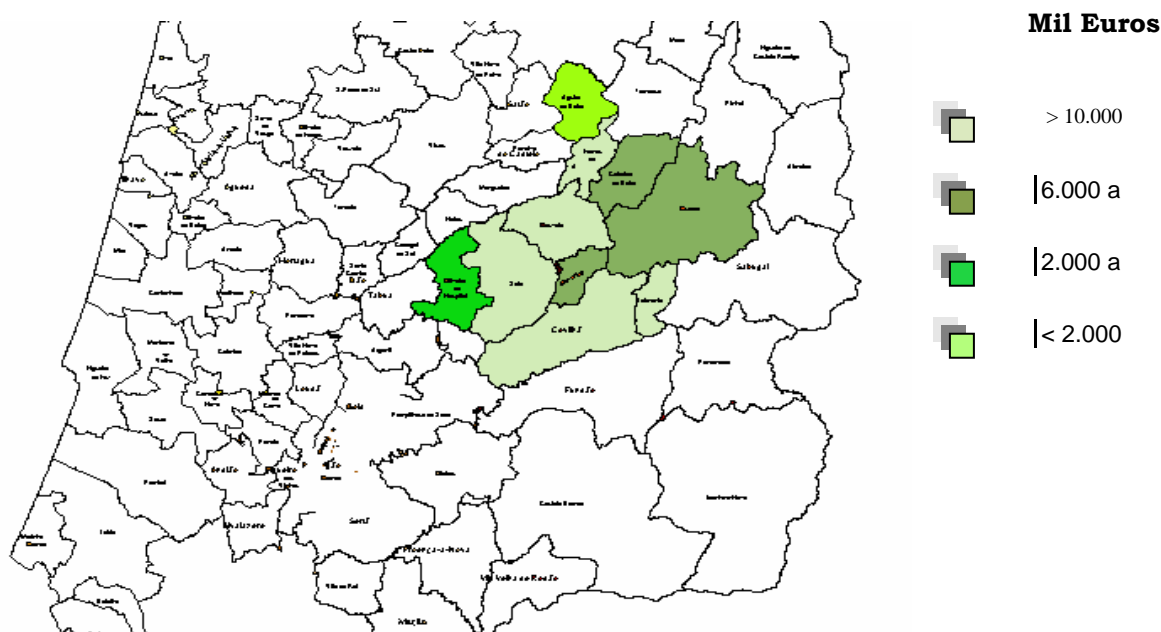
Medida	Indicador Físico	Unidade	Valor Previsto 2006	Valores previstos nos Projectos Aprovados	Executado até 31/12/2004
II.5	Parque temático/Museus construídos	nº	3	6	4
	Val. zonas de recreio/ Zonas degradadas (ambiente)	nº	2	5	4
	Parques de estacionamento	nº	2		
	Beneficiação de estradas/ Rede viária municipal	km	30	16	15
	Arranjos urbanísticos/intervenções de reabilitação urbana	nº	20	23	7
	Recuperação de edifícios	nº	2	5	3
	Ações de animação e divulgação e promoção	nº	12	13	12
	Campanhas de sensibilização ambiental	nº	-	3	3
	Planos de pormenor	nº	-	3	1
	Centros culturais construídos	nº	-	3	2
	Outros equipamentos desportivos construídos	nº	-	1	1
	Estâncias termais apoiadas	nº	-	2	2

Incidência territorial do investimento aprovado

A área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, abrange território de cinco NUT's de nível III. As NUT's do Pinhal Interior Norte e Dão Lafões, apenas contribuem com um concelho cada, Oliveira do Hospital e Aguiar da Beira respectivamente. A NUT Beira Interior Norte contribui com três concelhos, Guarda, Celorico da Beira e Manteigas. A NUT Cova da Beira contribui com dois concelhos, Covilhã e Belmonte e só a NUT Serra da Estrela tem o seu território totalmente integrado na AIBT, com os concelhos de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

NUT III	Nº Proj.	Custo total (CT)	D. Pública	Fundo	% CT	CT/Hab.
P. Interior Norte	5	2.494.866	2.494.866	1.746.406	8,09	18
Dão Lafões	1	1.060.068	1.060.068	742.048	3,44	4
Serrada Estrela	21	10.261.499	10.261.499	7.183.050	33,27	206
B. Interior Norte	15	6.729.100	6.729.100	4.226.987	21,82	59
Cova da Beira	15	10.117.423	10.117.423	7.082.196	32,80	108
Não regionaliz.	2	179.464	179.464	125.625	0,58	
Total Medida	59	30.842.421	30.842.421	21.106.312	100,00	17



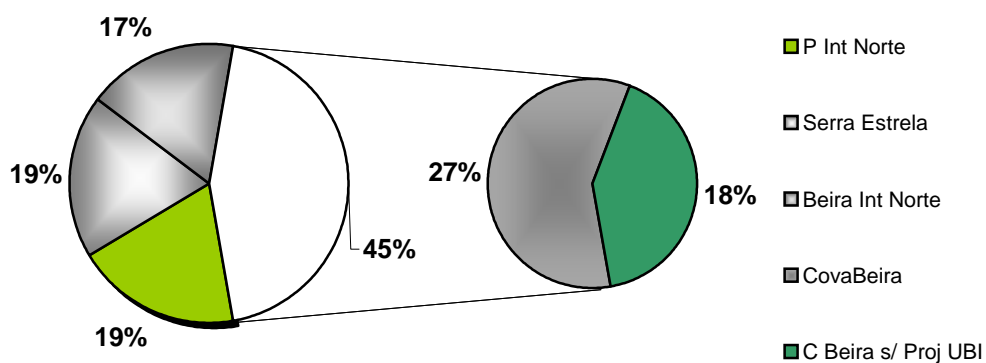
O nível de investimento por NUT é praticamente proporcional ao número de projectos aprovados em cada uma delas, com excepção de Dão Lafões, onde o valor do único projecto apresentado e aprovado, excede em muito a média de custo total por projecto.

O valor do investimento por NUT e projecto aprovado é muito semelhante nas NUT's do Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte e Serra da Estrela, com um desvio negativo máximo em relação ao custo médio por projecto, na Beira Interior Norte (-14%). Um desvio positivo a tal valor médio, tem algum significado na Cova da Beira (+29%), devido à incidência dos projectos

supramunicipais, promovidos pela UBI – Universidade da Beira Interior, o Polo Tecnológico do Museu dos Lanifícios e do edifício anexo para o respectivo Centro de Documentação, que têm uma volumetria financeira, bem superior à média.

A NUT Serra da Estrela, sendo a única em que todos os seus concelhos integram a área de intervenção da Medida, com grande expressão de território na Serra da Estrela, mas com uma população bem mais reduzida que as restantes, apresenta uma incidência por habitante francamente superior às restantes. Mantém contudo uma percentagem de incidência do Custo Total, equilibrada com a Cova da Beira e a Beira Interior Norte.

Investimento por NUT e Projecto



7. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER

Enquadramento

Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

As iniciativas desta Acção Integrada orientaram-se para a afirmação da identidade deste território, promovendo os seus valores patrimoniais.

Manteve-se a estratégia de apoiar um conjunto de iniciativas coerentes e articuladas, que contribuam para “marcas” de escala territorial:

- » Rede das Aldeias do Xisto
- » Rede de praias fluviais
- » Rede de percursos

Candidaturas entradas e apreciadas

Durante o ano de 2004, a Medida II.6 apresentou uma evolução significativa em termos do número de processos entrados/apreciados/aprovados. Tal deve-se, essencialmente ao número de candidaturas apresentadas no âmbito do “Programa das Aldeias do Xisto”.

Assim, das 74 candidaturas entradas/apreciadas/aprovadas, 48 enquadram-se neste Programa.

Das 74 candidaturas aprovadas na Medida II.6:

- 4 dizem respeito à “Acção 1 - Reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico”;
- 1 diz respeito à “Acção 3 - Promoção turística do território”;
- 66 dizem respeito à “Acção 4 - Infra-estruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”;
- 3 enquadram-se na “Acção 5 - Pequenas acessibilidades locais”
-

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2004

Linha de Acção	Entr.	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desf.	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
LA1 - Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico	4	0	4	0	4	0
LA2 - Apoio à Animação Turística	0	0	0	0	0	0
LA3 - Promoção Turística Território	1	0	1	0	1	0
LA4 - Infraest. Equip. Promo. Potencialidades	66	0	66	0	66	0
LA5 - Acessib. Locais e Transversais	3	0	3	0	3	0
Total da Medida	74	0	74	0	74	0

Execução

Quanto à execução em 2004 para a Medida II.6 importa referir o seguinte:

- Verificou-se um abrandamento na taxa de aprovações, relativamente ao programado;
- O ritmo de execução relativamente ao programado abrandou pelo segundo ano consecutivo;
- A taxa de execução relativamente ao aprovado apresentou uma significativa melhoria, atingindo o melhor desempenho anual até ao momento;

Quanto à execução da Medida II.6 no período 2000-2004 importa referir:

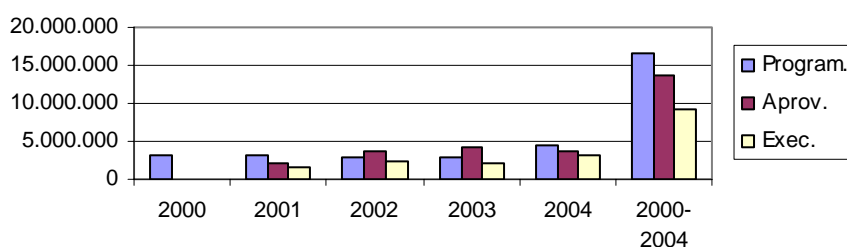
- Que se constata que a taxa de execução relativamente ao programado se encontra num nível muito inferior ao desejável (55,04%), nomeadamente pelos atrasos que se verificam na execução das candidaturas aprovadas no âmbito do “Programa das Aldeias do Xisto” e não obstante os mecanismos de penalização/bonificação que estão vigentes desde o início do Programa.

Medida II.6 - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	3.165.392	2.215.775	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
2001	3.058.227	2.140.759	2.061.480	1.438.574	1.688.729	1.182.110	67,4	55,2	81,9
2002	2.949.542	2.064.679	3.736.653	2.527.674	2.389.619	1.637.263	126,7	81,0	64,0
2003	2.880.996	2.016.697	4.264.229	2.915.670	1.977.273	1.330.056	148,0	68,6	46,4
2004	4.597.990	3.218.593	3.708.134	2.532.380	3.109.951	2.115.410	80,6	67,6	83,9
2000-2004	16.652.147	11.656.503	13.770.495	9.414.298	9.165.572	6.264.839	82,7	55,0	66,6
Total (2000-2006)	26.078.074	18.254.651	14.019.320	9.586.908	9.165.572	6.264.839	53,8	35,1	65,4

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.6



Um dos principais problemas encontrados, ao nível da execução, prende-se com a reduzida capacidade da estrutura de gestão de interceder junto dos promotores no sentido de acelerar a execução física e financeira dos projectos aprovados, mesmo quando estes apresentam baixas taxas de execução e/ou atrasos muito significativos relativamente às condições que presidiram à respectiva aprovação.

No que respeita ao cumprimento da “Regra n+2” no final do ano de 2004, esta mereceu a devida atenção por parte da estrutura de gestão. No entanto para o cumprimento desta regra é tomada em linha de conta a execução de todas as Medidas FEDER do PO Centro, tendo sido, globalmente cumprido este objectivo.

Não obstante ser previsível, no que respeita às iniciativas aprovadas, a criação de postos de trabalho directos e indirectos, a fase de execução em que as mesmas se encontram não permite quantificar, desde já, a empregabilidade gerada. Contudo, presume-se que em função das intervenções públicas em curso, nomeadamente ao nível das aldeias abrangidas pelo “Programa das Aldeias do Xisto”, tal motivará iniciativas de índole privada geradoras de emprego.

Linhas de acção e Sectores apoiados: aprovações e execução

Relativamente ao peso financeiro das 74 candidaturas em cada linha de acção e respectiva execução, importa referir o seguinte:

- A linha de acção 4 representou 87% do valor das aprovações, mas também valores muito significativos em termos de execução financeira;
- A linha de acção 1 também apresentou um valor significativo de aprovações e uma muito significativa execução financeira.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: Euros

Acção	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
1	4	1.202.858	765.131	9%	839.991	541.702
3	1	10.462	7.324	0%	10.462	7.324
4	66	12.264.829	8.435.633	87%	7.774.503	5.337.382
5	3	541.170	378.819	4%	540.616	378.431
Total	74	14.019.320	9.586.908	100%	9.165.572	6.264.839

No tocante à distribuição sectorial dos investimentos estes incidiram sobretudo no “Turismo”, na “Revitalização urbana” e na “Cultura” ou noutros sectores correlacionados como sejam o “Património histórico/cultural” e o “Recreio e lazer”.

Distribuição Sectorial das aprovações

Sector	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
AMBIENTE - Abast. de Água	2	97.235	68.065	0,7	0	0
CULTURA	5	1.933.491	1.353.443	13,8	1.244.432	871.102
RECREIO E LAZER	2	1.077.592	736.454	7,7	885.269	609.098
ENERGIA	1	111.735	78.215	0,8	103.775	72.642
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL	5	1.165.295	778.453	8,3	639.953	430.400
REVITALIZAÇÃO URBANA	42	4.280.591	2.965.971	30,5	1.586.083	1.097.406
TRANSPORTES - Rodov.	4	746.768	522.738	5,3	746.214	522.350
TURISMO	13	4.606.614	3.083.569	32,9	3.959.847	2.661.841
Total	74	14.019.320	9.586.908	100,0	9.165.572	6.264.839

Indicadores de acompanhamento

Relativamente aos indicadores de acompanhamento estão por cumprir:

Sem qualquer candidatura aprovada

- Redes de percursos

Com candidaturas aprovadas, mas sem cumprir as metas estabelecidas

- Unidades de alojamento;
- Iniciativas de animação e promoção turística
- Infraestruturação de estradas panorâmicas
- Acessos construídos ou beneficiados

Por outro lado estão cumpridos:

De acordo com os indicadores do Complemento de Programação:

- Estabelecimento/requalificação de praias fluviais
- Iniciativas museológicas

Estão superados os indicadores do Complemento de Programação:

- Requalificação de aldeias serranas
- Restauro de imóveis classificados

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2004

Medida	Indicador Físico	Unidade	Valor Previsto 2006	Valores previstos nos Projectos Aprovados	Executado até 31/12/2004
II.6	Unidades de alojamento apoiadas	nº	5	2	0
	Iniciativas de animação e promoção turística	nº	16	3	2
	Rede de percursos	nº	3	0	0
	Infraestruturação de estradas panorâmicas	nº	6	3	2
	Estabelecer/requalificar praias fluviais	nº	9	9	5
	Requalificação de aldeias de xisto	nº	6	47	4
	Iniciativas museológicas	nº	5	5	2
	Restauro de imóveis classificados	nº	3	4	1
	Acessos construídos ou beneficiados	Km	20	6	6

A “execução” diz respeito a projectos concluídos física e financeiramente.

O número de projectos aprovados em “Requalificação de aldeias serranas” corresponde ao número de projectos aprovados (47) e não ao de aldeias abrangidas (23), que também ultrapassam o valor do respectivo indicador (6).

Incidência territorial do investimento aprovado

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUTs de nível III. Pese embora o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul representarem a grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios das outras NUTs.

O nível de investimento por NUT está directamente relacionada com o número de processos de candidatura.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

						Unidade: Euros
NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência CT	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	36	9.834.811	9.834.811	6.732.546	70,2	71
Pinhal Interior Sul	21	2.070.242	2.070.242	1.449.169	14,8	46
Beira Interior Sul	11	1.027.048	1.027.048	697.574	7,3	13
Cova da Beira	5	1.076.757	1.076.757	700.295	7,7	12
Não Regionalizável	1	10.462	10.462	7.324	0,1	
Total	74	14.019.320	14.019.320	9.586.908	100	11

8. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)

Enquadramento

Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

O sector primário e neste a actividade florestal, assume-se, genericamente, como uma importante área de actividade económica.

No final de 2004 a Medida II.7 teve um reforço financeiro de 4.000.000 euros de fundo estrutural, FEOGA -O, oriundos da Reserva de Programação que foram direccionados para a Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”.

As alterações propostas no âmbito desta acção são decorrentes da revogação do Regulamento (CEE) nº 2158/92 do Conselho de 23 de Julho de 1992, relativo à “Protecção das Florestas na Comunidade Contra os Incêndios Florestais”, que terminou em 2002. O novo Regulamento “Acompanhamento das Florestas e das Interações Ambientais na Comunidade” designado por “Forest Focus”, não assegura a continuidade das acções de investimento relativas aos sistemas de prevenção e vigilância das florestas. Assim, a Comissão apresentou uma proposta de declaração referindo que os investimentos relativos à prevenção de incêndios florestais abrangidos por este Regulamento, são elegíveis no âmbito do Regulamento (CEE) nº 1257/99 do Conselho de 17 de Maio de 1999.

Com estas modificações e de acordo com os regulamentos foi necessário alterar o Complemento de Programação no final do ano. As ajudas públicas programadas para esta Medida definidas em Complemento de Programação, sofreram uma aferição de forma a deslocar verbas entre algumas das Acções para apoiar aquelas com uma actuação mais estruturante. É o caso da Acção 6 que consideramos uma acção estruturante, no âmbito regional. Os indicadores de acompanhamento física e financeira foram igualmente aferidos, com a criação de novos indicadores físicos para um melhor acompanhamento desta Acção.

Assente nos aspectos regulamentares que se aplicam no âmbito nacional, a Medida II.7 teve significativos atrasos de implementação ao nível de algumas linhas de acção, decorrentes dos atrasos verificados na publicação de regulamentação específica de cada linha de acção e subsequentes normativos internos. Acrescem as alterações ocorridas aos normativos decorrentes quer da calamidade dos incêndios florestais de 2003, quer das subsequentes medidas de política integradas na reforma do sector florestal.

O sistema de informação de âmbito nacional previsto para esta Medida (SIADRU) ainda não está disponível, facto que canaliza para a EAT todo o trabalho de manuseamento dos dados existentes respeitantes à execução física e financeira e à verificação/acompanhamento dos respectivos indicadores.

Candidaturas apreciadas

A Medida II.7, durante o ano de 2004, apresentou um progresso significativo quer em termos do número de processos entrados/aprovados, quer em termos da dimensão financeira global dos mesmos, não obstante a execução financeira ainda estar abaixo do programado.

Na Medida II.7, em 2004, foram analisadas 154 novas candidaturas, das quais 140 tiveram apreciação favorável em Unidade de Gestão a que se seguiu a respectiva aprovação/homologação.

Das restantes 14 candidaturas, 11 foram indeferidas e 3 entraram em fase de audiência prévia de acordo com os procedimentos administrativos do CPA.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2004

Nº de Candidaturas						
Acção	Entradas	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desfavorável	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
1	217	22	188	2	188	20
2	44	2	38	0	38	2
3	16	0	16	0	16	0
4	0	0	0	0	0	0
5	2	0	2	0	2	0
6	43	0	43	0	43	0
7	0	0	0	0	0	0
8	41	15	24	1	24	14
9	4	0	4	0	4	0
Total da Medida	367	41	315	3	315	38

Candidaturas indeferidas

Tal como consta do quadro seguinte, os 38 indeferimentos resultam do não cumprimento das condições de acesso (dos processos de candidatura), definidas pela regulamentação das respectivas linhas de acção às quais foram apresentadas, de que salientamos: a ausência de enquadramento legal, a incompleta e incorrecta formalização, a inadequação técnica e a falta de documentação para a análise da candidatura.

Candidaturas Indeferidas - Situação em 31/12/2004

Acção	Tipo de indeferimento	Motivos de indeferimento	Nº de Cand.
1	1. Condições de Acesso	Ausência de enquadramento legal e por incompleta formalização; ao abrigo do definido na alínea c) do artigo 5º da portaria 533D/2000 bem como contraria o ponto 1 do artigo 17 da mesma portaria. Falta de enquadramento legal, de acordo com a alínea b) do artigo 5º da portaria 488-A/2001 de 3 de Maio.	21
2		Incorrecta formalização e inadequação técnica.	3
9		Inadequação técnica do equipamento proposto às metas produtivas propostas. Falta de documentação para a análise da candidatura.	14
Total			38

Execução

Quanto à Medida II.7 importa referir o seguinte:

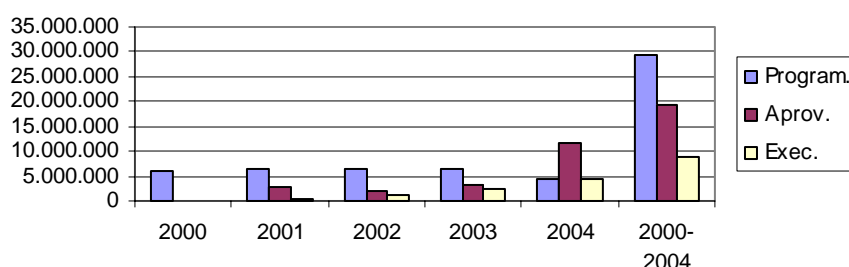
- As 140 candidaturas aprovadas (homologadas) em 2004 permitiram elevar a taxa global de aprovação para 85% do total programado;
- As aprovações tiveram ao longo dos anos um crescimento significativo, pese embora o facto de uma percentagem significativa dos valores aprovados estarem previstos serem executados após 2004;
- O nível de execução financeira do ano 2004 representa 99.7% do programado e 39.6% do total aprovado para esse ano. No final de 2004 a taxa de execução ficou pelos 30% do programado para 2000-2004, traduzindo um baixo nível de execução, devido ao facto dos 43 projectos da Acção 6, que correspondem a cerca de 59% do valor da despesa pública aprovada na Medida, serem plurianuais e iniciados a meio do ano, não contribuindo, comparativamente com seu peso relativo na Medida, para uma taxa mais elevada de execução em 2004.

Medida II.7 - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	5.997.050	3.674.654	0	0			0,0	0,0	0,0
2001	6.290.015	3.854.166	2.642.305	1.979.853	525.196	393.897	42,0	8,3	19,9
2002	6.245.481	3.826.879	2.031.892	1.523.919	1.345.172	1.007.004	32,5	21,5	66,2
2003	6.271.858	3.843.041	3.145.445	2.359.083	2.388.652	1.791.489	50,2	38,1	75,9
2004	4.621.788	3.697.430	11.634.922	7.446.878	4.606.154	3.115.018	251,7	99,7	39,6
2000-2004	29.426.192	18.896.170	19.454.563	13.309.733	8.865.174	6.307.407	66,1	30,1	45,6
Total (2000-2006)	41.980.900	28.939.937	35.742.934	23.546.884	8.865.174	6.307.407	85,1	21,1	24,8

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.7



Das 315 candidaturas aprovadas na Medida II.7:

- 217 dizem respeito à “Acção 1 - Apoio à Silvicultura”;

- 44 dizem respeito à “Acção 2 - Apoio ao restabelecimento do potencial de Produção Silvícola”;
- 16 dizem respeito à “Acção 3, Apoio à instalação de Organizações de Produtores Florestais”;
- 2 dizem respeito à “Acção 5, Apoio à prestação de serviços florestais”;
- 43 dizem respeito à “Acção 6, Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”;
- 24 dizem respeito à “Acção 8 - Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro”;
- 4 dizem respeito à “Acção 9 - Apoio à promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais”.

No que respeita ao cumprimento da “Regra n+2” no final do ano de 2004, esta mereceu da parte das entidades que intervêm na gestão desta Medida uma atenção especial, mas mesmo apesar do esforço das entidades envolvidas neste processo não foi atingido o valor de execução de acordo com o programado. No entanto para o cumprimento “Regra n+2” é tomada em conta a execução do FEOGA-O de todo o PO Centro que conta com mais duas Medidas no âmbito deste Fundo estrutural, tendo sido, globalmente cumprido este objectivo.

No âmbito do cumprimento da “Regra n+2”, a Coordenação desta Medida definiu uma estratégia de acompanhamento, tendo sido elaborado um formato informático dinâmico de acompanhamento diário da execução da Medida, por Acção e por promotor. Foram criados grupos de grandes promotores de acordo com o número de candidaturas aprovadas e investimento aprovado. Foi feita uma abordagem de forma pessoal e regular, por ordem decrescente de investimento aprovado e de número de projectos por promotor. Desta forma foi possível disponibilizar esta informação actualizada semanalmente ao Gestor do POR Centro para acompanhamento da execução. Não é demais referir que todo este processo foi desenvolvido sempre em articulação constante com as delegações regionais do IFADAP/INGA e com as Direcções Regionais de Agricultura.

Linhas de acção e sectores apoiados: aprovações e execução

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Acção	Unidade: Euros					
	Aprovações/Homologações (Total)				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
1	188	5.001.358	3.751.019	13,99	2.246.291	1.684.718
2	38	2.965.264	2.223.948	8,30	928.887	696.665
3	16	3.732.612	2.799.459	10,44	1.644.949	1.231.712
4	0			0,00		
5	2	32.186	24.140	0,09		
6	43	21.031.732	12.515.358	58,84	1.823.865	1.030.300
7	0			0,00		
8	24	2.625.661	1.967.370	7,35	2.132.157	1.597.243
9	4	354.121	265.590	0,99	89.025	66.769
Total	315	35.742.934	23.546.884	100	8.865.174	6.307.407

Na Medida II.7, decorrente da natureza do próprio fundo, todas as ajudas incidiram sobre iniciativas a desenvolver no sector “Agricultura”, tal como consta do quadro seguinte.

Distribuição Sectorial das aprovações

Sector	Unidade: Euros					
	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% DP	D. Pública	Fundo
Agricultura	315	35.742.934	23.546.884	100,0	8.865.174	6.307.407
Total	315	35.742.934	23.546.884	100,0	8.865.174	6.307.407

Refira-se que no conjunto das 9 linhas de acção, os indicadores físicos de acompanhamento respeitantes às linhas de acção 1 e 2 são comuns.

Note-se que os indicadores apresentados dizem respeito ao aprovado e não ao executado, elementos que apenas poderão estar disponíveis após o encerramento dos projectos.

Saliente-se que não existem indicadores de realização anual, apenas existindo os indicadores para a Reserva de Eficiência e as Metas finais estabelecidas em Complemento de Programação.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2004

Acção	Indicador Físico	Unidade	Valor previsto 2006	Valores previstos nos projectos aprovados	Executado até 31/12/2004
Acção 1 e 2	projectos	nº	400	261	
	área a beneficiar	ha	5.000	3.254	
	arborização e rearborização	ha	9.000	3.717	
	reconversão de povoamentos mal instalados	ha	1.000	0	
	rede viária e divisional	km	400	202	
	pontos de água	nº	20	11	
	ajudas públicas	1000 euros	11.480	7.967	
Acção 3	organizações de produtores florestais a constituir	nº	16	16	
	ajudas públicas	1000 euros	3.750	3.733	
Acção 5	projectos	nº	15	2	
	ajudas públicas	1000 euros	500	32	
Acção 6	Área florestal coberta P.P. riscos bióticos	ha	500	0	
	Área florestal coberta P.P. riscos abióticos	ha	200.000	171.216	
	Área de silvicultura preventiva	ha	10.000	11.397	
	Rede viária e divisional construção	km	700	565	
	Rede viária e divisional beneficiação	km	4.000	3.900	
	Pontos de água	nº	130	165	
	Ajudas públicas	1000 euros	20.000	21.032	
Acção 8	Proj. relativos a material lenhoso e gema de pinheiro	nº	40	41	
	ajudas públicas	1000 euros	4.000	2.626	
Acção 9	projectos	nº	20	6	
	ajudas públicas	1000 euros	1.500	425	

A Acção 3, “Apoio à instalação de organizações de produtores florestais”, é uma acção estruturante para a fileira florestal, e tendo presente que o facto de terem sido aprovadas 16 organizações de produtores florestais, tal levou à criação de 40 postos de trabalho directamente associados às ajudas e cerca de 150 postos de trabalho criados indirectamente, mas dependentes das Organizações de Produtores Florestais apoiadas.

Outra acção estruturante é Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”, à qual foram apresentados até ao final de 2004 candidaturas para 20 dos 21 concelhos abrangidos pela AIBT.

Mas somente em 2004 ocorreram aprovações na Acção 6 através de 43 projectos estruturantes para a região no âmbito da prevenção de incêndios e da gestão florestal. Estes projectos correspondem a cerca de 53% do valor da Despesa Pública aprovada na Medida II.7, tendo esta Acção um papel fundamental no sucesso do cumprimento da programação financeira da Medida bem como na estratégia sub-regional da defesa da floresta contra incêndios.

Incidência territorial do investimento aprovado

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUTs de nível III. Pese embora o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul representarem a grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios das outras NUTs.

O nível de investimento por NUT está directamente relacionada com o número de processos de candidatura.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

					Unidade: Euros	
NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência CT	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	114	22.373.203	20.465.236	13.123.065	54,78	161
Pinhal Interior Sul	124	14.298.396	11.077.902	7.623.371	35,01	319
Beira Interior Sul	51	2.391.852	1.956.935	1.350.494	5,86	31
Cova da Beira	23	1.781.668	1.470.925	1.000.293	4,36	19
Não Regionalizável	3	771.937	771.937	449.662		
Total	315	41.617.056	35.742.934	23.546.884	100	23

9. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

Enquadramento

Esta Medida tem vindo, no decurso no actual período de programação, a apoiar iniciativas de valorização dos recursos humanos e de promoção da coesão social que, globalmente, se articulem e convirjam para a prossecução dos objectivos das medidas 3 a 7 do Eixo II, medidas que correspondem às diferentes AIBT (Acções Integradas de Base Territorial) que integram este Eixo Prioritário - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (medida 3), Turismo e Património no Vale do Côa (medida 4), Serra da Estrela (medida 5) e Pinhal Interior - (medida 6 - FEDER e medida 7 - FEOGA-O). Genericamente os objectivos definidos para cada das AIBT traduzem uma concentração e intensificação de investimentos e capacidades organizativas de forma a superar dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas, bem como aproveitar potencialidades desses territórios.

Tendo como áreas de intervenção territórios previamente definidos, as acções integradas referidas correspondem a territórios da Região Centro onde os traços da ruralidade são profundos, ainda que novas centralidades urbanas têm vindo a ganhar peso e importância no contexto da região. Estes espaços rurais são atingidos por processos de despovoamento e desertificação humana que enfraquecem o tecido social e reduzem as possibilidades de dinamização das comunidades locais, diminuindo o potencial de criação de empregos e de riqueza e criando condições para a exclusão de grupos desfavorecidos, particularmente os idosos.

Ainda que com níveis e intensidades diferenciadas nos territórios das diferentes AIBT, existe um conjunto de características sócio-económicas comuns que marcam, pela negativa, estes territórios. A título de exemplos poderemos referir: o êxodo da população jovem, as reduzidas oportunidades de formação e emprego qualificado, uma estrutura etária elevada, uma estrutura de qualificações muito baixa e níveis elevados de analfabetismo e ileteracia. A intervenção da medida II.8 tem procurado, dentro das suas limitações, ajudar a “transformar” algumas dessas vulnerabilidades em oportunidades de desenvolvimento.

Apesar do voluntarismo evidenciado pela Medida, persistem alguns constrangimentos que impedem que os resultados atingidos não sejam os desejados. Um dos principais prende-se com a adequada e necessária convergência dos objectivos das formações previstas/propostas com os objectivos específicos das diferentes AIBT resultantes de problemáticas mas também de estratégias de intervenção preconizadas. Apesar de se ter mantido, e fomentado, os mecanismos de motivação e esclarecimento visando a apresentação de projectos que correspondam às reais necessidades formativas de cada uma das AIBT, tem-se constatado que tem havido grande dificuldade, por parte dos potenciais e reais promotores, em que os projectos formativos traduzam essa convergência.

Esta dificuldade, têm exigido, por parte da estrutura afectada à Medida, um trabalho intenso junto das entidades que pretendem apresentar projectos formativos, que tem contado com o empenho dos Coordenadores das AIBT, por forma a que as candidaturas respondam às necessidades identificadas e que, ao mesmo tempo, se enquadrem nos objectivos estratégicos das diferentes Medidas. Dado que as formações se deverão orientar, preferencialmente, para determinadas áreas formativas, e porque as entidades baseiam as suas propostas mais em públicos alvo do que em áreas preferenciais de intervenção, isso mesmo têm constituído uma enorme dificuldade que encontra tradução na apresentação de cursos caracterizados por uma escassa “criatividade”.

Os promotores têm manifestado mais motivação para apresentar projectos “à la Carte” do que investir em soluções formativas mais inovadoras, contextualizadas com o território, e de maior impacto na qualificação dos “beneficiários da formação”. A isso não será também estranho o facto das condições de financiamento das referidas acções apoiadas pelo FSE no âmbito das AIBT serem idênticas às praticadas no Âmbito do POEFDS. De referir, a este propósito, que temos sido exigentes no sentido de evitar sobreposições, o que nem sempre se revela fácil de conseguir em virtude de as 2 linhas de acção da Medida estarem muito próximas daquilo que são as áreas preferenciais de intervenção do POEFDS, nomeadamente os objectivos preconizados para destinatários desempregados.

Quer relativamente aos projectos em execução, quer aos projectos em fase de preparação, e apesar do enorme esforço no acompanhamento de ambos, confirma-se o que em anos anteriores relatámos, no que concerne, nomeadamente, às dificuldades ao nível da capacidade técnica da maioria dos promotores.

Estes factos impossibilitam, ou pelo menos arrefecem, uma adesão com expressão deveras significativa ao financiamento previsto para esta medida.

A “arquitectura” do eixo II não previu uma assumpção clara do papel dos Coordenadores quanto à implementação da Medida 2.8.. Desde início que foi evidente, da parte da Gestão, que haveria necessidade de encontrar formas de vinculação formal, que passaria pela emissão de “parecer de enquadramento” por parte dos Coordenadores de todos os projectos formativos a desenvolver em cada uma das AIBT. Isso mesmo veio a ser contemplado no manual de procedimentos relativos às Medidas financiadas pelo FSE no âmbito do Eixo II. Esta prática revelou-se muito positiva, muito embora de matriz essencialmente “reactiva”. A questão central prende-se mais com uma postura pró-activa que os Coordenadores poderiam assumir. Não que isso não tenha acontecido. Pensamos, contudo, que ela deveria ser assumida regularmente de forma a que a medida pudesse ter níveis de execução mais próximos da programação previamente estabelecida e, também, desta forma possibilitar alcançar os objectivos definidos quanto ao desenvolvimento dos recursos humanos e à promoção da coesão social dos territórios abrangidos. A reforçar a intenção do “programador” de que a Medida 2.8 deveria estar intimamente ligada às diferentes AIBT que integram o Eixo II, a regulamentação específica aplicável ao Eixo Prioritário II não previu a existência de uma Unidade de Gestão dedicada a apreciar projectos financiados pela FSE, razão pela qual estes projectos são apreciados ou em Unidade de Gestão Plenária ou, em alternativa, nas diferentes Secções da Unidade de Gestão do Eixo II que correspondem a cada uma das AIBT.

Candidaturas apreciadas

Foram 40 os pedidos de financiamento apresentados até 31 de Dezembro de 2004, tendo um sido considerado desistente, a pedido da entidade promotora. Além da desistência verificada, foram indeferidos três pedidos por não se enquadrarem nos objectivos estratégicos das AIBT para as quais as formações propostas iriam incidir. Verifica-se que a linha de acção “promoção da empregabilidade em sectores de actividades relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção” tem obtido, por parte dos promotores, uma maior adesão em termos de orientação dos projectos formativos propostos, o que denota o grande interesse em dotar de recursos humanos qualificados sectores de actividade tradicionais.

Para além dos 27 pedidos de financiamento apresentados, até 31 de Dezembro de 2003, foram 13 os pedidos entrados em 2004 na estrutura de apoio técnico (EAT/FSE) para processo de aprovação. Durante este ano foram submetidos às diferentes secções da Unidade de Gestão do Eixo Prioritário II, para emissão de parecer, 18 pedidos de financiamento (alguns dos quais

havam entrado no decurso de 2003), tendo 17 merecido parecer favorável e 1 parecer desfavorável. Os 17 pedidos foram aprovados superiormente.

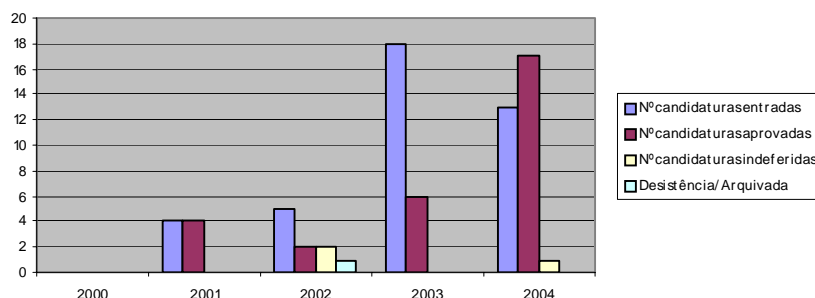
Significa, portanto, que no final de 2004 a Medida tinha 40 projectos entrados na EAT/FSE, destes 29 haviam sido aprovados, 4 foram objecto de parecer desfavorável ou considerado desistente e 7 transitaram para análise para 2005 (2 já foram entretanto submetidos a análise da UG). De referir que os projectos transitados resultam, em grande medida, das exigências formais e substantivas (sobretudo estas) colocadas pela EAT/FSE relativamente a esses projectos. Ou seja, enquanto subsistirem dúvidas ou reservas nenhum projecto é submetido a parecer da UG. Tal facto acarreta um trabalho acrescido junto e com as entidades titulares dos pedidos de forma a que os obstáculos à aprovação dos projectos sejam plenamente ultrapassados.

Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2004

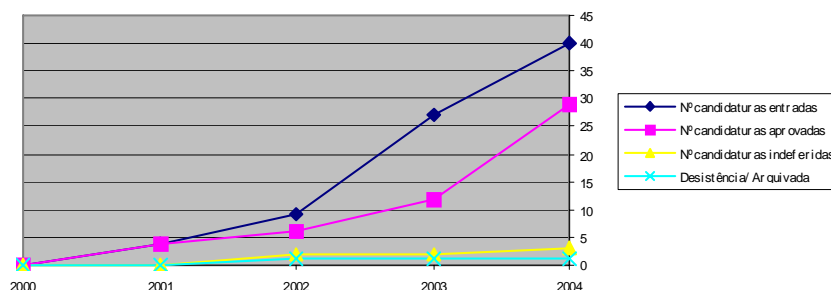
Medida 2.8 Linha de Acção	Entradas	Decididas em UG		Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia	Decididas (Homologadas)	
		Parecer Desfavorável	Parecer Favorável		Aprovadas	Indeferidas
A - Empregabilidade	31	2 (*)	24	0	24	1
B - Integração social	9	2	5	0	5	2
Total da Medida	40	4	29	0	29	3

(*) inclui 1 desistência

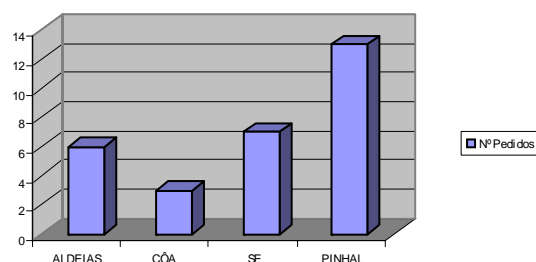
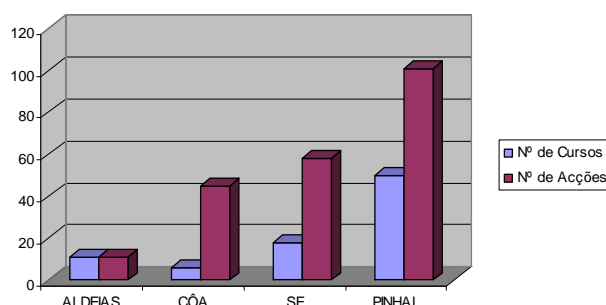
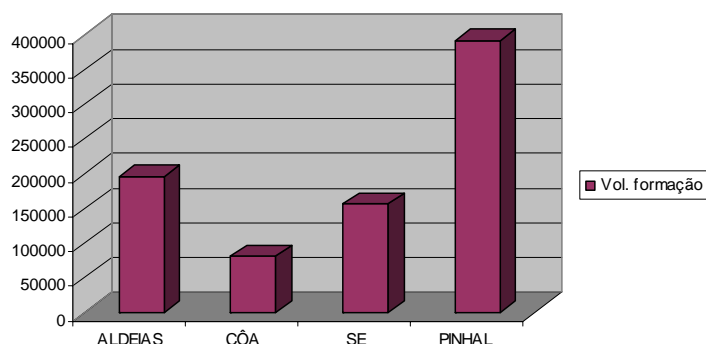
Número de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas ou arquivadas por anos



Número de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas ou arquivadas por anos



No seu conjunto, os 29 pedidos aprovados englobavam a realização de 85 cursos desdobrados por 215 acções envolvendo 3.180 formandos. Tem um volume de formação previsto de 822.567 horas. Analisados, estes dados, pelas diferentes AIBT que integram o Eixo, verifica-se existir variações entre elas.

Número de Pedidos de Financiamento aprovados por AIBT**Número de cursos e acções aprovadas por AIBT****volume de formação por AIBT**

O total da despesa pública do conjunto dos pedidos de financiamento aprovados e homologados é de 7.520.986€, sendo este montante co-financiado pelo FSE em 5.640.739€ e o restante financiado pelo Orçamento da Segurança Social (OSS). Destes, 3.821.030€ da despesa pública e 2.865.772€ do fundo foram aprovados durante o ano de 2004, o que revela um forte impulso nas aprovações, muito embora não anulando, apenas atenuando, o baixo desempenho da medida.

Do atrás referido ressalta que a medida 2.8 apresentou, em 2004, uma dinâmica mais promissora na concretização dos objectivos inicialmente definidos. Saliente-se que tem vindo a verificar-se um acréscimo de desempenho da medida, nomeadamente com intervenções nas diferentes AIBT, havendo por isso maior dispersão territorial do investimento na promoção do desenvolvimento dos recursos humanos e da coesão social. Contudo, apesar da melhoria no desempenho, os valores em termos de aprovação e execução são considerados insuficientes atendendo aos valores programados para a Medida. Assim, é desejável que a intervenção possa utilizar outras estratégias na promoção da medida, lançando concursos temáticos para a apresentação de projectos, procurando desta forma cobrir áreas temáticas que respondam à procura emergente nos territórios.

Execução

Tal como foi referido a execução da medida está abaixo do programado. Relativamente ao ano de 2003 acresce o facto de, em resultado da Reprogramação do PO ocorrida no final de 2004 de que resultou a fusão da medida II.2 e II.8, a medida 2.8 ter visto a sua programação financeira reforçada ainda que em montantes inferiores à simples soma das duas medidas. Daqui resulta, também, uma maior abertura em termos de tipologia de projectos susceptíveis de serem financiados bem como o âmbito territorial da medida ter sido alargado, desta feita, a 7 cidades da região nas quais estão a ser desenvolvidas intervenções no âmbito do programa POLIS. Esta alteração não teve qualquer repercussão em termos de execução em 2004 visto que será necessário proceder a alterações legislativas no sentido de ajustar o regulamento específico da medida a esta nova realidade.

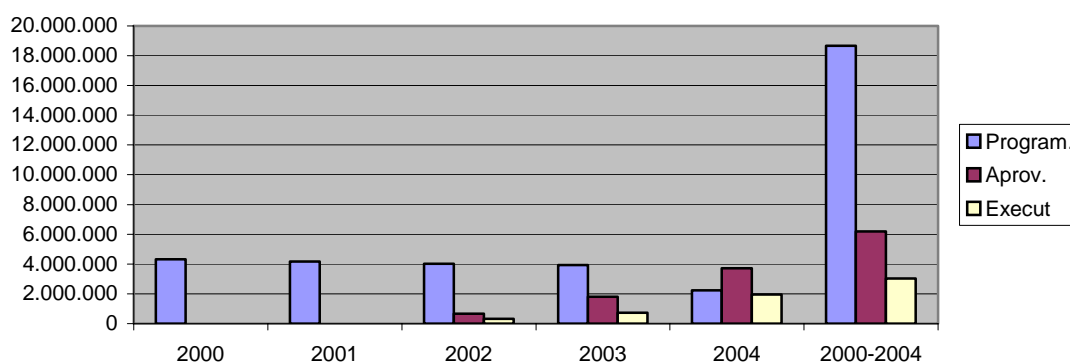
Apesar de evidentes sinais de recuperação, que os valores apresentados para 2004 evidenciam, a expressão inequívoca da mesma tarda em surgir sobretudo quando se consideram os montantes globais. Ainda assim, o ano de 2004, é aquele que apresenta um equilíbrio interessante entre o programado, aprovado e executado, equilíbrio que estará mais próximo daquilo que seria expectável e consentâneo com a resposta às reais necessidades da região no que concerne à formação destinada a promover as actividades relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção e com a integração social.

Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: euros

Ano	Programação		Aprovações		Execução		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc/Prog	Exec/A
2000	4.316.920	3.237.692							
2001	4.170.770	3.128.079							
2002	4.022.547	3.016.911	659.681	494.761	323.664	242.748	22,4	11,0	49,1
2003	3.929.064	2.946.800	1.794.969	1.346.227	738.858	554.144	62,3	25,6	41,2
2004	2.233.636	1.675.228	3.724.417	2.973.313	1.960.842	1.470.631	166,7	87,8	52,6
2000-2004	18.672.937	14.004.710	6.179.068	4.814.301	3.023.364	2.267.523	33,1	16,2	48,9
Total (2000-2006)	23.322.225	17.491.678	7.520.986	5.640.739	3.023.364	2.267.523	32,2	13,0	40,2

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.8



Linhas de acção e sectores apoiados: aprovações e execução

Embora não disponde de dotação financeira específica, a medida consagra duas tipologias (linhas de acção), uma destinada a projectos de formação associados à empregabilidade em sectores de actividade relacionados com os recursos específicos dos territórios de intervenção (tipologia A) e outra destinada à integração social (tipologia B). Como já foi anteriormente referido, verifica-se que a linha de acção “promoção da empregabilidade em sectores de actividades relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção” é a que maior adesão tem demonstrado, que traduz bem a importância de ligar os projectos formativos às necessidades de determinado território que encerre recursos ou potencialidade a promover.

Dos projectos aprovados, nove dizem respeito à tipologia de projecto, previsto em regulamento específico, relacionado com a “promoção da empregabilidade em sectores relacionados com os recursos específicos dos territórios de intervenção”, e os restantes três dizem respeito ao segundo domínio de intervenção previsto e que está associado à “formação para a integração social”. Ou seja, da parte dos promotores parece existir uma prevalência pela tipologia de acções relacionadas com a promoção da empregabilidade. Convém referir que alguns dos pedidos de financiamento destinados a esta tipologia são destinados a públicos alvo perfeitamente enquadrados numa perspectiva de integração social. Significa que, nestes casos, embora o objectivo seja a promoção da empregabilidade em sectores relacionados com os recursos específicos do território, a formação para a integração social está presente na forma como a formação está prevista ser realizada e nos público alvo a que se destina.

A questão da integração social é um objectivo estratégico da medida II.8, que vai para além da existência de uma linha de acção com esta designação. A decisão relativamente a todos os projectos propostos a financiamento assenta, para além de outras questões formais e substantivas, numa análise multicritério que permite identificar, nomeadamente, os projectos de formação que melhor garantam a prossecução das prioridades da política regional, nacional e comunitária, designadamente as relacionadas com a Estratégia Europeia do Emprego, no qual se insere a política nacional do Plano Nacional de Emprego (PNE), com a igualdade de oportunidades e com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI).

O potencial de integração social dos pedidos de financiamento é, assim, aferido pela adequação da resposta dos projectos formativos às necessidades específicas de determinados grupos sociais no acesso ao mercado de trabalho por via da formação, e se essa resposta é dada através de uma abordagem múltipla e integrada. Procura-se, desta forma, aferir se os projectos de formação estimulam e promovem a empregabilidade de grupos específicos, nomeadamente aqueles que apresentam problemas particulares no acesso ao mercado de trabalho.

Aspecto a merecer realce prende-se com o facto de inúmeros cursos disporem de módulos dedicados à criação de “pequenas iniciativas empresariais”, cujo fundamentação radica na necessidade de melhor preparar os formandos para as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais aberto a iniciativas inovadoras. No trabalho encetado com múltiplas entidades, pela EAT/FSE, na fase de preparação de projectos formativos, este aspecto tem constituído uma orientação clara para a sua inclusão nas propostas formativas. A título meramente ilustrativo, refira-se, que dois cursos financiados, um para o território da AIBT da Serra da Estrela e outros para o território da AIBT do Pinhal Interior, proporcionaram, depois de concluída a formação, a criação de duas cooperativas onde grande parte das formandas – já que se tratava de formações destinadas a mulheres – acabou por desenvolver a sua actividade profissional relacionada com a formação que lhes foi proporcionada.

Relativamente ao domínio de intervenção dos projectos, estes incidem sobre os quatro domínios previstos em Complemento de Programação, havendo uma incidência maior no domínio 167 – Formação profissional específica das PME e do artesanato o que denota e reforça, face aos anos

anteriores, uma procura de formação em domínios relacionados com as actividades locais e artesanais. Ainda assim, assume particular significado o número de projectos de formação profissional relacionado com o turismo o que traduz bem ser esta uma actividade estratégica e vital para o desenvolvimento dos territórios objecto das intervenções da diferentes AIBT.

Aprovações e Execução Financeira por linha de acção e domínio de intervenção
- Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: Euros

Linha de Acção e domínio de intervenção	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	%	D. Pública	Fundo
A - Promoção da empregabilidade	24	6.368.291	4.776.218	85	2.367.877	1.775.908
B - Formação para a integração social	5	1.152.695	864.521	15	655.487	491.615
Total	29	7.520.986	5.640.739	100	3.023.364	2.267.523
128 - FP específica da silvicultura	3	237.965	178.474	3	90.365	67.774
167 - FP específica PME e artesanato	13	4.196.090	3.147.067	56	1.866.017	1.399.512
174 - FP específica do turismo	11	2.659.368	1.994.526	35	827.041	620.281
24 - Adapt, espírito empresa e inovação	2	427.563	320.673	6	239.941	179.956
Total	29	7.520.986	5.640.739	100	3.023.364	2.267.523

Como obviamente se infere pela tipologia de projectos elegíveis nesta medida, a distribuição sectorial apenas se refere ao sector da "formação profissional e emprego"

Aprovações e Execução Financeira por Sector
- Situação a 31 de Dezembro de 2004

Unidade: Euros

Sector	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	%	D. Pública	Fundo
14 - Formação profissional e emprego	29	7.520.986	5.640.739	100	3.023.364	2.267.523
Total	29	7.520.986	5.640.739	100	3.023.364	2.267.523

Em termos de indicadores físicos o quadro seguinte dá conta dos valores atingidos com os projectos aprovados e valores executados até final de 2004.

Estes indicadores evidenciam que a medida apresenta um melhor desempenho físico que financeiro (aprovado e executado), prevendo-se que, mantendo o actual ritmo de execução, os valores previstos para 2006 serão naturalmente alcançados.

Embora sendo quantitativamente reduzidos, os valores já alcançados, traduzem uma pequena contribuição para a prossecução dos princípios previstos na Estratégia Europeia do Emprego, nomeadamente, no que se refere à igualdade de oportunidades e formação ao longo da vida e, ainda, para a prossecução das prioridades horizontais associadas à sociedade de informação e ao ambiente. Tratando-se de formações que ocorrem em territórios de baixa densidade, marcados por profundas assimetrias face aos territórios mais dinâmicos, e que evidenciam lentos processos de perda, estas iniciativas, mas fundamentalmente para aqueles que nelas se vêm envolvidas, são

verdadeiros estímulos e incentivos a que algo de positivo pode ser encetado para ajudar a “desencravar” estes territórios. Um outro aspecto que aqui merece realce prende-se com a importância das acções de formação profissional que envolveram activos, o que denota por parte das entidades promotoras, uma preocupação acrescida com a formação ao longo da vida. Como estas formações incidiram, preferencialmente, sobre actividades de relevância estratégica para os diferentes territórios – casos do vinho, floresta, turismo, – este facto assume especial importância.

A distribuição dos formandos por sexo revela uma forte motivação das mulheres para participarem em acções de formação. Sendo estas as mais afectadas pelo Desemprego, isso revela que a medida traduz um bom instrumento para ajudar a superar esse elemento estrutural quando se analisa o grupo dos desempregados.

Quase metade das acções têm preocupações com o domínio do ambiente e com as tecnologias de informação e comunicação, existindo, portanto, por parte das entidades promotoras uma consideração destas problemáticas na concepção dos projectos formativos.

Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2004

Medida	Indicador Físico	Unidade	Valor Previsto 2006	Valores previstos nos Proj. Aprovados	Executado até 31/12/2004
II.8	Formandos:	nº	3.500	3.180	1545
	Homens	nº	1.600	1.722	644
	Mulheres	nº	1.900	1.458	901
	Empregados	nº	(1)	2.410	891
	Desempregados	nº	(1)	770	654
	Acções Ambientais	nº	(1)	1.366	716
	Acções TIC	nº	(1)	1.208	728
	Total Acções:	nº	(1)	215	115
	Domínio do Ambiente	nº	(1)	93	48
	Domínio das TIC	nº	(1)	92	53
	Volume de Formação	horas	(1)	822.567	424.543
	Custo Total	euros		7.520.986	3.023.364

(1) Não previsto em Complemento de Programação

Incidência territorial do investimento aprovado

O ano de 2004 revela, à semelhança dos anos anteriores, uma tendência para formações cuja incidência territorial é mais difusa, não sendo por isso perfeitamente evidente que um determinado pedido de financiamento esteja enquadrado nesta ou naquela NUT. Refira-se que existem projectos formativos que incidem sobre determinada AIBT, tendo as diversas acções sido desenvolvidas em diferentes concelhos, algumas vezes em regime de itinerância. Significa, portanto, que esse pedidos são considerados como não regionalizáveis, face à lógica das sub-regiões aqui consideradas – NUT III. A distribuição relevante não deverá ser a unidade territorial NUT, uma vez que das dez NUT's da Região Centro 5 não são abrangidas pela medida, mas sim aos territórios sobre os quais incidem as diferentes Acções Integradas de Base territorial que integram o eixo 2 do Programa Operacional da Região Centro.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência CT	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	4	991.932	991.932	743.949	27,02	7
Dão-Lafões	5	1.381.420	1.381.420	1.036.065	37,64	5
Serra da Estrela	2	22.826	22.826	17.120	0,62	0
Beira Interior Norte	3	850.563	850.563	637.922	23,17	7
Cova da Beira	3	423.815	423.815	317.861	11,55	5
Não Regionalizável	12	3.850.429	3.850.429	2.887.822		
Total da Medida	29	7.520.986	7.520.986	5.640.739	100	

V

Eixo Prioritário III
Intervenções da Administração Central
Regionalmente Desconcentradas

1. Eixo III – Enquadramento e síntese da execução

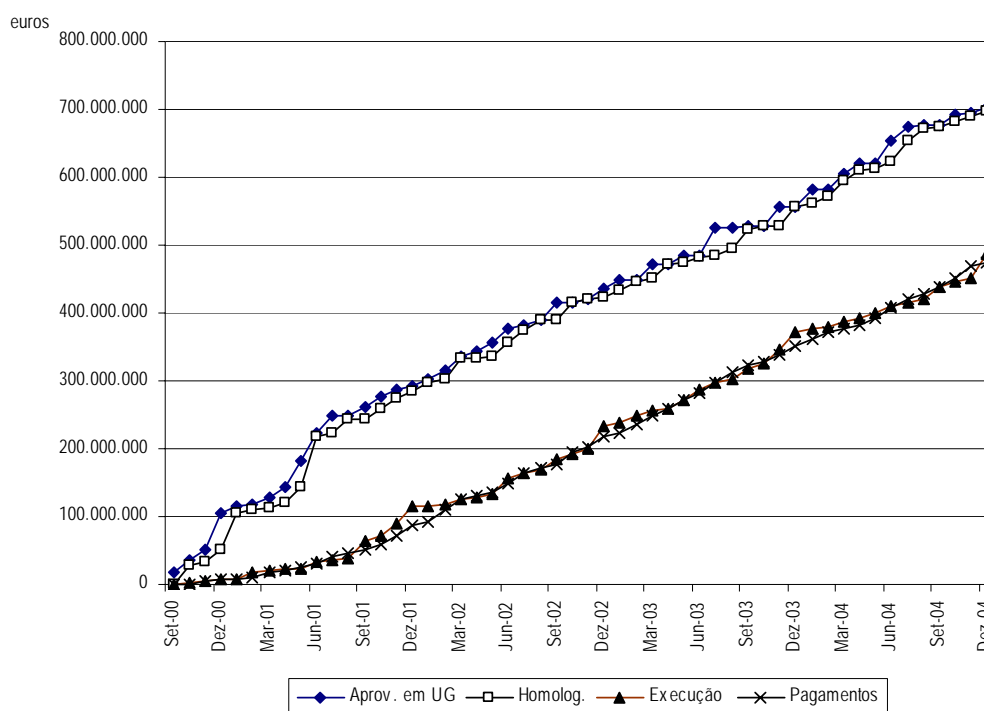
Até finais de 2004 foram realizadas 78 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo III e suas secções, tendo sido apreciadas 13 075 candidaturas, das quais 10 204 tiveram parecer favorável.

As candidaturas indeferidas dizem respeito às medidas 3.1- Educação, 3.3- Promoção do emprego e da empregabilidade a nível local, 3.11-Economia, 3.14- Agricultura e 3.16 - Pescas.

O grande volume de candidaturas apreciadas na Medida da Agricultura é devido, essencialmente, aos projectos de apoio à pequena agricultura, com uma dimensão de investimento muito baixa.

O ritmo das aprovações, execução e pagamentos tem tido um comportamento normal, sendo de realçar o arranque mais significativo da execução a partir do último trimestre de 2001, mantendo-se, a partir desse período, um incremento proporcional ao das aprovações.

Evolução das aprovações, execução e pagamentos

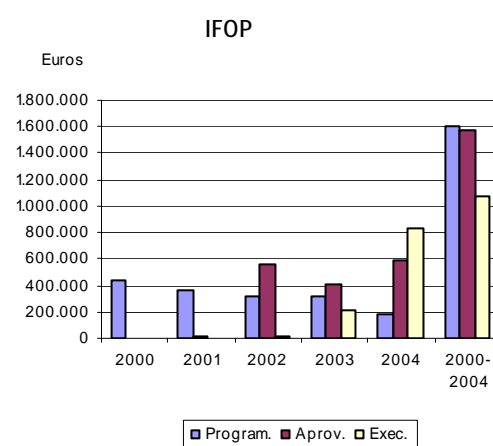
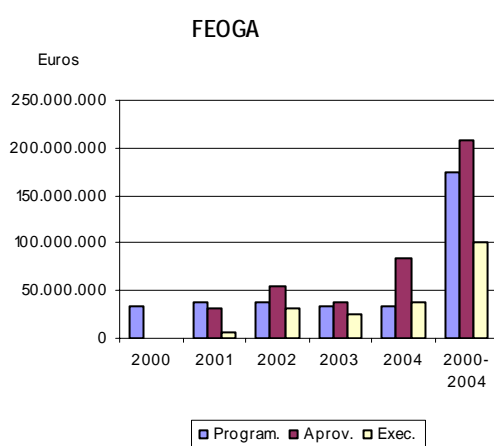
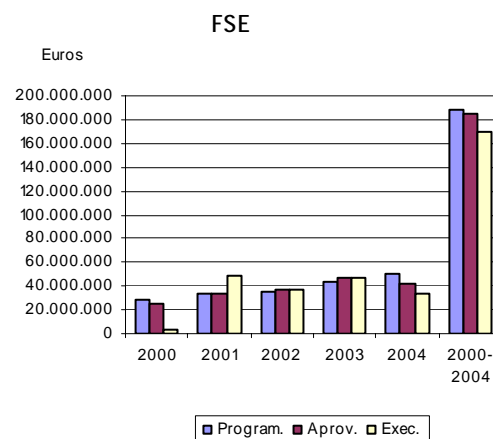
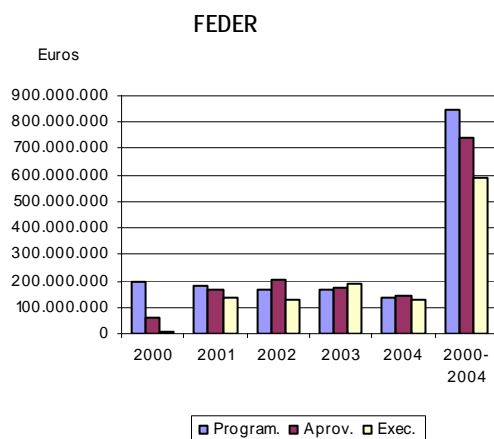


De assinalar, ainda, o facto da homologação pelos membros do governo, dos projectos com parecer favorável da Unidade de Gestão, ter ocorrido dentro de prazos aceitáveis.

O total das aprovações, atinge valor de 1 213 milhões de Euros, 73% do total programado para o Eixo III e 94% do valor programado para 2000 a 2004. A execução, ficou bastante abaixo do aprovado para esses anos, 71%, devido ao natural deferimento entre a realização da despesa pelo beneficiário final e a sua validação, para além de algum atraso no lançamento das acções.

Unidade: Euros

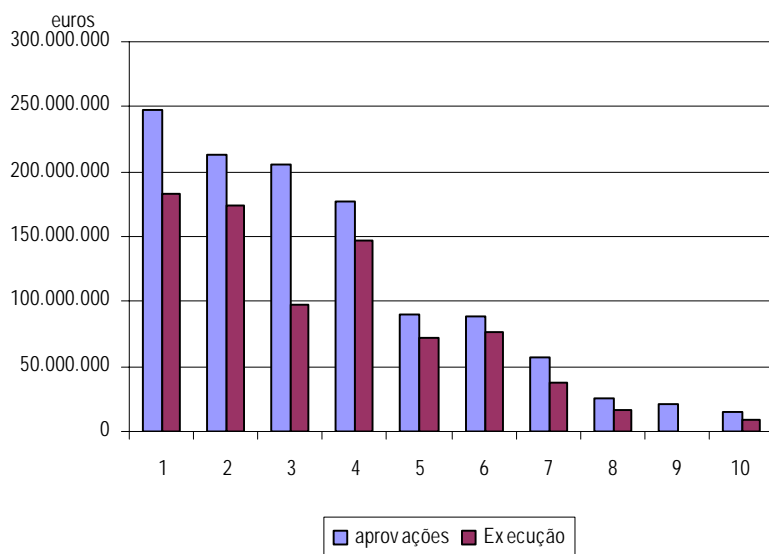
Ano	Fundo	Programação		Aprovação		Execução		Taxas(%)		
		D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/P	E/P	E/A
2000	FEDER	193.401.614	107.945.188	59.140.957	28.111.109	6.933.099	5.199.824	30,6	3,6	11,7
	FSE	28.187.190	17.449.033	25.135.757	15.527.793	3.021.908	1.737.597	89,2	10,7	12,0
	FEOGA	33.040.927	24.308.185	0	0	0	0	0,0	0,0	
	IFOP	432.978	314.978	0	0	0	0	0,0	0,0	
	Total	255.062.709	150.017.384	84.276.714	43.638.902	9.955.007	6.937.421	33,0	3,9	11,8
2001	FEDER	184.616.822	101.902.379	162.928.633	91.878.220	133.450.420	73.770.778	88,3	72,3	81,9
	FSE	32.956.255	20.124.990	33.362.650	20.299.538	48.595.687	29.886.160	101,2	147,5	145,7
	FEOGA	36.925.782	27.166.270	32.028.189	22.664.795	6.118.148	4.393.736	86,7	16,6	19,1
	IFOP	357.977	261.977	16.180	12.135	4.194	3.145	4,5	1,2	25,9
	Total	254.856.836	149.455.616	228.335.652	134.854.687	188.168.448	108.053.819	89,6	73,8	82,4
2002	FEDER	165.127.965	92.605.269	205.954.905	103.757.142	132.051.798	74.613.737	124,7	80,0	64,1
	FSE	34.494.771	20.854.817	37.082.473	22.433.957	36.432.532	22.064.499	107,5	105,6	98,2
	FEOGA	37.419.227	27.529.297	54.718.607	39.826.248	31.171.197	22.662.921	146,2	83,3	57,0
	IFOP	319.977	234.977	554.731	416.048	11.827	8.870	173,4	3,7	2,1
	Total	237.361.940	141.224.360	298.310.716	166.433.396	199.667.355	119.350.027	125,7	84,1	66,9
2003	FEDER	165.872.902	93.442.972	175.070.419	94.060.037	186.937.356	90.258.926	105,5	112,7	106,8
	FSE	43.090.592	25.750.582	47.725.610	28.853.941	47.106.096	28.461.513	110,8	109,3	98,7
	FEOGA	34.200.489	25.162.446	38.393.598	27.183.945	24.686.782	17.529.073	112,3	72,2	64,3
	IFOP	319.977	234.977	404.030	327.200	219.079	175.212	126,3	68,5	54,2
	Total	243.483.960	144.590.977	261.593.657	150.425.123	258.949.311	136.424.724	107,4	106,4	99,0
2004	FEDER	135.801.115	76.304.044	140.297.636	77.400.007	129.815.985	68.055.234	103,3	95,6	92,5
	FSE	49.693.732	30.030.276	41.846.208	24.970.856	34.136.191	20.328.536	84,2	68,7	81,6
	FEOGA	32.591.317	23.977.521	83.761.878	57.152.676	38.130.047	26.720.493	257,0	117,0	45,5
	IFOP	177.637	139.977	595.867	513.474	835.044	659.498	335,4	470,1	140,1
	Total	218.263.801	130.451.818	266.501.589	160.037.013	202.917.269	115.763.762	122,1	93,0	76,1
2000-2004	FEDER	844.820.418	472.199.852	743.392.550	395.206.515	589.188.658	311.898.499	88,0	69,7	79,3
	FSE	188.422.540	114.209.698	185.152.698	112.086.085	169.292.413	102.478.305	98,3	89,8	91,4
	FEOGA	174.177.742	128.143.719	208.902.272	146.827.665	100.106.174	71.306.223	119,9	57,5	47,9
	IFOP	1.608.546	1.186.886	1.570.807	1.268.857	1.070.144	846.726	97,7	66,5	68,1
	Total	1.209.029.246	715.740.155	1.139.018.327	655.389.122	859.657.390	486.529.753	94,2	71,1	75,5
2000-2006	FEDER	1.117.418.597	632.488.782	799.096.032	426.049.236	589.188.658	311.898.499	71,5	52,7	73,7
	FSE	293.580.416	177.702.138	202.664.041	122.269.127	169.292.413	102.478.305	69,0	57,7	83,5
	FEOGA	240.233.426	176.741.063	209.646.814	147.386.071	100.106.174	71.306.223	87,3	41,7	47,7
	IFOP	2.049.320	1.537.000	1.609.172	1.300.998	1.070.144	846.726	78,5	52,2	66,5
	Total	1.653.281.759	988.468.983	1.213.016.059	697.005.432	859.657.390	486.529.753	73,4	52,0	70,9



No seu conjunto, são as medidas com intervenção do FSE as que apresentam maiores taxas de execução, seguidas das com intervenção do FEDER. No ano de 2004 será, ainda, de realçar a recuperação das medidas com intervenção do FEOGA e do IFOP, no que respeita a aprovações e execução quando comparado com o seu comportamento nos três primeiros anos. De realçar o elevado esforço desenvolvido nas medidas FEOGA e IFOP, o qual permitiu o cumprimento da regra n+2 para o ano de 2004.

No Anexo VII consta a lista de projectos aprovados, montantes envolvidos e execução. O maior volume de aprovação diz respeito aos sectores dos transportes, formação profissional e emprego, agricultura, energia, desporto e educação (84% do total), sectores correspondentes às medidas com maior volume financeiro programado.

Despesa pública aprovada e executada segundo os principais sectores



1 TRANSPORTES - rodovia

2 F. PROF. E EMPREGO

3 AGRICULTURA

4 ENERGIA

5 DESPORTO

6 EDUCAÇÃO

7 SAÚDE

8 AMBIENTE - Protecção Amb.

9 INDÚSTRIA

10 COMÉRCIO

Unidade: Euros

Sector	Aprovação				Execução (2000-2004)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Púb.)	D. Pública	Fundo	% (D. Púb.)
AGRICULTURA	8803	205.533.247	144.300.896	16,9	97.217.412	69.139.651	11,3
AMBIENTE - Protecção Amb.	127	25.768.250	19.303.415	2,1	16.376.262	12.259.425	1,9
AMBIENTE - Resíduos Sólidos	1	508.000	381.000	0,0	494.197	370.648	0,1
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	41	15.114.780	11.185.993	1,2	10.600.256	7.811.609	1,2
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4	3.107.937	1.553.969	0,3	710.412	355.206	0,1
COMÉRCIO	3	14.606.545	5.579.857	1,2	8.602.160	3.227.435	1,0
DESPORTO	19	89.844.683	27.875.621	7,4	71.502.430	21.949.594	8,3
EDUCAÇÃO	114	87.916.747	63.885.988	7,2	76.815.703	56.458.956	8,9
ENERGIA	19	176.702.360	69.951.838	14,6	146.463.810	58.087.909	17,0
F. PROF. E EMPREGO	846	212.958.181	128.096.553	17,6	174.511.114	105.522.767	20,3
INDÚSTRIA	6	20.407.011	10.936.436	1,7	0	0	0,0
PAT. HIST./ CULTURAL	13	7.705.671	5.779.253	0,6	3.251.044	2.438.283	0,4
PESCAS	20	13.253.707	10.034.399	1,1	8.699.164	6.568.491	1,0
QUAL. DA AD. PÚBLICA	3	4.640.911	3.404.268	0,4	3.223.697	2.417.773	0,4
REVITALIZAÇÃO URBANA	8	9.039.951	6.779.963	0,7	5.827.311	4.370.484	0,7
SAÚDE	39	57.074.088	42.648.468	4,7	37.321.402	27.865.983	4,3
SOC.DE INFORMAÇÃO	12	8.650.098	5.796.584	0,7	2.302.696	1.580.679	0,3
TRANSPORTES - rodovia	105	246.825.801	132.532.842	20,3	183.099.935	99.631.100	21,3
TRANSPORTES - Portuários	2	9.476.358	4.738.179	0,8	9.334.547	4.667.273	1,1
TRANSPORTES - Ferrov.	1	2.034.522	854.499	0,2	2.034.522	854.499	0,2
TURISMO	9	1.847.212	1.385.409	0,2	1.269.316	951.987	0,1
Total	10195	1.213.016.059	697.005.432	100,0	859.657.390	486.529.753	100,0

A execução segue um perfil idêntico, com excepção do sector da agricultura e da energia, o primeiro com descida e o segundo com acréscimo de peso relativo.

As intervenções do Eixo III têm uma incidência maioritária, quer em termos absolutos quer em termos relativos no interior da Região, contribuindo para o atenuar das desigualdades entre estas duas sub-regiões.

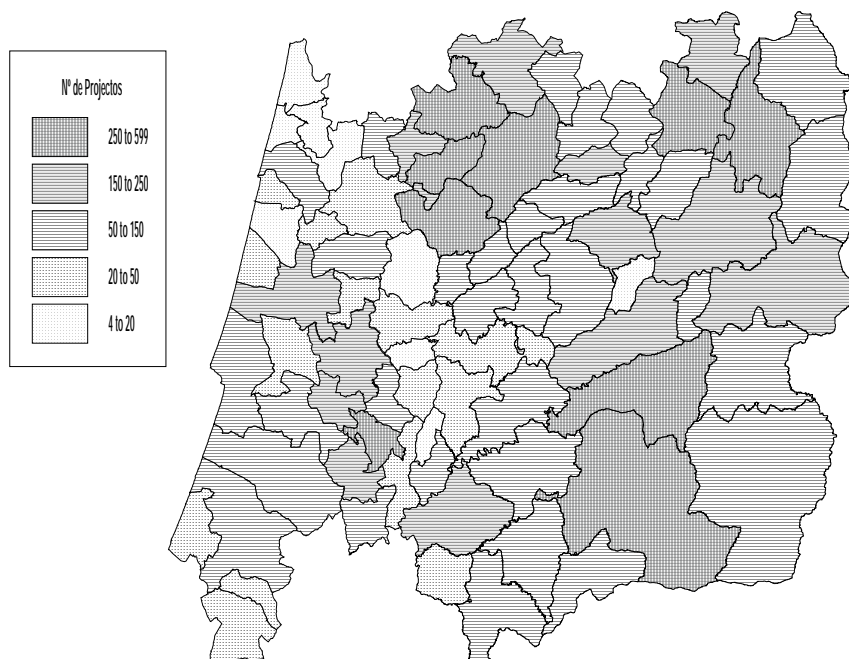
As áreas das Beiras Interior Norte e Sul, do Pinhal Interior Sul e da Serra da Estrela são as que, em termos relativos, absorvem maior volume de investimento aprovado. O peso do Pinhal Litoral deve-se, fundamentalmente, ao grande projecto de armazenagem de gás natural com uma área de influência mais ampla.

Distribuição geográfica das aprovações

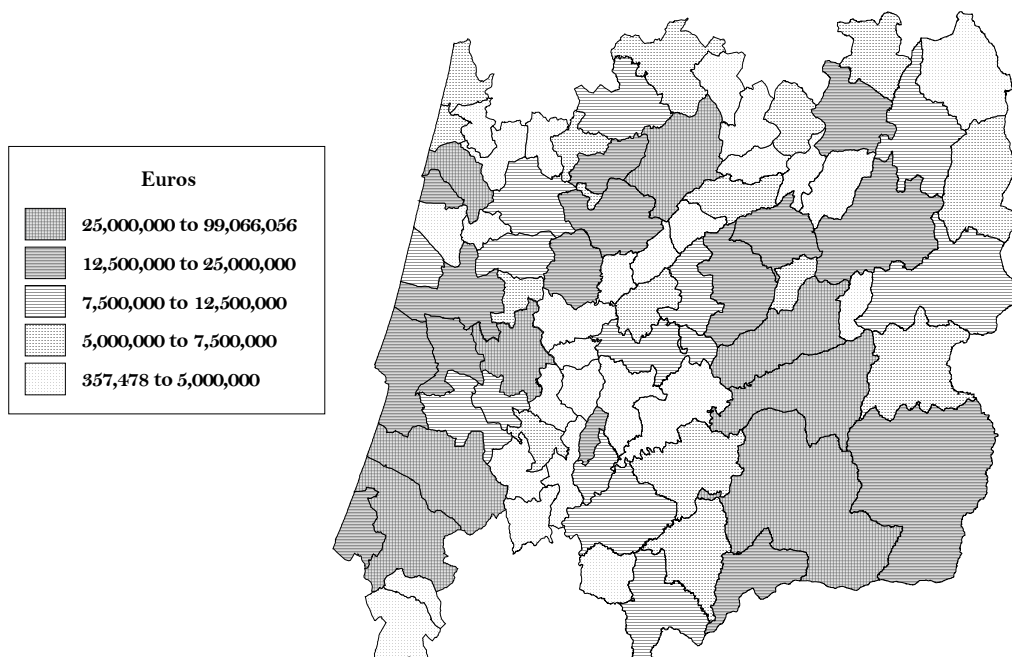
Unidade: Euros						
NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	421	127.389.359	123.482.737	68.061.753	10,03	331
Baixo Mondego	798	186.761.311	182.485.163	104.027.511	14,71	550
Pinhal Litoral	315	168.026.489	165.813.139	76.054.727	13,24	675
Pinhal Interior Norte	1.143	95.058.334	89.531.886	56.810.954	7,49	686
Dão-Lafões	2.868	157.365.794	137.587.924	87.185.812	12,40	551
Pinhal Interior Sul	598	32.788.620	28.724.232	19.272.725	2,58	731
Serra da Estrela	409	36.373.657	33.742.679	21.029.568	2,87	729
Beira Interior Norte	1.792	88.696.209	75.305.460	49.530.573	6,99	772
Beira Interior Sul	753	97.950.283	90.294.399	59.856.751	7,72	1.252
Cova da Beira	913	63.715.680	55.839.867	31.900.443	5,02	682
Não Regionalizável	144	215.348.509	215.093.794	112.088.621	16,96	
Litoral	1.534	482.177.159	471.781.039	248.143.990	37,98	495
Interior	8.476	571.948.577	511.026.446	325.586.827	45,05	710
Total da Medida	10.154	1.269.474.245	1.197.901.279	685.819.438	100,00	713

(*) Não inclui Projectos de Assistência Técnica

Eixo III - Número de projectos aprovados (31.12.2004)

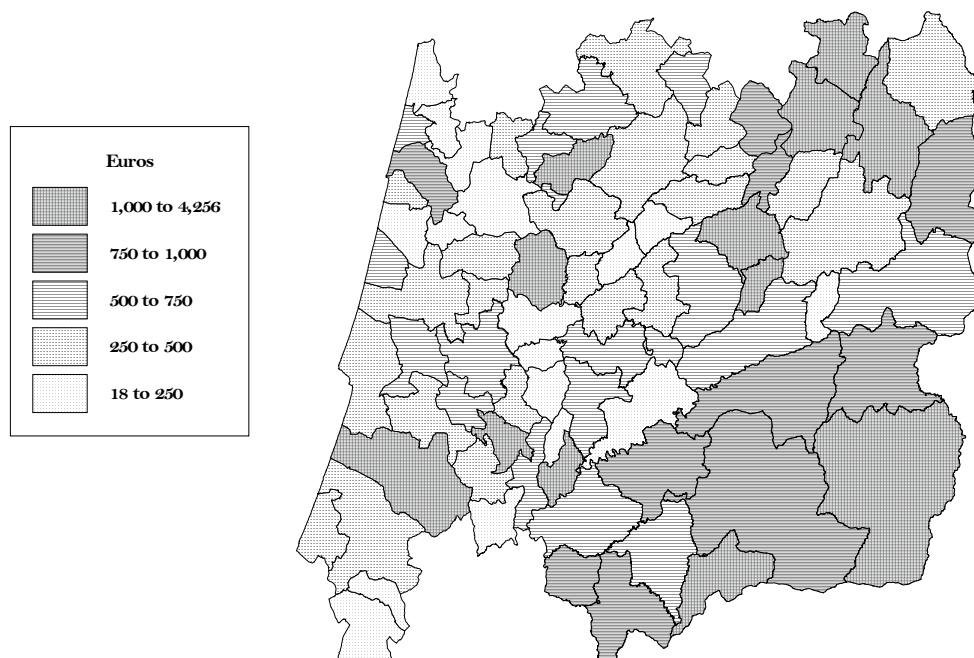


Eixo III - Custo total



Eixo III -Investimento aprovado por habitante

Eixo III - Investimento por habitante



No quadro seguinte é apresentado, por medida, uma síntese dos indicadores físicos previstos nos projectos aprovados e da execução no final do ano.

Na análise de cada uma das medidas esses indicadores estão mais desenvolvidos. Como nota positiva são de assinalar os resultados já obtidos nas medidas:

- 3.1. Educação (FEDER), com alguns dos objectivos previsto já ultrapassados;
- 3.2. Educação (FSE);
- 3.3. Promoção da empregabilidade e do emprego a nível local, nas acções de formação profissional e estágios;
- 3.10. Desporto;
- 3.11. Economia, em particular no que respeita aos objectivos em termos de rede de distribuição de gás;
- 3.12. Transportes, quer nas intervenções rodoviárias quer nos acessos aos portos;
- 3.13. Ambiente, especialmente nas intervenções na costa;
- 3.14. Agricultura, particularmente no que respeita aos projectos de apoio à pequena agricultura e nos de conservação do ambiente e recursos naturais;
- 3.15 e 3.16 - Pesca.

Medida/ /Linha de Acção	Indicador Físico	Unid.	Quantificação		
			Previsto 2006	Resultados	
				Proj. aprov.	Exec. (2004)
Educação- Infr.	Salas de educação pré-escolar construídas/ampliadas/remodeladas	nº	120	71	67
	Escolas do ensino básico construídas	nº	23	14	13
	Laboratórios criados em escolas do ensinos básico e secundário	nº	46	170	145
	Infra-estruturas desportivas criadas em escolas dos ensinos básico e secundário	nº	30	61	55
	Salas do ensino secundário e profissional criadas, remodel. e apetrech.	nº	80	161	70
E.Profissional	Nº formandos	nº	23400	19946	14 286
Prom. do Emp. e da Emp. Nível Local	Participações em medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) de desempregados não DLD por ano	nº	5 500	5749	5645
	Pessoas abrangidas no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego por ano (média anual)	nº	1160		998
Apoio ao Investimento no Desenv. local	Nº de projectos apoiados/ ano	nº	232		92
Ciência, T. e Inovação	Centros de ciência viva criados/beneficiados	nº	6	3	1
Soc. Informação	Redes Locais instaladas	n.º	280	280	109
Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)	Intervenções em centros de saúde e respectivas extensões	nº	46	26	17
	Intervenções em hospitalares, incluindo hospitais-de-dia	nº	17	12	12
Cultura	Castelos recuperados/valorizados	nº	10	5	3
	Edifícios de interesse patrimonial intervencionados	nº	5	7	4
Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	m2	50000	312 702	304 295
	Intervenções em equipamentos desportivos	nº	18	19	15
Economia	Mercados Locais de interesse relevante reestruturados	nº	2	2	1
	Mercados abastecedores regionais – a criar	nº	1	1	
	Pousadas da juventude remodeladas	nº	2	3	3
	Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária)	km	470	704	687
	Capacidade de armazenagem de gás natural	10 6 m3	140	140	
Acessibilidades e Transportes	Rede de estradas construídas ou requalificadas	km	220	165	95
	Acessos ferroviários aos portos	km	1,2	3,2	3,2
	Rede de estradas beneficiada	km		864	547
Ambiente	Extensão de costa intervencionada	km	12	11.8	11.3
	Estruturas de monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)	nº	12	13	12
	Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano	nº	4	7	6

Medida/ /Linha de Acção	Indicador Físico	Unid.	Resultados		
			Previsto 2006	Proj. aprov.	
				Proj. aprov.	Exec. (2004)
Agricultura R1	Projectos aprovados	nº	8565	7069	5393
Agricultura R2	Projectos para criação e modernização de unidades produtivas	nº	75	78	43
	Projectos de incentivos a produtos de qualidade	nº	8	7	
Agricultura R3	Organizações de produtores florestais constituídas	nº	57	39	1
	Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	nº	16	5	
Agricultura R4	Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura	nº	40	47	18
Agricultura R5	Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais	nº	142	122	23
	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	nº	8700	11 198	1369
	Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	ha	4800	8026	477
	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais	km	410	345	37
	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega	nº	22	14	
	Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	nº	5360	14765	
	Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	ha	14000	44216	
	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega	km	30	33	
Agricultura R6	Projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	178	187	60
	Rede viária nova ou beneficiada	km	810	387	116
	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	8600	10646	3480
	Projectos de electrificação	nº	599	557	212
	Linhas de média tensão instaladas	km	700	284	96
	Linhas de baixa tensão instaladas	km	600	375	106
Agricultura R7	Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais	nº	339	335	87
	Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais	nº	269	209	165
Pescas e aquicultura	Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca	nº	5	5	5
	projectos colectivos de apoio à aquicultura	n.º	2	2	1
	projectos de equipamentos de portos de pesca	n.º	5	5	5
	Projecto para a promoção do desenvolvimento da qualidade e normalização dos produtos da pesca	nº	2	8	6

2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários

Até ao final de 2004, das 223 candidaturas entradas, foram analisadas em Unidade de Gestão 128, tendo obtido parecer favorável deste órgão 115 projectos relativos ao ensino Básico, Secundário, Profissional e Pré-escolar.

As 95 candidaturas por analisar no final do ano dizem respeito ao ensino pré-escolar. Na sequência do reforço financeiro da Medida, foi aberta uma fase de candidatura para financiamento de infra-estruturas e equipamentos para a educação pré-escolar, candidaturas a apresentar pelos municípios da região, até 30 de Novembro de 2004. Foi iniciada a respectiva análise técnica e serão decididas durante o ano de 2005.

Deu-se continuidade à recepção, análise e decisão de candidaturas e reprogramações de candidaturas já aprovadas, apresentadas pela Direcção Regional de Educação do Centro, no âmbito do Ensino Básico e Secundário. Foram assim, analisadas e propostas a decisão, em 2004, 6 candidaturas da Direcção Regional de Educação do Centro (1 substituição, 1 ampliação e 4 pavilhões desportivos).

Relativamente ao ensino básico e secundário, do sector particular e cooperativo e ensino profissional, não se verificou, durante o ano de 2004, qualquer concurso para novas candidaturas.

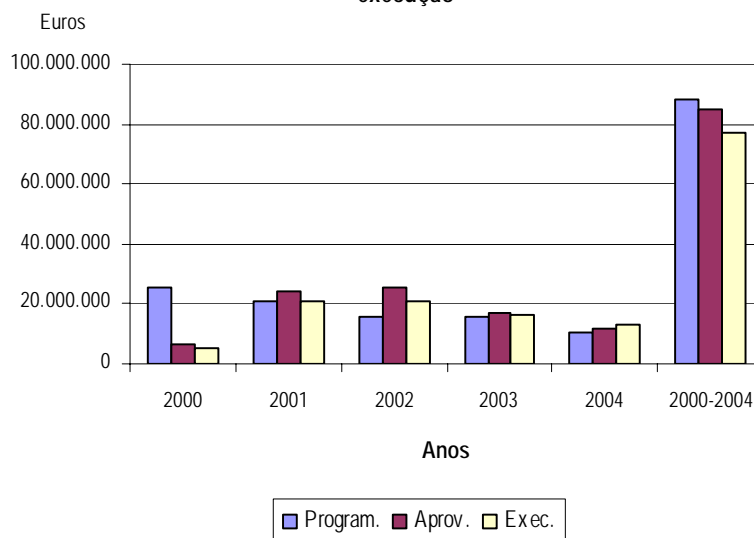
As candidaturas aprovadas até final do ano (114) representam em termos de compromisso 81 % do total programado e, relativamente ao programado para 2000 a 2004 um total de 96%.

A execução financeira do ano 2004 ultrapassa o valor programado para esse ano, atingindo-se no final de 2004 uma taxa de execução/programação para o período 2000-2004 de 87%.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc/Prog	Exec/A
2000	25.594.648	19.773.998	6.319.555	4.739.666	5.331.855	3.998.891	24,7	20,8	84,4
2001	20.948.599	16.374.999	24.155.738	18.000.110	21.200.501	15.900.375	115,3	101,2	87,8
2002	15.662.522	11.966.000	25.370.833	17.678.084	20.935.219	15.445.162	162,0	133,7	82,5
2003	15.399.451	11.577.911	17.169.713	12.401.574	16.576.912	11.934.128	111,5	107,6	96,5
2004	10.629.088	6.611.741	11.731.909	8.689.804	12.771.215	9.180.399	110,4	120,2	108,9
2000-2004	88.234.308	66.304.649	84.747.747	61.509.238	76.815.703	56.458.956	96,0	87,1	90,6
Total (2000-2006)	108.757.642	81.567.997	87.916.747	63.885.988	76.815.703	56.458.956	80,8	70,6	87,4

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 56 dizem respeito ao Ensino Básico e Secundário, o que representa cerca de 90% do total do investimento aprovado.

Unidade: Euros

Tipologia	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2004)	
		D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Básico/Secundário	56	78.984.665	58.250.649	89,8	71.568.644	52.901.971
Pré-escolar	36	3.600.621	2.583.772	4,1	3.254.163	2.326.043
Profissional	22	5.331.461	3.051.567	6,1	1.992.896	1.230.943
Total	114	87.916.747	63.885.988	100,0	76.815.703	56.458.956

As intervenções no sector da Educação (Infra-estruturas) têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos (representam dois terço acima do investimento por habitante quando comparado com o Litoral). As regiões do Pinhal, da Raia e do Baixo Mondego são as que mais beneficiam com estas intervenções.

Unidade: Euros

	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por habitante
Baixo Vouga	18	14.864.154	14.864.154	11.006.971	16,91	39
Baixo Mondego	28	19.782.199	19.782.199	14.094.433	22,50	58
Pinhal Litoral	12	2.259.908	2.259.908	1.503.251	2,57	9
Pinhal Interior Norte	12	17.402.217	17.402.217	12.865.543	19,79	126
Dão-Lafões	19	10.782.393	10.782.393	7.736.199	12,26	38
Pinhal Interior Sul	4	7.019.940	7.019.940	5.232.215	7,98	157
Serra da Estrela	4	1.487.868	1.487.868	924.505	1,69	30
Beira Interior Norte	6	5.865.907	5.865.907	4.370.800	6,67	51
Beira Interior Sul	4	4.329.070	4.329.070	3.246.803	4,92	55
Cova da Beira	4	2.722.668	2.722.668	1.854.952	3,10	29
Não Reginalizável	3	1.400.422	1.400.422	1.050.316	1,59	
Litoral	58	36.906.261	36.906.261	26.604.654	41,98	38
Interior	53	49.610.063	49.610.063	36.231.017	56,43	62
Total da Medida	114	87.916.747	87.916.747	63.885.988	100,00	49

Na vertente do ensino básico e secundário para além da construção e remodelação de escolas, é de realçar o apoio a infra-estruturas desportivas e a remodelação de laboratórios, que irão contribuir para uma melhoria da qualidade de ensino. No ensino pré-escolar estão aprovados projectos que abrangem 71 salas para este nível de ensino. As intervenções no ensino profissional abrangem construção, remodelação e apetrechamento de equipamentos em 14 estabelecimentos de ensino.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
- Salas novas/ampliadas de educação pré-escolar.	nº	120	71	67
- Novas escolas de ensino básico.	nº	23	14	13
Escolas de ensino básico remodeladas/ampliadas	nº		14	12
- Laboratórios em escolas de ensino básico ou secundário.	nº	46	170	145
- Infraestruturas desportivas no ensino básico e secundário.	nº	30	61	55
- Salas de ensino secundário e profissional remodeladas e/ou apetrechadas.	nº	80	161	70
Salas de ensino básico			258	243

Nº de Alunos abrangidos por intervenções aprovadas



A população escolar abrangida pelas várias intervenções reparte-se, de acordo com o nível de ensino, por: 28590 alunos do ensino básico, 12485 do ensino secundário e profissional e 1775 do ensino pré-escolar.

A maior incidência, em termos absolutos e relativos, corresponde ao ensino básico -2º e 3º ciclo, seguida do ensino secundário e profissional e, por último, do pré-escolar (24%, 19% e 4% da população em cada nível de ensino, respectivamente).

3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional

Com esta medida pretende-se consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível, tendo, no entanto, presente a evolução dessas mesmas necessidades de desenvolvimento regional no decurso do período de 2000-2006.

As Escolas Profissionais, tendo resultado de parcerias estabelecidas ao nível local e regional têm revelado uma capacidade efectiva de preparar recursos humanos de modo orientado para a satisfação das necessidades de desenvolvimento regional e das empresas com implantação local.

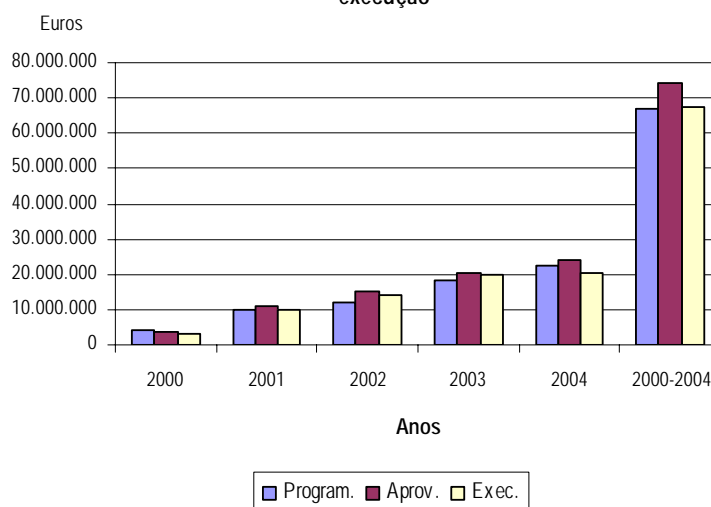
Tal como previsto o montante destinado ao financiamento dos Cursos Profissionais no âmbito deste Programa Operacional crescerá anualmente, procurando-se nessa medida corresponder à consolidação dos Cursos já existentes ao nível da Região e cujo contributo para o respectivo desenvolvimento seja objecto de reconhecimento por parte dos outros parceiros e sectores. É neste contexto que no ano 2004 foram apreciadas 25 candidaturas de Escolas Profissionais, que acumuladas às apreciadas nos anos anteriores perfazem um total de 103, todas com parecer favorável da Unidade de Gestão.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	4.347.000	2.497.000	3.641.093	2.093.628	3.021.908	1.737.597	83,8	69,5	83,0
2001	9.979.999	5.733.000	11.237.489	6.461.556	9.917.961	5.702.828	112,6	99,4	88,3
2002	11.905.810	6.839.360	15.074.672	8.667.937	14.339.515	8.245.221	126,6	120,4	95,1
2003	18.396.278	10.577.860	20.326.546	11.687.764	19.971.868	11.483.824	110,5	108,6	98,3
2004	22.553.740	12.973.000	24.018.750	13.810.781	20.314.920	11.681.079	106,5	90,1	84,6
2000-2004	67.182.827	38.620.220	74.298.550	42.721.666	67.566.173	38.850.549	110,6	100,6	90,9
Total (2000-2006)	115.003.816	66.127.063	89.529.503	51.479.464	67.566.173	38.850.549	77,8	58,8	75,5

Os projectos aprovados e homologados correspondem a 89 530 mil Euros, em termos de despesa pública, acima em 10% ao programado para estes quatro primeiros anos. A execução atingida até final de 2004 é da ordem dos 101% do valor programado.

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções no Ensino Profissional têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos, contribuindo para uma melhor distribuição de recursos humanos com nível de qualificação média.

Unidade: Euros

	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	10	5.063.216	4.986.373	2.867.165	5,56	13
Baixo Mondego	22	17.012.800	16.420.791	9.441.955	18,67	50
Pinhal Litoral	7	7.944.837	7.762.449	4.463.408	8,72	32
Pinhal Interior Norte	19	20.500.145	20.271.287	11.655.990	22,50	148
Dão-Lafões	12	10.398.989	10.283.566	5.913.050	11,41	36
Pinhal Interior Sul	3	1.570.087	1.562.611	898.502	1,72	35
Serra da Estrela	4	2.267.405	2.204.279	1.267.460	2,49	45
Beira Interior Norte	7	6.153.542	6.118.826	3.518.325	6,75	54
Beira Interior Sul	4	1.873.183	1.824.788	1.049.253	2,06	24
Cova da Beira	10	12.084.933	11.906.569	6.846.277	13,26	129
Não Regionalizável	5	6.242.643	6.187.965	3.558.080	6,85	
Litoral	39	30.020.853	29.169.613	16.772.528	32,95	31
Interior	59	54.848.284	54.171.925	31.148.857	60,20	68
Total da Medida	103	91.111.780	89.529.503	51.479.464	100,00	51

O número de formandos abrangidos, nos cinco anos lectivos, foi na ordem dos 18 933 alunos, ritmo compatível com o previsto (23 400 até final de 2006). Destes cerca de 56% são homens

Indicador	Unidade	Quantificação					
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)				
			Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005
Formandos abrangidos (H)	nº		1.300	1.726	2.296	2.600	2.591
Formandos abrangidos (M)	nº		929	1.383	1.933	2.119	2.056
Formandos abrangidos (Total)	nº	23.400	2.229	3.109	4.229	4.719	4.647

Dos finalistas dos anos lectivos 2000/2001 a 2003/2004, 3 136 atingiram o nível de qualificação III (49.6% homens e 50.4% mulheres). Este valor indica que se irão cumprir os resultados previstos (5 070 até final de 2006).

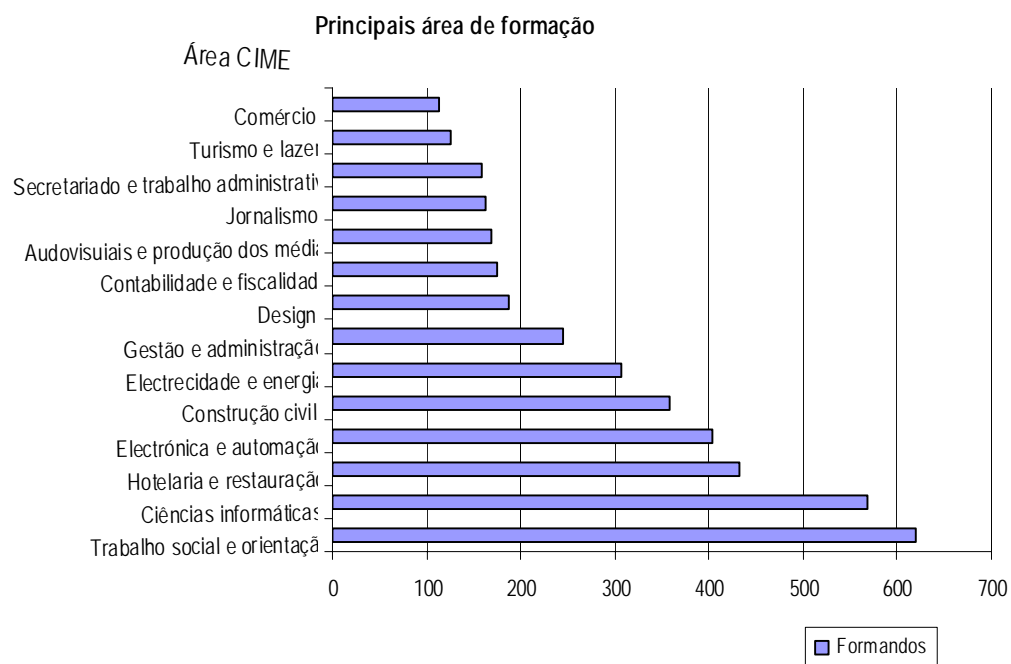
Indicador	Unidade	Quantificação				
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)			
			Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004
Nº de beneficiários que concluíram o E P com qualificação nível III	nº	5.070	548	671	961	956
	H		285	333	464	475
	M		263	338	497	481

Das as características destas acções de formação a maioria das pessoas abrangidas encontram-se no escalão etário dos 15 aos 19 anos de idade, e ingressam nos cursos com o ensino básico.

Nº de Formandos abrangidos por idade (%)	Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005
<15	0,81	0,5	5,4	2,7	2,6
15-19	77,30	75,9	84,1	85,4	85,6
20-24	20,86	22,7	9,9	11,2	11,1
25-34	1,03	0,9	0,5	0,7	0,6
35-44	0,00	0,0	0,0	0,1	0,0
Total	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0

Nº de Formandos abrangidos por Habilitações (%)	Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005
Ensino Básico 2º ciclo - (6º ano)	2,1	1,5	1,5	1,1	0,0
3º ciclo - (9º ano)	97,6	98,5	98,4	98,7	99,8
Ensino Secundário	0,3	0,0	0,1	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O gráfico seguinte indica quais as principais áreas de formação dos alunos do ano lectivo 2004/2005, as quais representam cerca de 87% do total.



É, ainda, de referir que as áreas das tecnologias de informação e comunicação e do ambiente representam cerca de 10% do total do volume de formação.

Volume de formação (horas*formandos)	Ano lectivo 2000/2001	%	Ano lectivo 2001/2002	%	Ano lectivo 2002/2003	%	Ano lectivo 2003/2004	%	Ano lectivo 2004/2005	%
TIC	172.342	7	360.816	10	418.761	9	467.973	9	171.706	9
Ambiente	19.366	1	26.068	1	31.229	1	30.432	1	10.552	1
Total	2.619.260	100	3.445.131	100	4.742.819	100	5.129.052	100	1.861.051	100

Numa análise da empregabilidade dos diplomados das Escolas Profissionais da Região Centro, de acordo com estudo realizado pela empresa CESO I&D- Consultoria e Estudos em 2004, tendo como base dois anos lectivos consecutivos 2001/2002 e 2002/2003, verifica-se o seguinte:

Região	Desempregado		Empresário		Trabalhador		Estudante		Outra(SMO, Formação, Estágios)	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
1Mês										
2001/2002	215	47,0	3	0,6	88	19,3	117	25,6	32	7,1
2002/2003	120	52,9	1	0,4	43	18,9	52	22,9	15	6,5
6 Meses										
2001/2002	125	27,3	5	1,1	181	39,6	127	27,8	24	5,3
2002/2003	73	32,3	2	0,9	91	40,1	57	25,1	10	4,2
1Ano										
2001/2002	55	12,0	6	1,3	253	55,4	138	30,2	21	4,6
2002/2003	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Inquérito aos Diplomados do Ensino Profissional do Ano Lectivo 2001/2002 e 2002/2003, CESO I&D, 2004

Considerando a empregabilidade num sentido lato, diplomados empresários e empregados, e procedendo a uma análise por áreas de formação, verifica-se que os diplomados nas áreas Agro-alimentar, Informática, Património Cultural, Produção Artística, Artes Gráficas e Artes do Espectáculo são os que evidenciam maiores dificuldades na obtenção de emprego, com menores níveis de integração no mercado de trabalho, em ambos os anos lectivos.

Em oposição, os diplomados nas áreas da Metalomecânica, Construção Civil, Intervenção Pessoal e Social e Hotelaria e Turismo parecem ter maior facilidade na colocação profissional, com principal relevância nos diplomados do sexo masculino.

Relativamente ao tempo de espera do 1º Emprego, e comparando a Região Centro com os valores nacionais, constata-se que não existem diferenças percentuais a assinalar.

Região	1 Mês		2 Meses		3 a 5 Meses		6 a 11 Meses		12 ou mais meses	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Centro										
2001/2002	88	29,6	41	13,8	75	25,3	45	15,2	48	16,2
2002/2003	43	31,7	22	15,8	26	19,4	45	33,1		
Total										
2001/2002	336	28,6	148	12,6	293	25,0	204	17,4	193	16,4
2002/2003	179	29,6	76	12,6	138	22,8	211	35,0		

Fonte: Inquérito aos Diplomados do Ensino Profissional do Ano Lectivo 2001/2002 e 2002/2003, CESO I&D, 2004

A este nível de análise verifica-se, igualmente, que as áreas de formação onde se verificou uma mais rápida integração no mercado de trabalho foram a Metalomecânica, a Electricidade e Electrónica e a Construção Civil, tendo como contraponto a Informação, Comunicação e Documentação, o Ambiente e Recursos Naturais, a Química, a Agro-Alimentar e a Administração, Serviços e Comércio como as áreas com um maior desfasamento entre a conclusão do curso e a integração no mercado de trabalho.

Numa apreciação global, embora se verifiquem algumas situações de desemprego, a que não é alheia a conjuntura económica nacional, verifica-se que a maioria dos diplomados das Escolas Profissionais dos anos lectivos 2001/2002 e 2002/2003, da Região Centro, se encontram a trabalhar por conta de outrem, como independente ou para familiares.

4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local

O contexto sócio-económico da Região, no que respeita ao mercado de emprego, sofreu algumas alterações significativas que importa referir, dada a sua importância para esta medida.

O desemprego, que em 2003 havia crescido 18,5%, registou em 2004 um aumento de apenas 3%.

Foram as subregiões (NUT'S III) da Cova da Beira e Pinhal Litoral que registaram maior crescimento do desemprego, com destaque para os concelhos da Covilhã (+14,2%) e Porto de Mós (+17,7%).

Outros concelhos da região registaram taxas elevadas de crescimento do desemprego, conforme se pode observar no quadro seguinte:

NUT'S	Variações 2003/2004 %	CONCELHOS	Variações 2003/2004 %
Baixo Vouga	2,8	· Sever do Vouga	37,4
		· Águeda	8,0
Baixo Mondego	4,7	· Cantanhede	10,3
		· Condeixa	12,3
		· Mira	15,7
Pinhal Litoral	6,0	· Porto de Mós	17,7
		· Marinha Grande	7,3
Pinhal Int. Norte	1,6	· Arganil	12,9
		· Penela	11,3
Pinhal Int. Sul	2,6	· Sertã	7,9
Dão-Lafões	- 0,8	· Stª Comba Dão	7,9
		· Penalva do Castelo	7,4
Serra da Estrela	- 0,14	· Gouveia	5,0
Cova da Beira	10,6	· Covilhã	14,2
Beira I. Norte	-2,0	· Fig. C. Rodrigo	26,3
Beira I. Sul	3,2	· V.V.Rodão	8,0
		· Penamacor	13,7

Grupos profissionais ligados às áreas do comércio e serviços, construção civil e operadores de máquinas foram os mais penalizados no ano de 2004, concentrando-se nestes grupos 78% do crescimento do desemprego.

CNP	Descrição	Taxas de crescimento (2003/2004)
3.1.	Técnicos e Profissionais de nível intermédio	8,6%
5.1.	Pessoal dos serviços directos e particulares	9,1%
7.1.	Trabalhadores da Indústria extractiva e construção civil	16,4%
.3.	Operadores de máquinas e trab. de montagem	76,7%

Observando a estrutura do desemprego e o seu crescimento em 2004, sobressai o seguinte:

- crescimento do desemprego adulto (+4%)
- diminuição do desemprego jovem (-2,0%)
- crescimento do desemprego de longa duração (+7,6%)
- crescimento do desemprego nos grupos pouco escolarizados (6 a 9 anos) - (+7,2%)
- contribuindo este facto para o reforço do peso relativo (36,2%)
- deste grupo no contexto do desemprego total.
- concentração de 75% do desemprego em públicos com escolaridade igual ou inferior ao 9º ano
- 63% do desemprego é de curto prazo (1 ano)
- 90% dos desempregados procuram novo emprego
- 83% têm idade superior a 25 anos
- 59,5% são mulheres

É neste contexto de acréscimo da taxa de desemprego, que no 4º período de candidaturas, acções a iniciarem-se a partir de Janeiro de 2004, foram apresentados 234 projectos, +38,5% que no ano anterior, às diferentes tipologias de acções de formação profissional propondo-se abranger 8.689 formandos e solicitando um financiamento total de 75.436 mil euros.

Com esta candidatura o n.º de projectos acumulados no período de 2000/2004 ascende a 755 e o financiamento total solicitado ultrapassa os 227 milhões de euros, (227. 569 mil euros).

O quadro seguinte dá conta da estrutura de distribuição dos projectos pelas diferentes tipologias, na sua dimensão física e financeira, referente a 2004 e ao período 2000/2004.

Acção-Tipo	2004		2000/2004	
	N.º de Projectos (%)	Valor (%)	N.º de Projectos (%)	Valor (%)
3311	14,5	14,9	11,5	12,4
3312	41,5	55,2	45,3	53,8
3313	17,9	10,1	19,3	10,3
3314	26,1	19,7	23,0	20,1
3315		0,6	0,8	3,3
Total (%)	100	100	100	100

No ano de 2004, 60% dos projectos candidatos dirigiram-se à qualificação, reconversão e actualização de desempregados (3312 e 3313) e representaram, neste universo, um acréscimo de 20% relativamente ao ano anterior.

No período 2000/2004, 64% das candidaturas incidiram nestas tipologias.

A formação dirigida a especialização profissional de quadros superiores (3314) e em particular de públicos detentores de habilitações académicas mais elevadas, bacharéis e licenciados, tem assumido uma importância crescente no contexto global dos projectos apresentados. Em 2004 estes projectos representaram 26% do total desse ano e no período 2000/2004 o seu peso relativo foi de 23%.

Quanto à formação dirigida à qualificação profissional com progressão escolar (3311), a sua expressão quantitativa reportada ao período 2000/2004 situa-se, em termos médios, em 11,5% do total dos projectos apresentados.

A esta estrutura e dimensão física corresponde uma tendência equivalente em matéria financeira. No período 2000/2004, 64% do valor das candidaturas incidu no conjunto “3312 + 3313”, 20% na tipologia 3314 e 12,4% na tipologia 3311.

Tem-se assistido ao longo dos anos a um crescimento sistemático do número de candidaturas, mas em 2004 registou-se a maior taxa de crescimento. Os 234 projectos representaram um crescimento de 38,5% relativamente ao ano anterior e do ponto de vista financeiro este acréscimo foi de 40,3 %.

A esta pressão de procura, e face a expectativa de reforço financeiro da Medida, a gestão respondeu com uma aprovação apreciável de projectos (36,3%) que se traduziu num acréscimo físico relativamente a 2003 de 63,5%. Em 2004 foram aprovados 85 projectos contra 52 em 2003.

Os recursos médios afectos a cada projecto foram mais reduzidos o que permitiu que globalmente não se ultrapassasse os valores aprovados em 2003.

Em termos totais e para o período 2000/2004, de acordo com os registos estatísticos aprovaram-se 36,2% dos projectos apresentados correspondendo isso a 30,4% do financiamento solicitado. Tiveram de se usar apertados critérios de racionalidade económica e técnica na administração dos recursos disponíveis, procurando com isso maximizar os resultados, alcançar os objectivos da Medida e melhor contribuir para as metas do PNE.

Mantiveram-se na avaliação os critérios da matriz referencial de análise, privilegiaram-se as candidaturas das entidades que ofereciam melhores condições técnico pedagógicas ao nível dos recursos e continham maiores índices de empregabilidade ao nível do projecto.

Assim, as candidaturas da Rede de Formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, moldadas nas suas ligações aos Centros de Emprego e ao tecido empresarial e Sindical através dos seus representantes associativos nos Conselhos Consultivos dos Centros de formação, apresentavam-se como portadores de propostas com um elevado grau de aderência às necessidades do mercado.

Também a rede associativa empresarial que criou e desenvolveu estruturas próprias de formação, e a rede de Centros Protocolares que tem na sua criação e gestão as associações sectoriais se constituíram como parceiros prioritários na gestão dos recursos do FSE.

Os centros de “ interface” entre a Universidade e o tecido empresarial e outras entidades públicas e privadas com propostas que contribuíssem para o reforço de qualificações dos desempregados em áreas técnicas e de serviços prioritárias foram outros tantos parceiros, indispensáveis na boa aplicação dos fundos.

Em todos os projectos aprovados houve preocupação em ver garantida a satisfação de outros critérios de prioridade através da inclusão de matérias que respondessem às preocupações da política ambiental, da igualdade de oportunidades e do combate à infoexclusão.

A Medida 3.3 registou em 2004 um desempenho financeiro de 95,6% e um bom desempenho no período 2000/2004. Com o encerramento do ano 2004, ficaram executados 98,7% do orçamento da Medida para aquele período e 66,5% do orçamento total. Para este resultado contribuíram de forma diversa as diferentes tipologias que a Medida integra: formação, estágios profissionais e apoios ao emprego.

As candidaturas aprovadas até final do ano, excluindo as desistências, acrescidas do valor dos contratos programa para o período 2000-2003 representam cerca de 96% do total programado para esse período.

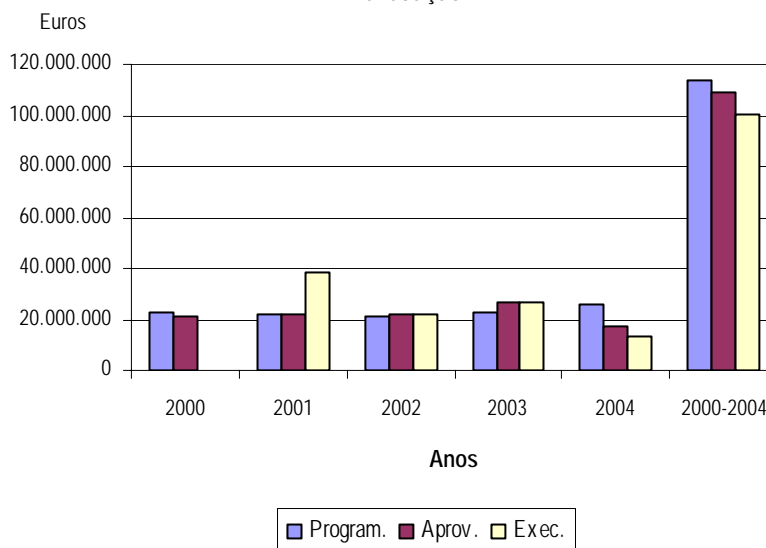
A execução do ano ficou pelos 51% do valor programado e no final desse ano pelos 88% do valor previsto para 2000 a 2004. Este aparente decréscimo na execução financeira ficou-se a dever à conclusão tardia do processo de assinatura dos Contratos Programa, o que veio a acontecer somente em Fevereiro de 2005, impedindo que no ano de 2004 fosse contabilizada essa execução.

Se tivermos em conta a despesa entretanto apresentada nos contratos programa e realizada em 2004, a taxa de execução do período 2000-2004 ficaria pelos 98% do valor programado.

Unidade: euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	22.707.983	14.190.035	21.494.664	13.434.165	0	0	94,7	0,0	0,0
2001	21.701.966	13.561.383	21.689.585	13.555.990	38.242.148	23.901.341	99,9	176,2	176,3
2002	20.888.489	13.053.048	21.668.583	13.542.865	22.003.853	13.752.405	103,7	105,3	101,5
2003	22.679.978	14.172.535	26.772.670	16.732.919	26.731.074	16.706.580	118,0	117,9	99,8
2004	25.926.758	16.207.187	17.383.303	10.864.564	13.246.888	8.279.305	67,0	51,1	76,2
2000-2004	113.905.174	71.184.188	109.008.805	68.130.503	100.223.963	62.639.631	95,7	88,0	91,9
Total (2000-2006)	169.058.988	105.661.867	111.289.195	69.555.747	100.223.963	62.639.631	65,8	59,3	90,1

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As acções de formação incidiram em grande maioria em acções dirigidas à qualificação e reconversão profissional dos desempregados (acção tipo 3312).

Duas outras tipologias de acções – Estágios Profissionais e Apoios ao Emprego – completaram o quadro da medida 3.3, com 45% do total aprovado.

Unidade: euros

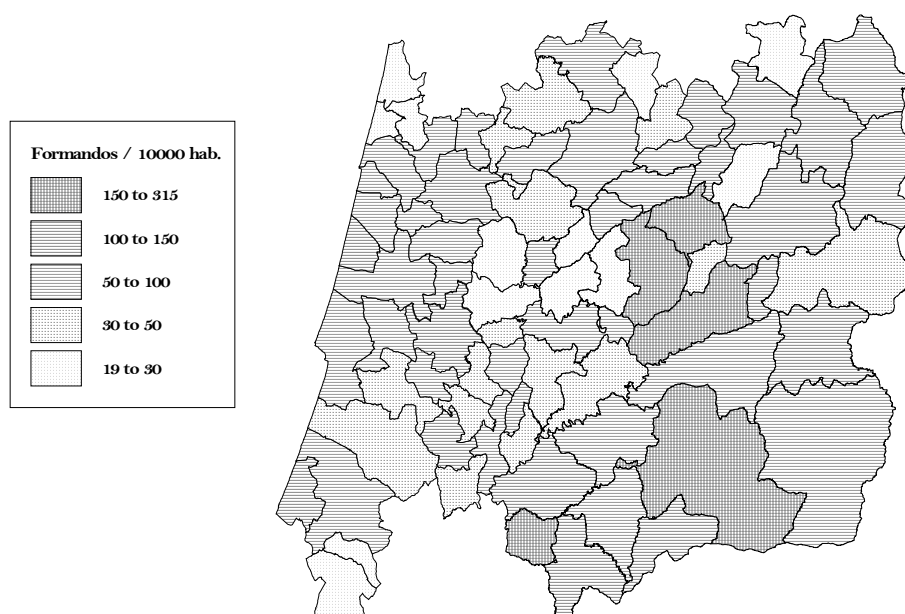
Tipologia de Acção	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2004)	
		D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo
3.3.1.1 Qualificação Profissional com Progressão Escolar	43	7.993.067	4.995.667	7,2	6.449.914	4.031.196
3.3.1.2 Qualificação e Reconversão Profissional	132	38.070.435	23.794.022	34,2	34.433.059	21.520.662
3.3.1.3 Aperfeiçoamento Profissional	45	3.009.730	1.881.081	2,7	2.636.700	1.647.938
3.3.1.4 Especialização Profissional de Quadros Superiores	56	6.395.813	3.997.383	5,7	4.841.551	3.025.970
3.3.1.5 Formação Emprego	4	5.717.151	3.573.219	5,1	5.717.151	3.573.219
3.3.1.6 Estágios Profissionais (*)		28.988.000	18.117.500	26,0	26.144.279	16.339.831
3.3.2 Apoio à criação de Emprego (*)		21.115.000	13.196.875	19,0	20.001.309	12.500.816
Total	280	111.289.195	69.555.747	100	100.223.963	62.639.631

(*) Valor do contrato-programa para o período 2000-2003

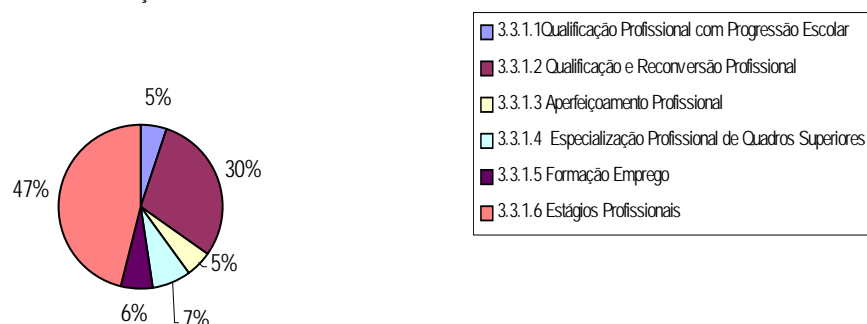
Mais do que a incidência territorial do investimento aprovado importa analisar a distribuição dos formandos pela Região. Os dados disponíveis dizem respeito às acções de formação (Acção tipo 3.3.1.1 a 3.3.1.5), podendo-se concluir que a maioria se concentra no interior, com realce para algumas das sub-regiões com crises da indústria como é o caso da Serra da Estrela.

NUT III	Nº Formandos	Incidência	
		% formandos	% População
Baixo Vouga	2526	16,62	21,66
Baixo Mondego	3364	22,14	19,09
Pinhal Litoral	1451	9,55	13,99
Pinhal Interior Norte	747	4,92	7,79
Dão-Lafões	1894	12,46	16,05
Pinhal Interior Sul	488	3,21	2,52
Serra da Estrela	1361	8,96	2,80
Beira Interior Norte	942	6,20	6,45
Beira Interior Sul	1122	7,38	4,40
Cova da Beira	1301	8,56	5,25
Litoral	7.341	48,31	54,73
Interior	7.855	51,69	45,27
Total	15.196	100,00	100,00

Eixo III - Formandos por habitante



Nº de Formandos abrangidos por tipologia de acção



O nível de execução física atingida em 2000 a 2004, relativo aos desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios), é cerca de 5645 formandos/ano, sendo o objectivo da medida atingir cerca de 5 500. A maioria das intervenções foram dirigidas às mulheres (cerca de 68% do total), grupo mais representativo no desemprego regional .

Nº de Formandos abrangidos por tipologia	2000			2001			2002			2003			2004		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
3.3.1.1 Q.Prof. com Prog. Escolar	18	61	79	31	175	206	55	262	317	66	397	463	47	350	397
3.3.1.2 Q. e Reconversão Prof.	691	1.367	2.058	391	758	1.149	544	856	1.400	715	1.182	1.897	752	1.108	1.860
3.3.1.3 Aperf.Profissional	35	61	96	36	128	164	97	152	249	98	230	328	219	422	641
3.3.1.4 Espec.Prof. de Quad. Sup.	0	0	0	112	175	287	136	358	494	191	420	611	219	491	710
3.3.1.5 Formação Emprego	155	977	1.132	81	543	624	7	42	49	0	0	0	0	0	0
3.3.1.6 Estág.Prof.	1.179	2.110	3.289	853	1.841	2.694	598	1.284	1.882	787	1.667	2.454	877	1.820	2.697
Total	2.078	4.576	6.654	1.504	3.620	5.124	1.437	2.954	4.391	1.857	3.896	5.753	2.114	4.191	6.305

Nas Medidas de apoio ao emprego foram abrangidas 4 988 pessoas com uma expressão idêntica para as mulheres e homens, concorrendo para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no que respeita à presença no mundo empresarial (micro-empresas). Ter-se-á atingido na ordem dos 86% o objectivo da Medida.

Nº de Formandos abrangidos por tipologia	2000			2001			2002			2003			2004		
	H	M	Tot.	H	M	Tot.	H	M	Tot.	H	M	Tot.	H	M	Tot.
Criação do Próprio emprego por benef das prest. desemp.	283	145	428	281	155	436	177	106	283	158	111	269	75	50	125
Apoios à criação do próprio emprego	29	60	89	12	14	26		1	1	0	2	2			0
Iniciativas Locais de Emprego	136	152	288	117	134	251	202	195	397	274	282	556	216	221	437
Apoios à contratação e conversão de contratos a termo para sem termo	141	303	444	149	185	334	57	204	261	62	120	182	67	112	179
Total	589	660	1249	559	488	1.047	436	506	942	494	515	1009	358	383	741

As pessoas abrangidas pelas diversas tipologias de acções, formação, estágios e criação de emprego, concentram-se nos desempregados de com menos de um ano e à procura do primeiro emprego. Esta distribuição resulta do peso das acções 3.3.1.6- estágios profissionais, dirigida ao primeiro emprego (com 85% de pessoas à procura do primeiro emprego) e da acção 3.3.1.2 (com 87% de desempregados há menos de um ano no total das pessoas abrangidas).

					%
Anos/Pessoas abrangidas	À proc 1º Emp.	À proc. novo Emprego			Total
		Não DLD	DLD	total	
2000	3.168	3.971	759	4.730	7.903
2001	3.164	2.469	536	3.005	6.171
2002	2.088	2.552	688	3.240	5.333
2003	2.596	3.153	969	4.122	6.762
2004	2.809	3.339	898	4.237	7.046
Total	13.825	15.484	3.850	19.334	33.215

As acções de formação (medidas 3.3.1.1 a 3.3.1.5) concentraram-se no grupo dos 20 aos 44 anos de idade. Atendendo a que os estágios profissionais são dirigidos a jovens com idades compreendidas entre os 16 e 30 anos de idade o grupo mais jovem é reforçado.

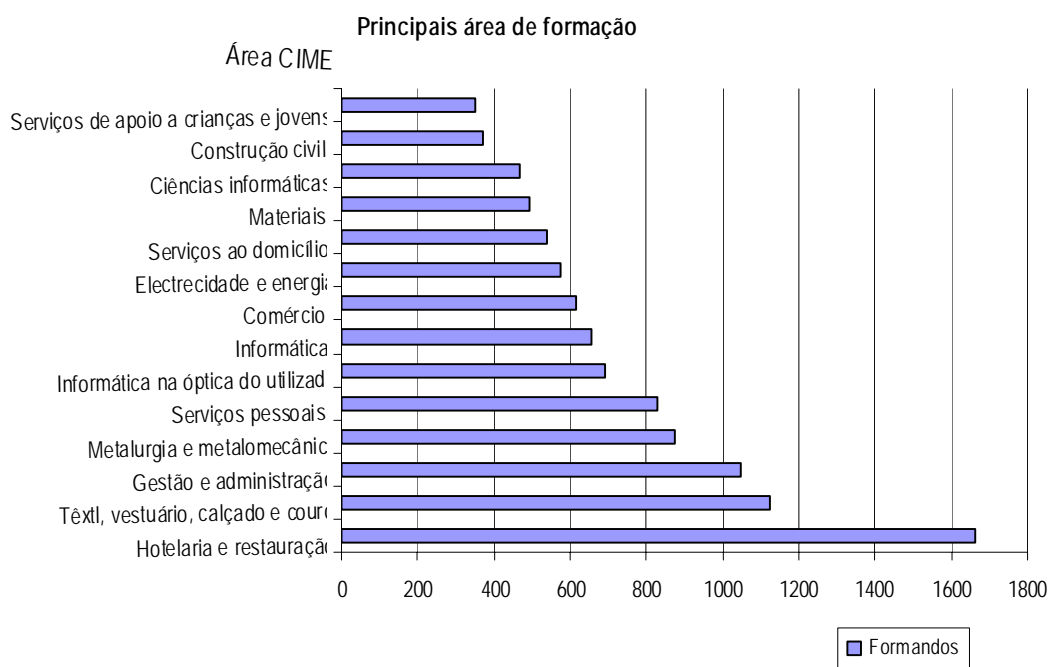
Nº de Formandos abrangidos por idade	2000-2004		
	H	M	Total
15-19	3,0	2,4	2,6
20-24	25,8	20,0	21,8
25-34	42,4	40,8	41,3
35-44	17,6	25,2	22,8
45-49	5,9	7,5	7,0
50-54	3,8	2,9	3,2
55-64	1,5	1,4	1,4
>64	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Em 2004 as pessoas abrangidas, segundo o nível de habilitações literárias consta do quadro seguinte.

Ano: 2004

Nº de Formandos abrangidos por Habilitações (*)		Acções de formação		
		H	M	Total
< 4 anos escolaridade		0,6	0,2	0,3
Ensino Básico	1º Ciclo (4º ano)	12,0	16,8	15,1
	2º Ciclo (6º Ano)	24,6	29,5	27,8
	3º Ciclo (9º Ano)	43,2	34,0	37,2
Ensino secundário		19,4	19,1	19,2
Ensino Superior	Bach.e Licenciatur.	0,2	0,3	0,3
	Pós- universitário	0,0	0,0	0,0
Total		100,0	100,0	100,0

No gráfico seguinte estão indicadas as principais áreas das acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5).



As áreas das tecnologias de informação e de comunicação envolveram cerca de 19% do volume total de formação.

	Volume de formação (horas*formandos)	%
TIC	1.408.027	19
Ambiente	158.795	2
Total	7.313.710	100

5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local

Em Fevereiro de 2005 foi assinado novo Contrato Programa com o IEFP para a gestão da Medida 3.4, de conteúdo semelhante e com os mesmos objectivos do contrato anterior. Neste contrato o quadro financeiro previsto é o seguinte:

Unidade : mil euros

Ano	Despesa Pública	FEDER
2004	3.750	2.250
2005	3.950	2.370
2006	4.370	2.622
Total	12.070	7.242

Não contabilizando a despesa efectuada pelo IEFP ao abrigo deste contrato programa, a despesa validada até ao final de 2004 representa 31% do programado. Se contabilizarmos a despesa efectuada em 2004, entretanto apresentada para validação, aquela taxa sobe para 49% do valor programado no período 2000-2004.

Unidade: euros

Ano	Programação do PO		Execução		Taxas (%)
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	Exc./Prog
2000	4.569.246	2.741.050	0	0	0,0
2001	4.370.957	2.622.097	0	0	0,0
2002	4.206.654	2.523.534	0	0	0,0
2003	4.565.742	2.738.947	3.247.130	1.948.278	71,1
2004	3.674.689	2.205.432	3.473.848	2.084.309	94,5
2000-2004	21.387.288	12.831.060	6.720.978	4.032.586	31,4
Total (2000-2006)	29.333.250	17.599.930	6.720.978	4.032.586	22,9

Os projectos incidem maioritariamente no interior da região (72% dos apoios concedidos), em particular nas sub-regiões da Serra da Estrela, da Cova da Beira e da Beira Interior Norte.

Unidade: euros

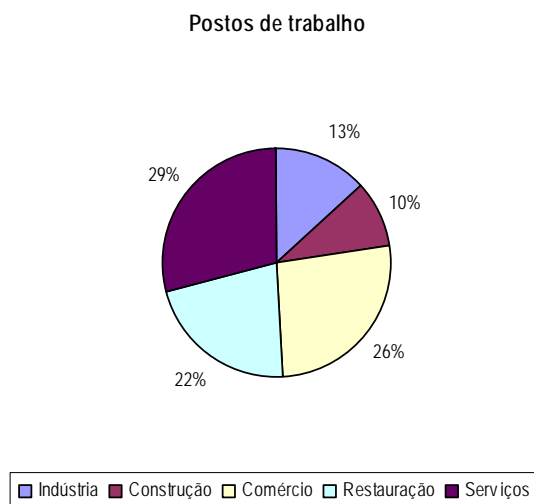
NUT	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência (Custo total)	
					%	por habitante
Baixo Vouga	33	1.786.703	701.946	421.167	11,70	5
Baixo Mondego	27	976.452	441.614	264.968	6,39	3
Pinhal Litoral	47	1.511.565	678.203	406.922	9,90	6
Pinhal Interior Norte	52	1.365.032	525.363	315.218	8,94	10
Dão-Lafões	55	2.202.192	892.645	535.587	14,42	8
Pinhal Interior Sul	35	627.837	315.036	189.021	4,11	14
Serra da Estrela	62	1.569.805	844.077	506.446	10,28	31
Beira Interior Norte	55	1.684.156	771.476	462.886	11,03	15
Beira Interior Sul	17	837.618	286.416	171.850	5,48	11
Cova da Beira	79	2.712.407	1.312.002	787.201	17,76	29
Não Regionalizável	0	0	0	0	0,00	
Litoral	107	4.274.720	1.821.762	1.093.057	27,99	4
Interior	355	10.999.047	4.947.015	2.968.209	72,01	14
Total da Medida	462	15.273.767	6.768.778	4.061.266	100,00	9

A restauração, o comércio e os serviços foram as actividades onde se concentram 81% dos apoios concedidos. A indústria transformadora e a construção civil no seu conjunto tiveram uma expressão mais modesta, mas ainda assim digna de nota.

Unidade: euros

Actividades	Nº Proj.	Execução (2000-2004)			Postos de trabalho
		D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	
Indústria	40	741.445	444.867	11,0	127
Construção	47	549.287	329.572	8,2	91
Comércio	159	1.908.229	1.144.937	28,4	248
Restauração	86	1.645.701	987.421	24,5	210
Serviços	130	1.876.315	1.125.789	27,9	278
Total	462	6.720.978	4.032.586	100,0	954

Os 954 postos de trabalho associados aos apoios concedidos nesta medida, seguem uma distribuição idêntica, 29% nos serviços, 26% no comércio e 22% na restauração. A indústria envolve 13% dos postos de trabalho criados.



6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Até final do ano de 2004 foram apreciados cinco projectos, com parecer favorável em Unidade de Gestão:

2 de melhoramento do Centro de Ciência de Coimbra;

Centro de Ciência Viva de Aveiro;

Centro de Ciência Viva de Proença-a-Nova;

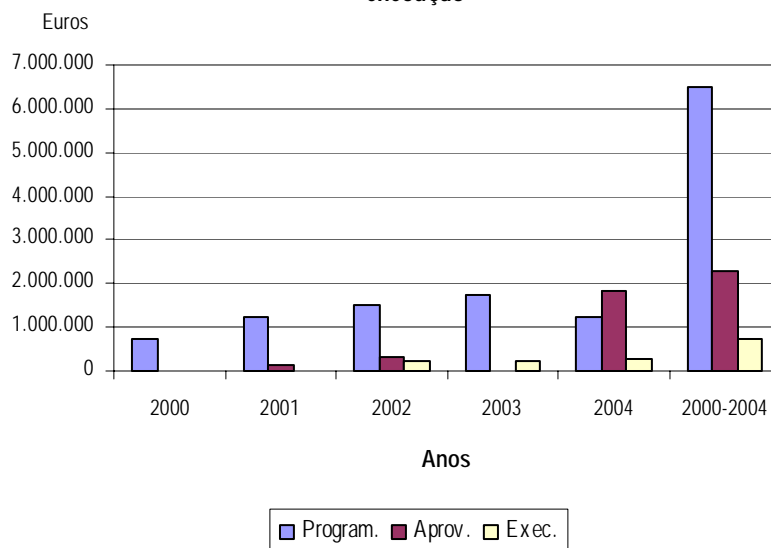
Centro de Ciência Viva de Viseu.

Destes 4 foram aprovados até ao final do ano, os quais correspondem a 39% do total programado. Apesar desta baixa taxa de execução, verificou-se alguma recuperação durante o ano de 2004, em termos de aprovações (147% do programado para esse ano).

Unidade: euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	750.000	525.000	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	1.248.000	873.000	136.172	68.086	0	0	10,9	0,0	0,0
2002	1.496.000	748.000	304.766	152.383	210.671	105.335	20,4	14,1	69,1
2003	1.745.000	698.000	0	0	230.266	115.133	0,0	13,2	
2004	1.247.000	524.000	1.837.963	918.981	269.474	134.737	147,4	21,6	14,7
2000-2004	6.486.000	3.368.000	2.278.900	1.139.450	710.412	355.206	35,1	11,0	31,2
Total (2000-2006)	7.985.276	3.992.636	3.107.937	1.553.969	710.412	355.206	38,9	8,9	22,9

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



O atraso na implementação desta medida decorre de vários factores, designadamente:

- baixa experiência dos diversos actores na concepção e produção de espaço interactivos de Ciência e Tecnologia, o que implica, por vezes, o recurso a alguns dos melhores centros de ciência internacionais;

- falta de disponibilidade de instalações adequadas, sejam edifícios já existentes e que têm que receber obras de adaptação, sejam edifícios a edificar para os quais é necessário a elaboração de projecto de arquitectura e financiamento para a sua construção;
- dificuldade ao nível dos recursos humanos já que é necessário uma forte interacção de equipas competentes multidisciplinares, durante o processo de criação e de exploração de um centro.

Estes factores têm condicionado a implementação da medida.

Tendo em atenção a situação actual em termos de nº de projectos aprovados e a perspectiva do aparecimento de novas iniciativas de centros de ciência viva em várias localizações da região (Leiria, Guarda, Ovar, Estarreja e Covilhã), é possível prever que as metas físicas e financeiras previstas serão atingidas

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Centros de ciência viva a criar/beneficiar	nº	6	3	1

7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital

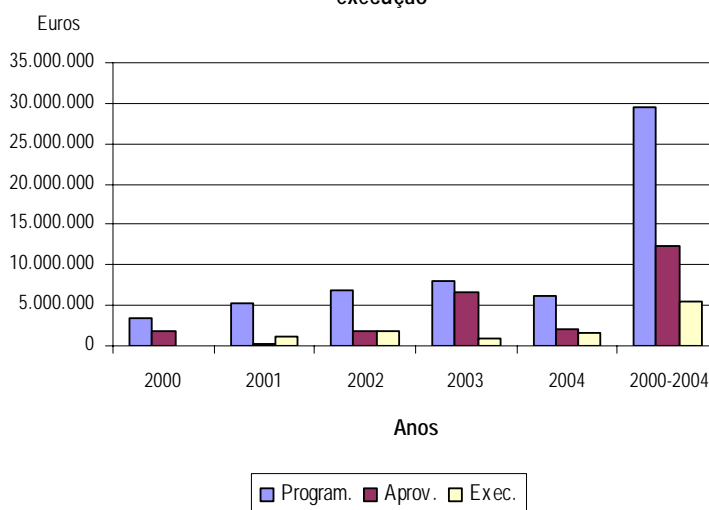
Até ao final do período em análise foram recepcionadas 21 candidaturas, das quais 15 foram aprovadas e homologadas e 6 arquivadas.

Os projectos aprovados, correspondem a um investimento no valor de 13 291 euros. O nível de aprovação e de execução continua a ser bastante baixo 30% e 12% do total programado, respectivamente.

Unidade: euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	3.431.000	2.568.000	1.716.568	1.287.426	0	0	50,0	0,0	0,0
2001	5.217.000	3.392.000	121.857	91.393	1.103.794	827.845	2,3	21,2	905,8
2002	6.786.000	4.280.000	1.876.118	1.407.088	1.876.118	1.407.088	27,6	27,6	100,0
2003	7.904.000	4.664.000	6.543.258	4.438.633	911.749	683.812	82,8	11,5	13,9
2004	6.197.500	4.648.000	2.009.263	1.307.676	1.634.733	1.079.706	32,4	26,4	81,4
2000-2004	29.535.500	19.552.000	12.267.064	8.532.216	5.526.394	3.998.452	41,5	18,7	45,1
Total (2000-2006)	44.510.500	30.783.000	13.291.009	9.200.852	5.526.394	3.998.452	29,9	12,4	41,6

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Os seis projectos aprovados, da linha de acção “Estado Aberto” dizem respeito à criação de três Lojas do Cidadão (Viseu, Aveiro e Coimbra) à informatização dos tribunais da Região, dos serviços de registo e notariado da Região e dos serviços prisionais da Região e ao serviço de atendimento permanente “Balcão Verde” do Ministério da Agricultura.

Trata-se de projectos que visam desburocratizar as organizações, simplificando processos e aumentando os seus níveis de eficiência e eficácia, através da introdução de novas tecnologias da informação e da comunicação, redefinindo a relação entre a administração pública e os cidadãos, empresas e outros agentes sociais.

Os nove projectos da linha de acção “Portugal Digital” dizem respeito à iniciativa “Campus Virtual” e envolvem várias Universidades e Institutos Politécnicos da região: Universidade de

Aveiro, de Coimbra, da Beira Interior, Católica Portuguesa em Viseu, Institutos Politécnicos da Guarda, de Leiria, de Aveiro, de Castelo Branco e de Coimbra.

Unidade: euros

Linha de Acção	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2004)	
		D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Portugal Digital	9	6.145.703	3.994.707	46,2	1.463.434	951.232
Estado Aberto	6	7.145.307	5.206.146	53,8	4.062.959	3.047.219
Total	15	13.291.009	9.200.852	100,0	5.526.394	3.998.452

As metas físicas revistas indicam a nova orientação de aplicação da medida na sequência da reprogramação do PO aprovada em Dezembro de 2004, ou seja a criação de duas novas linhas de acção ligadas à promoção da coesão digital através da criação de centros de disponibilização de serviços de Internet de Banda Larga e estímulo ao comércio electrónico através da generalização de procedimentos electrónicos e promoção da confiança dos cidadãos e das organizações no processo de adopção das compras electrónicas.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Nº de projectos da acção Portugal Digital	nº	9	9	0
Nº de instituições de ensino envolvidas	nº	35	35	0
Nº de acções aprovadas no âmbito de projectos integrados	nº	27	27	0
Nº de redes locais instaladas	nº	280	280	109
Nº de aplicações informáticas/ BD desenvolvidas	nº	10	10	0
Nº de espaços de acesso à Internet de Banda Larga apoiados	nº	50	0	0

Neste contexto de alteração significativa da medida espera-se que durante o ano de 2005 o nível de aprovações tenha um acréscimo significativo.

8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital

Na avaliação intercalar dos diversos programas Operacionais, designadamente do PO Centro, evidenciou-se a necessidade de articular a Medida com o Programa Nacional (POSI). Com o novo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento e o reconhecimento de que o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento passa pela aposta dos principais actores do território, optou-se por propor um novo enquadramento para a vertente desconcentrada, procurando adaptá-la à expectativas dos actores regionais.

Esta Medida passa a dirigir-se à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação.

A nova tipologia de acção (Formação em Competências TIC), corresponde à implementação no terreno, na linha do Plano Nacional de Formação em Competências TIC, de acções estruturadas de formação em TIC direccionadas para segmentos / alvo prioritários no território.

Neste contexto de alteração significativa da medida espera-se que durante o ano de 2005 o nível de aprovações tenha um acréscimo significativo.

9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)

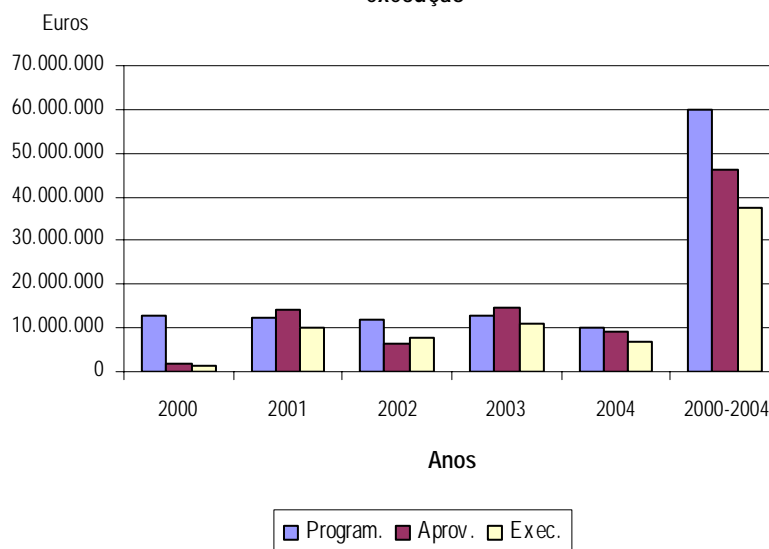
Até final do ano 2004 foram analisados e aprovados 39 projectos que representam cerca de 77% do total programado para o período 2000-2004. A execução é da ordem dos 90% da programação de 2004 e de 62% do programado para 2000-2004.

O nível de execução em 2004 decresceu relativamente ao ano anterior, sendo necessário um maior esforço nos anos seguintes de forma a que as metas financeiras sejam alcançadas.

Unidade: euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc/Prog	Exec./A
2000	12.931.539	9.697.678	1.676.063	1.242.084	1.601.244	1.200.933	13,0	12,4	95,5
2001	12.381.490	9.286.362	14.342.606	10.614.820	10.158.184	7.574.533	115,8	82,0	70,8
2002	11.923.278	8.942.459	6.427.241	4.820.431	7.995.807	5.969.442	53,9	67,1	124,4
2003	12.693.152	9.519.865	14.495.635	10.871.726	10.765.726	8.020.745	114,2	84,8	74,3
2004	10.153.935	7.615.696	9.121.273	6.840.955	6.800.441	5.100.331	89,8	67,0	74,6
2000-2004	60.083.394	45.062.060	46.062.818	34.390.015	37.321.402	27.865.983	76,7	62,1	81,0
Total (2000-2006)	81.889.120	61.417.000	57.074.088	42.648.468	37.321.402	27.865.983	69,7	45,6	65,4

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 26 dizem respeito a intervenções em centros de saúde, 12 a unidades hospitalares e cuidados continuados e um à criação de unidades móveis para melhorar a acessibilidade ao cuidados de saúde por parte da população mais idosa.

Unidade: euros

Tipologia	Aprovações/Homologações (total)				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Centros de saúde e extensões	26	40.462.415	30.346.811	70,9	22.495.624	16.871.718
Unidades Hospitalares	11	15.600.448	11.700.336	27,3	13.974.704	10.481.028
Cuidados continuados	1	785.492	432.021	1,4	625.340	343.937
Unidades Móveis	1	225.734	169.300	0,4	225.734	169.300
Total	39	57.074.088	42.648.468	100,0	37.321.402	27.865.983

Também no sector da saúde as intervenções apoiadas contribuem para um reforço da qualidade dos serviços no interior da região. De facto esta sub-região absorve 56% do investimento aprovado, muito para além do seu peso populacional. Para este facto muito contribui o projecto de remodelação das instalações do Hospital de Castelo Branco, intervenção essencial para melhorar os cuidados de saúde a cerca de 130 000 pessoas.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por habitante
Baixo Vouga	7	9.245.350	9.245.350	6.934.013	16,20	24
Baixo Mondego	10	11.828.697	11.828.697	8.871.523	20,73	35
Pinhal Litoral	2	3.430.928	3.430.928	2.573.196	6,01	14
Pinhal Interior Norte	5	6.321.420	6.321.420	4.583.966	11,08	46
Dão-Lafões	4	5.030.314	5.030.314	3.772.735	8,81	18
Pinhal Interior Sul	3	5.380.256	5.380.256	4.035.192	9,43	120
Serra da Estrela	1	3.363.617	3.363.617	2.522.713	5,89	67
Beira Interior Norte	2	1.652.215	1.652.215	1.239.161	2,89	14
Beira Interior Sul	2	10.075.596	10.075.596	7.556.697	17,65	129
Cova da Beira	0	0	0	0	0,00	0
Não Reginalizável	3	745.696	745.696	559.272	1,31	
Litoral	19	24.504.975	24.504.975	18.378.731	42,94	25
Interior	17	31.823.418	31.823.418	23.710.465	55,76	40
Total da Medida	39	57.074.088	57.074.088	42.648.468	100,00	32

Os objectivos a atingir com as candidaturas apresentadas, prendem-se essencialmente com a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e atendimento prestados aos utentes.

No que respeita aos Centros de Saúde, substituíram-se instalações degradadas e já funcionalmente inadaptaadas à prestação de cuidados primários, abrangendo uma população 403 000 utentes, o que representa 23% da população da Região Centro.

As intervenções em Unidades Hospitalares visaram remodelar instalações degradadas e adquirir equipamentos – designadamente aparelhos de Radiologia Digital – que permitem servir as populações em melhores condições, induzindo ganhos em saúde ao nível da qualidade e proximidade dos meios de diagnóstico. Estas intervenções abrangem uma população da ordem dos 750 000 utentes, em Hospitais de âmbito Distrital ou local, e cerca de 2 300 000 habitante, no caso do hospital de Sobral Cid, de âmbito regional.

A temática da saúde foi objecto de divulgação, visando a prevenção e informação dos utentes, através da instalação de TV cabo nos Centros e Extensões de Saúde, com acesso ao canal Saúde.

De referir ainda a aquisição de 6 viaturas de apoio domiciliário, afectas às 6 Sub-Regiões de Saúde da ARS Centro, destinadas ao transporte de utentes idosos e portadores de deficiência.

No quadro seguinte sintetizam-se os indicadores físicos de acompanhamento. Atendendo à taxa de absorção financeira (70% do programado) e ao nível de indicadores físicos a atingir com os projectos aprovados, as metas físicas previstas indiciam ter sido um pouco ambiciosas.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	nº	46	25	16
Intervenções em equipamentos de centros de saúde e respectivas extensões	nº	46	26	17
Intervenções em remodelação e adequação de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia	nº	17	9	9
Intervenções em equipamento de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia	nº	17	5	5
Unidades móveis criadas/adaptadas para utilizar em projectos comunitários	n.º		6	6
Infra-estruturas criadas para promoção da saúde, incluindo infra estruturas para formação	nº	160	0	0

10. Medida III.9 - Cultura

Até final de 2004 foram apreciados em Unidade de Gestão 14 projectos e aprovados 13, o que representa 78% do valor total programado.

Em 2004, verificou-se um progresso substancial na apreciação e aprovação de candidaturas, quer externas, quer do próprio Instituto ou em parceria com outras entidades.

Referem-se como entidades beneficiárias ou parceiras do IPPAR nas candidaturas aprovadas as seguintes entidades: Câmara Municipal de Coimbra, Câmara Municipal de Penela, Câmara Municipal de Vouzela, Câmara Municipal da Guarda, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Paróquia de S.Miguel – Penela, Paróquia de Vouzela, Paróquia do Lervão, Paróquia de Castelo Rodrigo, Diocese de Coimbra, Fundação Batalha de Aljubarrota e Direcção Regional de Castelo Branco do IPPAR.

Com excepção da candidatura da Câmara Municipal de Coimbra, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e da Câmara Municipal da Guarda, não se verificaram candidaturas integralmente externas.

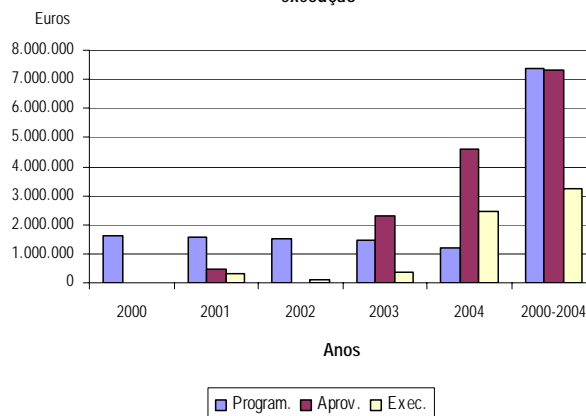
Nas restantes candidaturas, dada a especificidade e delicadeza das intervenções, o IPPAR optou por chamar a si a responsabilidade de execução e coordenação das mesmas, celebrando em alguns casos e para esse efeito, protocolos com as entidades abrangidas, por serem proprietárias, usufrutuárias ou gestoras dos monumentos a recuperar e beneficiar.

Pese embora a recuperação verificada em 2004 a medida continua a ter uma taxa de execução bastante baixa, situação que se perspectiva vir a ser alterada, dado o valor dos projectos aprovados em 2004 e o facto de existirem outros projectos em fase de candidatura ou de elaboração de estudos técnicos de execução.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	1.601.221	1.238.467	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	1.562.192	1.196.888	460.775	345.581	327.888	245.916	29,5	21,0	71,2
2002	1.523.122	1.154.318	0	0	118.336	88.752	0,0	7,8	
2003	1.468.653	1.127.589	2.293.812	1.720.359	349.298	261.974	156,2	23,8	15,2
2004	1.223.138	874.154	4.582.537	3.436.902	2.455.521	1.841.641	374,7	200,8	53,6
2000-2004	7.378.326	5.591.416	7.337.123	5.502.843	3.251.044	2.438.283	99,4	44,1	44,3
Total (2000-2006)	9.881.192	7.411.192	7.705.671	5.779.253	3.251.044	2.438.283	78,0	32,9	42,2

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



A distribuição territorial dos projectos aprovados indica que estes se concentram no interior da região (63% do valor total aprovado).

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por habitante
Baixo Vouga	0	0	0	0	0,00	0
Baixo Mondego	4	2.663.122	2.663.122	1.997.342	34,56	8
Pinhal Litoral	1	211.346	211.346	158.510	2,74	1
Pinhal Interior Norte	1	990.041	990.041	742.531	12,85	7
Dão-Lafões	1	870.528	870.528	652.896	11,30	3
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	0	0	0	0	0,00	0
Beira Interior Norte	5	1.536.300	1.536.300	1.152.225	19,94	13
Beira Interior Sul	1	1.434.334	1.434.334	1.075.751	18,61	18
Cova da Beira	0	0	0	0	0,00	0
Não Regionalizável	0	0	0	0	0,00	
Litoral	5	2.874.468	2.874.468	2.155.851	37,30	3
Interior	8	4.831.203	4.831.203	3.623.402	62,70	6
Total da Medida	13	7.705.671	7.705.671	5.779.253	100,00	4

Os projectos aprovados dizem respeito à recuperação/valorização de castelos e à recuperação de edifícios de valor patrimonial e histórico.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Castelos recuperados/valorizados	nº	10	5	3
Sítios arqueológicos recuperados/valorizados	nº	3		
Visitantes nos castelos e sítios recuperados	nº	10000		
Edições audiovisual/multimédia	nº	10		
Publicações editados	nº	2		
Postos de trabalho criados permanentes	nº	20		
Edifícios de interesse patrimonial intervencionados	nº	5	7	4
Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	nº		6	

11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

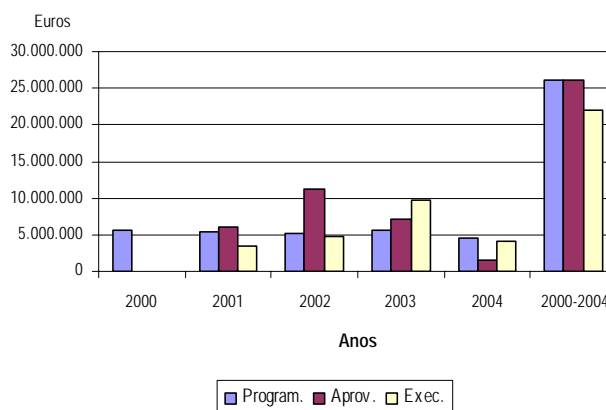
Os 19 projectos apreciados em Unidade de Gestão foram aprovados e envolvem um total de 89 845 mil Euros de investimento elegível e 27 876 mil Euros de Fundo (78 % do total programado). A taxa de execução é da ordem dos 112% e 72% dos valores programados para o período 2000-2004 e 2000-2006, respectivamente, o que releva uma ser situação muito confortável no que respeita à capacidade de atingir as metas programadas.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	7.977.472	5.567.451	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	8.218.472	5.324.412	10.285.580	6.120.771	5.668.624	3.517.053	125,2	69,0	55,1
2002	8.313.718	5.124.053	41.438.912	11.205.483	10.484.305	4.651.371	498,4	126,1	25,3
2003	21.461.210	5.564.140	31.806.743	7.185.157	37.892.695	9.691.042	148,2	176,6	119,1
2004	17.828.470	4.480.587	2.988.088	1.612.640	17.456.805	4.090.127	16,8	97,9	584,2
2000-2004	63.799.342	26.060.643	86.519.323	26.124.050	71.502.430	21.949.594	135,6	112,1	82,6
Total (2000-2006)	99.305.549	35.749.998	89.844.683	27.875.621	71.502.430	21.949.594	90,5	72,0	79,6

A discrepância entre as taxas de aprovação e de execução, relativas a despesa pública e Fundo estrutural, devem-se ao facto da taxa efectiva de co-financiamento ser inferior ao previsto para a Medida.

Evolução do Fundo, programação, aprovação e execução

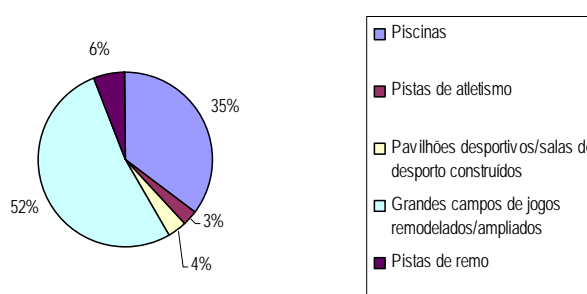


As intervenções em piscinas e em grandes campos de jogos concentram 88% do valor FEDER aprovado. De realçar as piscinas, com 35% daquele indicador, dado tratar-se de um equipamento com utilizadores de vários grupos etários e que permitem uma ocupação ao longo de todo ano para a prática desportiva. Outros equipamentos a destacar são os da pista de remo de Montemor, pista de atletismo da Covilhã, o estádio de Coimbra, Aveiro e de Leiria e o campo de futebol de Castelo Branco, equipamentos que valorizam a Região Centro e as áreas onde se localizam.

Unidade: Euros

Tipologia	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2004)	
		D. Pública	Fundo	% (Fundo)	D. Pública	Fundo
Piscinas	9	16704193	9.826.076	35,2	12.228.866	7.374.429
Pistas de atletismo	1	1.496.394	748.197	2,7	1.474.813	737.406
Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos	2	1.911.260	1.078.013	3,9	979.065	611.916
Grandes campos de jogos remodelados/ampliados	6	66.552.315	14.633.075	52,5	53.639.164	11.635.582
Pistas de remo	1	3.180.521	1.590.260	5,7	3.180.521	1.590.260
Total	19	89.844.683	27.875.621	100,0	71.502.430	21.949.594

Valor aprovado (FEDER) segundo tipologia de equipamento desportivo



A maioria do investimento concentra-se no litoral da região, contribuindo para tal facto os projectos do Estádio de Aveiro, de Leiria e de Coimbra e a pista de remo de Montemor-o-Velho.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por habitante
Baixo Vouga	3	33.190.436	33.190.436	8.273.077	36,94	86
Baixo Mondego	7	27.468.610	27.468.610	10.184.713	30,57	81
Pinhal Litoral	1	19.453.118	19.453.118	4.052.084	21,65	78
Pinhal Interior Norte	1	398.540	398.540	224.497	0,44	3
Dão-Lafões	4	5.359.141	5.359.141	2.977.092	5,96	19
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	1	1.669.598	1.669.598	910.432	1,86	33
Beira Interior Norte	0	0	0	0	0,00	0
Beira Interior Sul	1	808.847	808.847	505.529	0,90	10
Cova da Beira	1	1.496.394	1.496.394	748.197	1,67	16
Não Regionalizável	0	0	0	0	0,00	
Litoral	11	80.112.164	80.112.164	22.509.875	89,17	82
Interior	8	9.732.519	9.732.519	5.365.747	10,83	12
Total da Medida	19	89.844.683	89.844.683	27.875.621	100,00	50

As intervenções apoiadas estão de acordo com as metas previstas, conforme quadro seguinte. Com a área útil de equipamento desportivo prevista nos projectos aprovados (cerca de 312 700 m²) este indicador, na região, eleva-se para 3.43 m² por habitante. Excluindo a área útil da pista de remo de Montemor-o-Velho, aquele indicador eleva-se a 3.29, valor que ultrapassa o previsto a atingir até final de 2006.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Intervenções em equipamentos desportivos	nº	18	19	15
Piscinas construída	nº		8	6
Piscinas remodeladas/ampliadas	nº		1	1
Pistas de atletismo construídas	nº		1	1
Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos	nº		2	1
Grandes campos de jogos construídos	nº		2	2
Grandes campos de jogos remodelados/ampliados			4	3
Pistas de remo	nº		1	1
Área útil desportiva	m2	50.000	312.702	304295

12. Medida III.11 - Economia

Na sequência da revisão do Programa Operacional da Economia (POE) e da criação do Programa de Modernização da Economia (PRIME) foram publicados, em Diário da República (DR), dois novos regulamentos de linhas de acção incluídas na Intervenção da Economia Regionalmente Desconcentrada, nomeadamente:

- a Portaria n.º 394/2004, de 19 de Abril que aprova o regulamento de execução da linha de acção “Aproveitamento do potencial energético e racionalização de consumos” (MAPE), revogando o regulamento anterior.
- a Portaria n.º 400/2004, de 22 de Abril que aprova o regulamento de execução da linha de acção “Modernização e desenvolvimento das infra-estruturas energéticas”, revogando o regulamento anterior.

A alteração mais significativa que estes regulamentos vêm introduzir está essencialmente relacionada com as entidades que intervêm na análise destas candidaturas, na medida em que o papel antes atribuído à Direcção Geral de Energia (DGE), actualmente designada Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE), passa a ser desempenhado, também, pelo IAPMEI.

Esta Medida concentra-se, fundamentalmente, na promoção das condições de funcionamento das empresas (infra-estruturas e equipamentos), contribuindo para acelerar o processo de ajustamento da economia em direcção a novos perfis de especialização e de maiores níveis de produtividade e de competitividade.

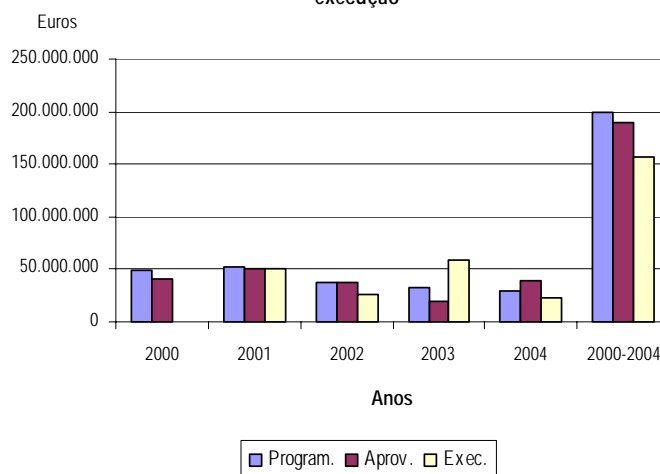
Das 47 candidaturas entradas até final de 2004, 42 foram apreciadas em Unidade de Gestão, 40 das quais tiveram parecer favorável, tendo sido aprovados 38. As candidaturas indeferidas, uma de conversão de consumo de energia para gás natural e outra de um mercado abastecedor, não cumpriam as condições de acesso estabelecidas nas portarias que regulamentam essas acções.

Nas candidaturas aprovadas está incluído um grande projecto, com investimento elegível próximo dos 86 milhões de euros, pelo que a taxa de absorção do compromisso é já bastante elevada (87% do total da Medida). O nível de execução atingiu 78% do programado até ao final deste ano (2004).

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	48.670.779	19.669.413	41.559.402	16.623.761	0	0	85,4	0,0	0,0
2001	51.518.585	20.800.851	51.378.042	20.583.995	50.447.602	20.179.041	99,7	97,9	98,2
2002	36.932.176	16.801.878	37.932.214	15.047.177	25.503.090	10.151.026	102,7	69,1	67,2
2003	32.662.257	15.644.959	19.612.730	8.485.370	58.274.115	22.979.486	60,0	178,4	297,1
2004	30.162.129	14.369.591	39.460.504	17.156.559	22.110.479	8.957.778	130,8	73,3	56,0
2000-2004	199.945.926	87.286.692	189.942.892	77.896.861	156.335.287	62.267.331	95,0	78,2	82,3
Total (2000-2006)	251.878.100	115.786.337	218.933.832	90.853.615	156.335.287	62.267.331	86,9	62,1	71,4

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução

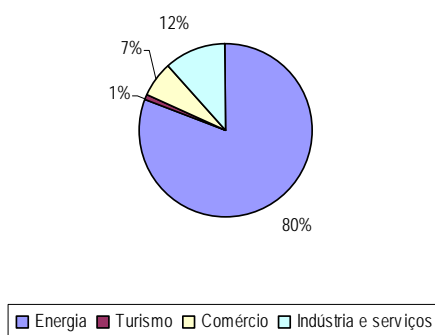


Os projectos da linha de acção B dizem respeito à construção da armazenagem subterrânea de gás natural, rede de distribuição de gás natural e às infra-estruturas tecnológicas e de formação, concentrando 79% do Investimento aprovado. Se aos projectos da armazenagem e rede de gás natural adicionarmos os da conversão de consumos para o gás natural (Linha de Acção A) verificamos que o sector da energia absorve 80% do total aprovado.

Unidade: Euros

Linha de acção	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
A- Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento	27	45.617.999	17.901.857	20,8	29.776.076	11.643.647
Mercados	3	14.606.545	5.579.857	6,7	8.602.160	3.227.435
Pousadas	6	1.649.488	1.237.116	0,8	1.072.379	804.284
PITER (Turismo)	3	197.724	148.293	0,1	196.938	147.703
Conversão de cons. energético	15	29.164.242	10.936.591	13,3	19.904.600	7.464.225
B- Melhoria da envolvente empresarial	11	173315833,8	72951758,64	79,2	126559210,3	50623684,11
Energia (inf.gás natural)	4	147.538.118	59.015.247	67,4	126.559.210	50.623.684
Inf. tecnológicas e de formação	7	25.777.716	13.936.512	11,8	0	0
Total	38	218.933.832	90.853.615	100,0	156.335.287	62.267.331

Despesa pública aprovada por sector



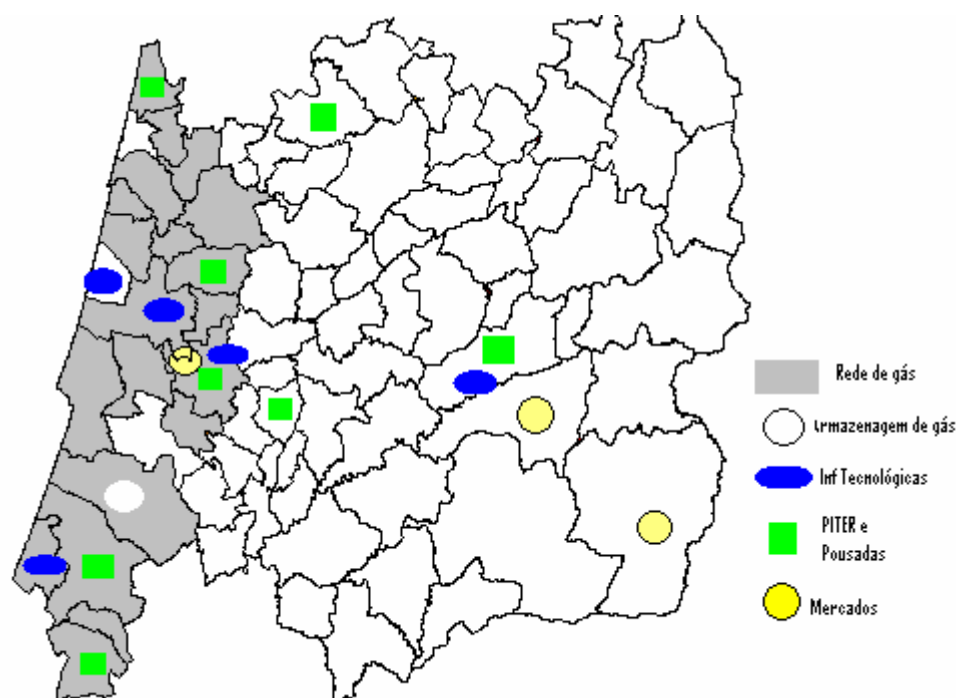
A acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade” envolve, também, um investimento significativo, 13% do total aprovado. Para além destes projectos foram apresentadas três propostas de ideia, “Coimbra Inovação Parque”, “Incubadora D. Dinis - Leiria” e “BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia” (Cantanhede).

Os projectos do PITER dizem respeito às Unidades Operativas respectivas e ao projecto âncora “Hotel Termal em Unhais da Serra”(este por homologar no final do ano). Para além destas iniciativas PITER (“Turismo Termal e de Negócios da Beira Interior”, “Leiria-Fátima” e “Curia”) foram apresentadas três pré-candidaturas, “Terras do Vouga e do Caramulo”, “Fundão- Terras de Mistério” e “Serras de Turismo - montes de animação”. Esta última envolve projectos a empreender na Região Norte e Centro.

Dado o peso dos projectos de gás natural, o investimento aprovado concentra-se no litoral da região.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por habitante
Baixo Vouga	5	668.996	633.126	387.425	0,31	2
Baixo Mondego	9	26.299.133	26.299.133	13.555.831	12,01	77
Pinhal Litoral	7	89.432.592	89.421.918	36.376.290	40,84	359
Pinhal Interior Norte	1	150.806	150.806	113.105	0,07	1
Dão-Lafões	1	994.069	994.069	745.552	0,45	3
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	0	0	0	0	0,00	0
Beira Interior Norte	0	0	0	0	0,00	0
Beira Interior Sul	1	2.435.381	2.435.381	935.246	1,11	31
Cova da Beira	4	9.274.725	9.252.825	3.545.708	4,23	99
Não Reginalizável	10	89.746.574	89.746.574	35.194.460	40,98	
Litoral	21	116.400.721	116.354.177	50.319.545	53,15	120
Interior	7	12.854.981	12.833.081	5.339.611	5,87	16
Total da Medida	38	219.002.276	218.933.832	90.853.615	100,00	123



O ritmo de execução actual indica que as metas previstas, quer em termos físicos quer em termos de resultados, no geral, deverão ser alcançados.

De facto e no que diz respeito à expansão da rede de gás as metas previstas para final de 2006 já se encontram ultrapassadas.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Alargamento da rede mercados locais – mercados a restaurar.	nº	2	2	1
Alarg. da rede de mercados abastecedores regionais – a criar.	nº	1	1	
Pousadas da juventude – a remodelar.	nº	2	3	3
Pousadas da juventude – a criar	nº	3	0	
Unidades operativas PITER	nº		3	3
Acréscimo da extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária).	km	470	704	687
Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária).	km	1666	1900	1883
Infraestruturas Tecnológicas (Lotes)	nº		25	0
Infraestruturas Tecnológicas (Módulos de incubação)	nº		104	0
Infraestruturas de Formação (Salas de form.)	nº		22	0

Indicador de Resultado	Unidade	Quantificação		
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Alargamento da rede mercados locais -operadores previstos.	nº	600	370	199
Alarg. da rede mercados abast. regionais – operad.previdos.	nº	60	30	0
Acréscimo de clientes da rede de gás natural	nº	40400	53517	43571
Clientes totais da rede de gás natural	nº	77700	90817	80871
Capacidade de armazenagem de gás natural	m3	140.000.000	140.000.000	

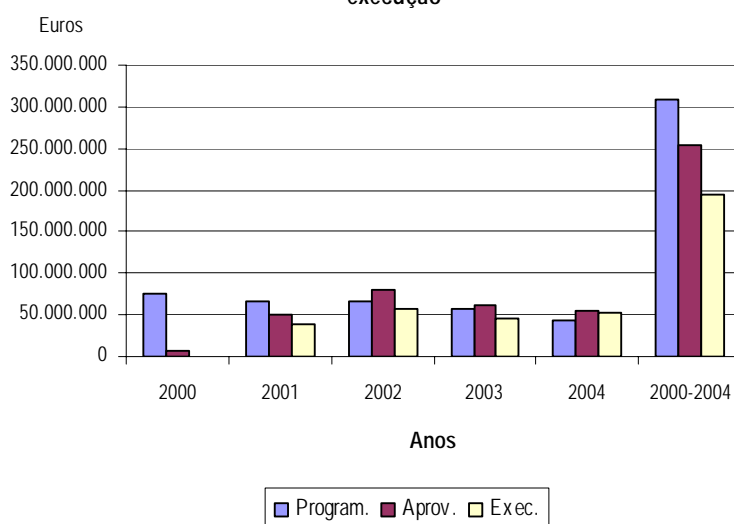
13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes

As 108 candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão, até final do ano, foram aprovadas e representam 64% do total programado para a medida e 82% do programado até final de 2004. A execução no ano de 2004 foi significativa, 117% do valor programado para o período, o que permitiu recuperar algum do atraso dos anos anteriores.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	74.799.778	36.368.789	7.047.575	3.601.828	0	0	9,4	0,0	0,0
2001	65.650.389	31.920.217	50.978.113	27.773.923	37.888.715	20.540.200	77,7	57,7	74,3
2002	66.843.094	32.500.128	79.368.893	43.519.550	58.074.832	31.662.683	118,7	86,9	73,2
2003	56.584.186	33.385.159	60.954.338	32.798.646	46.769.128	25.689.994	107,7	82,7	76,7
2004	44.333.153	27.210.487	55.590.124	28.232.756	51.736.328	27.259.995	125,4	116,7	93,1
2000-2004	308.210.600	161.384.780	253.939.042	135.926.701	194.469.003	105.152.873	82,4	63,1	76,6
Total (2000-2006)	402.148.310	216.944.990	258.336.681	138.125.521	194.469.003	105.152.873	64,2	48,4	75,3

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução

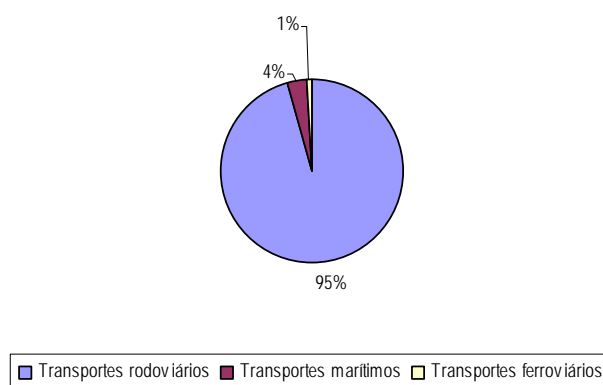


As intervenções apoiadas dizem respeito, na sua maioria a beneficiação e requalificação da rede de estradas nacionais. Para além destas foram apoiadas intervenções na melhoria da acessibilidade ferroviária e marítima ao Porto da Figueira da Foz e estudos de base para o Metro Mondego.

Unidade: Euros

Sector	Nº Proj.	Aprovações			Execução (2000-2004)	
		D. Pública	Fundo	% (D. Pública)	D. Pública	Fundo
Transportes rodoviários	105	246.825.801	132.532.842	95,5	183.099.935	99.631.100
Transportes marítimos	2	9.476.358	4.738.179	3,7	9.334.547	4.667.273
Transportes ferroviários	1	2.034.522	854.499	0,8	2.034.522	854.499
Total	108	258.336.681	138.125.521	100,0	194.469.003	105.152.873

Despesa pública aprovada por sector



De destacar o elevado esforço em intervenções na rede de estradas do interior da Região, com 55% do total, com particular incidência nas sub-regiões da Beira Interior Sul e Serra da Estrela.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência (Custo total)	
					%	por habitante
Baixo Vouga	10	22.767.994	22.767.994	12.075.088	8,81	59
Baixo Mondego	19	45.598.501	45.598.501	24.038.144	17,65	134
Pinhal Litoral	6	17.235.970	17.235.970	8.990.165	6,67	69
Pinhal Interior Norte	9	29.748.125	29.748.125	16.428.055	11,52	215
Dão-Lafões	16	45.961.690	45.961.690	24.382.933	17,79	161
Pinhal Interior Sul	5	6.465.905	6.465.905	3.455.438	2,50	144
Serra da Estrela	7	9.833.915	9.833.915	5.408.653	3,81	197
Beira Interior Norte	6	15.510.261	15.510.261	8.505.569	6,00	135
Beira Interior Sul	14	22.834.450	22.834.450	12.389.699	8,84	292
Cova da Beira	7	11.906.147	11.906.147	6.422.921	4,61	127
Não Regionalizável	9	30.473.721	30.473.721	16.028.855	11,80	
Litoral	35	85.602.465	85.602.465	45.103.397	33,14	88
Interior	64	142.260.494	142.260.494	76.993.269	55,07	177
Total da Medida	108	258.336.681	258.336.681	138.125.521	100,00	145

Os indicadores físicos reflectem o desempenho da Medida: concentração na beneficiação e requalificação das vias rodoviárias. Estima-se que as metas previstas no final de 2006 sejam atingidas ou mesmo ultrapassadas. Contudo e tendo em consideração a situação actual do Metro Mondego, os indicadores relativos a esta componente não deverão ser alcançados.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Rede de estradas construídas ou requalificadas	km	220	164,5	95,1
Extensão de linha férrea construída ou requalificada	km	13		
Estações construídas ou remodeladas	nº	23		
Acessos rodoviários aos portos	km	1		
Acessos ferroviários aos portos	km	1	3,2	3,2
Rede de estradas beneficiada	km		863,9	547,3

Os indicadores de resultado reflectem as intervenções do Programa Nacional de Acessibilidades e Transportes, mais do que as do Programa Regional.

Indicadores de Resultado	Unidade	Quantificação	
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)
			Execução
Tempo médio de percurso rodovia	minutos		
Guarda-C. Branco		52	55
Viseu Lisboa		208	157
Viseu-Porto		90	72
Guarda-Lisboa		208	165
Guarda-Porto		124	117
C. Branco-Lisboa		135	110
C. Branco-Porto		174	146

14. Medida III.13 - Ambiente

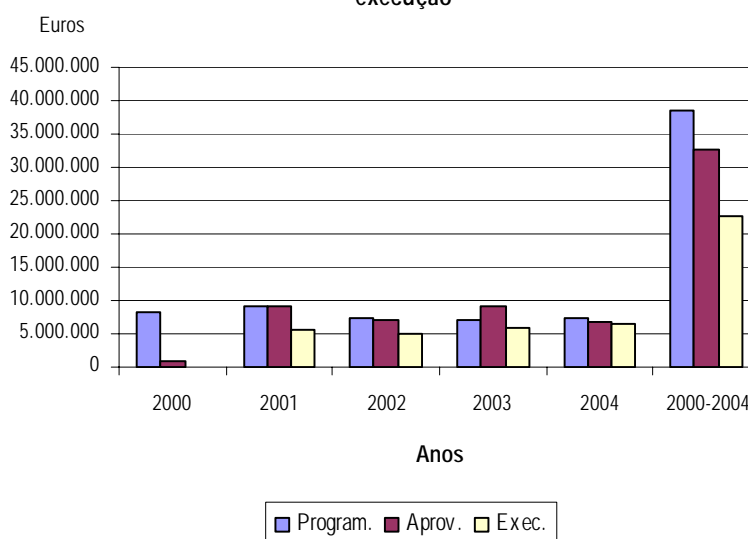
As 136 candidaturas analisadas com parecer favorável em Unidade de Gestão foram aprovadas, representando 66% do total previsto para a medida e 85% do período 2000-2004.

A execução ficou pelos 59% do programado para o total do período referido.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	8.090.478	6.067.857	821.793	616.345	0	0	10,2	0,0	0,0
2001	8.988.600	6.741.387	9.066.618	6.777.192	5.555.507	4.161.110	100,9	61,8	61,3
2002	7.247.337	5.435.436	7.116.899	5.337.674	5.011.792	3.751.655	98,2	69,2	70,4
2003	7.002.578	5.251.866	9.070.487	6.802.865	5.785.999	4.333.582	129,5	82,6	63,8
2004	7.255.625	5.441.649	6.652.660	4.989.495	6.344.472	4.754.209	91,7	87,4	95,4
2000-2004	38.584.618	28.938.195	32.728.457	24.523.571	22.697.770	17.000.557	84,8	58,8	69,4
Total (2000-2006)	53.438.345	40.078.351	35.316.200	26.464.378	22.697.770	17.000.557	66,1	42,5	64,3

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



No desempenho da medida, em 2004, serão e realçar os seguintes aspectos:

- O nível de aprovações ficou próximo do valor programado para o ano;
- Elevado número de candidaturas externas à CCDRC, apresentadas por Autarquias e Associações de Municípios, que irão aumentar significativamente o nível de aprovações do próximo ano;
- Ligeiro acréscimo do nível de execução.

As linhas de acção com maior peso dizem respeito à Melhoria do Ambiente Urbano (intervenções de reaqualificação urbana e de valorização ambiental nas cidades de Coimbra, Leiria, Covilhã, Viseu, Guarda, Aveiro e Castelo Branco) e da Valorização e Protecção dos Recursos Naturais (intervenções de reabilitação da rede hidrográfica, zonas lagunares e zona costeira).

Unidade: Euros

Linha de acção	Aprovações				Execução (2000-2004)	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo
A - Conserv. e Valor. Patr. Natural	13	3.883.936	2.912.952	11,0	1.098.163	823.622
B - Valor. e Prot. R. Naturais	84	14.274.283	10.682.941	40,4	10.617.482	7.940.340
C - Inf. e Gestão Ambientais	22	4.176.175	3.132.131	11,8	2.698.426	2.023.820
D - Melhoria do Ambiente Urbano	10	11.887.115	8.915.336	33,7	7.462.519	5.596.889
E - Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental	7	1.094.690	821.018	3,1	821.181	615.885
Total	136	35.316.200	26.464.378	100,0	22.697.770	17.000.556

A maioria dos projectos localizam-se no litoral da região (54%).

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	30	7.861.334	7.861.334	5.896.001	22,26	20
Baixo Mondego	30	7.418.417	7.418.417	5.541.042	21,01	22
Pinhal Litoral	14	3.717.237	3.717.237	2.787.928	10,53	15
Pinhal Interior Norte	5	1.038.443	1.038.443	778.833	2,94	7
Dão-Lafões	7	4.497.518	4.497.518	3.373.139	12,74	16
Pinhal Interior Sul	2	249.564	249.564	187.173	0,71	6
Serra da Estrela	2	335.354	335.354	251.515	0,95	7
Beira Interior Norte	4	1.334.095	1.334.095	1.000.571	3,78	12
Beira Interior Sul	2	1.739.750	1.739.750	1.304.813	4,93	22
Cova da Beira	2	332.610	332.610	249.457	0,94	4
Não Reginalizável	38	6.791.877	6.791.877	5.093.907	19,23	
Litoral	74	18.996.988	18.996.988	14.224.970	53,79	20
Interior	24	9.527.334	9.527.334	7.145.501	26,98	12
Total da Medida	136	35.316.200	35.316.200	26.464.378	100,00	20

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas na zona costeira, na promoção do ambiente urbano e no controle da qualidade ambiental. Será ainda de realçar as intervenções na rede hidrográfica (82 Km de rede) como as que maior expressão têm nos projectos apoiados.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Extensão de costa intervencionada	km	12	11,84	11,34
Estações fixas instaladas para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)	nº	12	13	12
Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano (*)	nº	4	7	6
Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	nº	1	0	0
Linhas de água intervencionadas	Km		82,0	74,0

(**) - Referente aos Polís das cidades de Coimbra, Covilhã, Leiria, Viseu e Castelo Branco

Com as intervenções de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades serão beneficiadas cerca de 552 929 pessoas residentes nas mesmas.

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a promoção do turismo da natureza, com as quais se estima que se venham a abranger 16 000 pessoas.

Indicador de Resultado	Unidade	Quantificação		
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	nº	24000	16000	14700
% de território abrangido por estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, sítio de rede Natura e ZPEs)	%	10		17,8
População a abranger por intervenções de requalificação urbana (*)	hab.	80000	552929	552 929
(*) - Referente aos Polís das cidades de Coimbra, Covilhã, Leiria, Viseu, Aveiro, Guarda e Castelo Branco				

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a valorização e protecção das zonas naturais e da Rede Natura 2000.

	Nº de projectos
Com incidência na Protecção no Património Natural	5
Com incidência na Protecção na Rede Natura 2000	28

15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural

Até final de 2004 foram apreciadas 11 013 candidaturas em Unidade de Gestão. Destas 8804 tiveram parecer favorável da Unidade de Gestão (80%). Foram, ainda, apreciadas 217 candidaturas, que no final do ano se encontravam em fase de audiência prévia aos promotores. Os motivos de indeferimento dos projectos com decisão já homologada em finais do ano (2209 projectos), decorrem do não cumprimento de condições de acesso ou de selecção previstas no Complemento de Programação e Portarias regulamentadoras. A título de exemplo, na acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura, em 1816 indeferimentos, 1321 relacionam-se com critérios de selecção e 495 com condições de acesso.

O número de projectos presentes em cada Unidade de Gestão é extremamente elevado (superior a 350 projectos/Unidade de Gestão), devido sobretudo a dois factores: a “dimensão” da Acção 1 em número de projectos e o processo inerente às audiências prévias dos projectos com parecer desfavorável, que na prática obrigam a uma dupla apreciação em Unidade de Gestão.

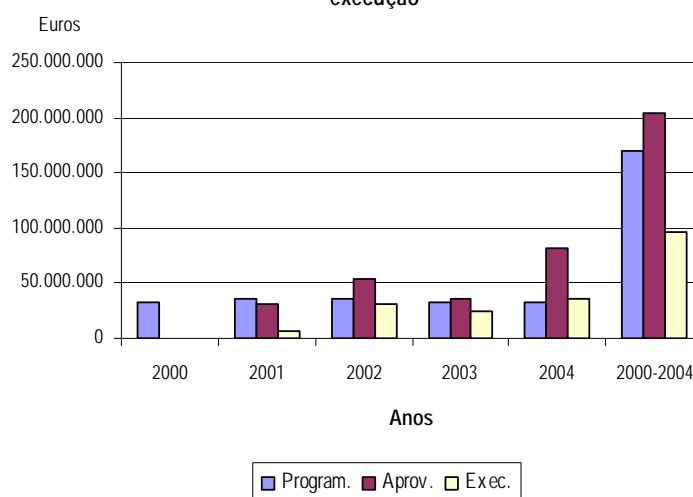
Registe-se a regularidade das Unidades de Gestão, que permitiram uma gestão atempada dos projectos, em particular a manutenção de um nível de aprovações muito regular a partir do primeiro trimestre de 2001.

As 8 803 candidaturas aprovadas até final do ano (uma das candidaturas com parecer favorável em UG encontrava-se por homologar no final do ano) representam 87% do total da Medida e 120% do valor programado para 2000 a 2004. Apesar da execução global ser ainda relativamente baixa (57% do valor programado para 2000 a 2004), é de salientar a recuperação registada no ano de 2004 quer em termos de aprovações quer em termos de execução.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec/A
2000	32.413.558	23.821.997	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	36.213.551	26.622.918	31.860.389	22.538.945	5.950.348	4.267.885	88,0	16,4	18,7
2002	36.692.246	26.978.684	54.099.728	39.362.089	30.837.481	22.412.633	147,4	84,0	57,0
2003	33.457.410	24.599.169	36.615.647	25.850.482	23.771.744	16.842.795	109,4	71,1	64,9
2004	31.917.375	23.487.946	82.212.942	55.990.974	36.657.840	25.616.338	257,6	114,9	44,6
2000-2004	170.694.140	125.510.714	204.788.706	143.742.490	97.217.412	69.139.651	120,0	57,0	47,5
Total (2000-2006)	235.400.093	173.116.063	205.533.247	144.300.896	97.217.412	69.139.651	87,3	41,3	47,3

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



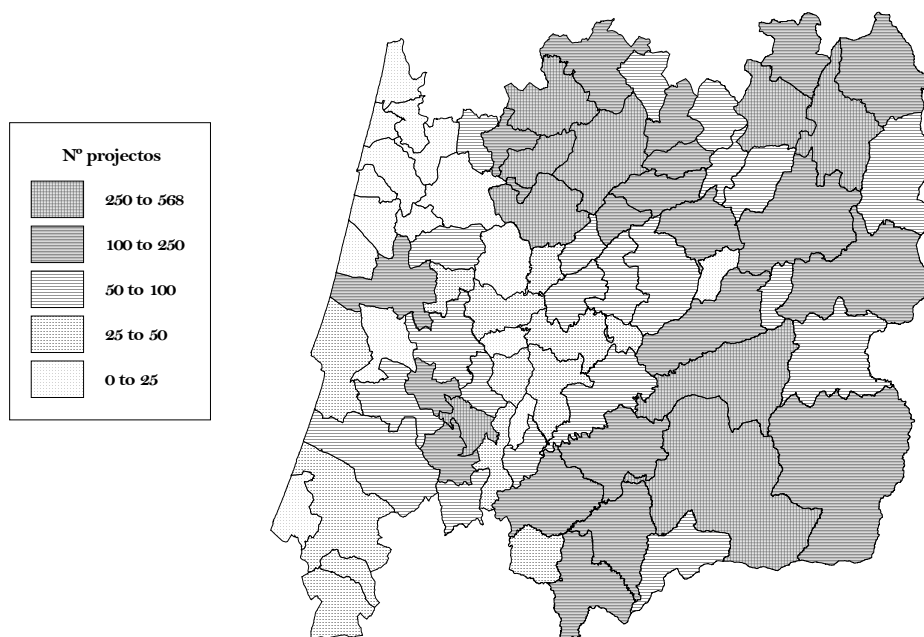
O facto de no ano de 2004 se ter executado 115% do valor anual programado permitiu o cumprimento da regra n+2.

A maioria dos projectos aprovados localizam-se no interior da região (84% do total do investimento elegível), especialmente nas áreas da Beira Interior Norte e Sul e Dão-Lafões. Para tal facto contribuem, para além dos projectos de apoio à pequena agricultura, os de regadios colectivos e os da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas.

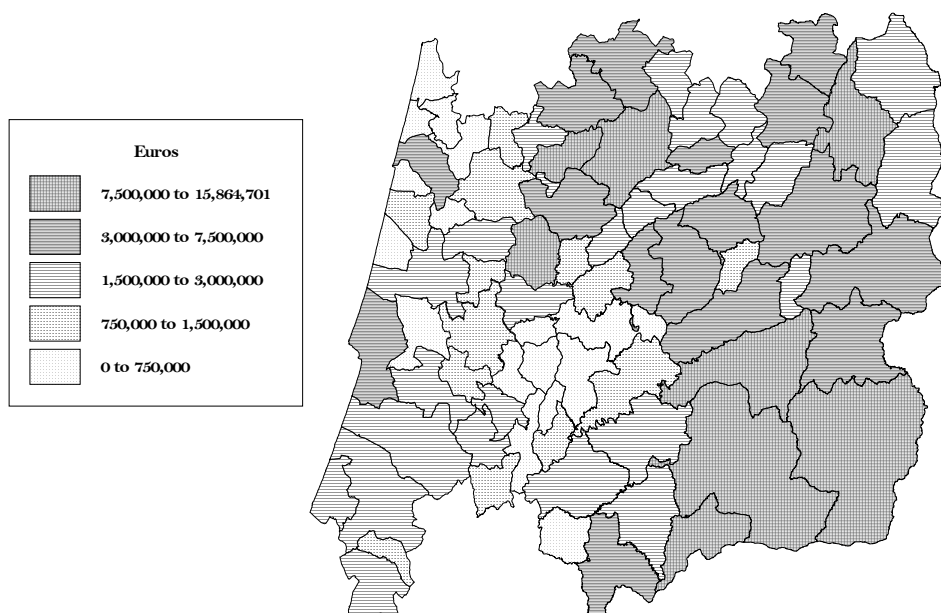
Unidade: Euros

	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por habitante
Baixo Vouga	240	10.404.139	7.751.945	5.593.360	3,90	27
Baixo Mondego	572	12.818.960	9.793.312	6.466.984	4,81	38
Pinhal Litoral	186	16.598.934	15.412.010	10.829.194	6,22	67
Pinhal Interior Norte	1.032	16.687.320	12.234.503	8.821.254	6,26	120
Dão-Lafões	2.734	65.580.382	47.227.481	33.533.539	24,59	230
Pinhal Interior Sul	545	10.475.031	6.730.920	4.775.184	3,93	234
Serra da Estrela	315	10.994.038	9.151.915	6.205.309	4,12	220
Beira Interior Norte	1.687	50.696.559	38.253.206	26.552.544	19,01	441
Beira Interior Sul	689	48.320.313	41.269.758	29.573.216	18,12	618
Cova da Beira	784	20.049.903	13.775.636	9.463.102	7,52	215
Não Reginalizável	19	4.084.752	3.932.561	2.487.210	1,53	
Litoral	998	39.822.033	32.957.267	22.889.538	14,93	41
Interior	7.786	222.803.546	168.643.419	118.924.148	83,54	277
Total da Medida	8.803	266.710.331	205.533.247	144.300.896	100,00	150

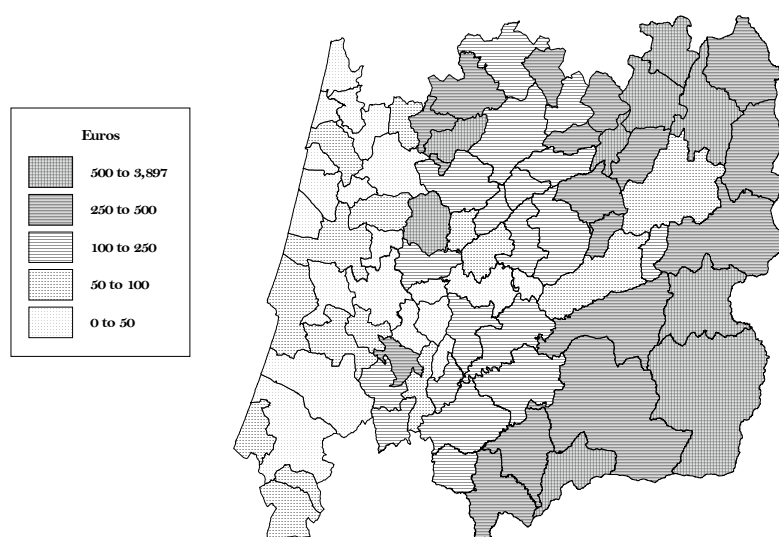
Eixo III - Numero de projectos aprovados - Agricultura



Eixo III - Custo total - Agricultura



Eixo III - Investimento por habitante - Agricultura



O quadro seguinte sintetiza os indicadores de realização física dos projectos aprovados e da execução. A medida está dirigida para as explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho a tempo parcial e cuja actividade na exploração (em grande parte para auto-consumo), proporciona uma parcela minoritária no rendimento familiar. Para avaliar da importância do apoio a estas pequenas explorações, não se deverá atender somente ao aumento da produtividade, mas também os benefícios, quer do conforto físico proporcionado pela substituição do trabalho manual pelo mecânico quer da valorização da produção auto-consumida, bem como os efeitos sobre o ordenamento e atractividade do território. É neste contexto que se realça o volume de projectos apoiados pela Linha de acção 1 (83% do total previsto até final de 2006).

De salientar, também, o número de projectos aprovados relativos à prevenção de riscos bióticos e abióticos, à constituição de produtores florestais, à conservação do ambiente, à recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais e, nas infra-estruturas, os de gestão de recursos hídricos, de electrificação das explorações agro-florestais e de caminhos agrícolas e rurais.

Linha Acção	Indicador	Unidade	Quantificação		
			Previsto	Resultados (31-12-2004)	
				Proj. aprov.	Execução
R1	Projectos aprovados	nº	8565	7.069	5.393
R1	Ajudas Públicas	mil euros	54613	44.219	36.058
R2	R2.1 Projectos para criação e modernização de unidades produtivas	nº	75	78	43
R2	R2.2 Projectos de incentivos a produtos de qualidade	nº	8	7	0
R2	R2.3 Projectos de criação e mod. De pequenas unidades artesanais	nº	10	0	0
R2	Ajudas Públicas	mil euros	6.827	6.561	4.580
R3	3.1 Organizações de produtores florestais constituídas	nº	57	39	1
R3	3.2 Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	nº	16	5	0
R3	3.3 Projectos de apoio à prestação de serviços florestais	nº	8	5	1
R3	R3.4. Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos	nº	117	86	0
R3	R3.4. Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos e abióticos	ha	375.000	385 633	
R3	R3.5 Projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público	nº	5	0	
R3	R3.5 Área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação	ha	3200	0	
R3	Ajudas Públicas	mil euros	52023	42.540	7.785
R4	R4.1 Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão	nº	4	4	0
R4	R4.2 Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura	nº	40	47	18
R4	Ajudas Públicas	mil euros	11299	7.166	4.933
R5	R5.1 Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais	nº	142	122	23

R5	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	nº	8700	11.198	1.369
R5	Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	ha	4800	8.026	477
R5	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais	km	410	345	37
R5	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega	nº	22	14	0
R5	Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	nº	5360	14.765	0
R5	Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	ha	14000	44.216	0
R5	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega	km	30	33	0
R5	Projectos de emparcelamento aprovados	nº	5	3	0
R5	Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento	nº	2200	1.846	0
R5	Área beneficiada por projectos de emparcelamento	ha	2500	771	0
R5	Ajudas públicas	mil euros	60027	56.787	23.594
R6	Projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	178	187	60
R6	Rede viária nova ou beneficiada	km	810	387	116
R6	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	nº	8600	10.646	3.480
R6	Projectos de electrificação	nº	599	557	212
R6	Linhas de média tensão instaladas	km	700	284	96
R6	Linhas de baixa tensão instaladas	km	600	375	106
R6	Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação	nº	4500	1.184	485
R6	Ajudas Públicas	mil euros	30602	30.618	12.053
R7	Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais	nº	339	335	87
R7	Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais	nº	269	209	165
R7	Ajudas Públicas	mil euros	15301	14.517	7.964
R8	Projectos aprovados	nº	52	36	0
R8	Ajudas Públicas	mil euros	4708	3.125	252

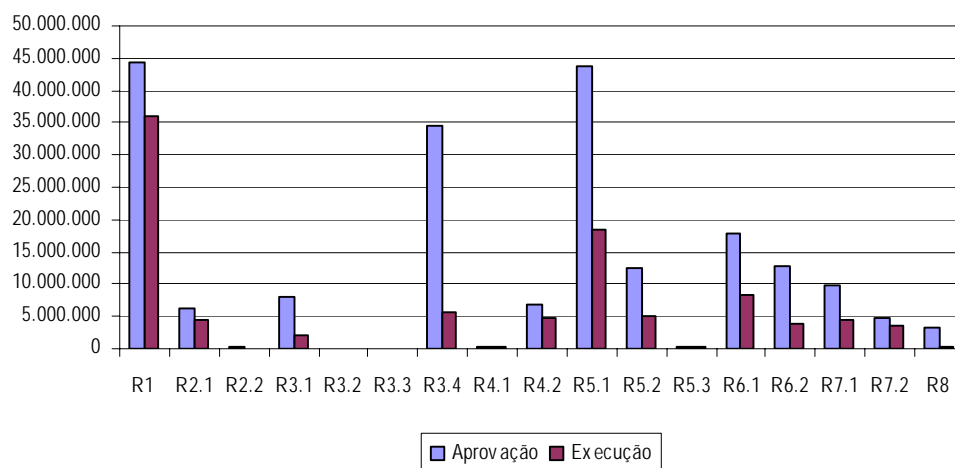
Análise por acção e sub-acção

De salientar o facto de todas as linhas de acção terem projectos aprovados. Os da Acção 1, de apoio à pequena agricultura, são os de maior número (80%) representando no entanto cerca de 22% do valor da ajuda. Para além destes, com peso significativo, são de salientar os da Acção 3, no que respeita à prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos, os da Acção 5, no que respeita aos recursos hídricos, os da Acção 6, caminhos e electrificação, e os da Acção R7.1, recuperação e valorização do património e da paisagem.

Unidade: Euros

Tipologia de Acção	Aprovações				Execução (2000-2004)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. P.)	D. Pública	Fundo	% (D. P.)
R1 Diversificação na pequena agricultura	7.069	44.218.582	31.059.149	21,5	36.058.054	25.319.109	37,1
R2.1 Criação e modernização de unidades produtivas	78	6.321.048	4.424.734	3,1	4.515.560	3.160.892	4,6
R2.2- Incentivos a produtos de qualidade	7	240.058	180.043	0,1	63.969	47.977	0,1
R3.1 Instalação de organizações de produtores florestais	39	7.908.985	5.931.739	3,8	2.124.370	1.593.278	2,2
R3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	5	75.495	53.289	0,0	31.131	21.792	0,0
R3.3-Apoio à prestação de serviços florestais	5	142.416	106.812	0,1	34.742	26.057	0,0
R3.4- Prevenção riscos prov. agentes bióticos e abióticos	86	34.413.469	21.578.871	16,7	5.594.459	3.341.057	5,8
R4.1- Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	4	266.673	200.005	0,1	183.912	137.934	0,2
R4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	47	6.899.665	5.174.748	3,4	4.748.662	3.561.497	4,9
R5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	122	43.888.266	32.916.200	21,4	18.323.887	13.742.916	18,8
R5.2 Reabilitação e modernização dos perímetros de rega	14	12.483.895	9.362.921	6,1	5.070.636	3.802.447	5,2
R5.3- Emparcelamento rural	3	414.760	311.070	0,2	199.646	149.734	0,2
R6.1 Caminhos agrícolas e rurais	187	17.854.610	13.390.957	8,7	8.205.918	6.152.568	8,4
R6.2 Electrificação	557	12.763.337	6.381.670	6,2	3.846.591	1.923.295	4,0
R7.1 Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	335	9.849.641	7.387.231	4,8	4.330.845	3.248.134	4,5
R7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	209	4.667.293	3.497.664	2,3	3.633.251	2.722.133	3,7
R8- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	36	3.125.056	2.343.792	1,5	251.777	188.833	0,3
Total	8.803	205.533.247	144.300.896	100,0	97.217.412	69.139.651	100,0

Aprovação e execução por linha de acção

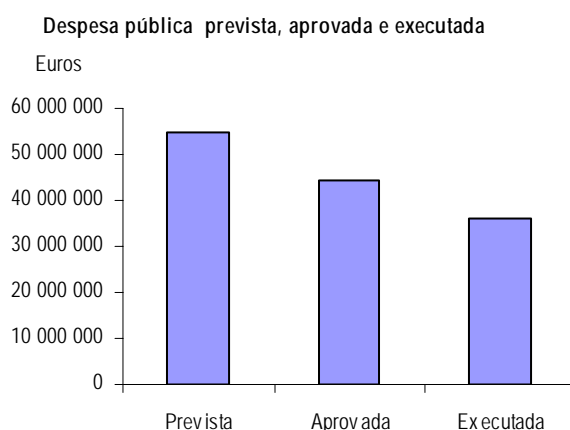


Segue-se uma análise sumária de cada uma das acções. É de referir que os valores que se apresentam como valores programados em cada acção correspondem aos valores de ajuda previstos nos indicadores de acompanhamento do Complemento de Programação.

Acção 1. Diversificação na pequena agricultura

Nesta Acção foram aprovadas cerca de 4/5 do total de candidaturas da Medida, embora a Despesa Pública aprovada tenha um peso significativamente inferior, o que reflecte naturalmente a natureza deste tipo de projectos e dos montantes envolvidos (o montante médio de investimento aprovado por projecto é de 12 600euros).

A programação financeira desta Acção para 2000-2006 prevê um orçamento de cerca de 54.61 milhões de euros de ajuda, tendo sido aprovados projectos no montante de 44.2 milhões de euros, o que se traduz numa taxa de aprovação de 80%.



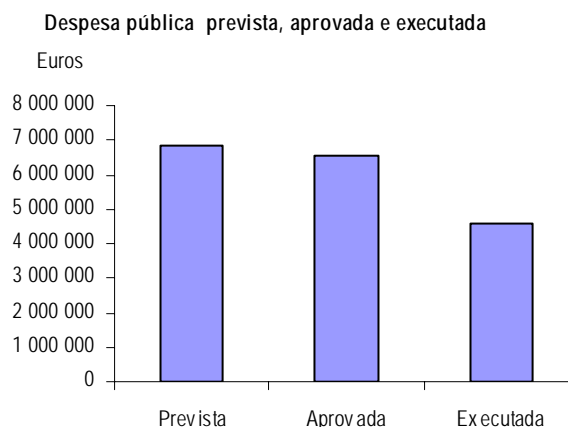
A execução é de 66% e 82%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente. Este último indicador revela que a execução dos projectos é relativamente rápida a que não é alheia o tipo de investimento predominante.

Nesta Acção continua a verificar-se uma predominância acentuada dos investimentos em equipamentos, seguindo-se os melhoramentos fundiários. Esta tendência que se mantém desde o início do QCA III, não é muito diferente da verificada com outros instrumentos financeiros de apoio, nomeadamente a Medida 1 do AGRO, e deverá manter-se até 2006, apesar desta Acção prever apoios a um conjunto de investimentos no âmbito da diversificação de actividades, que deverão ter expressão significativa nos próximos anos.

Acção 2. Desenvolvimento dos produtos de qualidade

No período em análise foram aprovadas 85 candidaturas, sendo a maioria da Beira Interior (66) e da sub-acção 2.1 (78).

As aprovações representam 96% do previsto e a execução é de 67% e 69%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente.



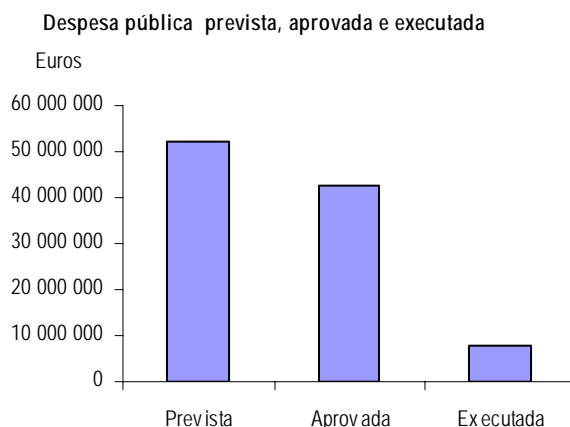
A maior incidência das aprovações na Beira Interior explica-se pela especificidade desta Acção – apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção – DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), etc -, no caso da Subacção 2.1, e pelo peso relativo dos produtos com tais denominações nesta área, sobretudo no que diz respeito ao sector do leite/queijo e do azeite.

No que diz respeito à sub-acção 2.2., relativa ao apoio às entidades gestoras das Menções Protegidas e às entidades de Controlo e Certificação, visando o desenvolvimento de acções que promovam o reforço dos sistemas de comercialização e controlo das especificidades e qualidade dos produtos, verificou-se uma execução relativamente baixa, devido ao facto destas entidades terem já sido contempladas com tais apoios no QCAII e, sobretudo devido ao facto de as acções orientadas para a promoção dos produtos terem deixado de ser comparticipadas neste quadro comunitário. Os 7 projectos aprovados, da DRABL, incidem em produtos do queijo, frutas, azeite e outros produtos agro-alimentares.

Apesar da taxa de aprovação da acção 2 se encontrar no limiar do previsto, com uma elevada pressão de procura, não se verifica uma correlação significativa entre o volume de investimento aprovado e o consequente aumento da oferta de produtos com menção legalmente consignada (DOP's, IGP's, etc) no mercado. Esta situação é particularmente notória no sector dos azeites e em menor expressão nos queijos. Tal facto resulta em parte da incipiente estrutura organizativa por parte da produção, a nível comercial, particularmente no sector do azeite, situação que começa a apresentar uma inversão de tendência. Concorrem ainda para esta realidade dois factores preponderantes: - por um lado a metodologia associada ao sistema de controlo e certificação, manifestamente inadequado e por outro a apropriação por parte da grande distribuição da quase totalidade da mais valia associada a este tipo de produtos o que se traduz num factor de desincentivo por parte da produção.

Acção 3. Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas

Nesta Acção foram aprovados 135 projectos, com uma despesa pública correspondente a 82% do previsto. A maior incidência diz respeito à sub-acção 3.4- Prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos (81% do total da acção), não se registando aprovações na sub- acção 3.5. – Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público.



A taxa de execução desta Acção é baixa (18% do aprovado), devido a uma série de factores complementares:

A complexidade formal das três primeiras sub-acções, tendo como objectivos, entre outros, a criação de novas dinâmicas de organizações de produtores florestais, locais e regionais, o apoio à prestação de serviços florestais e à capacidade técnica de intervenção no sector. De qualquer modo, a execução da primeira sub-acção - instalação de organizações de produtores florestais -, está de acordo com a programação inicial, o mesmo não se verificando nas restantes sub-acções, quer pela inovação na sua formulação, quer pela dificuldade de enquadramento dos beneficiários e despesas elegíveis, sobretudo.

Estas sub-acções e a Acção no seu conjunto, aproximam-se dos pontos mais sensíveis da floresta na Região Centro, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão/ parcelamento. Tendo como pano de fundo a Lei de Bases da Política Florestal, a sua estruturação com objectivos, elegibilidades, ajudas, sistema de convite público, etc., muito abrangente, obriga a uma execução muito acompanhada, num quadro de gestão complexo.

No que respeita à sub-acção 3.4.-Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos, com a saída de nova regulamentação, foram ultrapassados os seus principais estrangulamentos, o que permitiu, no ano de 2004, apreciar um volume significativo de candidaturas que representam 16.7% do total da despesa pública aprovada. Neste contexto é de esperar que a sua execução venha a subir significativamente nos próximos anos.

Refira-se que esta Acção não se aplica directamente na área geográfica abrangida pela Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, que tem dotações financeiras específicas para a sua implementação.

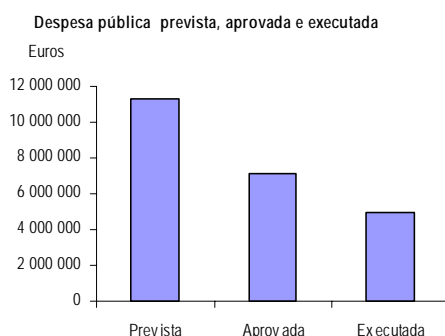
Acção 4. Serviços à agricultura

Foram aprovados 53 projectos, com uma ajuda de 7.2 milhões de euros, o que representa 63% do previsto.

A maioria diz respeito à sub-acção 4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura (96% da ajuda). A execução é relativamente elevada (69% do aprovado).

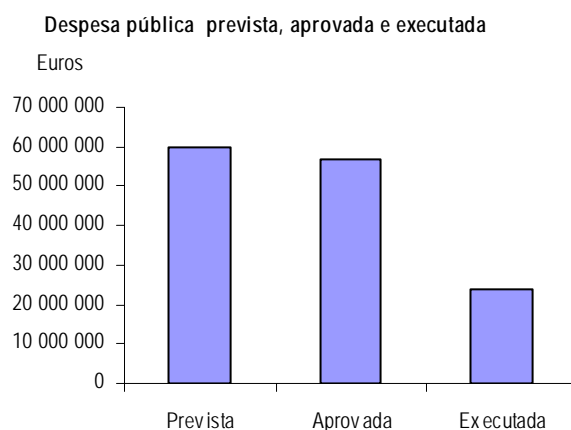
Esta Acção tem como objectivos básicos o apoio à prestação de serviços agrícolas não directamente ligados ao processo produtivo através das organizações de produtores. A subacção relativa ao melhoramento das raças autóctones (Ovelha Merino da Beira Baixa, Ovelha

Mondegueira, Ovelha Bordaleira Serra de Estrela, Raça Bovina Marinhoa, Cabra Charnequeira) e da Raça Bovina Frísia, pelas suas características (programas anuais e despesas elegíveis padronizadas) tem uma execução elevada. Relativamente à subacção Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas, realizou-se um convite público, encontrando-se os projectos numa fase final de execução. Da avaliação que já é possível fazer, permite constatar que a tipologia de oferta de serviços constante do convite público se dirige para um nível organizacional das estruturas do associativismo agrícola que, de um modo geral, se encontra algo distante da nossa realidade. Com efeito a procura por parte das estruturas associativas é claramente dirigida para a prestação de serviços aos seus associados, que de algum modo envolvem o processo produtivo, o que é condicionado pela própria regulamentação comunitária.



Acção 5. Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento

Nesta Acção foram aprovadas 139 candidaturas, envolvendo um montante de investimento superior a 56.7 milhões de euros. Quer o número de projectos, quer os montantes envolvidos encontram-se dentro dos parâmetros previstos, embora a execução (executado/previsto e executado/aprovado) ronde apenas os 39% e 42% respectivamente.



Como se tratam de investimentos de alguma dimensão financeira (caso dos novos regadios colectivos e dos perímetros de rega), com uma execução plurianual, sujeitos a regras muito estritas, incluindo estudos de impacte ambiental, e a concursos públicos, a sua execução arrasta-se normalmente pelo Quadro Comunitário.

O investimento em regadios é considerado estratégico na política agrícola e de desenvolvimento rural, suportando esta acção um conjunto de investimentos nos principais regadios e perímetros de rega da região.

Acção 6. Caminhos e electrificação agrícola

Esta Acção tem níveis de execução (aprovado/previsto) muito elevados (foram aprovadas 744 candidaturas com uma despesa pública de 30.6 milhões de euros o que representa 100% do previsto no período 2000-2006. De facto, no caso dos caminhos agrícolas e rurais, a natureza dos promotores (essencialmente autarquias locais) aumentam fortemente a procura deste tipo de apoios, apesar da negociação permanente nesta matéria entre Coordenador e Beneficiários.

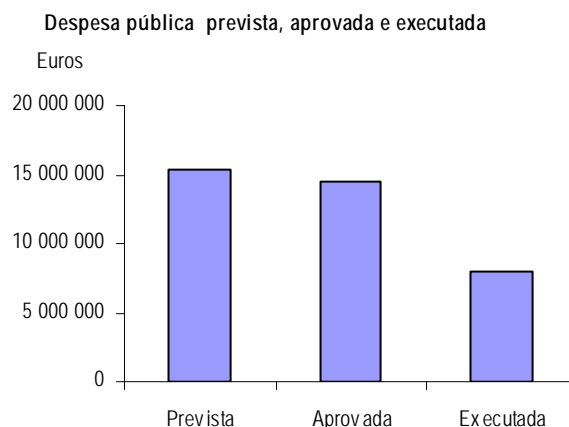
No caso das electrificações, tendo em conta que a execução está dependente de uma empresa (EDP) e do seu planeamento interno a execução é relativamente baixa (30% do aprovado).

Por outro lado, atendendo ao facto de, na electrificação, se tratar de investimentos até à exploração agrícola, obriga a um adequado esforço de articulação com as aprovações de projectos no âmbito do Programa AGRO (Medida 1).



Acção 7. Valorização do ambiente e do património rural

Foram aprovados 544 projectos (335 relativos à subacção 7.1. - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 209 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais), representando 95% da despesa pública prevista para o período 2000-2006. O nível de execução é de 55% do aprovado, com diferenças significativas para a sub-acção 7.1 e 7.2 (44% e 78% do aprovado, respectivamente).



A Subacção 7.1. tem uma elevada procura, quer porque os beneficiários são essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideram uma alternativa a outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. Em 2004 aprovaram-se e executaram-se sobretudo os projectos previstos nos PI's aprovados em anos anteriores.

Deste modo é aconselhável alguma prudência na aprovação de novos PI, tendo em conta as dotações financeiras existentes e a evidente complementaridade /sobreposição que existe entre esta sub-acção e outros instrumentos de apoio.

No caso da Sub-acção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais, a execução foi fortemente condicionada pelo enquadramento dos investimentos de carácter ambiental nos lagares de azeite. A Sub-acção encontra-se suspensa por Despacho do Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

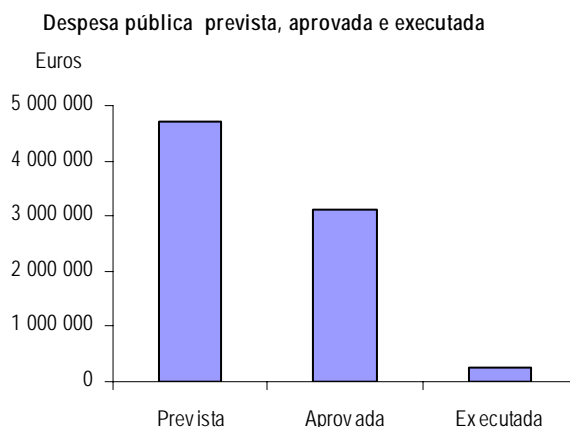
É previsível que surjam novos investimentos nesta área, de tipo estruturante, sobretudo no sector do leite/lactíneos (soro lácteo) e da suinicultura (Vale do Liz).

Acção 8. Acções integradas de dinamização agrícola e rural

Nesta Acção foram aprovados 36 projectos com uma despesa pública de 3.1 milhões de euros, correspondente a 66% do previsto para o período 2000-2006. A execução é da 8% do valor aprovado.

Esta Acção teve um elevado incremento de aprovações em 2004 que ainda não se reflectiu ao nível da execução.

Atendendo à sua especificidade, esta Acção constitui um importantíssimo instrumento de apoio a iniciativas que levem à ultrapassagem de estrangulamentos numa determinada fileira ou de fragilidades detectadas num determinado território, constituindo o catalizador de iniciativas potenciais beneficiárias de outros apoios públicos.



Medidas de divulgação, informação e publicidade

Continuou o processo de divulgação da Medida Agris no âmbito do PO Centro em estreita articulação com o MADRP, sobretudo no que diz respeito a orientações sectoriais em domínios prioritários.

As acções de informação e divulgação efectuadas abrangeram três níveis distintos, mas complementares:

- De tipo institucional – reuniões dos CRA's (Conselho Regional Agrário) da DRABI e da BRABL, onde têm assento, entre outros, os representantes dos principais sectores económicos regionais. Destas reuniões, de carácter consultivo, saíram importantes contributos para a estruturação das Acções da AGRIS, tendo em conta o estabelecido no Complemento de programação. Duas acções merecem neste caso particular realce. No âmbito do desenvolvimento das acções 8 – Dinamização do Desenvolvimento Agro-Florestal, tem sido estabelecidas parcerias tripartidas envolvendo as DRA's, Associações e Instituições Universitárias que se tem revelado muito profícua na forma inovadora de abordagem e divulgação dos instrumentos de política, contribuindo de forma significativa para o aumento da sua visibilidade. De igual modo o desenvolvimento dos projectos da acção – 4.2.3 Prestação de Serviços Agrícolas envolvendo as associações do sector tem-se revelado muito eficaz. A nível central a coordenação da Medida Agris é assegurada pelo Grupo de Ligação Nacional - criado por Despacho do Ministro da Agricultura nº 8745/2003 de 6 de Maio e que funciona junto do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.
- De âmbito sectorial – reuniões de informação/divulgação com as principais associações e municípios, particularmente pela sua envolvimento no âmbito da subacção 3.4 – prevenção de riscos provocados por agentes abióticos – incêndios florestais. Por outro lado, os técnicos da DRABL e DRABI participaram em acções (colóquios, seminários, simpósios, acções de divulgação) organizadas por diversas entidades, incluindo as próprias DRA's – foram realizadas cerca de trinta e cinco acções - em que, se procedeu de uma forma orientada em função dos destinatários presentes a uma divulgação dos apoios constantes da Medida, como foi o caso do programa de divulgação "Projovem" ocorrido na DRA Beira Litoral.
- De âmbito regional – o site do MADRP www.min-agricultura.pt dispõe de toda a informação actualizada relativa à Medida AGRIS, por linha de acção, os normativos aplicáveis (legislação e circulares de apoio), os formulários de candidatura e um resumo

dos objectivos, dos beneficiários e dos níveis de ajuda. Foram elaborados a nível central (MADRP) diversos folhetos e cartazes de informação e divulgação que continuam a ser utilizados como suporte de informação. Ocorreu também a inserção de informação de divulgação em jornais.

- A estrutura de apoio técnico ao coordenador da medida tem divulgado e aconselhado, junto dos proponentes cujos projectos envolvam infra estruturas públicas de montante inferior a 500 000 €, a afixação de um painel modelo que assegura o cumprimento das regras nacionais – manual de comunicação do PO Centro e comunitárias Reg (CE) nº 1159/2000 - em matéria de informação e publicidade;

O nível actual de compromissos assumidos pela Medida Agris demonstra que as acções de de informação e divulgação se tem revelado adequadas, prevendo-se que de futuro não ocorram de forma sistemática, mas sim dirigida para alterações entretanto ocorridas bem assim para colmatar deficientes execuções em determinadas sub-acções que continuam com um grau de compromissos reduzido.

Respeito pela política agrícola comum. A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC está enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Esta assegurada, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris”- esta confirmação é assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU ou no Plano de Contingência
- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), nomeadamente à excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que são apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.

16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos

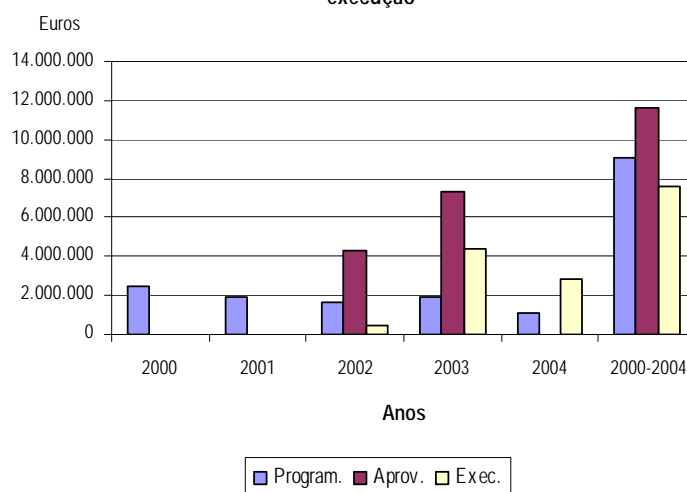
Reportando a situação a 31 de Dezembro de 2004, a medida apresenta uma elevada taxa de compromisso. As aprovações representam, 96% e 129% do total programado e do programado até final de 2004, respectivamente. A taxa de execução teve um acréscimo significativo, atingindo 63% e 85% do total programado e do programado até final de 2004, respectivamente.

O diferencial entre a taxa de aprovação e de execução deve-se ao facto de se registar um desfasamento considerável entre a realização de despesa e a apresentação dos respectivos pedidos de pagamento e destes serem apresentados sem a totalidade dos elementos necessários à sua verificação.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	2.433.000	1.824.000	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	1.896.000	1.422.000	0	0	0	0	0,0	0,0	
2002	1.653.000	1.240.000	4.327.715	3.245.786	458.085	343.563	261,8	27,7	10,6
2003	1.913.000	1.435.000	7.316.820	5.487.615	4.362.302	3.271.727	382,5	228,0	59,6
2004	1.131.440	849.000	0	0	2.808.633	2.106.475	0,0	248,2	
2000-2004	9.026.440	6.770.000	11.644.535	8.733.401	7.629.020	5.721.765	129,0	84,5	65,5
Total (2000-2006)	12.103.344	9.077.473	11.644.535	8.733.401	7.629.020	5.721.765	96,2	63,0	65,5

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



O número de intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca aprovadas foram concluídas até ao final de 2004, e correspondem às intervenções previstas até 2006. Estas intervenções beneficiam cerca de 450 embarcações.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto 2006	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca	nº	5	5	5
embarcações servidas	nº		453	453

A execução física é superior à financeira, dado existir um desfasamento considerável entre a realização de despesa e a apresentação dos respectivos pedidos de pagamento.

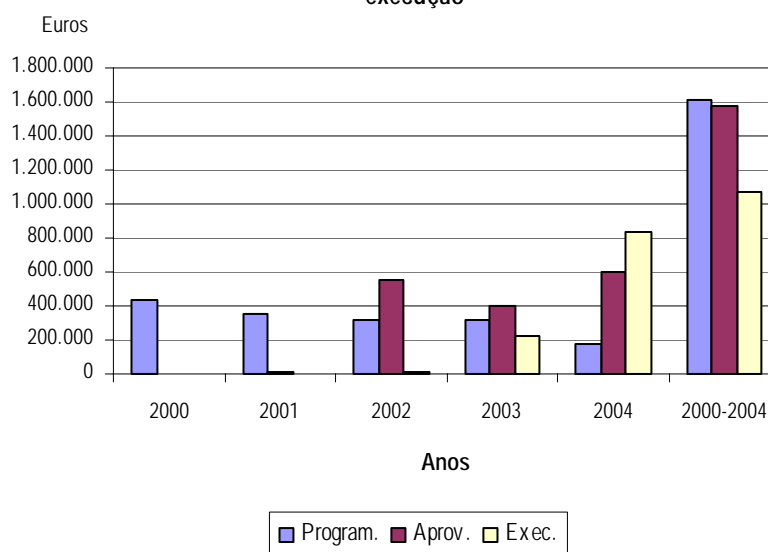
17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação

Na sequência da aprovação de alterações ao Complemento de Programação, foram publicados, em 2003, o Decreto-Lei nº 109/2003 e a Portaria nº 934/2003, no sentido de preverem outro tipo de projectos e de beneficiários. Neste contexto foi possível, até final de 2004, aprovar 15 candidaturas, e assim conseguir uma taxa de aprovação/programação da ordem dos 98% (2000-2004). Para esta melhoria significativa contribuíram as acções de informação junto de diversas entidades potenciais promotoras de projectos, tendo sido realizadas para o efeitos diversas reuniões e enviada uma circular informativa junto dos principais beneficiários.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc/Prog	Exec/A
2000	432.978	314.978	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	357.977	261.977	16.180	12.135	4.194	3.145	4,5	1,2	25,9
2002	319.977	234.977	554.731	416.048	11.827	8.870	173,4	3,7	2,1
2003	319.977	234.977	404.030	327.200	219.079	175.212	126,3	68,5	54,2
2004	177.637	139.977	595.867	513.474	835.044	659.498	335,4	470,1	140,1
2000-2004	1.608.546	1.186.886	1.570.807	1.268.857	1.070.144	846.726	97,7	66,5	68,1
Total (2000-2006)	2.049.320	1.537.000	1.609.172	1.300.998	1.070.144	846.726	78,5	52,2	66,5

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Em termos de execução e comparando a situação em 2004 face à existente nos anos anteriores, regista-se um progresso notório, o que possibilitou o cumprimento tranquilo da regra n+2 aplicável ao IFOP até final de 2004.

A evolução em termos de taxa de execução é essencialmente devida ao reforço e adopção de medidas excepcionais junto de todos os promotores de projectos aprovados, designadamente:

- notificação dos promotores com atrasos de execução, com indicação dos prazos limite para apresentação de pedidos de pagamento;
- reuniões de acompanhamento com os promotores, no sentido do cumprimento da execução física e do calendário de apresentação de pedidos de pagamento;

- disponibilização de apoio técnico para a apresentação dos pedidos de pagamento em conformidade e para a instrução de reprogramações de projectos aprovados.

Dada a especificidade da medida a maioria dos projectos localizam-se no litoral da Região.

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	8	735.812	678.857	540.468	41,33	2
Baixo Mondego	5	645.070	530.901	460.969	36,23	2
Beira Interior Norte	1	374.092	374.092	280.569	21,01	3
Não Reginalizável	1	25.323	25.323	18.992	1,42	
Litoral	13	1.380.882	1.209.758	1.001.437	77,56	1
Interior	1	374.092	374.092	280.569	21,01	0
Total da Medida	15	1.780.297	1.609.172	1.300.998	100,00	1

Os projectos aprovados, 15 projectos, constituem um bom indicador em termos de projectos previstos no Complemento de Programação até 2006. Em termos de taxas representam: 100% dos projectos colectivos de apoio à aquicultura e dos projectos de equipamentos de portos de pesca previstos, tende o número de projectos para a promoção do desenvolvimento da qualidade e normalização dos produtos da pesca já ultrapassado o previsto.

Indicador Físico	Unidade	Quantificação		
		Previsto	Resultados (31-12-2004)	
			Proj. aprov.	Execução
projectos colectivos de apoio à aquicultura	n.º	2	2	1
projectos de equipamentos de portos de pesca	n.º	5	5	5
projectos para a promoção do desenvolvimento qualidade e normalização dos produtos da pesca	n.º	2	8	6

VI

Procentro: administração e gestão

1. Comissão de Acompanhamento

Os trabalhos da Comissão de Acompanhamento centraram-se na reprogramação do Programa Operacional da Região Centro e correspondentes alterações do Complemento de Programação.

Na 7ª reunião da Comissão de Acompanhamento foi apreciado e aprovado o Relatório de Execução de 2003 do P.O. Centro e foi ainda aprovada a reprogramação do Programa. Devido ao facto de ter sido considerado muito eficiente, o Programa teve acesso à base da reserva de eficiência e ao prémio da reserva de eficiência, beneficiando ainda de uma parcela da reserva de reprogramação, totalizando um montante de 92,29 milhões de euros. Esta reprogramação financeira inclui também uma reprogramação interna do Programa.

A proposta de reprogramação foi baseada nas recomendações resultantes do Relatório da Avaliação Intercalar, sendo constituída pelos seguintes pontos:

- Reforço das Medidas relativas a infraestruturas e equipamentos e que contribuam para melhorar a competitividade regional (Medidas 1.1, 1.2, 1.4, 1.7, 2.1, 2.6, 3.1, 3.3 e 3.13), através da reserva de eficiência, tendo o sector do Ambiente um tratamento privilegiado com a criação de uma nova Medida (1.9) destinada a apoiar os sistemas de abastecimento de água “em baixa” que irão ser complementados pelas componentes “em alta”, acolhidas pelo Fundo de Coesão;
- Redução do valor FEDER previsto na Medida 1.5, por se tratar da Medida do Eixo I com intervenção do FEDER que menos procura tem registado, com reforço da Medida 2.1;
- Fusão das Medidas 2.2 e 2.8 e consequente reajustamento dos recursos programados para as Medidas do FSE, através da transferência de fundos das Medidas 1.6 e 2.2 para a Medida 3.3;
- Reforço da Medida 2.7, através da reserva de programação, no sentido de fazer face às necessidades acrescidas resultantes da vaga de incêndios ocorridos em 2003;
- Alteração do conteúdo das Medidas 1.6, 2.7, 3.6, 3.7, 3.8 e 3.14.

No âmbito de uma consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento foram aprovadas alterações ao conteúdo da Medida 2.3, ao nível das tipologias de projectos.

Na 9ª reunião foi efectuado um ponto de situação sobre a reprogramação do Programa, salientando-se o facto de no Eixo I ter sido criada a Medida 1.9, específica para o saneamento básico. Como consequência do processo de reprogramação do Programa, foram também aprovadas as correspondentes alterações no Complemento de Programação.

A alteração ao Programa deu origem a uma nova decisão da Comissão Europeia, decisão essa tomada, ainda, em 2004.

2. Reprogramação Intercalar

A avaliação intercalar do Programa Operacional Centro e o seu desempenho, designadamente em termos financeiros, permitiu que o programa fosse classificado como muito eficiente e tivesse acesso à Reserva de Eficiência num valor de 85,29 milhões de euros (5% da sua dotação inicial). Para além desta reserva o programa contou ainda com um reforço de 4 milhões de euros provenientes da Reserva de Programação.

A proposta de reprogramação, apreciada na Comissão de Acompanhamento de 8 de Junho, veio a obter aprovação por parte da Comissão das Comunidades Europeias em 21 de Dezembro de 2004 (Decisão C(2004) 5492).

A afectação financeira, por Eixo Prioritário, origem e Fundo foi a seguinte:

Unidade: milhões de EUROS

Eixo	Fundo	Dotação Inicial	Reforço					Dotação Actual
			Reserva de Eficiência	Reserva de Programação	Afectação a outros POs	Reafectação interna	Total	
I	FEDER	520,90	54,29			-2,00	52,29	573,19
	FSE	30,70				-7,72	-7,72	22,98
	Total	551,61	54,29	0,00	0,00	-9,72	44,56	596,17
II	FEDER	150,31	12,00			2,00	14,00	164,31
	FSE	19,37				-1,88	-1,88	17,49
	FEOGA	24,94		4,00			4,00	28,94
	Total	194,62	12,00	4,00	0,00	0,12	16,12	210,74
III	FEDER	618,49	14,00				14,00	632,49
	FSE	163,10	5,00			9,60	14,60	177,70
	FEOGA	178,24			-1,50		-1,50	176,74
	IFOP	1,54					0,00	1,54
	Total	961,37	19,00	0,00	-1,50	9,60	27,10	988,47
Total	FEDER	1.289,71	80,29				80,29	1.369,99
	FSE	213,18	5,00				5,00	218,18
	FEOGA	203,18		4,00	-1,50		2,50	205,68
	IFOP	1,54					0,00	1,54
	Total	1.707,60	85,29	4,00	-1,50	0,00	87,79	1.795,39

As alterações ao programa são no sentido de responder às necessidades regionais, e seguem quatro orientações fundamentais:

reforçar as Medidas que permitem dotar a região de infra-estruturas e equipamentos que melhorem a prestação de serviços às populações e contribuam para melhorar a competitividade regional. As áreas do Ambiente, da Requalificação Urbana e da Educação são aquelas onde o reforço é maior. De realçar o sector do Ambiente com um tratamento particular e privilegiado, já que obtém um reforço de 31 milhões FEDER de euros para o saneamento básico, através da criação de uma nova medida que visa apoiar projectos estruturantes em curso na Região;

reajustar os recursos programados para diferentes Medidas do FSE, procurando dotar as que evidenciam melhor capacidade de resposta à formação dos recursos humanos ou à emergência de bolsas de desemprego que vão surgindo na região. Neste sentido a Medida de Promoção do Emprego e da Empregabilidade, Medida 3.3 do Eixo III, obtém um reforço de 14,6 milhões de euros de FSE, 5 dos quais provenientes da reserva de Eficiência e os restantes de redistribuição interna ao programa;

reforçar a intervenção na área do Pinhal Interior, sub-região com graves problemas de desenvolvimento. O reforço desta Acção Integrada incidiu quer na componente FEDER de infra-estruturas e equipamentos, 5 milhões de euros FEDER, quer na componente FEOGA, através de afectação de 4 milhões de euros da Reserva de Programação. As verbas acrescidas do FEOGA

são no sentido de satisfazer as necessidades acrescidas na sequência da vaga de incêndios ocorridos no ano de 2003 nesta área;

Ajustar a estrutura ou o conteúdo de algumas medidas, bem como a redefinição dos resultados esperados face à execução actual e à dotação de cada uma das medidas.

3. Sistema de Informação

Em 2004, verificou-se a prossecução dos trabalhos conducentes à implementação e utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de pagamento e de gestão dos Fundos (Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional/DGDR; Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu/IGFSE, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/GPPAA e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura/DGPA), ou seja, o Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC/módulo FEDER); o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE); o Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU) e o Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P).

Ao nível do **SIFEC/Módulo FEDER** encontra-se actualizada, com excepção dos pagamentos efectuados, a informação financeira (programação, aprovação e execução). Foi inserida a execução ao nível dos indicadores de acompanhamento da realização física dos projectos, relativamente às datas de referência de 30 de Junho e 31 de Dezembro.

A implementação da versão 4.1.3 da aplicação SIFEC, no final do ano de 2003, originou alguns problemas que conduziram à inactivação, desde 18 de Março, das opções validação e estorno de pagamentos. Permaneceram, à semelhança dos anos anteriores, algumas dificuldades e instabilidade na obtenção dos relatórios e no funcionamento do SIFEC – módulo FEDER.

No entanto, a DGDR tem disponibilizado prontamente todos os pedidos de informação que são solicitados por este PO. Foram pedidas e satisfeitas, ainda, diversas alterações à DGDR relativamente aos dados inseridos nos projectos, ao NIPC e à designação das entidades executoras e aos utilizadores e seus perfis.

No **SIIFSE**, apenas a medida (III.2) desconcentrada da Educação – Ensino Profissional se encontra integrada.

A informação de carácter financeiro (programação, aprovação e execução) encontra-se actualizada, quer em termos da figura de gestor integrado, como na de gestor não integrado. Na medida desconcentrada III.3 – Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local (FSE), “o registo e análise financeira das candidaturas, o processo de análise e gestão subsequentes dos pagamentos é feita utilizando as aplicações informáticas disponibilizada pelo POEFDS, funcionando em VAX”.

Em 2004, a gestão e acompanhamento das medidas FEOGA-O continuou a basear-se no Sistema de Contingência contendo a informação necessária ao nível financeiro. A informação ao nível dos indicadores físicos encontra-se em folhas *Excel* e *Access*. Em simultâneo, entrou em funcionamento o **SIADRU**, estando em plena produção as Acções 1 – Diversificação da Pequena Agricultura e 2 – Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade. A integração das restantes acções das medidas FEOGA-O (II.7 – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior e III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural) estará concluída no decurso do primeiro semestre de 2005.

No **SI2P** (medida IFOP: III.16 - Pescas - equipamentos e transformação), ao nível do Coordenador, foi efectuada em 2003 a ligação da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro ao módulo de gestão de projectos do sistema de informação da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura e em 2004 decorreu a recuperação do histórico, estando actualizada a informação. Será efectuada no decurso do primeiro semestre de 2005 a ligação, ao nível do Gestor, ao sistema de informação.

Em termos do **controlo de 1º nível**, são efectuados os registos do plano anual, mapa de acompanhamento trimestral, relatório anual de síntese e as acções, nos sistemas integrados de informação já implementados (SIFEC e SIIFSE). É, ainda, utilizado como solução complementar o Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais (SIGIFE), desenvolvido pela Inspecção-Geral de Finanças, em *Access*, para os fundos FEDER, IFOP e FEOGA-O.

4. Utilização da Assistência Técnica

Algumas limitações nacionais na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico tem condicionado a utilização prevista nas medidas de assistência técnica. A execução subiu significativamente durante o ano de 2004, atingindo-se 55% do programado até final desse ano. Como a utilização das medidas irá para além do período de 2000-2006 prevê-se que a execução total corresponda aos valores programados.

Unidade: Euros

Ano	Programação do PO		Aprovação		Execução		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	3.963.029	2.902.671	0	0	0	0	0,0	0,0	
2001	4.079.059	2.983.125	2.606.510	1.910.191	1.702.982	1.232.545	63,9	41,7	65,3
2002	3.990.517	2.913.485	2.749.412	2.030.802	1.806.424	1.354.818	68,9	45,3	65,7
2003	3.984.088	2.900.000	4.964.098	3.686.536	3.090.225	2.286.412	124,6	77,6	62,3
2004	3.252.124	2.363.371	4.794.760	3.558.463	4.000.625	2.937.833	147,4	123,0	83,4
2000-2004	19.268.817	14.062.652	15.114.780	11.185.993	10.600.256	7.811.609	78,4	55,0	70,1
Total (2000-2006)	25.974.247	18.942.086	15.114.780	11.185.993	10.600.256	7.811.609	58,2	40,8	70,1

As despesas certificadas no valor de 10 600 256 Euros, são classificadas no grupo de “sujeitas a plafond” (de gestão, acompanhamento e controlo) e no grupo “não sujeitas a plafond” (avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação) e repartem-se de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: Euros

Medida	Tipo de despesa	Custo total prog.		Execução	
		Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%
3.17	Total	16.187.969	100	6.209.217	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	13.706.256	73	5.068.922	82
	Pessoal	9.610.497	63	3.809.707	61
	Outras	4.095.759	10	1.259.215	20

	2. Despesas não sujeitas a plafond	2.481.713	27	1.140.295	18
	Total	4.952.945	100	1.502.277	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	4.533.000	92	1.394.212	93
3.18	Pessoal	3.864.000	78	966.385	64
	Outras	669.000	14	427.827	28
	2. Despesas não sujeitas a plafond	419.945	8	108.065	7
	Total	4.833.333	100	2.888.762	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.383.333	56	1.939.136	67
3.19	Pessoal	1.100.000	23	326.081	11
	Outras	2.283.333	33	1.613.055	56
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.450.000	44	949.625	33

5. Controlo

Enquadramento

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.

Os direitos e prerrogativas da EAT, o modo como a estrutura se enquadra no âmbito do Sistema Nacional de controlo, e a definição das suas obrigações, estão definidos nos seguintes textos legais nacionais: Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III; Decreto-Lei n.º 168/2001, de 25 de Maio, que regula o funcionamento do SNC do QCA III e das intervenções de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos n.ºs 1260/1999 e 438/2001; e Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, que estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do SNC e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

Após os primeiros anos de implementação da estrutura, o exercício de 2004, decorreu sem limitações. De referir que a estrutura a partir do mês de Fevereiro ficou completa com a afectação de mais um técnico, passando a compreender um chefe de projecto e três técnicos.

De referir que no exercício de 2004 a EAT instituiu um Manual de procedimentos do controlo de 1º nível do PO Centro, que pretende ser um instrumento de síntese das práticas e procedimentos adoptados por parte da Estrutura de Apoio Técnico do Controlo de 1º Nível. Constituiu-se pois um documento de referência para o bom funcionamento da EAT, descrevendo as práticas a adoptar, os meios e procedimentos a assegurar, de modo a garantir a qualidade dos serviços fornecidos, e definindo os procedimentos operacionais de cada fase.

O presente relato da síntese da actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

Formação

No exercício de 2004, iniciou-se uma alteração no posicionamento da estrutura do controlo de 1º nível, no que concerne à formação, quer a um nível de participação quer ao nível da sua promoção.

Por um lado dois elementos da estrutura realizaram um curso de especialização para auditores do Sistema Nacional de Controlo do QCA III durante o mês de Janeiro; que foi organizada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa em colaboração com a DGDR. Foi organizada pela EAT do Controlo de 1º Nível uma sessão de formação para os técnicos da EAT FEOGA-O do PO Centro em 13 de Abril, contando com cerca de oitenta participantes, em que participaram a IGA – Inspecção Geral e Auditoria de Gestão, a Inspecção Geral de Finanças e o IFADAP.

Entidades que participam na realização das acções de controlo de 1º nível

No exercício de 2004, recorreu-se às bolsas de auditores pré-qualificados, entidades estas seleccionadas pelas entidades responsáveis pelo controlo de segundo nível dos fundos estruturais FEDER e FSE, DGDR e IGFSE, respectivamente, para realização de acções de controlo de 1º nível nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo 42º do Decreto-Lei 54-A/2000 de 7 de Abril, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio.

No que concerne aos fundos estruturais FEOGA-O e IFOP, de acordo com o disposto na lista anexa à Portaria n.º 684/2001 de 5 de Junho, o IFADAP/INGA, foi integrado como organismo envolvido no controlo de 1º Nível do PO Centro ao nível das medidas: 2.7 – AIBT do Pinhal Interior (FEOGA-O), 3.14 - Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA-O) e 3.16 - Pescas Equipamentos e Transformação. A intervenção do IFADAP no controlo de 1º nível do PO Centro, está enquadrada através dos Protocolos de Colaboração celebrados.

Acompanhamento de auditorias externas

O exercício de 2004 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento.

De seguida apresentam-se as auditorias realizadas:

- . Auditoria da Inspecção-geral de Finanças aos procedimentos aplicados na realização de despesas mediante a celebração de contratos públicos, que se iniciou em Setembro;
- . Auditoria da Inspecção-geral de Finanças aos procedimentos aplicados na realização de despesas mediante a celebração de contratos públicos – FEDER e FSE, que se iniciou em Setembro;
- . Controlo Complementar – Auditoria a projectos co-financiados pelo FSE e FEDER integrados no Programa Operacional da Região Centro do QCA III realizada pela Inspecção-geral de Finanças que teve início em Setembro;
- . Controlo Complementar – Auditoria a projectos co-financiados pelo FEOGA-O integrados no Programa Operacional da Região Centro do QCA III realizada pela Inspecção-geral de Finanças;
- . Avaliação da fiabilidade do controlo de 1º Nível realizada pela Inspecção-geral e Auditoria de Gestão, iniciada em Março de 2004;
- . Auditoria da Inspecção-geral e Auditoria de Gestão aos sistemas de gestão e controlo da Medida Maris – Componente IFOP dos programas operacionais regionais, iniciada em Julho de 2004;
- . Auditoria da Inspecção-geral e Auditoria de Gestão ao sistema de gestão e controlo do Programa Operacional Regional do Centro do QCA III, iniciada em Março de 2004;

- . Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 8º Pedido de pagamento intermédio de reembolso de despesas FEOGA-O do PO Centro iniciada em Maio;
- . Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 5º Pedido de pagamento intermédio de reembolso de despesas IFOP do PO Centro iniciada em Maio;
- . Auditoria do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Julho e Setembro de 2003 pelo PO Centro que teve início em Fevereiro de 2004;

Sistemas de informação

No que se respeita aos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2004 as tarefas inerentes à prestação de informação no âmbito do Sistema Nacional de Controlo, de referir que relativamente ao FSE, foram inseridos no SIIFSE – Sistema Informático Integrado do Fundo Social Europeu, os dados relativos ao Plano Anual de Controlo, os Mapas de Acompanhamento Trimestral, o Relatório Anual de Síntese e os relatos das acções de controlo efectuadas. No que concerne ao FEDER, FEOGA-O e IFOP, foram inseridos na aplicação informática SIGIFE – Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais, os Planos Anuais de Controlo do PO Centro, a execução e acompanhamento da acções de controlo realizadas, e foram exportados os Mapas de Acompanhamento Trimestral e o Relatório Anual de Síntese. No que concerne ao FEDER foram ainda registadas no SIFEC – Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e Coesão, as acções de controlo desenvolvidas. Este é um registo complementar, que permite à gestão ter conhecimento dos controlos efectuados, e dos seus resultados e recomendações.

Gestão de devedores e Comunicação de irregularidades

Existe ao nível da estrutura de controlo de 1º nível o registo da informação relativa à gestão de devedores e pré-devedores. Este capítulo reveste a maior importância uma vez que se refere a operações, ou partes de operações que prejudicaram o orçamento comunitário e enquanto tal, devem estes montantes ser recuperados. Foram disponibilizados pelas Autoridades de Pagamento de cada um dos fundos estruturais manuais de gestão de devedores e de comunicação de irregularidades.

Sempre que existiram montantes indevidamente pagos, foram desencadeados procedimentos de recuperação, que passam por um retorno financeiro, ou nos casos previstos no Regulamento (CE) n.º 1681/94 de 11 de Julho, cumulativamente pela existência de comunicação de irregularidade à entidade responsável pelo Controlo de 2º Nível.

A Comunicação de irregularidades no âmbito do financiamento das políticas estruturais, teve uma base trimestral, tendo sido comunicadas pela EAT do controlo à entidade responsável pelo controlo de segundo nível no âmbito da articulação de acordo com o estabelecido no Sistema Nacional de Controlo.

No exercício de 2004 foram instruídas e propostas e comunicadas oito fichas de irregularidades. No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram comunicados seis casos, sendo que três foram encerrados (um de 2003 e dois de 2004). No que concerne ao fundo estrutural FEOGA-O, foram comunicados dois casos não estando encerrados.

Casos de irregularidades comunicados em 2004

Euros

Fundo	Nº de projectos	Montante	Irreg.	Montante	A recuperar	Montante Recuperado	
		UE	Total	Pago (UE)	UE	UE	Total
FEDER	6	548.573,46	741.462,34	548.573,46	548.573,46	45.452,25	45.452,25
FSE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEOGA-O	2	70.174,57	93.566,09	70.174,57	70.174,57	0,00	0,00
IFOP	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	8	618.748,03	93.566,09	618.748,03	618.748,03	45.452,25	45.452,25

Actualização da descrição dos sistemas de Gestão e Controlo previstos no art. 5º do Regulamento (CE) nº 438/2001

A EAT procedeu à actualização e envio das pistas de auditoria do PO Centro de acordo com o artigo 5º, e n.º 3 do art. 9 do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março de 2001.

Controlos por amostragem da despesa***EAT de Controlo de 1º Nível***

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2004.

Uma vez que a esta data existiam relatórios de controlo, integrados nos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2004, que apesar de realizados não tinham sido objecto de decisão final, apresenta-se a situação a 31/12/2004 e a 30/04/2005.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram já efectuados 92 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002, 2003 e 2004 FEDER, envolvendo a verificação de despesa no montante de 89.947.576 € e correcções financeiras de 616.063 €.

Despesa verificada com relatório final

Medida	Nº	Despesa verificada Dezembro de 2004	Correcções financeiras	Nº	Despesa verificada Abril de 2005	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO I						
I.1 - Equipamentos e Infra-estruturas locais	14	5.753.853,00	38.441,00	17	7.940.749,00	49.023,00
I.2 - Ambiente e Recursos Naturais	9	4.897.188,00	0,00	12	7.142.394,00	0,00
I.3 - Acessibilidades	7	4.313.421,00	209.266,00	11	6.305.383,00	209.266,00
I.4 - Qualificação de Aglomerados Urbanos	2	1.531.539,00	55.646,00	2	1.531.539,00	55.646,00
I.5 - Apoio às activ económicas, acções de desenv. Territorial e apoio à eficácia das Pol. Públicas	11	3.394.461,00	2.000,00	11	3.394.461,00	2.000,00
I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	4	4.915.776,00	0,00	4	4.915.776,00	0,00
I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	4	94.505,00	0,00	4	94.505,00	0,00
TOTAL EIXO I	51	24.900.743,00	305.353,00	61	31.324.807,00	315.935,00
EIXO PRIORITÁRIO II						
II.1 - Acções Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades		0,00	0,00		0,00	0,00
II.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias	5	1.516.509,00	0,00	6	1.573.946,00	0,00
II.4 - Turismo e Património no Vale do Côa	2	1.508.575,00	0,00	3	2.135.313,00	0,00
II.5 - Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela	4	1.089.630,00	74.820,00	6	2.137.498,00	74.820,00
II.6 - AIBT do Pinhal Interior	1	232.987,00	14.050,00	3	458.690,00	14.050,00
TOTAL EIXO II	12	4.347.701,00	88.870,00	18	6.305.447,00	88.870,00
EIXO PRIORITÁRIO III						
III.1 - Educação - Infra - Estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	5	6.431.749,00	3.000,00	5	6.431.749,00	3.000,00
III.4 - Apoio ao investimento no Desenvolvimento Local		0,00	0,00	0	0,00	0,00
III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação		0,00	0,00	0	0,00	0,00
III.6 - Sociedade de Informação	1	936.390,00	142.674,00	1	936.390,00	142.674,00
III.8 - Saúde - Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (S.L.S.)	4	2.581.432,00	65.574,00	4	2.581.432,00	65.574,00
III.9 - Cultura	3	485.734,00	10,00	3	485.734,00	10,00
III.10 - Desporto - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	2	1.766.627,00	0,00	3	5.855.666,00	0,00
III.11 - Economia	2	24.607.936,00	0,00	2	24.607.936,00	0,00
III.12 - Acessibilidade e Transporte	2	6.583.324,00	0,00	4	9.343.462,00	0,00
III.13 - Ambiente	8	1.516.416,00	0,00	9	1.703.859,00	0,00
III.15 - Pescas - Infra-estruturas de portos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
III.17 - Assistência Técnica (FEDER)	2	364.205,00	0,00	3	371.094,00	0,00
TOTAL EIXO III	29	45.273.813,00	211.258,00	34	52.317.322,00	211.258,00
TOTAL GERAL	92	74.522.257,00	605.481,00	113	89.947.576,00	616.063,00

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 35 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002, 2003 e 2004 FSE, que envolveram despesa verificada no montante de 8.794.132,58 € e correcções financeiras no montante de 144.717,79 €.

Despesa verificada com relatório final

Medida	Nº	Despesa verificada Novembro de 2004	Correcção financeira FSE + OSS	Despesa verificada Abril de 2005	Correcção financeira FSE + OSS
EIXO PRIORITÁRIO I					
I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	7	346.902,79	9.025,84	346.902,79	9.025,84
TOTAL EIXO I	5	346.902,79	9.025,84	346.902,79	9.025,84
EIXO PRIORITÁRIO II					
II.2 - Acção Integrada p/ a qualificação e competitividade das cidades - componente empregabilidade	0	0,00	0,00	0,00	0,00
II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	3	272.695,97	2.270,00	272.695,97	2.270,00
TOTAL EIXO II	3	272.695,97	2.270,00	272.695,97	2.270,00
EIXO PRIORITÁRIO III					
III.2 - Educação - ensino profissional	12	2.770.988,45	66.210,85	2.770.988,45	66.210,85
III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local	13	5.213.597,13	65.851,39	5.240.854,06	67.211,10
III.7 - Sociedade da informação - Portugal Digital	0	0,00	0,00	0,00	0,00
III.18 - Assistência Técnica - FSE	2	162.691,31	0,00	162.691,31	0,00
TOTAL EIXO III	27	8.147.276,89	132.062,24	8.174.533,82	133.421,95
TOTAL GERAL	35	8.766.875,65	143.358,08	8.794.132,58	144.717,79

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 81 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002, 2003 e 2004 FEOGA e uma acção de acompanhamento. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 2.616.046, 00 € e correcções financeiras de 291.225,68 €.

Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foram efectuados 2 relatórios finais abrangendo uma acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 e 2004 IFOP. Foi verificada despesa no montante de 92.206 €.

Despesa verificada com relatório final

Medida	Nº de relatórios	Despesa verificada Dezembro 2004	Correcções financeiras	Nº de relatórios	Despesa verificada Abril 2005	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO II						
II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	2	531.256,00	246.905,00	2	531.256,00	246.905,00
TOTAL EIXO II	2	531.256,00	246.905,00	2	531.256,00	246.905,00
EIXO PRIORITÁRIO III						
III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	57	1.621.144,00	44.320,00	79	2.084.790,00	44.320,00
III.19 - Assistência Técnica (FEOGA)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL EIXO III	57	1.621.144,00	44.320,00	79	2.084.790,00	44.320,00
TOTAL GERAL	59	2.152.400,00	291.225,00	81	2.616.046,00	291.225,00

Medida	Nº de relatórios	Despesa verificada Novembro 2004	Correcções financeiras	Nº de relatórios	Despesa verificada Abril 2005	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO III						
III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação (IFOP)	1	4.194,00	0,00	2	92.206,00	0,00
TOTAL EIXO III	1	4.194,00	0,00	2	92.206,00	0,00
TOTAL GERAL	1	4.194,00	0,00	2	92.206,00	0,00

Outros níveis de controlo

O Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu realizou no âmbito das suas atribuições de entidade responsável pelo controlo de 2º Nível, 5 auditorias a pedidos de financiamento (1 em 2001, 2 em 2003 e 2 em 2004) ao PO Centro, envolvendo 23 projectos aprovados no âmbito das medidas FSE.

A Inspeção-geral de Finanças efectuou 2 auditorias. Uma auditoria em 2003 às medida FEOGA-O, na sequência da Auditoria realizada aos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas e Medidas Financiadas pelo FEOGA-O e IFOP, envolvendo 6 projectos. E outra em 2004 na sequência da Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Centro (POR Centro) do QCA III, foram realizadas 11 auditorias a projectos apoiados pelo fundo estrutural FEDER, 3 ao fundo estrutural FEOGA-O, e duas a candidaturas FSE.

O IGMSSFC - Inspeção-geral do ministério da Segurança Social, da Criança e da Família, realizou em 2005 uma auditoria envolvendo 7 projectos FSE da medida 3.3.

Nº de relatórios produzidos

Entidade	FEDER	FEOGA-O	FSE	IFOP	Total Geral
IGF	11	8	2	1	22
IGFSE			23		23
IGMSST			7		7
Total Geral	11	8	32	1	52

Nos quadros seguintes é possível verificar o esforço de controlo realizado no âmbito do PO Centro, pelas entidades que colaboram no Sistema Nacional de Controlo.

Relatórios concluídos a 31/12/2004

Entid.\ Fundo	FEDER	FEOGA-O	FSE	IFOP	Total
IGF	25.005.878,67	4.568.706,38	207.620,56	0	29782205,61
IGFSE			3.589.127,87		3589127,87
Total	25.005.878,67	4.568.706,38	3.796.748,43	0,00	33.371.333,48

Relatórios concluídos a 30/04/2005

Entid.\ Fundo	FEDER	FEOGA-O	FSE	IFOP	Total
IGF	25.005.878,67	4.568.706,38	207.620,56	0	29.782.205,61
IGFSE			3.589.127,87		3.589.127,87
IGMSST			1.338.720,31		1.338.720,31
Total Geral	25.005.878,67	4.568.706,38	5.135.468,74	0	34.710.053,79

Em termos absolutos o esforço de controlo a 31/12/2004 foi de 33.371.333,48 € e a 30/04/2005 de Euros: 34.710.053,79 €.

Síntese da actividade de controlo

Para efeitos do cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, importa efectuar um rácio, por fundo estrutural, entre a despesa verificada em sede de acções de controlo/auditorias e a despesa validade a 31 de Dezembro de 2004.

31/12/2004				
Fundo	Inv elegível realizado 31-12-2004	Despesa verificada - EAT PO Centro	Despesa verificada - Outras entidades	% verificada
FEDER	1.246.266.680	74.522.257,00	25.005.878,67	7,99%
FSE	195.988.131	8.766.875,65	3.589.127,87	6,30%
FEOGA-O	158.319.892	2.152.400,00	4.568.706,38	4,25%
IFOP	1.150.359	4.194,00	0,00	0,36%
Total	1.601.725.061	85.445.726,65	33.163.712,92	7,41%

30/04/2005				
Fundo	Inv elegível realizado 31-12-2004	Despesa verificada - EAT PO Centro	Despesa verificada - Outras entidades	% verificada
FEDER	1.246.266.680	89.947.576,00	25.005.878,67	9,22%
FSE	195.988.131	8.794.132,58	5.135.468,74	7,11%
FEOGA-O	158.319.892	2.616.046,00	4.568.706,38	4,54%
IFOP	1.150.359	92.206,00	0,00	8,02%
Total	1.601.725.061	101.449.960,58	34.710.053,79	8,50%

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 7.99%, se considerarmos os relatórios decididos a 31/12/2004, e 9.22% se considerarmos os relatos ainda não decididos àquela data.

Ao nível do fundo estrutural FSE, os rácios são de respectivamente, 6.30% e 7.11%. Para o FEOGA-O os rácios são 4.25% e 4.54%, e para o IFOP 0.36% e 8,02%. Desta é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem, o actual ritmo garante um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.

Impacte da actividade de controlo no sistema de gestão do PO Centro

Ao nível do impacto da actividade do controlo de 1º nível no sistema de gestão do PO Centro importa efectuar uma análise dos testes de conformidade/controlo efectuados ao nível das estruturas de gestão, e os testes substantivos efectuados ao nível dos beneficiários.

No que se refere aos resultados obtidos pela execução dos testes substantivos, importa referir que o elevado numero de acções de controlo efectuado tem permitido obter eficiências na

aplicação dos fundos estruturais, ao permitir identificar falhas comuns a algumas tipologias de beneficiários.

Ao nível do fundo estrutural FEDER, as principais preocupações da EAT tem sido: verificar o bom cumprimento dos normativos legais no que respeita aos mercados públicos; verificar correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível, verificar se existe um adequado controlo orçamental, no sentido de não serem co-financiadas despesas não previstas em sede de candidatura; e verificar os motivos do atraso na implementação de projectos.

Ao nível do fundo estrutural FSE as principais preocupações da EAT tem sido: verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível; verificar a organização do dossier pedagógico, principalmente ao nível das referências ao PO Centro, elegibilidade de formandos, habilitações de formadores, frequência/assiduidade dos formandos; verificar os contratos de prestação de serviços; e verificar a correcta imputação de custos.

Ao nível do fundo estrutural FEOGA as principais preocupações da EAT tem sido: verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível; verificar uma adequada comprovação da pista de controlo da despesa; verificar a elegibilidade dos beneficiários e das candidaturas.

Ao nível do fundo estrutural IFOP a principal preocupação da EAT tem sido verificar a correcta utilização das componentes de investimento para os fins a que são propostas.

Ao nível da gestão as principais preocupações da EAT têm sido: verificar a existência de uma necessária segregação de funções; verificar a existência de uma necessária evidência em todos as tarefas e procedimentos efectivados pelas estruturas; verificar a existência de práticas de acompanhamento.

6. Actualização da avaliação intercalar

Nos termos do nº 4 do artigo 42º do Reg. (CE) Nº 1260/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999 que estabelece disposições gerais sobre os fundos estruturais – *“no prolongamento da avaliação intercalar, será efectuada, até 31 de Dezembro de 2005, uma actualização dessa avaliação para cada Quadro Comunitário de Apoio e para cada intervenção, a fim de preparar as intervenções futuras”*, foi dado início no exercício de 2004, ao nível do Programa Operacional da Região Centro, ao processo de actualização da avaliação intercalar.

Para o efeito está a ser realizado o Estudo da Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro 2000-2006 (QCA III).

O estudo a realizar deverá ser executado até 20 de Outubro de 2005, de acordo com o seguinte faseamento:

- relatório de progresso até ao final de Maio de 2005;
- relatório final preliminar do estudo de actualização da avaliação intercalar até 26 de Setembro de 2005;
- relatório final do estudo de avaliação intercalar até 20 de Outubro de 2005.

Para este efeito foi constituído um Grupo Técnico para suportar o Gestor do PO Centro, na formulação dos termos de referência da avaliação a produzir, no acompanhamento do estudo e na validação dos seus resultados.

O objectivo geral da avaliação intercalar é uma actualização descomprometida de objectivos específicos de reprogramação, ou de reorientação financeira do programa, antes antecipando uma visão prospectiva do próximo período de programação, estruturando as opções a formalizar

na avaliação ex-ante (2007-2013) e perspectivando os resultados finais da avaliação ex-post (2000-2006).

Espera-se deste exercício um aprofundamento da Avaliação intercalar desenvolvida, particularmente ao nível da apreciação da concretização dos objectivos e da boa alocação financeira dos recursos disponibilizados, nomeadamente quanto à aferição do grau de satisfação dos efeitos pretendidos com o actual quadro comunitário de apoio na Região Centro.

Esta tarefa surge assim numa fase de maturidade avançada da intervenção operacional do centro o que permite:

- avaliar a razoabilidade dos pressupostos que estiveram na base do programa, e a sua aderência à realidade actual.
- avaliar os resultados e os impactos da implementação do programa na região;
- preparar o trabalho da avaliação ex-post do actual período de programação;
- preparar os futuros períodos de programação.

Os objectivos específicos do estudo enquadram-se numa perspectiva distinta face ao definido para a avaliação intercalar já preconizada, pois espera-se agora que:

- valide os pressupostos que presidiram à definição de um contexto de partida, avaliando a qualidade e pertinência da programação e a orientação estratégica prosseguida;
- incida a sua análise no período 2000-2005 (tendo como referência Junho de 2005) mas sem repetir o exercício anterior, procurando, sobretudo, identificar a evolução ocorrida desde a data de referência para o estudo de Avaliação Intercalar. Deste facto decorre, também, que se trata, principalmente, de um exercício de actualização das conclusões da Avaliação Intercalar e de análise da forma como essas mesmas conclusões e recomendações permitiram orientar o processo de Reprogramação Intercalar do PO Centro;
- produza um conjunto de sugestões e recomendações orientado, fundamentalmente, para preparação do novo período de programação 2007-2013 (e, consequentemente, de uma nova geração de Programas Regionais) e, de forma global, para a melhoria e, natural, ajustamento das políticas comunitárias de desenvolvimento regional e dos respectivos processos de execução;
- saliente, de acordo com o referido na alínea anterior e, por isso, no contexto do próximo período de programação, as tarefas de gestão que: i) estão a ser bem conduzidas, para que possam ser mantidas e constituir-se como exemplo de boas práticas; ii) podem ser melhoradas, apesar de não estarem necessariamente a ser mal executadas; iii) estão a ser manifestamente mal direccionadas e que precisam de forma mais premente de ser melhoradas.
- Importando ainda referenciar e aprofundar ao nível do estudo a realizar três aspectos ao nível da adequação do modelo de gestão: i) analise as condições de desenvolvimento da questão do melhor enquadramento do “imaterial” num programa regional; ii) analise as potencialidades da gestão desconcentrada sub-regional iii) analise as potencialidades da gestão regional das intervenções sectoriais.
- analise as áreas temáticas que estiveram inerentes à definição do programa, avaliando o impacto do programa na região.

O estudo irá ser composto em duas partes:

Componentes de análise com carácter extensivo, que corresponde, na maioria dos pontos, a uma actualização / follow up da Avaliação Intercalar e à análise da pertinência das suas recomendações no contexto actual:

Componentes de análise com carácter específico, que corresponde a uma análise particular de algumas medidas e a uma análise de áreas associadas a implementação do programa

Será dado um enfoque nas componentes com carácter específico, prevendo-se uma análise em profundidade de um conjunto de medidas de particular relevância no contexto do actual Programa, tendo por base um conjunto de questões de avaliação identificadas para cada uma das Medidas seleccionadas neste contexto:

Medida I.1 Equipamentos e Infra estruturas Locais;

Medida I.4 Qualificação dos Aglomerados Urbanos e das Estruturas de Povoamento;

Medida I.5 Apoio às actividades Económicas, Acções de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas;

Medida II.1 Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial;

Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior;

Medida III.11 Economia;

Medida III.2 Educação: Ensino Profissional (FSE)

Medida III.3 Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local (FSE)

Medida III.14 Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)

No que respeita às áreas complementares, sobretudo associadas à implementação do Programa, as quais se pretende seja desenvolvida e aprofundada a sua análise, identificando os elementos que se mostram centrais e viabilizadores da concepção e implementação das intervenções, e as recomendações relacionadas objectivamente oportunas, enquadradas no âmbito da actual programação e perspectivando futuras intervenções; Concepção estrutural do Programa; Articulação entre os âmbitos regional e sectorial; Avaliação da capacidade de decisão regional; Sistema de gestão, acompanhamento e avaliação; Sistemas de indicadores; Sistemas de informação.

7. Divulgação, Informação e Publicidade

Ao longo de 2004 foi dada continuidade à divulgação do Programa Operacional da Região Centro (PO Centro), de forma a aumentar o conhecimento e a transparência da acção da União Europeia.

Visitas a projectos do PO Centro

Ao longo de 2004 foram organizadas visitas de acompanhamento da execução dos projectos participados pelo Programa Operacional da Região Centro a vários concelhos da Região, para as quais eram convidados todos os meios de comunicação social do concelho e concelhos vizinhos. As visitas eram finalizadas com uma conferência de imprensa, que possibilitava a divulgação de um maior número de informações relativas aos respectivos projectos visitados e à evolução do programa em geral.

Notas de Imprensa

As Notas de Imprensa foram enviadas aos Meios de Comunicação Social, ao longo do ano, sempre que houve informações ou acontecimentos relevantes no desenvolvimento do programa.

Publicações

Em 2004 manteve-se a publicação das edições da Newsletter «Mais Centro» e da Revista das Aldeias de Xisto.

A «*Mais Centro*»-Newsletter do PO Centro tem como objectivo informar os promotores, os potenciais beneficiários e toda a opinião pública sobre a execução dos fundos estruturais na Região Centro. A ideia é mostrar a evolução do trabalho desenvolvido pelo PO Centro (projectos relevantes, montantes de financiamento, opções estratégicas do programa), evidenciando a transparência na aplicação dos fundos comunitários.

A revista «*Aldeias do xisto*» é uma publicação de acompanhamento do “Programa das Aldeias do Xisto”, integrado na Acção Integrada de base Territorial do Pinhal Interior do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro. A revista pretende apresentar os objectivos deste programa, mas, particularmente, divulgar a forma como a intervenção está a decorrer em cada uma das aldeias envolvidas, promovendo a identidade da região. Mais do que o plano global previsto e aprovado para cada aldeia, a revista apresenta cada intervenção a executar e a forma como os residentes se envolvem.

Publicidade nos meios de Comunicação Social

Foram publicados 9 anúncios, em jornais regionais e nacionais, com informações relativas ao programa.

Manutenção do site

Ao longo de 2004 continuou a alimentar-se a parte dedicada ao PO Centro no site da CCRC, havendo uma actualização das notícias e da legislação (geral e por medida). Além das informações sobre as especificidades do programa, o site aloja também a versão electrónica da Newsletter «Mais Centro» e da Revista das Aldeias de Xisto.

8. Respeito pelas políticas comunitárias

Concorrência - Regime de Ajudas. Os regimes de ajudas previstos no Programa Operacional e no Complemento de Programação dizem respeito a:

- **3.11. Economia:** PITER - Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (Auxílio estatal nº 124/2000); Apoio ao aproveitamento do potencial energético (Auxílio estatal nº 219/200); Apoios às Áreas de Localização Empresarial (Auxílio Estatal nº 459/2003).
 - Auxílios abrangidos pela regra “minimis” nas Medidas:
 - 2.3 Acções inovadoras de dinamização das aldeias
 - 2.4 Acção integrada Turismo e Património no Vale do Côa

2.5 Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela

2.6 Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)

3.3 e 3.4 - Programa de estímulo à oferta de emprego (Port. 196-A/2001, de 10 de Março);

3.6 – Sociedade de informação.

Destes foi implementado o Regime de apoio ao aproveitamento do potencial energético e PITER, estando a ser cumpridos os regulamentos específicos, publicados na sequência da sua notificação à Comissão Europeia.

Dos apoios abrangidos pela regra “*minimis*” foram implementados os previstos nas Medidas do Eixo II e 3.3 e 3.4 do Programa Operacional.

No que respeita às Medidas do Eixo II foram publicados, em 2003, os respectivos despachos que regulamento a aplicação desses apoios. Em 2004 os regulamentos das medidas 2.5 e 2.6 sofreram alterações. A existência de apoios a conceder ao abrigo da regra *minimis*, no âmbito das AIBTs, pressupõe que seja assegurado o cumprimento do limiar de 100.000 euros, a um mesmo beneficiário, durante um período de três anos. Neste sentido a entidade Gestora do PO Centro comunica à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional a informação necessária ao controle de acumulação de ajudas, que é feito através de registo central, criado para o efeito, por aquela Direcção Geral.

Os apoios da Medida 3.3 e 3.4 são concedidos através do Programa de estímulo à oferta de emprego. Estes apoios são geridos pelo IEFP, de acordo com contratos-programa celebrados com o gestor e Coordenador das Medidas.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de *minimis* efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, atendendo à situação actual dos regimes em vigor, a informação é fornecida pelo IEFP, no caso das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, no caso do Eixo II:

A Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional efectuou em 2004 uma alteração da Base de Dados do registo central, com actualização da informação e introdução de mecanismos de validação.

Mercados Públicos. Como a generalidade dos projectos são objecto de concursos públicos, posteriormente submetidos a visto do Tribunal de Contas, as regras relativas aos mercados públicos encontram-se asseguradas.

Protecção e Melhoria do Ambiente. A compatibilidade das intervenções no âmbito do Programa com as políticas comunitárias é assegurada através de uma estreita cooperação com as entidades nacionais com competência na matéria. Assim, no âmbito das questões relacionadas com o ambiente, os projectos com eventuais repercussões são submetidos a apreciação prévia do Ministério do Ambiente ou, quando a lei assim o determina, exige-se a realização dos respectivos estudos de avaliação do impacte ambiental. No caso do Grande Projecto de “Armazenagem de Gás está constituída uma Comissão que acompanhará os trabalhos de realização da obra e seu impacto ambiental.

Serão, ainda, de realçar as iniciativas já aprovadas no âmbito da Medida 1.2 “Ambiente e recursos naturais” e da Medida 3.13 “Ambiente”, como as que maior impacto têm na melhoria das condições ambientais e na protecção e valorização das áreas de naturais de especial interesse.

Apresentam-se algumas notas sobre a Directiva Habitats/Rede Natura 2000, bem como alguns aspectos específicos dos projectos candidatos ao III QCA.

Aspectos gerais

No espaço comunitário, o principal acto de direito comunitário no domínio da conservação da Natureza surgiu com a publicação da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

Este diploma visa a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, nomeadamente mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário (Rede Natura 2000).

Em Portugal foram identificados em duas fases, um conjunto Sítios potencialmente integradores da Rede Natura 2000, que, abrangem cerca de 20% da área do território continental.

Na região Centro foram identificados e estão legalmente instituídos 18 sítios da lista nacional.

Aspectos específicos dos projectos com incidência na Rede Natura 2000.

Atendendo à importância da preservação dos Sítios da Rede Natura 2000, a intervenção da Medida 3.13 - Ambiente em termos dos projectos candidatos pela DRAOT CENTRO assumiu uma linha estratégica que possibilitou o desenvolvimento de projectos em Sítios da Rede Natura 2000. Ou no caso dos mesmo não incidirem territorialmente nas áreas invocadas, os valores associados à Directiva Habitats foram sempre considerados como elementos dominantes de promoção e desenvolvimento dos projectos.

Realçam-se acções concretas, como a substituição de espécies exóticas, por associações de espécies da Directiva Habitats, como sejam as encontradas no sistema ribeirinho nomeadamente os géneros *Alnus* e *Fraxinus*. Dentro das diversas acções refira-se ainda a instalação de sistemas que possibilitam a reprodução e abrigo de espécies como a lontra (*Lutra lutra*), Quirópteros, espécies piscícolas (género *Rutilus*) ou mesmo algumas espécies de aves insectívoras.

Ao nível promocional do projecto, destaca-se a participação em diversas conferências e jornadas de base nacional, regional e local.

Em todos os projectos, manteve-se o envolvimento das autarquias, organizações não governamentais de ambiente e equipas científicas das universidades.

Os resultados manifestam-se a 3 níveis distintos:

Melhorou-se o conhecimento sobre os habitats e espécies de alguns Sítios da região centro, nomeadamente da zona do Baixo Mondego, da região das Gândaras, Serra da Lousã entre outros;

Promoveu-se a distribuição e protecção de habitats e espécies da Directiva Habitats, através da plantação directa e da requalificação de áreas degradadas por espécies exóticas;

Melhorou-se a sensibilização das populações, nomeadamente órgão autárquicos (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) para a protecção das espécies, assim como para importância

da Directiva e da necessidade de protecção dos Sítios criados ao seu abrigo. O sucesso desta intervenção promocional é de tal forma marcante que são hoje em dia diversas as autarquias que solicitam apoio técnico nos processos relacionados com os Sítios, sendo algumas delas exteriores à região Centro.

Os projectos incidiram ainda sobre o domínio da utilização sustentável do património natural da região centro, designadamente através do lançamento de bases para o domínio do turismo sustentável e da natureza.

As iniciativas já aprovadas, no âmbito da Medida 3.13 “Ambiente”, com maior impacto na protecção dos parques e reservas naturais, zonas de protecção especial e Rede Natura 2000 dizem respeito a:

Designação do projecto	Custo total	Fundo Comunitário	Incidência	
			Protecção no Património Natural	Prot. da Rede Natura 2000
Rede de Áreas Naturais de Importância Local e Regional	75.038	56.279	X	
Ecomuseu da Mata da Geria	74.902	56.177	X	
Percursos Pedestres - Animação Cultural e Turística	80.277	60.207	X	
Ordenamento e Gestão de áreas Sensíveis - OGAS	255.683	191.762	X	
Corredores Ecológicos Fluviais - Impactes, medidas de requalificação e conservação	221.615	166.211	X	
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Tocha - 1ª Fase	139.625	104.719		X
Ecomuseu das Lagoas de Mira e Barrinha	80.271	60.203		X
Limpeza e Remoção de Jacintos da Pateira de Fermentelos	203.674	152.756		X
Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro	106.973	80.230		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Murtinheira - 1ª Fase	96.534	72.400		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios - 1ª Fase	123.517	92.638		X
Reabilitação de Valas Afluentes ao Canal de Mira	140.832	105.624		X
Gestão e Implementação do POOC - 1ª Fase	201.490	151.117		X
Limpeza de Valas Afluentes ao Paul de Arzila e Rio Dueça	146.898	110.173		X
Projecto Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha	202.621	151.966		X
Ordenamento de Acessos e protecção das Dunas da Praia da Torreira - 3ª Fase	130.696	98.022		X
Reforço da Duna da Vagueira Norte e Sul	131.391	98.543		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Barra	162.280	121.710		X
Reforço da Protecção da Duna de Mira Sul	141.837	106.378		X
Execução da Duna da Costa Nova Sul	139.569	104.677		X
Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul - 1ª fase	157.200	117.900		X
Recuperação e Qualif. Ambiental do Parque da Pateira de Espinhel- Espinhel	449.610	337.208		X
Recuperação e Qualif. Ambiental do Parque de Lazer da Senhora do Amparo - Travassô	375.980	281.985		X
Recuperação e Qualif. Ambiental do Espaço Natural do Parque do Prego - Perrães	242.303	181.727		X
Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova	127.887	95.915		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios Norte - 2ª Fase	141.174	105.880		X
Sistema Dunar da Costa Nova Sul - 2ª Fase/Duna Secundária	164.480	123.360		X
Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova sul - 2ª Fase	126.484	94.863		X
EcoMira1	280.612	210.459		X
BIORIA	169.725	127.294		X

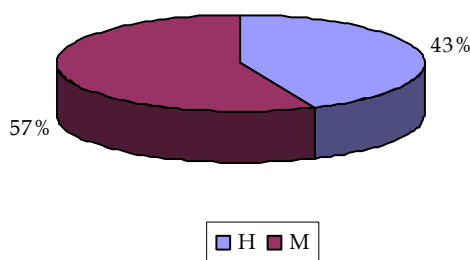
Recuperação e Qualif. Ambiental do Esp. Envolvente à Pateira de Fermentelos- Ois da Ribeira	484.049	363.037	X
Valorização e requalificação da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente ICN)	178.236	133.677	X
Valorização e requalificação da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente CCDRC)	23.376	17.532	X
Total	5.776.839	4.332.629	

Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres

Dos projectos aprovados serão de realçar, pelo seu contributo na promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres:

- infra-estruturas de apoio à infância, desportivos e de lazer, que possibilitarão uma maior libertação da mulher de tarefas domésticas relacionadas com os cuidados a prestar a familiares dependentes, contribuindo para terem maior disponibilidade para desenvolver outras actividades, particularmente o desempenho de profissão remunerada;
- acções de formação e de criação de emprego para desempregados, onde as mulheres registaram o maior peso (66.0% do total);
- investimentos em espaços rurais de modernização da pequena agricultura, espaços em processo de desertificação, onde as mulheres têm maior peso, assegurando por vezes o trabalho agrícola.

A distribuição das pessoas abrangidas em acções de formação e emprego, por sexo, revela forte motivação das mulheres (57%) para a sua inserção profissional (a isso não será estranho taxas mais elevadas de desemprego) e sua valorização profissional.



Respeito pela política agrícola comum.

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC está enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Esta assegurada, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris” – esta confirmação é assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU ou no Plano de Contingência
- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), nomeadamente à excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que são apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.

Relação entre a intervenção dos outros Fundos e outros instrumentos financeiros. Foi aprovado pelo BEI, em Junho de 2000, um financiamento para o projecto de “Armazenagem de Gás”. Este financiamento é complementar da comparticipação do FEDER neste projecto.

VII

Anexos

Anexo 1
Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2004
por Eixo e por Medida

Anexo 2
Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Anexo 3
Execução por domínios de intervenção

Anexo 4

Indicadores de realização física e de resultado

Anexo 5

Eixo I – Projectos aprovados em 31.12.2004,
por medida, localização e nível de execução

Anexo 6

Eixo II – Projectos aprovados em 31.12.2004,
por medida, localização e nível de execução

Anexo 7

**Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2004,
por medida, localização e nível de execução**

Anexo 8

Medidas 2.7 e 3.14 – Aprovações e execução por linha
de acção e domínio